UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

BRUNO DOS SANTOS SILVA

Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: os processos de integração na
Turdetânia ao final do primeiro milênio a.C.

Versão Corrigida

São Paulo
2019

BRUNO DOS SANTOS SILVA

**Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: os processos de integração na
Turdetânia ao final do primeiro milênio a.C**

Versão corrigida

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Norberto Luiz Guarinello

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586e Silva, Bruno
Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: os processos de
integração na Turdetânia ao final do primeiro milênio
a.C. / Bruno Silva ; orientador Norberto Guarinello.
- São Paulo, 2019.
291 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Antiguidade. 2. Turdetânia. 3. Teoria das
Redes. 4. Romanização. 5. Cerâmicas. I. Guarinello,
Norberto, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Bruno dos Santos Silva

Data da defesa: 13/09/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Norberto Luiz Guarinello

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 12/12/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Folha de Aprovação

SILVA, Bruno dos Santos. **Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: os processos de integração na Turdetânia ao final do primeiro milênio a.C.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. LD. Norberto Luiz Guarinello
Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria Isabel D'Agostinho Fleming
Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Ivana Lopes Teixeira
Faculdade de São Bernardo do Campo

Prof. Dr. Fabio Augusto Morales
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos meus avós

AGRADECIMENTOS

À Vivian de Ulhôa Cintra Bernardo, sem a qual eu nada seria. Companheira, parceira, a responsável por tudo de bom que minha vida ganhou nos últimos anos. Agradeço pelas leituras atentas, pelas conversas inspiradoras, pelos debates diários, pela interlocução que fez desta tese o que ela é.

Ao meu pai, Francisco Félix da Silva, e à minha mãe, Rosangela dos Santos Silva, fonte de toda a minha inspiração, base sólida da minha formação humana e intelectual; espero poder ser uma fração dos seres humanos que ambos foram durante toda a vida.

À minha maninha, Camila dos Santos Silva, por ser sempre alguém com quem pude contar, independentemente da situação ou da distância geográfica. Crescer junto com você foi a maior alegria da minha infância.

Aos meus avós, João dos Santos, Mercedes Enricce dos Santos, Joaquim Félix da Silva e Idalina Olivato da Silva, pelo imenso carinho estampado em minha memória.

A Rosana de Ulhôa Cintra Bernardo, João Junior Tabosa Bernardo, Cássio de Ulhôa Cintra Bernardo, Fernando de Ulhôa Cintra Bernardo e Brennan Whitaker Duty, minha segunda família, pelo acolhimento, pelo carinho e por todo o suporte, que espero poder retribuir sempre.

À Mirela Minzon Hernandez, amiga querida, pela presença constante tanto no convívio quanto na interlocução, sendo a melhor referência de leitora especialista que eu poderia ter.

À Giovana Leme Bardi, comadre, pelos intensos debates sobre tudo, absolutamente tudo. Sua curiosidade me inspira a pesquisar detalhes específicos de aleatoriedades para poder entretê-la com mais um conhecimento novo.

À Nicole Guim de Oliveira, comadre, pelo carinho no trato cotidiano, pelas risadas e pelas perguntas mais intrigantes nos momentos menos esperados.

Ao Norberto Luiz Guarinello, orientador no sentido mais estrito da palavra, e além de tudo, grande amigo e companheiro. Sua paixão pela disciplina e pela vida, assim como seu senso crítico em relação à sociedade como um todo, marcaram minha formação, e em especial, a produção desta tese.

Ao “pessoal do Leir-Ma USP”, ou simplesmente, aos amigos do Leir, que moldaram não só a minha forma de produzir esta tese, mas também, e especialmente, minha maneira de pesquisar. Se faço o que faço da maneira que faço é graças a: Gustavo Oliveira, Uiran Gebara, Camila Zanon, Fabio Morales, Gabriel Cabral, Pedro Pisa, Sarah Azevedo, Fabrício Sparvoli, Juliana Monzoni, Gilberto Francisco.

À FAPESP, pela concessão de bolsa aos projetos nº 2014/22164-8 e nº 2017/05494-2, que resultaram nesta tese. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

*Nós, para os outros, apenas criamos
pontos de partida.*
(BEAUVOIR, 1963)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar os processos de integração do sudoeste da península Ibérica, na segunda metade do primeiro milênio a.C., pelo viés da teoria das redes. Nela trabalhou-se, primeiramente, o debate historiográfico em torno da questão da concepção do objeto de estudo, isto é, verificou-se como este espaço, tradicionalmente conhecido como Turdetânia, foi estudado por historiadores e arqueólogos, em sua maioria espanhóis. Em seguida, discutiu-se como o Sudoeste aparecia na documentação escrita da Antiguidade. O estudo da caracterização do espaço pelas fontes antigas mostrou que as várias visões sobre ele foram se transformando ao longo do tempo, demonstrando que era possível perceber uma articulação bastante intensa entre determinadas áreas, em especial entre litoral e interior. O reconhecimento dessa integração levou à análise dos componentes materiais que poderiam auxiliar na análise desse processo de aproximação entre povos que viviam em zonas distintas desse espaço. Posteriormente, foram analisadas as produções e as importações cerâmicas, seus quadros gerais e os estados atuais de pesquisa, além de suas implicações para o entendimento das transformações pelas quais passaram as populações que os utilizavam. Por fim, analisou-se parte desse material, as cerâmicas importadas, pelo viés da teoria das redes. Por meio do desenvolvimento de uma metodologia que buscava identificar os índices de similitude da cultura material das comunidades que ocupavam esse espaço entre os séculos VIII a.C. e I a.C., pode-se observar a formação de uma série de redes sociais. Elas foram analisadas a partir do aparato teórico-metodológico da Análise das Redes Sociais (*Social Network Analysis* – SNA) a fim de examinar as transformações das redes, suas permanências, a atuação de determinadas comunidades nesses processos, além de buscar entender como determinadas práticas sociais aproximavam ou afastavam os povos que compartilhavam esses objetos materiais. Com isso, discutiu-se a validade de conceitos como Helenização, Romanização, Mediterranização, mostrando que, no caso do sudoeste da península Ibérica, trata-se de um espaço já amplamente integrado desde a transição do período do Bronze para o do Ferro, e que vários povos participaram desses processos de integração, que se deram mediante construção e reconstrução de redes locais que se modificavam à medida que redes mais amplas alteravam determinados aspectos locais. Um espaço majoritariamente atlântico foi se transformando e se integrando internamente, sempre sob a égide das influências mediterrâneas.

Palavras-chave:

Turdetânia; Antiguidade; Teoria das Redes; Romanização; Cerâmicas.

ABSTRACT

The impetus for this research is to analyze the processes of integration of the southwest of the Iberian peninsula, in the second half of the first millennium BC, using Network Theory. Firstly, it was presented the historiographical debate surrounding the object of study, that is, it was verified how this space, traditionally known as Turdetania, was studied by historians and archeologists, mostly Spaniards. Then it was discussed how Southwest appeared in the written sources of Antiquity. The study of the characterization of this space by ancient writers showed that the various views on this space were transformed over time, demonstrating that it is possible to perceive a very intense articulation between certain areas, specially between coast and interior. The recognition of integration led to the analysis of the material components that could help understand this process of approximation between peoples living in distinct areas of this space. Subsequently, the ceramic productions and imports, their general frameworks and current research states, as well as their implications for the understanding of the transformations that the populations that used them were all analyzed. Finally, part of this material, the imported ceramics, was investigated within the Network Theory model. Through the development of a methodology that sought to identify the indices of material culture similarities of the communities that occupied this space between VIII and I centuries BC, one can observe the formation of a series of social networks. They were studied based on the theoretical and conceptual apparatus of Social Network Analysis (SNA), aiming to examine the transformations of the networks, their permanence, the performance of certain communities in these processes, as well as seeking to understand how certain social practices approximated the peoples who shared these material objects. Thus, the validity of concepts such as Hellenization, Romanization and Mediterraneanization was discussed, showing that in the case of the southwest of Iberian peninsula, it is a space already widely integrated since the transition from the Bronze to the Iron period, and that several people participated in the construction of these integration processes, which were achieved through the construction and reconstruction of local networks that were modified as larger networks changed certain local aspects. A largely Atlantic space has been transformed, integrating itself internally, always under the aegis of Mediterranean influences.

Keywords:

Turdetania; Antiquity; Network Theory; Romanization; Pottery;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa zona litorânea atlântica da Andaluzia ao final do I milênio a.C.	14
Figura 2: Mapa Áreas de assentamentos tartéssicos com os principais sítios	59
Figura 3: Mapa do sudoeste da península Ibérica e as localidades citadas no capítulo 4	174
Figura 4: Mapa com as localidades litorâneas e próximas ao <i>Lacus Ligustinus</i>	175
Figura 5: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (dois períodos)	180
Figura 6: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (antes de 500 a.C.)	180
Figura 7: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (depois de 500 a.C.)	181
Figura 8: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (dois períodos) – Índices 5 e 7	184
Figura 9: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (dois períodos) — Índices 4 e 7	184
Figura 10: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (dois períodos) – Índices 1 e 2	188
Figura 11a: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (depois de 500) – Índices 1 e 2	195
Figura 11b: grafos da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (depois de 500) – índices 3 e 4	196
Figura 12: grafo com os nós do eixo do Guadiana	200
Figura 13a: grafo em porcentagens das redes dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas antes de 500 a.C.	203
Figura 13b: grafo em porcentagens das redes dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas depois de 500 a.C.	203
Figura 14: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica de “tipo Kuass”	209
Figura 15: grafo das forças 1 e 2 da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica “tipo Kuass”	211

Figura 16a: grafo da força 3 da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica “tipo Kuass”	212
Figura 16b: grafos da força 4 da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica “tipo Kuass”	212
Figura 16c: grafos da força 5 da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica “tipo Kuass”	213
Figura 17: grafo das forças 6 a 12 da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica “tipo Kuass”	214
Figura 18: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica “tipo Kuass” – Núcleo Produtor	216
Figura 19a: grafo em porcentagem da rede dos índices de similitude da cultura material – Grega antes de 500 a.C.	220
Figura 19b: grafo em porcentagem da rede dos índices de similitude da cultura material – Grega depois de 500 a.C.	221
Figura 19c: grafo em porcentagem da rede dos índices de similitude da cultura material – “tipo Kuass”	221
Figura 20: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica Campaniense A e B.	224
Figura 21a: grafo das redes dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica Campaniense A e B – Forças 18 e 19	225
Figura 22: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica Campaniense A e B – Forças 6 a 11	227
Figura 23: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica Campaniense A e B – Forças 1 a 5	228
Figura 24: grafo rede cerâmica Campaniense A	230
Figura 25: grafo rede cerâmica Campaniense A – Índices 9 a 12	231
Figura 26: grafo rede cerâmica Campaniense A – Índices 5 a 8	232
Figura 27a: grafo da rede cerâmica Campaniense A – Índice 1	233
Figura 27b: grafo da rede cerâmica Campaniense A – índice 2	233
Figura 27c: grafo da rede cerâmica Campaniense A –Índice 3	234
Figura 27d: grafo da rede cerâmica Campaniense A –Índice 4.....	234
Figura 28: grafo da rede cerâmica Campaniense B.....	237

Figura 29: grafo da rede cerâmica Campaniense B – Índices 7 a 9.....	238
Figura 30a: grafo da rede cerâmica Campaniense B – Índices 3 e 4.....	240
Figura 30b: grafos rede cerâmica Campaniense B –índices 5 e 6.....	240
Figura 31: grafo rede cerâmica Campaniense B – Índices 1 e 2	241
Figura 32a: grafo em porcentagem da rede dos índices de similitude da cultura material – Campaniense A.....	245
Figura 32b: grafo em porcentagem da rede dos índices de similitude da cultura material –Campaniense B	246

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exemplo de Matriz Quadrada.....	173
Tabela 2: Matriz com os índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega (dois períodos).	177
Tabela 3: Matriz com os índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega (antes de 500 a.C.)	178
Tabela 4: Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega (depois de 500 a.C.)	179
Tabela 5: Categorias analíticas da rede cerâmicas gregas (dois períodos).....	183
Tabela 6: Categorias analíticas da rede de cerâmicas gregas (antes 500 a.C.).....	191
Tabela 7: Categorias analíticas da rede cerâmicas gregas (depois de 500 a.C.).....	195
Tabela 8: matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega (antes de 500 a.C.) em porcentagem.....	201
Tabela 9: Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega (depois de 500 a.C.) em porcentagem.	202
Tabela 10: Comparação percentual entre os índices de similitude da cultura material de algumas duplas de nós	204
Tabela 11. Categorias analíticas da rede das cerâmica “tipo Kuass”.	210
Tabela 12: Comparação percentual entre os índices de similitude da cultura material de algumas duplas de nós.	220
Tabela 13: Categorias analíticas da rede de cerâmicas Campanienses A e B	228
Tabela 14. Categorias analíticas da rede Campanienses A	235
Tabela 15: Categorias analíticas da rede Campaniense B	243
Tabela 16: Comparação das porcentagens dos índices de similitude da cultura material entre alguns nós das redes formadas pelas cerâmicas gregas, “tipo Kuass” e campanienseses.	248

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 Um espaço em foco: debate acerca dos estudos sobre a Turdetânia	22
1.1 Considerações iniciais	22
1.2 Em busca de uma definição de <i>Xώρα</i>	25
1.2.1 <i>Xώρα</i> e os estudos da Antiguidade	25
1.2.2 O aspecto sensorial e a Paisagem	30
1.2.3 A visão geográfica	33
1.2.4 <i>Xώρα</i> como Região?	35
1.2.5 <i>Xώρα</i> como Espaço	37
1.3 Turdetanos ou Ibéricos?	40
1.3.1 A origem dos topônimos	40
1.3.2 Uma breve história da arqueologia da Turdetânia	43
1.4 Um Espaço de cidades	49
1.4.1 A urbanização como processo	49
1.4.2 O período orientalizante: fenícios	53
1.4.3 O período orientalizante: tartessos	58
1.4.4 A crise do século VI a.C.	60
1.4.5 O <i>middle ground</i> Turdetano	63
2 O SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA NA TRADIÇÃO LITERÁRIA GRECO-ROMANA	70
2.1 Considerações iniciais	70
2.2 Das narrativas mitológicas aos périplos	75
2.2.1 Período pré-herodoteano	75
2.2.2 Período Herodotiano	78
2.2.3 Os périplos	81
2.3 O Período Helenístico e as grandes narrativas: o paradigma polibiano	84
2.4 A Turdetânia de Estrabão e o Império Romano	94
2.5 Visões de mundo ou propaganda augustana?	104
2.6 Um novo começo	112
3 AS CERÂMICAS IMPORTADAS E A INTEGRAÇÃO DE UM ESPAÇO	117

3.1 Considerações Iniciais	117
3.2 As primeiras produções locais ao final da era do Bronze e início do período do Ferro	119
3.3 A moda do verniz negro: as cerâmicas áticas como primeiro fenômeno de importação na Andaluzia Ocidental	122
3.4 O Círculo do Estreito	128
3.5 Vasilhame de verniz negro do sudoeste peninsular: cerâmica de tipo Kuass	131
3.6 Helenização ou Gaditanização das cerâmicas comuns?	141
3.7 As campanienses universais e as primeiras influências itálicas	147
3.8 Conclusão	153
4 AS CERÂMICAS IMPORTADAS PELAS COMUNIDADES DA TURDETÂNIA NA SEGUNDA METADE DO PRIMEIRO MILÊNIO A.C. PELO VIÉS DA TEORIA DAS REDES	159
4.1 Considerações iniciais	159
4.2 Rede das cerâmicas importadas de origem grega	173
4.2.1 Análise dos dois períodos	182
4.2.2 Análise da rede antes de 500 a.C.	190
4.2.3 Análise da rede depois de 500 a.C.	194
4.2.4 Comparando as redes gregas	201
4.3 Rede das cerâmicas “tipo Kuass”	205
4.3.1 A rede	208
4.3.2 Zona Produtora vs “Círculo do Estreito”	216
4.4 – Análise das redes das cerâmicas campanienses	222
4.4.1 – A rede Campaniense A e B	224
4.4.2 – Rede da Campaniense A	229
4.4.3 – Cerâmica Campaniense B	237
4.4.4 – Comparação entre A e B	244
4.5 – Considerações Finais	249
CONCLUSÃO	256
Fontes	265

REFERÊNCIAS	266
APÊNDICES	279
APÊNDICE A — Planilha com as Formas e as Localidades dos conjuntos cerâmicos gregos	279
APÊNDICE B — Planilhas com as Formas e as Localidades do conjunto cerâmico “Tipo Kuass”	280
APÊNDICE C — Planilhas com as Formas e as Localidades dos conjuntos cerâmicos campanienses	281
APÊNDICE D — Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas “tipo Kuass”.	282
APÊNDICE E — Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas “tipo Kuass” – Núcleo Produtor.	282
APÊNDICE F — Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas “tipo Kuass”. – Porcentagem	283
APÊNDICE G — Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas Campanienses A e B.	283
APÊNDICE H — Matriz rede cerâmica Campaniense A.	284
APÊNDICE I — Matriz rede cerâmica Campaniense B	284
APÊNDICE J — Matriz das porcentagens das redes das cerâmicas Campaniense A e Campaniense B	285
ANEXOS	286
ANEXO A — Quadro com as dezessete Formas da cerâmica tipo Kuass”.	286
ANEXO B — Mapa do núcleo de produção da “Cerâmica tipo Kuass”.	287
ANEXO C — Mapa do primeiro círculo de distribuição da cerâmica “tipo Kuass”.	288
ANEXO D — Mapa segundo círculo de distribuição da cerâmica “tipo Kuass”.	289
ANEXO E — Mapa terceiro círculo de distribuição da cerâmica “tipo Kuass”.	290

INTRODUÇÃO

Nesta tese, nosso objeto é um espaço que apresenta vários nomes: terra dos tartessos; Turdetânia; Bética; Andaluzia. Trata-se de uma parte do sudoeste da península Ibérica, cuja costa é banhada pelo oceano Atlântico e o interior é marcado por uma fértil depressão, a Depressão Bética, cujo rio mais importante é o Guadalquivir. Este espaço é ocupado permanentemente desde, ao menos, 5 mil a.C., período também pelo qual passou por transformações físicas muito importantes. Atualmente, seu território é parte da divisão administrativa espanhola conhecida como Andaluzia, mais precisamente, sua faceta ocidental. Também conhecida como Baixa Andaluzia, apresenta como principal característica física, que a diferencia da sua parte oriental, a depressão Bética, formada pelas terras que margeiam o vale do rio Guadalquivir. O território da Andaluzia Oriental, por sua vez, é composto em grande parte pelas cordilheiras Béticas.

Na Baixa Andaluzia, atualmente, encontramos o trecho final do vale do rio Guadalquivir, que é formado por uma imensa região pantanosa chamada Marismas do Guadalquivir. Entretanto, na Antiguidade, em especial no primeiro milênio a.C., a foz do rio era mais a nordeste, e naquela área havia uma entrança do mar conhecida como *Lacus Ligustinus*, referência tirada da obra *Ora Maritima de Avieno* (FERRER ALBELDA, 2012, p. 63). O mapa abaixo, que será utilizado e explicado mais precisamente no capítulo IV, mostra essa característica do litoral andaluz na Antiguidade, e algumas das localidades que aparecerão ao longo deste texto. Para esta tese, restringimos nosso olhar para a parte final do vale do rio Guadalquivir e para a zona litorânea da Andaluzia Ocidental.

Neste espaço, na passagem da era do Bronze para o período do Ferro (século X a.C.), floresce a cultura tartéssica, em particular a partir do século VIII a.C., com a chegada dos colonizadores fenícios, que fundam alguns assentamentos litorâneos, como Cádiz (para os fenícios, Gadir) e coabitam outros, juntamente com povos locais — Sevilha, naquele momento Spal, talvez seja o melhor exemplo de coabitação. Esses primeiros contatos, ou *Encontros Coloniais*, para usarmos o termo de Michael Dietler e Carolina López-Ruiz (2009), são encarados como o primeiro momento de integração das comunidades locais a partir da influência de povos forâneos. Nesse movimento de aproximação de povos locais entre si e com comunidades distantes, que perduraria até meados do século VI a.C., vemos atuar também outros atores, que não exclusivamente os

fenícios. Há indícios suficientes para considerarmos que produtos de diferentes comunidades de cultura grega eram consumidos pelos povos que habitavam o litoral do sudoeste da península Ibérica e seu interior imediato.

Figura 1. Mapa zona litorânea atlântica da Andaluzia ao final do I milênio a.C.

Há uma grande confusão na historiografia e na literatura arqueológica espanhola com relação a essas e outras questões cronológicas. Não bastasse o uso indiscriminado que ainda se faz de expressões como pré-história e proto-história para designar os períodos anteriores à chegada dos romanos em solo peninsular, é possível encontrar na produção acadêmica de pesquisadores das sociedades desta parte do mundo propostas de datações diversas. A partir dos anos 1980, passa a ser largamente utilizada a ideia de que houve um período do Bronze que teria perdurado entre os séculos XX e X a.C., sendo precedido pelo período Orientalizante, que se caracterizou como a transição entre a era anterior e a do Ferro. Esta etapa fora subdividida a partir das várias etapas do desenvolvimento da cultura ibérica por quase toda extensão da península a partir do século VI a.C. — surgindo, assim, os períodos protoibérico (séculos VI e V a.C.) e ibéricos inicial (séculos V e IV a.C.), pleno (séculos IV e III a.C.) e final, ou ibero-romano (séculos III a I a.C.). As origens dessa cronologia e seus problemas serão discutidos ao longo desta tese, mas desde já podemos destacar que ela é demasiadamente baseada nos aspectos da cultura material ibérica que não necessariamente influenciou as transformações pelas quais passaram as populações desse espaço que aqui nos interessa.

Recentemente, alguns autores propuseram uma divisão temporal que considera as especificidades do baixo vale do Guadalquivir e de sua população — dando origem à divisão em período tartéssico (séculos VIII-V a.C.); período tartéssico-turdetano (séculos V-III a.C.); período turdetano-imperial (século II a.C. em diante).

Como para a nossa pesquisa interessa menos a divisão temporal proposta pelas escavações arqueológicas locais, e mais a relação entre os eventos locais e os globais, em especial aqueles movimentos históricos relativos ao Mediterrâneo, optamos por um panorama histórico-cronológico que seria a mescla de todos aqueles que são amplamente aceitos para várias realidades históricas distintas. Portanto, temos que, do século VIII a.C. ao século VI a.C., é possível verificar que a presença de populações vindas do Mediterrâneo se intensifica, em especial de fenícios, e os Encontros Coloniais dão o tom das relações entre os povos forâneos e os locais. O século VI a.C. é um marco cronológico bastante importante para o espaço do sudoeste da península Ibérica, pois é possível verificar uma grande crise econômica, social e política que transforma radicalmente a realidade populacional — essa questão será amplamente trabalhada ao longo desta tese. A essa crise se segue um período de disputar por hegemonia sobre esse espaço: primeiramente entre Cádiz e Cartago, que disputam as heranças coloniais de Tiro (séculos V-III a.C.). Em seguida, verificamos a disputa por uma hegemonia do Mediterrâneo Ocidental interferir diretamente nas mudanças pelas quais as comunidades do baixo vale do Guadalquivir passavam entre os séculos III e I a.C. Essa divisão temporal atende muito mais nosso desejo de explorar as relações entre os acontecimentos locais com os processos mais amplos que marcaram a história dos povos no Mediterrâneo. Dentro desse arco temporal, nosso objetivo é entender como se desenvolveram os contatos entre as várias comunidades que habitaram este espaço ao longo do último milênio a.C.

Além disso, é nossa intenção pensar o papel de algumas delas nos vários momentos em que essa integração foi se construindo. Apesar de haver uma importante produção acadêmica sobre esse tema, especialmente oriunda de arqueólogos e historiadores espanhóis, não foi ela que motivou nosso interesse por esse objeto de estudo. Efetivamente, a pesquisa que resultou nesta tese começa a ser desenhada com a análise da *Geografia* de Estrabão, que desenvolvemos desde a Iniciação Científica. Os temas trabalhados naquela oportunidade foram aprofundados no mestrado e acabaram dando origem à grande questão que marca este doutorado. Nas análises da obra de Estrabão

concluímos que, dentre os espaços descritos por ele, a Turdetânia apresenta uma particularidade: na época de produção da obra, século I a.C. – I d.C., o litoral e as regiões interioranas estavam completamente integrados, conectados. Estrabão não só anunciava que litoral e interior eram civilizados (τὸ πολιτικόν), como também indicava uma presença tardia dos romanos no processo de construção dessa integração — tarefa compartilhada com fenícios, gregos e cartagineses —, o que nos levou, naquelas oportunidades, a criticar o uso do conceito de Romanização para tratar daquele momento histórico.

Com a proposição que fizemos sobre a obra de Estrabão, associada às análises mais recentes sobre o processo de ocupação e contato dos povos do sudoeste da península Ibérica, identificamos duas pontas de um processo, que, segundo pudemos apurar ao longo da pesquisa, raras vezes foram unidas numa única análise mais ampla. É assim que nasce esta tese, da tentativa de estabelecer um olhar de longa duração para a história do processo de integração desse espaço. Para realizar tal tarefa, optamos por, primeiramente, no capítulo um, definir melhor os limites do objeto. Apropriando-nos de um aparato conceitual da geografia, em especial dos debates sobre espacialização e regionalização feitos por Milton Santos, Sandra Lencioni e Paulo Cesar Gomes, discutimos não só do que se tratava a Turdetânia — se era uma região, uma paisagem, um espaço — e de como deveria ser abordada, mas também apresentamos o panorama das pesquisas feitas entorno deste tema. Os principais debates historiográficos e arqueológicos eram feitos por pesquisadores espanhóis, tais como Pellicer Catalán, Escacena Carrasco, Ferrer Albelda, García Fernandez, Sáez Romero, dentre outros. É o capítulo responsável por mapear a situação com a qual nos deparamos ao longo dos últimos anos.

Em seguida, no capítulo dois, procuramos estabelecer um diálogo entre as fontes escritas que descreviam as transformações da Turdetânia na segunda metade do primeiro milênio a.C. Começando pelos relatos mitológicos e pelos périplos, passamos pelos escritores helenísticos até chegar em grandes obras de sínteses históricas e geográficas, tais como Políbio, Estrabão, Tito Lívio e Plínio, o velho. No trajeto que percorremos, foi possível verificar que, para os escritores de línguas grega e latina, aquele espaço passou por uma série de transformações que moldaram sua caracterização ao longo do tempo. Essa parte do texto auxilia a entender como as principais informações que circulavam entre aqueles que tinham acesso a elas ajudavam a formar uma imagem desse trecho do

globo. Um espaço que foi tido por muito tempo como fim do mundo, desde muito cedo, habitou o imaginário dos leitores de textos em grego, e, posteriormente, em latim. Conforme as descrições e informações sobre a Turdetânia vão se tornando mais complexas, percebemos que o contato entre as várias comunidades locais vai se intensificando, a ponto de Estrabão poder taxá-la como uma das mais adaptadas às tradições culturais e políticas dos povos do mediterrâneo.

Se a análise da documentação escrita nos levava ao entendimento de que nosso objeto foi percebido como se integrando à realidade dos povos do mediterrâneo, no capítulo três, precisávamos analisar com mais cuidado o panorama material do sudoeste peninsular. Essa mudança na documentação a ser analisada era necessária para podermos ter outra perspectiva da realidade que se apresentava. Esse capítulo tem como objetivo mostrar que parte da história desse espaço era contada pelas produções cerâmicas que ali circularam por todo o período estudado, e que nós vislumbrávamos a possibilidade de recontar parte dessa história por outro viés. Muitos arqueólogos estudaram os conjuntos cerâmicos que optamos por analisar, entretanto, é importante destacar que Brian Shefton e Pierre Rouillard se destacaram pelos estudos das cerâmicas importadas de origem grega, Sebastián Celestino Pérez e Carolina López-Ruiz pelos dados relativos à cultura material tartessa, Ferrer Albelda e García Fernandez pelas pesquisas sobre a cultura turdetana, e, por fim, Ana Maria Niveau de Villedary y Mariñas, pela organização do conjunto cerâmico tipo Kuass, e Enrique García Vargas, principal especialista em ânforas do período romano.

O viés que destacávamos era o da Teoria das Redes. Sabendo que se tratava de uma ferramenta metodológica que estimula a análise de processos amplos de integração e conexão, elegemos tal teoria para pormenorizar a influência de três conjuntos de cerâmicas importadas que foram amplamente utilizadas pelas populações daquele espaço: as cerâmicas gregas, a “tipo Kuass” e as campanienses. O primeiro, um grupo bastante homogêneo de objetos cerâmicos trazidos, possivelmente, por mercadores de origem fenícia e que teve dois momentos bastante distintos de difusão entre a população local. O segundo conjunto fora a produção local que mais se difundiu pelo Sudoeste peninsular. Apesar de não se tratar de cerâmica importada *strito* senso, a cerâmica “tipo Kuass” ocupou um espaço importante como cerâmica de mesa de semiluxo entre essas comunidades, e serviu como exemplo de manutenção de um gosto local por uma moda

estrangeira. E, por fim, analisamos as cerâmicas campanienses, largamente entendidas como representantes dos índices de romanização das comunidades da Turdetânia.

Todos esses conjuntos foram estudados à luz da Teoria das Redes Sociais (*Social Network Analysis* – SNA), baseando-nos nos escritos de autores como Duncan Watts, Mark Newman e Stanley Milgran. Em particular, nos baseamos em grande medida num conceito desenvolvido pela arqueóloga Fiona Coward, conhecido como índice de similitude da cultura material, que adaptou algumas ferramentas metodológicas dessa teoria para suas análises sobre o período neolítico. Com esse aparato metodológico à nossa disposição, pudemos vislumbrar a formação de uma série de redes sociais que foram devidamente descritas e examinadas.

Cada um dos capítulos nos permitiu transitar entre o teórico e o prático, sempre buscando analisar o máximo de documentação possível. Ao fim, concluímos que os processos de integração verificados tanto nas fontes escritas quanto nas fontes arqueológicas têm vários pontos em comum, assim como uma série de discrepâncias. Estas, ao fim e ao cabo, demonstram que a integração se deu porque houve a formação de uma rede local, que se fortalecera com o tempo, ao ponto de as transformações provocadas pela presença romana, e amplamente descritas por Estrabão e Plínio, o velho, serem mediadas por essa rede prévia.

Nessas primeiras palavras que escrevemos, fica evidente que as fronteiras entre Arqueologia e História não são bem definidas nesta tese. Isso se dá, primeiramente, porque o campo dos Estudos Clássicos, ou Estudos da Antiguidade, não nos permite descartar determinadas fontes para pensar questões tão importantes. A distância temporal do período analisado, a opção por um arco temporal tão grande, e o desejo de analisar o contato entre comunidades ao longo do tempo, tudo isso nos coloca na posição de ter de examinar o máximo de documentos possível. Por um lado, a desvantagem de abordagens dessa natureza é que muitos dos documentos, escritos e materiais, acabam não recebendo a devida atenção, e, às vezes, a análise acaba pendendo para uma parte da documentação em detrimento de outras. Ainda assim, buscamos ao máximo o equilíbrio entre as partes. A vantagem, porém, é trabalhar com a maior quantidade de informações possível, na esperança de ordenar melhor os pontos de luz visíveis que aparecem na escuridão e no caos do passado (GUARINELLO, 2003, p. 47).

Portanto, é preciso deixar explícito aqui que em nenhum momento foi nossa intenção utilizar a Arqueologia como ciência auxiliar da História, com o velho uso da documentação material para “comprovar” o que anunciavam as fontes escritas. Fizemos um grande esforço para analisar cada tipo documental com metodologias específicas, fazendo as perguntas que demandavam cada uma das análises que empenhávamos. No momento final da tese, procuramos demonstrar que cada uma das conclusões apresentadas pelos diferentes conjuntos documentais apresentava semelhanças interessantes, que mereciam o olhar mais pormenorizado que lhes demos. Mas, ao mesmo tempo, respeitamos os resultados diferentes de cada exame, que não se anulavam, mas, pelo contrário, apontavam um cenário bastante diverso e heterogêneo, como é toda realidade humana. Nosso trabalho, portanto, segue à risca a ideia de dilatação do “território do historiador”, de Pierre Nora (1984). Segundo Philippe Ariès, “esse território estendeu-se a tudo o que é perceptível pelo observador social, sem exceção” (ARIÈS, 2005, p. 227).

Será possível perceber que nosso trabalho tem por pano de fundo a ideia de redes. Na maior parte desta tese, ela aparece como campo semântico, isto é, influenciado por nossa época, escrevo imerso em um mundo cada vez mais conectado, com suas vantagens e desvantagens sempre em nosso horizonte. Nesse sentido, há quase uma progressão do aparecimento da noção de redes, que culmina com o último capítulo em que tentamos aplicar de forma mais sistemática parte da metodologia da teoria das redes.

Essa metodologia está intimamente ligada à ideia de que há determinadas estruturas sociais que influenciam na atuação dos agentes de terminadas redes. Esse jeito de pensar a sociedade se aproxima e é completado por alguns conceitos chaves que perpassam essa tese. O primeiro deles é o de espaço, cujo uso derivamos do debate geográfico, amplamente explorado no capítulo 1, e que se baseia na premissa de Milton Santos de que “o espaço é o resultado da acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 1976, p. 21). Isso significa, entre outras coisas, que para um trabalho de História, em que a passagem do tempo é central, não há conceito melhor que não um que considere o acúmulo e o transcorrer da vida. O cotidiano — central a ele — é amplamente influenciado por aquilo que Norberto Guarinello chama de trabalho morto, que é o peso que o passado tem no presente. As estruturas sociais e o passado, portanto, existem “como trabalho morto que precisa[m] ser reproduzido[s] a cada dia” e “como realidade

preexistente com a qual temos que lidar” (GUARINELLO, 2004, p. 32). Ainda assim, o acúmulo de tempo, do passado e das estruturas não moldam o presente em sua totalidade. Portanto, há caminhos possíveis de se criar algo novo uma vez que o “trabalho se acumula, o trabalho acumulado muda de forma, as relações se alteram, em suma, nenhuma ação reprodutiva é plenamente eficaz” (GUARINELLO, 2004, p. 33).

Nessa lógica, temos, por um lado, um objeto de estudo que se caracteriza como um espaço nitidamente atlântico. Este mesmo espaço vê surgir algumas estruturas ou redes sociais que vão moldando as transformações pelas quais as populações locais passam ao longo do final do primeiro milênio a.C. Elas, por outro lado, são, de certa maneira, mediadas por pessoas e produtos vindos do Mediterrâneo. As práticas sociais oriundas dessa interferência externa não são um eterno suceder de novidades, mas sim o acúmulo sucessivo de trabalho morto em uma realidade local que lentamente vai se alterando. Posto de outra forma, esta pesquisa se propõe a pensar como processos de integração globais são recebidos e apropriados internamente, em espaços mais restritos. As questões que nos colocamos de aqui em diante são: como se comporta este espaço em meio àquelas duas realidades? Por quais transformações ele passa por estar nessa posição privilegiada? Como sua população vive e reage mediante esses dois mundos? São essas as questões que marcam nossa análise e é delas que nasce o título desta tese.

Se esta tese tivesse sido produzida há cinco anos, muitas das premissas que subsomem os debates que aqui apresentamos não teriam tanta relevância. Os últimos anos foram marcados pela ascensão de discursos nacionalistas que questionam processos de integração cada vez mais amplos e mais intensos. Se nos anos 1990 o processo de globalização era criticado por alguns grupos, que viam nos tratados de livre comércio e na atuação da Organização mundial do comércio a implementação maciça de projetos neoliberais e a implementação de políticas de austeridade que ameaçavam o estado de bem estar social, atualmente cresce o número de pessoas que identificam um espectro globalista que ronda e ameaça as identidades nacionais. Para esse grupo de pessoas, as fronteiras fluidas de alguns países provocam migrações em massa, que, por sua vez, geram um hibridismo cultural que ameaçaria as “tradições ocidentais”.

De uma forma ou de outra, processos de integração, independentemente de sua escala, tendem, por um lado, a ser questionados, revistos e repensados, mas, por outro lado, ao mesmo tempo, são percebidos como lineares e irrefreáveis. Portanto, escrever

uma tese sobre integração em um momento de reaquecimento do debate sobre os limites desse processo, ainda mais por um viés nacionalista, se apresenta não só como uma tarefa desafiadora, mas, também, necessária. Neste momento em que a própria atividade do historiador é questionada, em que as *fake news* pululam aos montes, em que determinados usos do passado — que considerávamos ultrapassados pelos debates sérios mais recentes — retornam das catacumbas do tempo, trabalhos que se proponham a pensar processos desse tipo são sempre bem-vindos.

1 UM ESPAÇO EM FOCO: DEBATE ACERCA DOS ESTUDOS SOBRE A TURDETÂNIA

“O espaço é o resultado de uma acumulação desigual de tempos”. (SANTOS, 1976, p. 21)

“O espaço do Mediterrâneo conheceu, entre os séculos X a.C. e V d.C., um grande processo de integração. Embora diferente do atual, é um campo histórico bem documentado, ao qual podemos fazer perguntas interessantes, que correspondam a algumas de nossas indagações mais prementes”. (GUARINELLO, 2013, p. 48)

1.1 Considerações iniciais

Pode-se dizer com certo grau de precisão que escrever sobre alguma das comunidades autônomas da Espanha nos últimos anos é uma tarefa muito interessante e, ao mesmo tempo, bastante complexa. A luta pela Independência da Catalunha tem feito renascer o debate acerca da unidade espanhola em uma dimensão que não se via, ao menos desde as questões envolvendo a independência do País Vasco, em especial desde as tentativas de acordo de paz e armistícios nos anos 1990 e 2000. Por outro lado, o crescimento do discurso nacionalista e “eurocético” entre a população espanhola é cada vez mais percebido¹. Pensar o processo de construção intelectual da ideia de uma região da Espanha — a partir de uma análise historiográfica referente à Antiguidade — ao final da segunda década do século XXI nunca pareceu tão necessário e útil, mas ao mesmo tempo uma empreitada difícil e delicada.

Abordar esse tema da perspectiva de um pesquisador brasileiro é ainda mais desafiador, não só pela dificuldade de se fazer ciência em um país assolado pelo caos institucional² e pela escalada autoritária de perseguição a quem faz ciência. O desafio se dá, também, pela necessidade de demonstrar a relevância de tal questão para nosso país. No capítulo introdutório, tratamos da importância de discutir conceitos históricos e geográficos, tais como integração, globalização, região, paisagem, entre outros. Não pretendemos, contudo, entrar no mérito do debate sobre o crescimento de movimentos

¹ As eleições para os parlamentos regionais na Espanha em 2018 marcaram a ascensão do partido de extrema-direita Vox, conhecido por suas bandeiras anti-independentista, nacionalista e contrária à União Europeia.

² Ocasionado pelo golpe de Estado deflagrado em 2016 contra a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff.

independentistas no Brasil nos últimos anos, importante e relevante, mas que tangencia o tema desta tese. Atentemo-nos, todavia, às seguintes questões que evidenciam o quão imperativa é a abordagem que aqui propomos: qual o papel de uma região periférica, porém reconhecida pela suas riquezas naturais, em um processo de integração em escala global? Como este espaço é afetado pelos distintos reordenamentos que esse processo lhe impele? O que o estudo de uma região pode nos dizer sobre o todo ao qual ela pertence? Estas e outras questões podem ser aplicadas tanto para o sudoeste da península Ibérica na Antiguidade, quanto para o Brasil atual. Como escreveu o professor Norberto Guarinello: “os historiadores precisam escrever uma História que faça sentido para as preocupações do presente” (GUARINELLO, 2013, p. 14)³. Apesar de este trabalho não ser um estudo comparativo entre a Turdetânia do final do primeiro milênio a.C. e o Brasil no século XXI, essa relação nunca deixará de estar em nosso horizonte.

Como afirmamos na Introdução, o espaço que interessa para esta pesquisa é difícil de delimitar e nomear. O que hoje se conhece como Andaluzia Ocidental já foi o “fim do ecúmeno”, a “terra de gigantes”, o “lar da terra de ouro e dos reis longevos”, “reino dos tartessos”, Turdetânia, Bética, entre outros⁴. Todas essas definições foram atribuídas à mesma parte da Península Ibérica, em momentos distintos. Nosso interesse por essa localidade é fruto da leitura do relato apresentado por Estrabão em sua *Geografia* ao final do século I a.C. Atentemo-nos para um dos trechos do capítulo dedicado à descrição da Península Ibérica⁵:

A extensão desta região (χώρα) não é maior que 200 estádios, isto é, em comprimento e largura, mas ela contém um incomparável número de cidades — de fato, pelo menos duzentas. Aquelas mais conhecidas estão situadas próximas dos rios, nos estuários e no mar; e isso devido às relações comerciais. Mas as duas que mais cresceram em fama e poder são Corduba, que foi fundada por Marcellus, e a cidade dos gaditanos: a última por conta do comércio marítimo e por sua associação com os romanos; a primeira por conta da excelência do solo e a extensão do seu território, além do rio Baetis (Guadalquivir) ter contribuído bastante nesse crescimento. (ESTRABÃO, 3.2.1 — tradução nossa)

³ E acrescenta: “[A História Antiga] é uma forma de nos referirmos a uma História regional, específica de uma parte do globo terrestre e que, nem por isso, deixa de ter grande importância para a compreensão do mundo atual e da posição que nós, brasileiros, ocupamos nele” (GUARINELLO, 2013, p. 14-15).

⁴ Estas nomenclaturas são encontradas em várias fontes ao longo da Antiguidade. Elas serão melhor delineadas no capítulo 2, quando pretendemos analisar com mais profundidade cada uma das referências feitas à Turdetânia e à cidade de Cádiz.

⁵ No capítulo seguinte analisaremos mais detalhadamente esta e outras fontes do mesmo período.

O interesse por essa fonte não é exclusividade nossa. O tema é um dos que mais tem mobilizado classicistas nos últimos anos, em especial os espanhóis. Recentemente, em novembro de 2018, foi lançado o livro *Roman Turdetania*, pela editora Brill, e um dos principais historiadores desta região, Gonzalo Cruz Andreotti, abre o livro ressaltando exatamente o quão essencial é o estudo da *Geografia* de Estrabão para o conhecimento da história da Turdetânia (CRUZ ANDREOTTI, 2018, p. 1).

Essas palavras de Estrabão apresentam, ao menos, quatro aspectos que merecem um olhar mais cuidadoso. Em primeiro lugar, é preciso analisar a forma pela qual Estrabão trata a Turdetânia: *χώρα*. Frequentemente traduzida por região — conceito geográfico que exige determinados cuidados, como veremos adiante —, esta expressão demanda uma breve análise dos seus limites conceituais para que possa ser útil na continuidade de nosso trabalho. Esse movimento metodológico será associado à apresentação do debate acerca da origem do topônimo “Turdetânia”, para que possamos, em seguida, verificar se os debates geográficos contemporâneos sobre regionalização são úteis para a continuidade de nossa pesquisa. Uma vez definidos os parâmetros do nosso objeto de análise, teremos a possibilidade de historicizar essa “região” a partir das fontes escritas no capítulo seguinte.

O segundo aspecto que se pode inferir a partir da leitura do trecho exposto é a valorização da quantidade de cidades que ali existem — com destaque para aquela que nos é mais cara, Cádiz⁶, a “cidade dos gaditanos”. O alto grau de urbanização é uma das principais características da Turdetânia de Estrabão, e a que a distingue do resto da península Ibérica. As diferentes origens dessas cidades (fenícias, turdetanas, bastetanas, romanas, etc.) é um importante aspecto a se considerar. Essa qualidade que o autor atribui à região é tema recorrente na historiografia, em especial na Espanhola, e deste debate também trataremos em detalhes posteriormente. Entretanto, o fato de Cádiz pertencer à Turdetânia estraboniana — e este é o terceiro aspecto que ressaltamos — é um ponto pouco abordado pelos estudiosos dessa região. Tratar esta questão é uma das novidades que pretendemos apresentar nesta tese.

⁶ Optamos nesta tese pelo uso do topônimo moderno Cádiz, para evitar quaisquer confusões na análise. A cidade originalmente chamava-se Gadir, que em fenício significava “fortaleza”, ou “área murada”. As fontes em grego utilizam largamente o nome Gadeira. Os escritos em latim apresentam a denominação Gades. Atualmente, encontramos duas grafias reconhecidas para o português: Cádiz ou Cádiz, ambas derivando do árabe *Qādis*.

Por fim, o último aspecto a ser enfatizado é a intensa relação entre litoral e interior da Turdetânia. Pode-se argumentar que essa ideia não é tão evidente nesse trecho, uma vez que ela é corroborada apenas pelos destaques que ganham os rios (que nascem no interior da península e cortam a região) e as duas cidades mais importantes: Córdoba, localizada no interior, e Cádiz, no litoral. Entretanto, em outras partes da obra de Estrabão, assim como em outros autores, imaginamos ser possível verificar uma forte integração entre elas. Essa constatação carece de uma verificação mais atenta, e será, assim, tratada como hipótese a ser trabalhada ao longo desta tese.

O capítulo tem como objetivo, portanto, dar os primeiros passos de uma análise sobre esta parte do mundo conhecido por gregos e romanos. Iniciemos, assim, com uma questão simples, mas ao mesmo tempo abrangente: o que é a Turdetânia?

1.2 Em busca de uma definição de *Χώρα*

1.2.1 *Χώρα* e os estudos da Antiguidade

Começando pelo primeiro aspecto ressaltado no trecho acima, destrinchemos um pouco melhor a terminologia utilizada por Estrabão. Se buscarmos as várias definições de *χώρα* contidas no léxico Liddell-Scott-Jones, encontraremos as seguintes definições: (1) espaço ou local (*space or room*) no qual uma coisa está, espaço este definido como parcialmente ocupado; (2) local adequado de uma pessoa ou coisa; (3) metáfora para posto, lugar ou posição; (4) terra (*land*); território (*country*); (5) o campo, em oposição ao espaço urbano⁷. Em linhas gerais, *χώρα* é um termo utilizado para descrever determinadas localizações, assim como é empregado quando se pretende tratar de um determinado espaço.

A quinta tradução apresentada é aquela que mais tem sido debatida por historiadores da Antiguidade, e, ao mesmo tempo, a que mais nos parece se distanciar do uso proposto por Estrabão. Hansen, em seu pioneirismo no estudo das origens da cidade antiga, destaca que *χώρα*, nas fontes escritas, é a palavra que está mais ligada à polis. *Χώρα* pode ter, para ele, dois usos distintos, significando hinterlândia e território, e,

⁷<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=xw%2Fras&la=greek&can=xw%2Fras0&prior=th=s&d=Perseus:text:1999.01.0197:book=3:chapter=2:section=1&i=1#lexicon>. Acessado em 23/04/2018.

dependendo do uso que se faz da palavra polis que a acompanha (cidade ou Estado), *χώρα* é uma extensão da polis ou um espaço mais amplo (HANSEN, 2006, p. 57). A discussão feita por Hansen é interessante pois ele afirma que a agência era sempre da polis, e nunca da *χώρα* — por exemplo, guerras eram sempre entre cidades e não entre os territórios. Essa é uma diferença fundamental para os Estados Nacionais Modernos, em que o país como um todo (*country*) possui relevância, e não cidades específicas. Para ele,

the most plausible explanation of this difference is that the typical polis had only one city, which was also its political centre, whereas the countries that grew up in the Middle Ages had neither a political centre nor a capital city: the king and his court travelled from city to city and from castle to castle, so that it was not possible to identify the power of the state with a specific locality in the state and the state could only be identified with the whole country, as aforesaid (HANSEN, 2006, p. 58).

Apesar dessa posição privilegiada da polis nas fontes e nos estudos clássicos, a *χώρα*, por ser ocupada por “agricultores, os pastores e criadores de ovelhas, cabras e os caçadores [...] e, também, [porque] lá havia santuários, pequenas capelas e, nas fronteiras, grandes templos” (HIRATA, 2009, p. 4), isto é, por ser um espaço ocupado, tem interessado, e muito, aos historiadores e arqueólogos nos últimos 40 anos. Raoul Lanis, em *La Cité dans le Monde grec* reitera a impossibilidade de se separar estes dois termos, pois

a dupla cidade/território era, é preciso repetir, indissociável na definição de cidade. O laço era muito forte entre os camponeses e os cidadãos, mesmo nas cidades que davam bastante importância ao comércio marítimo. [...] Ásty e khóra estavam, portanto, unidas por laços múltiplos: econômicos, sociais, militares e religiosos e não conseguiríamos estudar a cidade grega sem enfrentar, a todo instante, essa dualidade que fundamenta sua existência (LONIS, R., 1994, p. 9)⁸.

Apesar do evidente peso do conceito nos estudos das polis, os trabalhos que buscam pensar as várias noções de *χώρα* têm sido aqueles que procuram refletir acerca da ideia de Corografia — o ato de descrever uma *χώρα*. Um importante texto que tem essa preocupação é *The Concept of location in Classical Geography*, do geógrafo americano Fred Lukermann (1961). O autor inicia sua obra lembrando que na

⁸ Tradução de Maria B. B. Florenzano, disponível no site do Laboratório da Cidade Antiga (LABECA-USP), http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/traducoes/lonis_cidade_e_territorio.pdf acessado em 12/11/2018.

Antiguidade o conceito filosófico de “onde” era extremamente importante, não só para “geógrafos” como Estrabão, Eratóstenes e Ptolomeu, mas também para outros pensadores (LUKERMANN, 1961, p. 194). Lukermann aborda a ideia de corografia colocando-a como uma das três maneiras de se pensar o “onde” identificadas por Ptolomeu em sua *Geographike Uphegesis*. Nesta, o geógrafo do século II d.C. apresenta a Geografia, a Corografia e a Topografia como os melhores “caminhos” para se encontrar o “onde”. Lukermann observa que, para Ptolomeu, a Geografia é a “representação, em mapa, da porção do mundo conhecido por nós, juntamente com suas características gerais”, a Corografia “se preocupa exclusivamente com regiões particulares e as descreve separadamente, representando praticamente tudo das terras em questão, até mesmo os menores detalhes”, e a Topografia descreve, em detalhes, uma determinada localização (LUKERMANN, 1961, p. 195). Ele lembra também que, para estes e outros pensadores da Antiguidade, enquanto a Geografia lidava com dados mais quantitativos, a Corografia precisava da topografia e se apropriava de dados mais qualitativos.

Jesse Simon (2013), ao analisar a noção de corografia na obra de Ptolomeu, escreve o seguinte a respeito de *χώρα*:

the first part of the word, however, presents us with something of a grey area: *χώρα* often refers to land or country in an indefinite, non-political sense, while *χωρος* is neither as specific as a local place (*τόπος*) nor as all-encompassing as *γῆ* or *κόσμος*. It has been recently suggested that *χωρος* may be understood in a similar way to the modern concept of ‘landscape’, that is, an area of land that can be apprehended and experienced by an observer (SIMON, 2013, p. 31).

Essa breve (in)definição apresentada por Simon traz um elemento novo àquele observado no léxico já citado. *Χώρα*, frequentemente, não apresenta limites identificáveis e não se refere a uma ‘localidade específica’ — contrastando com *τόπος* — ou abrangente — como ‘terra’ (*γε*) e ‘cosmo’ (*κοσμος*). Além disso, o componente da apreensão e da experiência deve ser considerado como fator definidor do conceito, isto é, coloca a experiência humana como característica intrínseca ao uso do termo.

Observando ainda o que é apresentado por Lukermann (1961), existe, dentro do que ele chama de Literatura Geográfica⁹, a partir do século V a.C., uma crescente

⁹ Para Lukermann (1961), ao longo de toda a Antiguidade, pode-se identificar uma grande preocupação com relacionar os homens a lugares. À primeira fase de produção de textos com essa inquietação, que remonta aos textos de Homero, ele dá o nome de Idioma Geográfico. Neste momento surge a ideia de “como descrever ‘onde’ algo aconteceu”. A Literatura Geográfica em si surge com Hecateu de Mileto e

preocupação em definir e precisar alguns termos, tais como *γε*, *τόπος* e *χώρα*. Sobre este último, ele afirma que, dentro da literatura clássica, não se deve traduzi-lo como espaço absoluto ou vazio, pois o termo

“literally means ‘room’ and may safely be translated in context as area, region (*regio*), country (pays) or space/place — if in the sense of the boundary of an area. Choros technically means the boundary of the extension of some thing or things. It is the container or receptacle of a body” (LUKERMANN, 1961, p. 200).

Portanto, uma das primeiras conclusões que precisam ser consideradas ao analisarmos o que Estrabão entende por *χώρα* ao se referir à Turdetânia é a de que ele a entende como uma área sem limites claramente identificáveis¹⁰. Este aspecto corrobora uma análise muito comum da *Geografia* de Estrabão, que é colocada por muitos especialistas como uma obra de transição entre a tradição helenística (globalizante e processual) de descrever o mundo e a visão administrativa romana (CRUZ ANDREOTTI, 2006, p. 259). Isto é, apesar de Estrabão estar interessado tanto em localizar a Turdetânia espacial, temporal e culturalmente em uma tradição civilizatória mediterrânica¹¹, quanto em delinear seus limites detalhadamente com o objetivo de ordenar o espaço para viabilizar seu controle político-administrativo, acreditamos que a primeira abordagem aparece com mais força em sua obra¹². Essa tentativa de estabelecer demarcações mais precisas ocorre apenas ao final do livro III, quando Estrabão, em poucas linhas, descreve a divisão administrativa em vias de implementação pelos romanos:

Atualmente, algumas das regiões foram declaradas como pertencentes ao povo e ao senado, enquanto outras pertencem ao imperador dos Romanos. Assim, a Bética pertence ao povo e é enviado para lá um pretor, que traz consigo um questor e um legado. A sua fronteira, para oriente, situa-se nas proximidades de Castulo. O território restante pertence a César. São enviados, em seu nome, dois legados, um com funções pretorianas, o outro com funções consulares. O pretoriano tem consigo um outro legado, para aplicar a justiça aos Lusitanos,

seu *Ges Periodos* (Circuito do Mundo) no século V a.C. Os textos deste e de outros autores passam a ser influenciados por relatos de viagens náuticas cada vez mais constantes nesta época (LUKERMANN, 1961, p. 198).

¹⁰ No capítulo seguinte, ao analisarmos as fontes escritas em detalhe, retomamos esta questão e verificamos como as fronteiras apresentadas por Estrabão, e por outros escritores da Antiguidade, são, de fato, difíceis de delimitar.

¹¹ “En este contexto se explica perfectamente que el caso turdetanos sea el único en todo el libro III en el que podemos integrar de una forma más o menos coherente el territorio con una historia antigua mediterránea pos-troyana” (CRUZ ANDREOTTI, 2006, p. 259).

¹² Esse aspecto, assim como tantos outros mais específicos sobre a Geografia, será trabalhado com mais profundidade no capítulo 2.

que fazem fronteira com a Bética e se estendem até ao rio Douro e à sua foz (de facto, é assim que chamam, no momento presente, especificamente a este território; aí se encontra também Augusta Emerita). (ESTRABÃO III.4.20)¹³

Este trecho é amplamente estudado por conta do debate sobre as transformações “civilizatórias” provocadas pelos romanos, que teriam pacificado parte da população, que, naquele momento, vivia à maneira itálica¹⁴. Contudo, é bastante significativo que o geógrafo mude inclusive o vocábulo utilizado para se referir ao mesmo espaço em análise: se a Turdetânia era uma *χώρα* com limites difíceis de demarcar, a Bética é uma *ἐπαρχία* (província), com funções administrativas específicas e governada a partir da lógica do dominador romano.

A segunda conclusão à qual podemos chegar a partir das ideias de Lukermann (1961) é o fato de *χώρα* não poder ser entendida como um espaço estéril, isto é, todo o conteúdo do espaço delimitado por essa expressão é parte integrante da sua definição. Em outras palavras, quando Estrabão categoriza a Turdetânia como uma *χώρα*, seu objetivo é demonstrar que um dos seus elementos definidores é a população que vive naquele espaço. Usar essa expressão significa chamar atenção para aquilo e aqueles que estão no interior da *χώρα*. Por outras vias de análise que não o debate sobre o conceito de *χώρα*, Cruz Andreotti destaca a importância que os turdetanos ocupam no livro III da *Geografia*:

“Estrabón eleva a Turdetania — dentro del conjunto de los territorios hispanos — a la categoría de paradigma de un proceso histórico de larga duración, en la que a sus cualidades excepcionales inherentes a un territorio y un pueblo singulares (*pronoia*), se le suma su capacidad para aprender de aquéllos que vienen de fuera (*simpatéia*), hasta desembocar en el modelo idealizado de civilidad y cultura en torno al modo de vida urbano, que da estabilidad social y progreso económico. [...] En este contexto, una gran etnia con fuertes bases en el pasado (lengua, cultura y tradiciones históricas), pero consolidada al calor de la prosperidad romana — a decir de Estrabón —, unida a un territorio homogéneo y privilegiado, son condiciones previas sin las que no podría darse todo lo demás”. (CRUZ ANDREOTTI, G. 2006, p. 264)

Ainda que deixemos para o próximo capítulo nossa análise da Turdetânia em Estrabão e em outras fontes escritas — onde apresentaremos pontos em comum com a análise de Cruz Andreotti, mas, também, certa discordância quanto a alguns elementos

¹³ Tradução encontrada em DESERTO, J. e Pereira, S. H. M. **Estrabão. Geografia. Livro III: Introdução, tradução do grego e notas**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra University Press, 2016.

¹⁴ Para um debate mais aprofundado sobre a questão dos togati e da latinização da Península Ibérica, ver CANTO, A. M. **Sinoicismo y stolati em Emerita, Caesaraugusta y Pax: Uma relectura de Estrabón III.2.15**. *Gerión*, 19. 2001: 423-474.

centrais —, é interessante notar como a ênfase na população deste espaço é relevante para estudiosos que se interessam por essa fonte e por essa localidade.

1.2.2 O aspecto sensorial e a Paisagem

Analisando um pouco mais a ideia de *χώρα*, o termo está bastante presente em trabalhos de filósofos e arquitetos, que buscam discutir exatamente a interação entre os diferentes lugares e seus frequentadores. Este destaque se deve à retomada da ideia de *χώρα* para Platão.

Ao abordar as três formas elementares da existência em *Timeu*, Platão apresenta a primeira como sendo o “Modelo”, que se encontra no campo da inteligibilidade, das leis naturais e da racionalidade; a segunda é a “cópia do Modelo” e seria somente acessível através dos sentidos; e a terceira é a “*χώρα*”, que oferece as condições iniciais para as coisas se materializarem, que dá significado às relações entre o presente, o começo e o vir-a-ser. A *χώρα* de Platão é a fonte da identidade e da vida conectada à materialidade e ao nascimento (KYMÄLÄINEN, P. e LEHTINEN, A. A., 2010, p. 252).

Quase todos os trabalhos que analisam as relações entre geografia e corografia, como o de Jesse Simon, anteriormente citado, atribuem a Ptolomeu a responsabilidade de fazer a transposição desta noção platônica de *χώρα* para o mundo da geografia. Ao aplicar a visão cosmológica de Platão, Ptolomeu propôs uma abordagem corográfica que conectava eventos regionais aos momentos em que ocorreram (KYMÄLÄINEN, P. e LEHTINEN, A. A., 2010, p. 252). A ideia dessa abordagem era reunir informações regionais na forma de representações pictográficas. Para Jesse Simon, tanto a geografia quanto a corografia fazem uso da representação cartográfica, entretanto, “o que diferencia essas duas disciplinas, de acordo com Ptolomeu, seria o nível de detalhamento, o escopo do artefato e a habilidade do artesão” (SIMON, 2013, p. 31).

Para a geógrafa e o geógrafo finlandeses Päivi Kymäläinen e Ari A. Lehtinen, uns dos poucos que, atualmente, estudam a influência deste conceito na Geografia, ao se analisar mais a fundo a etimologia de *χώρα*, pode-se afirmar que ela está enraizada em expressões como “lugar, lugar onde se mora, lugar habitável, ou um local marcado” (KYMÄLÄINEN, P. e LEHTINEN, A. A., 2010, p. 252). Eles também lembram que é possível traduzir *χώρα* por residência, habitação, campo, cidade, região, local de nascimento ou mesmo a Terra (KYMÄLÄINEN, P. e LEHTINEN, A. A., 2010, p. 252).

Apesar disso, como dissemos anteriormente, *χώρα* deve ser, segundo os autores, diferenciada de *τόπος*, uma vez que este sempre é usado para se referir a locais conhecidos, determinados, enquanto aquela é muito mais instável, fazendo referência a “locais em progresso” (KYMÄLÄINEN, P. e LEHTINEN, A. A., 2010, p. 252). Estes pesquisadores analisam que a ciência geográfica tem se pautado mais pelo *τόπος* do que pela *χώρα*, isto é, tem imperado uma visão que privilegia as localidades definíveis, passíveis de serem estudadas empiricamente. Eles defendem, todavia, que estudos que reconsideram o papel da *χώρα* podem ser bastantes úteis, uma vez que

“choral sensitivity could help in paying more detailed attention to the activity of individuals and their communities amidst social changes. Geographies of chora could be developed towards study formulations where the becoming of individuals and their communities is thoroughly bound but not reduced to the more general conditions of social change” (KYMÄLÄINEN, P. e LEHTINEN, A. A., 2010, p. 259)

É possível que, apesar de estar no cerne da retomada dos estudos geográficos da Antiguidade, com Ptolomeu e Platão, *χώρα* tenha sido negligenciada pela ciência geográfica como conceito por conta de seu aspecto sensorial e errático, sendo preterida pela noção de *τόπος*. Ainda assim, nos últimos anos, há uma retomada das características associadas a *χώρα*, que buscam entender como os habitantes de um espaço o vivenciam e o alteram e como são alterados por ele. Não só na Geografia esse movimento é sentido, mas também em áreas como a Arqueologia, em que as noções como Paisagem e Arqueologia dos Sentidos se fazem cada vez mais presentes.

Uma boa maneira de ilustrar o peso que a noção de paisagem tem ganhado na arqueologia clássica é examinando o que escrevem os teóricos Kurt F. Anschuetz, Richard H. Wilshusen e Cherie L. Scheick no texto *An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions* (2001). Para eles, “o paradigma das paisagens tem o potencial de facilitar a identificação de um padrão que conecta observações discrepantes no ceio das interações das comunidades com os ambientes” (ANSCHUETZ, WILSHUSEN e SCHEICK, 2001, p. 163), isto é, uma abordagem por paisagem permite tirar o foco de um único agente transformador (como a presença romana é tradicionalmente abordada) e buscar entender como, a partir da delimitação de uma paisagem, poderíamos entender as diferentes dinâmicas que afetam o cotidiano de diferentes comunidades que a habitam.

Em um texto que propõe pensar as questões metodológicas envolvidas no trabalho com arqueologia da paisagem, a professora Maria Cristina Kormikiari lembra que abordagens dessa natureza:

“trabalham a cultura material e todas as intervenções humanas em um dado meio ambiente, por toda uma região, e não se concentrando em escavações em sítios específicos. A intenção é recuperar a ocupação humana dos espaços, pensando como as comunidades transformaram espaços físicos em locais com significação” (KORMIKIARI, 2012, p. 282).

Assim sendo, a abordagem pela paisagem não só permite a delimitação e a organização de um conjunto de dados dispersos, como também coloca como foco do trabalho a ocupação humana e a busca por padrões de assentamentos.

Um ótimo exemplo de aplicação desta abordagem é o estudo da Sardenha antes da presença romana levado a cabo por Peter Van Dommelen. Este autor parte de um conceito bastante interessante que é o de situações coloniais. No livro *Colonial Interactions and Hybrid Practices* (2005), vemos que seu objetivo é apresentar a situação dos estudos arqueológicos mediterrânicos, e mostrar que a grande contribuição da teoria pós-colonial (influenciada por intelectuais dos estudos literários, como Edward Said e Homi Bhabha) para a arqueologia é repensar o termo “colonialismo” e fazer uso de conceitos como o de Hibridização para estudar as iniciativas coloniais fenícias e a expansão púnica. Entretanto, essas abordagens devem levar em consideração as características locais e as interações com cada um dos povos que entraram em contato com fenícios e cartagineses, uma vez que são geradas práticas híbridas que podem ser apreendidas a partir da análise da cultura material.

Van Dommelen coloca a arqueologia da paisagem em prática ao analisar a região centro-ocidental da Sardenha, e como a presença púnica causou uma transformação da paisagem e da produção agrícola com a implementação de um novo padrão de assentamento. Dentre várias conclusões, ele propõe que a presença cartaginesa não se baseou nos grandes latifúndios (visão tradicional), mas na manutenção das pequenas propriedades (VAN DOMMELEN, 2005, p. 144-145). Entretanto, o colonialismo de Cartago aproximou as comunidades do litoral e do interior, integrando a produção local à rede mediterrânea sob seu controle. Além disso, houve também o aumento dos contatos regionais, e a população local, particularmente dos sítios de Truncu e Molas, se via imersa

em um conjunto de redes de conexões locais e ultramarinas (VAN DOMMELEN, 2012, p. 509).

A tradução de *χώρα* por paisagem pode, num primeiro momento, parecer bastante útil, uma vez que ela aproximaria nossa metodologia aos mais inovadores trabalhos em andamento. Entretanto, há um elemento intrínseco no uso desta terminologia, que é seu caráter sensorial, o qual necessita ser melhor esmiuçado. Para tanto, faz-se mister continuar verificando como essa característica de *χώρα* foi tratada dentro da Geografia, ciência que melhor soube lidar com essa questão.

1.2.3 A visão geográfica

Em artigo recente, Kenneth Olwig (2008) procurou examinar a trajetória da ciência geográfica através de um extenso debate sobre a noção de corografia nas diferentes fases do fazer geográfico. Sua proposta de análise consiste em aproximar a noção de *χώρα* à de *land* (território) e, conseqüentemente, corografia de *landscape* (formato do território¹⁵), pois

“chorography can be understood as a discipline concerned with the shape of a land as a place. The similarities between the meaning of land and choros, and between landscape and chorography, would thus have facilitated the application of the term landscape both to prospect paintings of places and preexisting regions, typical of the Netherlands, and to the ideal scenes produced by Italian Renaissance painters”. (OLWIG, 2008, p. 1848)

Para Olwig, essa confusão de terminologias mostra que a corografia esteve presente em quase todas as etapas do desenvolvimento do pensamento geográfico ocidental. Desde o Renascimento, que retoma diretamente as obras de Ptolomeu, passando por Kant e chegando aos debates que marcam as primeiras etapas do estabelecimento da geografia como ciência, entre os séculos XIX e XX, com Carl Sauer e Richard Hartshorne, o papel da corografia é frequentemente debatido.

Sauer, segundo Olwig, defende o uso da corografia para pensar o espaço, pois, para ele, é preciso pensar paisagens específicas tomadas como lugares, sem que haja

¹⁵ “The meaning of the suffix -scape is fairly complex, but it can, following the geographer Sauer, be translated simply as ‘shape’. To shape is a creative act, but it also results in a given form, also called a shape, and the character of this shaping is expressed by whether the resultant shape can be considered to be in good shape, or bad shape, in proper shape, and so on” (OLWIG, 2008, p. 1848)

diferenças terminológicas. Este, ao buscar uma geografia que se afastava do determinismo ambiental e do positivismo do XIX, encontra na *χώρα* uma “paisagem política”, influenciada e construída pelos seres humanos, que melhor atendia seus anseios de uma ciência mais moderna (OLWIG, 2008, p. 1856). Hartshorne, por sua vez, defendia a geografia como “ciência do espaço”, isto é, ela não deveria ser uma atividade descritiva de determinadas regiões, mas sim um trabalho analítico de várias regiões traçadas em um mapa. Olwig afirma que Hartshorne fazia algo como uma abordagem corológica¹⁶, e não corográfica¹⁷, como defendia Sauer. Entretanto, é a visão daquele que marcará a ciência geográfica ao longo do século XX, e, assim,

“once mainstream geography was defined as spatial science, the situation was ripe for a more modern, and modernist, generation of geographers to perpetuate the logic of the Ptolemaic heritage of geography in concluding that choros, in the form of unique chorologic regions, played no role in a generalizing science of space that relied on quantitative methods. The geographers of the mid-20th-century quantitative revolution kept Hartshorne's spatial science, and his positivism, but they rejected his chorology. With the quantitative revolution and its functional regions, the notion of choros largely disappeared from mainstream geography, along with the regional geography of particular places” (OLWIG, 2008, p. 1857).

Contudo, como havíamos mencionado anteriormente, nas últimas três décadas é possível observar uma retomada do conceito de *χώρα*. Olwig entende que, sob uma grande influência de Derrida e Eisenman, essa nova fase de valorização do conceito se dá, primeiro, pela vontade dos geógrafos pós-modernos de retomarem a agência em suas análises, não só dos seres humanos, mas também do meio ambiente como ator ativo nas interações das paisagens enquanto cenários (OLWIG, 2008, p. 1858). Em segundo lugar, porque a polissemia do termo *χώρα* permite que essas paisagens sejam vistas como “locais políticos, ou mais comumente, como locais investidos, em oposição ao espaço abstrato” (OLWIG, 2008, p. 1850). A análise de Derrida sobre este conceito é de que ele representaria o lugar onde as coisas acontecem, e esta proposta de interpretação é o que permite aos geógrafos pós-modernos utilizar a abordagem cênica — em que a paisagem é vista como um cenário.

¹⁶ “Estudo das distribuições geográficas das espécies de seres vivos” (HOUAISS; VILLAR, 2009).

¹⁷ “Descrição ou representação de um país, região ou área geográfica particular, num mapa ou carta, que explicita visualmente, através de código(s), as suas características mais notáveis” (HOUAISS; VILLAR, 2009).

1.2.4 *Χώρα* como Região?

Se paisagem é uma possível tradução de *χώρα*, e tem marcado várias das ciências que lidam com essa noção, como bem vimos o tratamento dispensado à paisagem na Arqueologia de Van Dommelen, frequentemente esta expressão também é traduzida por “região”. Mesmo sendo um conceito tão importante para o debate geográfico, não há discussões que busquem pensar a relação entre ele e a expressão grega. Isso se deve, possivelmente, à etimologia de região e ao seu contexto de retomada na ciência geográfica. Paulo Cesar da Costa Gomes aponta que os homens do século XVIII — os pioneiros da geografia como ciência — se colocavam questões muito parecidas com aquelas discutidas ao final do primeiro milênio na bacia do Mediterrâneo. Segundo ele, a palavra região deriva do latim *regere* e “era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma” (GOMES, P. C. C., 2000, p. 50).

O contexto de surgimento desse conceito está atrelado à necessidade de conciliar o poder central sobre uma grande área composta por uma diversidade social, cultural e espacial. Segundo Gomes, cientistas do século XVIII adotavam paradigmas muito parecidos com aqueles vigentes no período de consolidação do Império Romano, isto é, em ambos os casos se discutiam a “centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido”, (GOMES, P. C. C., 2000, p. 52). A peculiaridade do século XVIII em diante é que vemos renascer, também, debates acerca de conceitos como nação, comunidades territoriais, território, etc.

A partir de princípios do século XX, o conceito de região retorna com vigor ao debate geográfico. Nesse contexto, região passa ser lido como um elemento da geografia física, em que a região natural deveria ser o objeto de estudo dos geógrafos. Assim, nesse momento, ganha força a ideia de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade. Trata-se do debate determinista, que possuía ramificações em outras disciplinas humanas, como a História e a Sociologia. Gomes lembra que Lucien Febvre é um dos primeiros intelectuais na primeira metade do século XX a escrever contra a ideia de que o meio influencia as sociedades humanas. Febvre

prefere a abordagem “possibilista”, isto é, a ideia de que natureza até pode moldar certos gêneros da vida, mas é a sociedade que tem a responsabilidade da escolha, “o meio ambiente propõe, o homem dispõe” (FEBVRE apud GOMES, 2000, p. 56).

O movimento que se verifica na sequência à crítica do determinismo é de uso das regiões como unidades básicas do saber geográfico e não como unidades morfológicas e fisicamente pré-construídas. Gomes afirma que, para os geógrafos da segunda metade do século XX, a região é resultado do trabalho humano em um determinado ambiente e que se verifica, assim, o surgimento do conceito de região geográfica ou região-paisagem: “determinada porção do território que possua certa unidade fruto da ação humana (econômica, cultural, social); unidade superior que sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente” (GOMES, P. C. C., 2000, p. 56). Para a geografia regional, o objetivo final da análise regional deve ser encontrar uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular de cada região.

Dessa maneira, o conceito de região segue servindo de referência aos especialistas, principalmente porque se mostra como uma realidade concreta, física, que existe como referência para a população que a habita: “A região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico” (GOMES, P. C. C., 2000, p. 57). Com isso, o papel dos geógrafos diante da região como objeto, segundo a Escola Francesa de Geografia, deve ser descrever as regiões que analisam em busca dos fatores que dão unidade ao seu objeto.

Para a Escola Francesa de Geografia, o método corológico possibilitaria uma síntese entre geografia humana e geografia física, pois toda descrição de uma região deve passar tanto pelos aspectos naturais quanto pelas ações humanas que compõem o objeto de estudo. Essa força do método corológico levou a uma geografia regional pós-moderna, bastante influenciada por Edward Soja e David Harvey, que buscava “exemplificar o advento de um novo regime de acumulação capitalista ‘flexível’, tensamente baseado num arranjo espacial restaurador e instavelmente ligado ao tecido cultural pós-moderno” (LENCIONI, 2014, p. 187). O que essa nova abordagem traria de significativo para os estudos regionais seria uma grande valorização da heterogeneidade e das diferenças. Entretanto, a geógrafa Sandra Lencioni faz a ressalva de que é necessário tomar cuidado com o subjetivismo em análises dessa natureza, que acaba por conduzir pesquisas que atomizam os objetos e os desvincula de processos gerais (LENCIONI, 2014, p. 187). Essa

perspectiva fragmentada do globo difere de análises que buscavam diferenciações e interdependências de partes de um todo, ou seja, abordagens dessa natureza dificultam a “compreensão da realidade que, cada vez mais, se apresenta como um conjunto disjunto, desigual e não harmônico” (LENCIONI, 2014, p. 188).

1.2.5 *Χώρα* como Espaço

Dentro desse mundo de referências geográficas, talvez a que melhor sirva ao propósito desta pesquisa seja a do canônico Milton Santos. Primeiramente, porque ele é um dos principais críticos da lógica pós-moderna que afasta a análise regional dos aspectos mais globais e um dos que propõe formas de superá-la. Essa questão nos é muito cara uma vez que nossa ideia é pensar a Turdetânia de tal forma que possamos articulá-la ao mundo ao qual ela pertencia e às dinâmicas às quais ele era submetido. Além disso, Milton Santos apresenta uma série de análises dos conceitos que têm sido propostos como possíveis traduções de *χώρα* — apesar de não analisar a expressão em grego.

É de amplo conhecimento que o conceito que permeia os trabalhos de Milton Santos é o de espaço¹⁸. Porém, para ele a noção de região é essencial na análise espacial, uma vez que o processo de globalização atual é também um processo de fragmentação, ou seja, que a regionalização é um dos resultados da globalização. Assim, “com o espaço tornado mundial, as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam” (MILTON apud LENCIONI, 2014, p. 192). Para retomar apenas um exemplo destacado no começo deste capítulo, os movimentos independentistas espanhóis, como o catalão, reforçam a ideia defendida por Milton Santos, e outros geógrafos, de que a globalização não acaba com os territórios e as regiões, mas sim cria novos e mais complexos regionalismos.

A predileção pelo espaço não implica, necessariamente, na negação do conceito de região. São categorias distintas. Como veremos adiante, o espaço serve melhor aos propósitos de Milton Santos uma vez que ele fornece a possibilidade de uma análise total da sociedade. “Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda

¹⁸ “O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (SANTOS, 1988, p. 9).

que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome” (SANTOS, 2002, p. 165), isto é, para este geógrafo, entender como se dá a relação entre local e global é extremamente relevante, e não devemos abandonar nenhuma das escalas possíveis de se pensar o espaço. Ignorar o conceito não é, portanto, um caminho válido, tampouco usá-lo como única categoria é uma solução viável. Nesse sentido, traduzir *χώρα* por região daria um peso excessivo à um caráter de criação artificial que, como veremos no capítulo 2, ela não possui completamente.

A outra tradução possível de *χώρα* que discutimos aqui é a de paisagem. Sobre esse conceito, Milton Santos tem muito a nos ensinar também. Para ele, a paisagem é “o domínio do visível”, ou seja, há uma questão escalar que acaba colocando como dimensão da paisagem aquilo que pode ser percebido (SANTOS, 1988, p. 14). É função do geógrafo, portanto, buscar o significado da paisagem e ir além de seus aspectos visíveis. Isto posto, é importante considerar que, para Milton Santos, durante muito tempo, até meados do século XIX, persistiu a ideia de que paisagem e região eram sinônimos, entretanto, apesar de a região ainda ser objeto de estudo de alguns geógrafos, a paisagem já não é mais. Isso se dá, pois, ao longo do século XX foi se cristalizando a ideia de que há dois tipos de paisagens: a natural e a artificial. Com o avanço do processo de globalização, hoje é praticamente impossível identificar uma paisagem completamente intocada pelo ser humano (paisagem natural), o que tem levado geógrafos a considerar paisagem como um “conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais”: a paisagem é sempre heterogênea (SANTOS, 1988, p. 20).

É interessante a colocação de Milton Santos com relação à formação das paisagens, pois elas nunca são as mesmas, estão em constante transformação, são “o resultado de adições e substituições sucessivas. [Paisagens são] uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas” (SANTOS, 1988, p. 20). A metáfora que o geógrafo utiliza é muito bem-vinda e se encaixa bem em uma tese que lida com documentação da Antiguidade: “a paisagem é um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário” (SANTOS, 1988, p. 21).

Apesar disso, para o geógrafo brasileiro, a paisagem não deve ser o objeto de estudos dos geógrafos, mas sim o espaço. Como um palimpsesto, a paisagem só pode ser lida camada por camada, como um conjunto de instantes, como retratos da “realidade de homens fixos”. Já o espaço representa a união da sociedade com a paisagem. Se esta é a

fotografia, aquele é o vídeo, pois contém o movimento, a interação. “Paisagem e espaço são um par dialético: completam-se e se opõem” (SANTOS, 1988, p. 25).

Para os propósitos deste nosso trabalho, o mais relevante dessa abordagem é a maneira de trabalhar o espaço proposta por Milton Santos. Nela encontramos que a sociedade e o tempo são essenciais, uma vez que “o espaço é igual à sociedade nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade” (SANTOS, 1988, p. 26). Em outras palavras, ao estudar o espaço, o pesquisador deve se preocupar com as alterações que cada sociedade imprime nas paisagens que o compõem ao longo do tempo. Milton Santos usa um conceito que também é bastante relevante para nossa pesquisa: o de trabalho morto. Enquanto ele identifica a paisagem como representativa do trabalho morto acumulado, e o espaço como o conjunto do trabalho morto e do trabalho vivo, o historiador Norberto Guarinello, como bem vimos na introdução, enfatiza o trabalho morto¹⁹ como objeto de estudo do historiador que busca analisar os cotidianos de sociedades passadas.

Nesse sentido, para que o espaço seja estudado — e aqui começamos a aproximação entre os conceitos de espaço e *χώρα* — é necessário que o pesquisador, nos termos de Milton Santos, faça análises estruturais, formais e funcionais. Ele indica que o melhor caminho metodológico é uma “análise global que possa combinar simultaneamente essas três categorias analíticas” (SANTOS, 2004, p. 55), uma vez que se busca a totalidade social.

O uso de “*Χώρα*”, então, se traduzida por “espaço” nos termos “miltonianos”, faz com que o estudo da Turdetânia seja muito mais rico e complexo do que tratá-la como “região” ou “paisagem”, posto que, como vimos, “região” privilegiaria forma e função, e “paisagem” retiraria o peso do tempo e enfatizaria a experimentação. Tanto no pequeno trecho da *Geografia* de Estrabão que abre este capítulo, quanto nas várias traduções do léxico Liddell-Scott-Jones, *χώρα* possui uma multiplicidade de sentidos que somente uma abordagem mais ampla como esta pode dar conta de abranger. Além disso, pensarmos a totalidade da Turdetânia a partir de critérios claros, como sua forma, a estrutura que a compõe e sua função, faz todo sentido dentro da lógica que estrutura esta tese.

¹⁹ “O trabalho morto se corporifica em máquinas, mas também em conhecimentos, técnicas, modos de fazer, circuitos de troca, que antecedem o processo de trabalho, mas que dele necessitam para ter existência concreta, para serem vivificados pelo trabalho vivo, concreto, atual, que os reproduz e transforma” (GUARINELLO, 2004, p. 27).

Como poderemos verificar no capítulo seguinte, a Turdetânia é um momento no processo de espacialização do sudoeste da Península Ibérica, o qual Estrabão, Políbio, Eratóstenes e tantos outros descreveram. Ao usarem *χώρα* para designar aquele espaço, essas fontes reconhecem que se trata de uma unidade geográfica que passou por grandes modificações, que suas formas, estruturas e, principalmente, sua função foram se alterando com o passar do tempo. A virtude de esmiuçar um conceito como esse está nas questões que ele nos coloca para além do simples uso que as fontes faziam dos nomes designados para aquele espaço. O movimento metodológico que propomos no capítulo seguinte é exatamente este: dialogar com os especialistas sobre a Turdetânia a respeito da concepção espacial que se faz dela, e não, como é de praxe na academia, de que maneira esse nome aparece nas fontes gregas e latinas.

Feita essa discussão do conceito de *χώρα*, e antes de voltarmos ao outro aspecto destacado do trecho de Estrabão, é necessário observar como a historiografia, em especial a espanhola, tem trabalhado esse objeto. Será interessante notar a grande ênfase na busca dos verdadeiros povos que habitavam a Andaluzia desde os primórdios, assim como o enorme peso que a Arqueologia teve no processo de concepção da Turdetânia nos estudos históricos.

1.3 Turdetanos ou Ibéricos?

1.3.1 A origem dos topônimos

Até os anos de 1980, o paradigma vigente nos estudos da Antiguidade da Andaluzia separava a história deste espaço em dois momentos distintos: até o século V a.C. o vale do rio Guadalquivir e a costa atlântica eram ocupados pelos tartessos; após esse período, o vale teria sido dominado pelos turdetanos, os quais, até a década de 1970, eram interpretados como um ramo da cultura ibérica. Esta, por sua vez, era vista como a cultura que dominava boa parte da península no momento da chegada dos romanos. Segundo os historiadores Eduardo Ferrer Albelda e Francisco García Fernández, um dos principais expoentes dessa corrente de análise foi Ruiz Mata, que, assim como outros arqueólogos e historiadores, “seguindo de maneira inconfessa a arbitrária descrição costeira de Avieno”, (FERRER ALBELDA; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 136)

insistia em ler as fontes arqueológicas sob a luz das fontes escritas. A principal consequência dessa metodologia é essa separação entre tartessos e turdetanos.

Albelda e Fernández defendem que, do ponto de vista histórico e literário, os termos “tartessos” e “turdetanos” são autônomos, isto é, designam duas realidades distintas no tempo e desempenham funções específicas nas sociedades que as criaram (FERRER ALBELDA; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 138). Fazendo uma análise diacrônica das várias menções à Turdetânia nas fontes escritas antigas, esses autores puderam afirmar que há um primeiro momento, até meados do século V a.C., em que a imagem dos tartessos funcionava como paradigma de riqueza e longevidade do extremo ocidente do mundo conhecido. Em seguida, é possível verificar um intervalo de cerca de dois séculos com pouquíssima produção escrita sobre o extremo ocidente — há duas correntes de explicação para esse fenômeno: Schulten, no começo do século XX, defendia a existência de um bloqueio cartaginês fruto de um monopólio da cidade sobre o mediterrâneo Ocidental; por outro lado, atualmente se analisa essa lacuna de informações a partir de uma mudança na mentalidade dos gregos e na própria produção literária desse povo, uma vez que se perceberia uma perda de interesse generalizado nos assuntos que não estavam ligados às histórias políticas gregas dos séculos V, IV e III a.C.

Logo após, ainda de acordo com estes autores, teríamos o período conhecido como Helenístico. O conjunto de informações provenientes dessa época seria, segundo Albelda e Fernández, decorrente de um “discurso histórico de legitimação da integração da Península Ibérica e dos tartessos ao ecúmeno civilizado, recorrendo a um passado heroico e civilizado que continuava até o presente graças à pacificação romana” (FERRER ALBELDA; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 140, tradução nossa). É nesse contexto que as fontes gregas passam a usar a denominação “Turdetânia” em substituição a “tartessos” para nomear aquele espaço, em um processo de reinterpretação espacial e conceitual, servindo aos interesses do controle e da articulação de Roma (FERRER ALBELDA; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 141). “tartessos” aparece cada vez menos nos relatos escritos na virada do milênio, retomando com força à época de Avieno²⁰, no século IV d.C.

²⁰ Bastante conhecido pelo seu poema *Ora marítima*, há uma grande polêmica com relação às fontes que inspiraram Avieno a produzir este texto. Há autores que defendem que ele teria utilizado textos cartagineses dos séculos V e IV a.C., sendo a única referência para o conhecimento de obras como o relato exploratório do navegante cartaginês Himilcão (séc. VI a.C.). Há pesquisadores, por outro lado, que ressaltam o fato de

Estrabão, na avaliação desta corrente de análise, seria o último autor desta fase — que teria como expoentes Políbio, Diodoro Sículo, entre outros — apresentando uma descrição diacrônica da região, fazendo uso de definições geoetnográficas e geo-históricas. Segundo García Fernández, a essa metodologia Estrabão mesclava aspectos que ajudavam no conhecimento do dominador, pois operacionalizava a conquista definindo também aspectos puramente administrativos e geográficos, ao descrever, por exemplo, a Bética (FERNÁNDEZ, 2003, p. 87). Estrabão e seus contemporâneos interpretariam, assim, que a riqueza e o interesse da Turdetânia se devia, também, ao esplendor dos tartessos, vistos como antigos habitantes daquele espaço e tidos, também, como paradigma da riqueza e ligados à mitologia grega. Para estes historiadores, Estrabão veria em seu presente (dominado por Roma) o epílogo de um processo civilizatório da Turdetânia.

A despeito da análise diacrônica dos termos empregados por escritores de língua grega e latina, Ferrer Albelda e García Fernández ressaltam a necessidade de se examinar a vinculação semântica entre tartessos, turdetanos e túrdulos. Todos estes seriam termos derivados da raiz *trt-* e se refeririam a uma mesma realidade populacional e demográfica²¹:

“Es decir, mientras que los autores griegos anteriores a la segunda guerra púnica — Hecateo, Heródoto, Herodoro, etc. — hicieron uso de la forma “Tartesos”, y de su gentilicio correspondiente, a partir de la raíz *tart-* y la desinencia *-ssos* para nombres de lugar; con la conquista romana se generan las formas derivadas de la raíz *turt-*, acompañada de las desinencias propias de la lengua latina para la construcción de topónimos y gentilicios. Esto da lugar a los términos ‘Turtitania’ y ‘turtos/turtitanos’ transmitidos por Artemidoro y, sobre todo, a las formas más comunes ‘Turdetania’, ‘turdetanos’ y ‘túrdulos’ que aparecen en el resto de los autores de época tardo-republicana.” (FERRER ALBELDA; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 143).

A proliferação desses termos em diferentes autores pode significar, segundo os historiadores espanhóis, que havia uma grande troca de informações em diferentes línguas (grega, latina, púnica) sobre uma mesma localidade e sobre as mesmas comunidades. Entretanto, não é possível inferir, a partir dessas análises, que os povos que habitavam

haver uma quantidade muito grande de mediações nos quase nove séculos que separam as duas obras. Para uma discussão completa sobre o tema, ver ALVAR, J. *Avieno y la exploración del océano*, In: BLAZQUEZ, J. N.; ALVAR, J.; WAGNER, C. *Fenicios y Cartagineses en el Mediterráneo*, Madrid: Catedra, 1999.

²¹ Para análises completa desses termos, ver García Moreno (1989) e Liébana Villar (1995).

esse espaço se reconheciam como uma mesma etnia ou se se tratava de um conjunto de grupos que se reconhecia sob um termo amplo “*trt-*” — a historiografia mais recente tende a pautar-se pela segunda opção.

1.3.2 Uma breve história da arqueologia da Turdetânia

Por um lado, análises como a de Ferrer Albelda e García Fernández podem levar ao seguinte panorama: atendo-se exclusivamente às fontes escritas, é possível interpretar que há uma separação entre tartessos e turdetanos, que teriam ocupado a Turdetânia em épocas distintas. Por outro, a análise das pesquisas arqueológicas apresenta uma situação bastante diferente. O estado atual dos estudos arqueológicos andaluzes não nos permite traçar um mapa etnográfico da região, mas sim nos leva a pensar em um espaço habitado por povos distintos, com práticas distintas que eram intercambiadas.

Em um importante — porém já datado — artigo no *Journal of Roman Studies* de (2003), Simon Keay sumariza os grandes projetos de pesquisas arqueológicas da Espanha dos anos 1990 e início dos anos 2000, demonstrando o crescimento desse ramo de pesquisa na península. Keay apresenta um quadro interessante: na Espanha, por conta de uma flexibilização do governo federal a partir dos anos 80, as pesquisas arqueológicas tornaram-se mais regionalizadas e menos abrangentes do que em Portugal, que, apesar das poucas publicações, tem um maior controle sobre elas (KEAY, 2003, p. 146-147). A busca por melhores dados relativos às populações locais e as transformações que os sítios arqueológicos indicavam com a chegada dos romanos tornaram-se os principais objetivos no início dos anos 2000 (KEAY, 2003, p. 165). Mas o que mais tem mobilizado os arqueólogos nessa região são as interações entre as cidades romanas e os assentamentos anteriores.

Keay indica que, apesar de a estrutura política baseada em comunidades autônomas às vezes dificultar pesquisas de fôlego peninsular, especificamente sobre a Andaluzia, e, conseqüentemente, sobre a Turdetânia / Bética, iniciavam-se, no momento em que ele escrevia seu artigo, projetos mais amplos que buscavam estudar “urbanismo, administração, evergetismo e sociedade” (KEAY, 2003, p. 150). Contudo, é possível identificar um aumento qualitativo das pesquisas na Andaluzia desde os anos 1970, com prospecções realizadas por nomes como Manuel Pellicer Catalán (1978, 1983), Juan Pereira Sieso (1988, 1989), José Luis Escacena Carrasco (1987) e Ruiz Mata (1987), que,

analisando especialmente os conjuntos cerâmicos encontrados na Andaluzia Ocidental, nos têm mostrado que, apesar de as análises cerâmicas serem um ótimo guia para pensar determinados aspectos das sociedades que se desenvolveram neste espaço, elas possuem limites que devem ser levados em consideração.

Nesse sentido, o grande debate arqueológico que marca o século XX da arqueologia andaluza é a questão da *Iberización* da do sudoeste da península. Estes quatro pesquisadores são responsáveis por uma mudança de paradigma na segunda metade do século. O principal deles é o recém falecido professor Manuel Pellicer Catalán (1926-2018). Nos anos de 1970, ele foi o primeiro arqueólogo a propor que a cultura turdetana teria um desenvolvimento diferente da dos iberos do restante da península. Sua tese era de que aquele desenvolvimento havia se dado a partir da adoção, pelos tartessos, de formas materiais do Oriente (fenícias e gregas), do mundo atlântico e da Meseta ao longo do Bronze final (PELLICER CATALÁN, 1976b, p. 21).

A novidade de sua pesquisa advinha da classificação da cultura material turdetana da Andaluzia Ocidental como uma produção diferente da dos iberos da mesma época. Essa inovação reformulava toda uma tradição de análise, que remontava aos estudiosos²² da primeira metade do século XX, como Bonsor (1899), Schulten (1925 e 1971, primeira edição de 1942), Arthur Engel (1999, escavação em 1903), Pierre Paris (1903-1904), Bosch Gimpera (1932) e García y Bellido (1942 e 1963), todos preocupados em analisar a etapa posterior à “queda dos tartessos” como sendo a gênese da cultura ibérica. Essa etapa dos estudos está bastante associada à institucionalização das pesquisas arqueológicas pelo Estado Espanhol, e, em especial nos anos 1930 e 1940, buscavam identificar uma origem comum ao povo espanhol, encontrando nos iberos a imagem ideal. Não à toa, o paradigma da iberização imperava nas principais pesquisas e no ensino de história da Espanha. Ademais, a falta de métodos arqueológicos padronizados nas escavações desses períodos dificultou bastante a organização de uma cronologia arqueológica única para a época que, entre os especialistas espanhóis, é conhecida como proto-história²³ (PELLICER CATALÁN, 1980).

²² Manuel Pellicer Catalán identifica uma etapa anterior dos estudos sobre proto-história da Andaluzia entre os séculos XVI e XIX. Trata-se de uma série de escavações “amadoras” levadas a cabo por eruditos locais em busca da cidade dos tartessos descrita nas fontes antigas (PELLICER CATALÁN, 1976a, p. 229-230)

²³ Embora haja alguma preocupação em problematizar essa nomenclatura — que só consideraria “histórico” o período de ocupação romana em diante —, é muito comum o uso desse termo para designar o período de ocupação humana da península entre os séculos X e III a.C (YANGUAS, 1997).

Quem dá as bases para a cronologia utilizada atualmente pela academia espanhola é exatamente Pellicer Catalán. Para ele, o Bronze Final do sudoeste da península Ibérica é marcado pela existência de um substrato tartéssico nos seus assentamentos, o que faria dos séculos XI e X a.C. a fase *Tartéssica pré-colonial antiga* (PELLICER CATALÁN, 1980, p. 325)²⁴. Nos séculos IX e VIII a.C. verifica-se um grande aumento dos assentamentos tartéssicos na Andaluzia Ocidental, o que leva esse arqueólogo a classificá-los como fase *Tartéssica pré-colonial recente*. A segunda metade do século VIII a.C. e o século VII são marcados pela identificação da presença cada vez mais constante de povos migrando do outro extremo do mar Mediterrâneo²⁵. Para Pellicer Catalán, cresce no litoral desse espaço a presença de populações chipriotas e sírio-palestinas que estabelecem uma série de colônias e feitorias na costa andaluz, de Almería a Cádiz²⁶, em busca, principalmente, de metais preciosos abundantes no sudoeste da península Ibérica. A esse período ele dá o nome de “Orientalizante Antigo” ou “Tartéssico Colonial Antigo”. Um dos principais elementos diferenciadores desse período é a introdução do rito de incineração que substitui a inumação em cista. Entre os séculos VII e VI a.C. Pellicer Catalán vê florescer o período “Orientalizante Pleno” ou “Tartéssico

²⁴ Pellicer Catalán lembra que a cultura tartéssica marca o início da proto-história da Andaluzia, pois não há registros arqueológicos sobre a existência de uma ocupação efetiva dessa região no segundo milênio a.C. Para ele, há duas hipóteses que explicam esse hiato: um processo de despovoamento do baixo vale do Guadalquivir ou a existência de uma população nômade que não deixou rastros identificáveis até o momento (PELLICER CATALÁN, 1980, p. 326).

²⁵ Há um intenso debate sobre a datação do momento da chegada dos fenícios à península Ibérica. Em um completo estudo sobre templos e santuários do início da época do Ferro, Willian Mierse apresenta o debate sobre a datação da construção do templo de Melqart, em Gadir (Cádiz, Espanha), da seguinte maneira: o arqueólogo alemão Niemeyer (1984) defende a existência de três fases da presença fenícia, quais sejam: no século XI a.C. ocorrera a primeira fase, de exploração do litoral; no século VIII a.C. ocorreram os primeiros assentamentos permanentes, como Gadir; nos séculos VII e VI a.C. se dariam os primeiros contatos com a população local. Mierse apresenta essa datação pois acredita que, na falta de evidências mais concretas sobre o templo de Melqart de Gadir, é possível defender que sua fundação data da primeira etapa da presença fenícia, uma vez que ele seguiria um padrão de exploração dos tírios (habitantes da cidade fenícia de Tiro), que construíam locais de culto antes de efetivarem suas ocupações (MIERSE, 2012, p. 287). Este arqueólogo lembra ainda que há uma discussão acerca da existência ou não de uma única onda migratória fenícia. C. González Wagner e J. Avar (1989) defendem que, até o século VIII a.C., a presença fenícia era exclusivamente comercial, mas por conta das guerras promovidas pelo império Assírio contra Tiro e Sídon, há uma mudança no padrão de ocupação dos fenícios, que passam a se interessar cada vez mais por terras agriculturáveis. Por sua vez, Maria Eugenia Aubet acredita que não se trata de duas correntes distintas de migração motivadas por questões externas, mas por um conjunto de mudanças internas nas relações entre os povos semitas do litoral e as populações locais, os tartessos, cujas elites são incorporadas aos circuitos comerciais fenícios, tirando enorme vantagem disso (AUBET, 2002, p. 271).

²⁶ Ana Margarida Arruda tem apresentado uma série de trabalhos que demonstram a contemporaneidade da ocupação fenícia da costa andaluz e da costa portuguesa, em especial de Algarve. Ver *Phoenician Colonization on the Atlantic Coast of the Iberian Peninsula* (2009).

Colonial Pleno” e uma nova elite emerge das escavações arqueológicas dos sítios do espaço que nos são tão caros. Para ele, a marca desse período é a imposição do

“rito de la incineración en fosa o en hoyo, aunque no se borra totalmente el anterior de la inhumación, quizás síntoma de nobleza. A este momento corresponden también los grandes túmulos con amplia cámara central para inhumaciones, quizás como un recuerdo de los viejos ritos megalíticos de la misma geografía” (PELLICER CATALÁN, 1980, p. 329).

Em sua cronologia, esse arqueólogo identifica o século VI a.C. como “Orientalizante Final” ou “proto-Ibérico de transição”, isto é, passa a ser mais nítida uma nova mudança no panorama arqueológico analisado. Esse panorama se estende pelos séculos V a.C. (*Ibérico Inicial ou Turdetano*) IV e III a.C. (*Ibérico Pleno*) e consiste na diminuição das importações de origem fenícia e no aumento da produção local de cerâmicas que imitavam os antigos motivos orientais. Para Pellicer Catalán, a manutenção da influência oriental e a hegemonia comercial de Gadir sobre a este espaço diferenciam a Andaluzia Ocidental Turdetana da Andaluzia Oriental Íbera (PELLICER CATALÁN, 1980, p. 325-332).

Com a geração de pesquisadores dos anos 1980, passa-se a valorizar um caráter indígena regional, em oposição a uma cultura mais abrangente (nacional), além de abrir-se espaço para buscar entender as influências externas na formação de uma cultura nova e separada da ibérica. Ruiz Mata, analisando importantes sítios arqueológicos como o de Doña Blanca (RUIZ MATA, 1987), nas proximidades de Cádiz, tenta mostrar que os turdetanos são, na verdade, todos os habitantes da Turdetânia e teriam resultado da fusão de elementos de povos da costa da Andaluzia Ocidental com elementos orientais (RUIZ MATA, 1997, p. 350; RUIZ MATA, 1998, p. 163). Para tanto, o autor analisa a denominada cerâmica turdetana. Recentemente, tem-se criticado essa sua abordagem, pois há, segundo pesquisadores como Villadery y Mariñas e García Fernández, uma série de problemas em associar um tipo cerâmico à existência de uma cultura única compartilhada por todos os habitantes da Andaluzia Ocidental. Na lógica de Ruiz Mata, o “mosaico étnico” desse espaço daria lugar a uma cultura turdertana única, ainda que híbrida.

Escacena Carrasco (1989) propõe, por sua vez, a partir do estudo da língua turdetana e de elementos religiosos e funerários, que os turdetanos são, na verdade, herdeiros dos povos do Bronze final. Sobre essa tese, García Fernández afirma que

“estas comunidades, una vez desprovistas de los extraños hábitos adoptados por las elites sociales durante la fase orientalizante — como el ritual funerario de la incineración bajo túmulo — van a volver a sus costumbres ancestrales, aquellas que las vinculan cultural, étnica y lingüísticamente a los grupos indoeuropeos de la fachada atlántica, aunque sin desdeñar las novedades tecnológicas — cerámica, metalurgia, etc. — introducidas por las comunidades orientales” (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 223).

Assim sendo, na hipótese levantada por Escacena Carrasco, derivada das proposições de Pellicer Catalán, desde o início do primeiro milênio a.C., a partir de influências externas à península Ibérica, as elites das comunidades do médio e baixo Guadalquivir adotam modas ditas “orientalizantes” — por exemplo, ritos funerários de incineração sob túmulos²⁷ —, que, por volta do século VI a.C. passam a ser abandonadas e dão lugar a um conjunto bastante heterogêneo de grupos étnicos, formas de habitação, tipologias cerâmicas e interações com as importações do mundo atlântico. Se a questão de identificar as raízes étnicas dos turdetanos está distante de ser alcançada, os estudos mais atuais caminham na direção de buscar identificar e diferenciar as várias etnias e formas de habitação que coexistiram na época do Ferro até a chegada dos romanos, por volta do século III a.C. O consenso que se defende com mais ênfase atualmente é o da diferenciação entre a heterogeneidade que marca a Andaluzia Ocidental e a homogeneidade dos *oppida* que predomina na Andaluzia Oriental “iberizada” nesse mesmo período.

Nos últimos anos, arqueólogos têm estudado uma série de traços morfológicos e decorativos comuns nos vasilhames das populações que habitaram as terras próximas ao vale do Guadalquivir desde o período orientalizante, procurando identificar padrões que lhes permitissem, de alguma forma, entender o panorama étnico desse espaço. As populações do Bronze final, ao sofrerem influências do mundo próximo oriental em diferentes níveis, teriam produzido conjuntos cerâmicos que nos possibilitaram identificar ao menos três grupos distintos: um tipicamente turdetano — das populações que habitavam o vale médio e baixo do Guadalquivir —; um da alta Andaluzia, associado aos iberos daquele espaço; e um púnico-gaditano (FERRER ALBELDA e FERNÁNDEZ,

²⁷ “Escacena y Belén han defendido en varias ocasiones la posibilidad de que la ausencia de enterramientos para estas tierras del Bajo Guadalquivir se deba más bien a las creencias animológicas de las poblaciones indígenas, que pudieron dar a sus cadáveres un tratamiento no detectable a través del registro arqueológico. Una costumbre más próxima a aquellas que caracterizaban a los grupos étnicos de habla indoeuropea de la fachada atlántica que a los hábitos de los “iberos” levantinos” (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 223).

2002, p. 146). Apesar dessa definição geral, esses vasilhames não podem ser usados para delimitar fronteiras étnicas, por exemplo, por conta da grande mobilidade dos produtos.

Arqueologicamente, portanto, não é possível fazer uma separação étnica entre tartessos, túrdulos e turdetanos. Formam, possivelmente, um só conjunto de grupos étnicos. Cada vez mais, os arqueólogos desse espaço tendem a vê-lo como um “mosaico étnico não estável”, isto é, apesar de o nome fazer referência a um grupo étnico específico, a grande diversidade geográfica e a série de fenômenos internos e externos (colonização fenícia, movimentos de povos peninsulares, presenças cartaginesa e romana, entre outros) fizeram com que essa parte do mundo fosse ocupada por uma quantidade muito grande de povos de difícil diferenciação (FERRER ALBELDA; FERNÁNDEZ, 2002, p. 150). Se é problemático traçar fronteiras culturais entre celtas, fenícios, bástulos, túrdulos, tartessos, entre outros, Ferrer Albelda e García Fernández sugerem que se estudem os processos de ocupação territorial, o aproveitamento de recursos e a convivência de diversas formações políticas e níveis distintos de urbanização — polis, comunidades organizadas a partir do parentesco, *oppida*, entre outras —, como possíveis caminhos de superação dessas dificuldades práticas.

Essa proposta de análise, hoje bastante aceita entre as pesquisas em desenvolvimento nas universidades andaluzas, aproveita ao máximo metodologias tanto de *surveys* quanto de estudos de salvamentos arqueológicos emergenciais, uma vez que grandes projetos de escavação são cada vez mais raros por falta de incentivo governamental. Alguns dos objetos de análise mais importantes hoje em dia para a tentativa de identificação dos povos que habitaram o espaço da Turdetânia são as cerâmicas de mesa, tanto de importação quanto de produção local. Os estudos desses conjuntos têm permitido que especialistas identifiquem padrões de consumo, de comensalidades e de práticas de produção e exportação/importação de alimentos de/para a Turdetânia.

Esse breve quadro da história da pesquisa arqueológica do sudoeste espanhol é interessante por nos permitir notar uma importante mudança de paradigma que dominava a questão da “iberización” da Andaluzia. Em um momento em que o Estado Nacional e o nacionalismo espanhol dominavam os horizontes de pesquisa, a valorização de uma identidade única para o espaço descrito pelas fontes da Antiguidade como a mais rica do extremo ocidente cumpria um papel extremamente importante. Já no final do século XX

e no início do século XXI, em uma época dominada pelo paradigma da integração, quando a União Europeia atinge seu auge, percebe-se com mais força a valorização da Turdetânia como um espaço heterogêneo, rico por conta da recepção e da incorporação de elementos estrangeiros às características tradicionais locais. Ainda assim, é difícil, e ao mesmo tempo intrigante, o exercício de imaginar os próximos passos dessas pesquisas quando os primeiros movimentos de uma crise dessa integração podem ser sentidos — críticas feitas pela administração Trump ao que ela considera um “globalismo exagerado”²⁸; o *Brexit* e a rejeição à União Europeia²⁹; a eleição de doze deputados do VOZ para a câmara Andaluz³⁰; entre outros.

O panorama que aqui apresentamos visava discutir algumas questões referentes às cronologias e aos debates acerca dos povos que ocuparam a Turdetânia. No capítulo 3, desta tese exporemos com mais detalhamento as questões relativas aos tipos cerâmicos envolvidos nas datações, diferenciações de povos e debates sobre as cronologias. Por ora, basta termos em mente que hoje se aceita mais amplamente a ideia de que há um desenvolvimento específico da Turdetânia, que a diferencia de outras regiões da península Ibérica, mas que, ao mesmo tempo, não é homogêneo e está longe de ser simples.

1.4 Um Espaço de cidades

1.4.1 A urbanização como processo

Retomando a breve descrição da Turdetânia na *Geografia* de Estrabão, as outras peculiaridades que ele destaca desse espaço são: a impressionante quantidade de cidades e como o eixo Cádiz-Córdoba possui um papel de destaque. Trata-se de características que também são enfatizadas por outras fontes, como Plínio, o velho, e que retomaremos com mais cuidado no próximo capítulo. Todavia, o que gostaríamos de ponderar nas próximas linhas é o que se tem debatido sobre a questão da urbanização da Turdetânia e qual tem sido o papel atribuído a esses centros urbanos.

²⁸ <https://www.theguardian.com/us-news/2018/sep/25/trump-united-nations-general-assembly-speech-globalism-america>

²⁹ <http://www.trfetzner.com/who-voted-for-brexit/>

³⁰ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/02/internacional/1543765846_278055.html

É muito comum a associação entre um processo de urbanização da península ibérica e a romanização da região, em especial nas regiões interioranas. Há muitos projetos de pesquisa que visam tratar do tema das cidades, como, por exemplo, o já clássico trabalho de A. T. Fear, *Rome and Baetica. Urbanization in Southern Spain c. 50 BC-AD*, de 1996. E um dos documentos mais utilizados para se analisar esta questão é exatamente a *Geografia* de Estrabão. O trecho que temos utilizado aqui, em associação com outras importantes passagens da obra³¹, ocasionalmente serviu para legitimar a ideia de que são os romanos os responsáveis por esse fenômeno³². Não obstante, desde os anos 1990, tem havido um grande esforço de historiadores e arqueólogos para incorporar a esse campo outras formas de urbanismo, considerando sobretudo os povos locais, mas também outras influências externas, tais como fenícios, gregos e cartagineses.

Não nos parece relevante expor aqui o imenso debate sobre o que eram cidades na Antiguidade, que tanto marcou os estudos clássicos nas últimas décadas. Entretanto, no excelente volume da *Proceedings of the British Academy* de 2005, *Mediterranean Urbanization 800-600 BC*, organizado por Robin Osborne e Barry Cunliffe, logo no primeiro capítulo (“What is Urbanization?”), temos uma importante síntese dos problemas envolvidos no debate da urbanização. Nele, Robin Osborne coloca lado a lado duas propostas de definição de cidade. Por um lado, temos os arqueólogos Brian Fagan (1997) e Paul Bahn (1996), que defendiam que cidades: eram ocupações humanas com mais de 5 mil habitantes; eram entidades mais complexas que vilas e aldeias; eram especializadas no controle social e político de centros subsidiários, como capitais de uma rede; eram especializadas em atividades não-agrônomas; e continham grandes construções públicas e templos (OSBORNE, R., 2005, p. 1). De outro, Osborne apresenta Peter Wells, que argumentava que “a distinção entre vilas (*towns*) e cidade (*cities*) é arbitrária; ambos exemplificam o fenômeno da urbanização” (WELLS, P. 1984, apud OSBORNE, R., 2005, p. 2, tradução nossa).

Osborne via grandes problemas nos costumeiros debates que associavam estudos da urbanização com as origens do Estado. Além do problema da hierarquização de

³¹ Exemplo: “The Turdetanians, however, and particularly those that live about the Baetis, have completely changed over to the Roman mode of life, not even remembering their own language anymore” (Estrabão 3.2.15).

³² Para trabalhos que lidam com essa questão, ver: LAURENCE, R., CLEARY, S. e SEARS, G. *The City in the Roman West: c. 250 BC — c. AD 250* (2011); RICHARDSON, J. *Hispaniae: Spain and the Development of Roman Imperialism, 218-82 BC* (1986).

organizações sócio-políticas que abordagens desse tipo apresentavam, esse pesquisador creditava a essa associação a diminuição de estudos mais amplos de urbanização, que passaram a dar lugar a estudos de Arqueologia cognitiva e social, influenciados por trabalhos da Antropologia e da Sociologia que tentavam diminuir o caráter evolucionista em suas abordagens (OSBORNE, R., 2005, p. 3). Mesmo nos estudos da Antiguidade, onde floresceram clássicos como as pesquisas de Gordon Childe (*The Urban Revolution*, 1950), Hansen (*The Polis as an urban centre and as a political community*, 1976) e Polignac (*La naissance de la cité grecque*, 1986), até as últimas décadas, o estudo dos centros urbanos eram feitos a partir de outros aspectos que não a “formação e a formatação das cidades” (OSBORNE, R., 2005, p. 4, tradução nossa). Uma parcela importante dos estudos de urbanização na Antiguidade era feita a partir de escavações e análises de locais de enterramento, templos e assentamentos das hinterlândias, isto é, em muito poucos casos os centros urbanos podiam ser estudados com o intuito de entender o processo de urbanização, o que relegava às zonas afastadas a função de fornecedora dos melhores dados.

A solução apresentada por Osborne para estudar processos de urbanização é ter sempre em mente que eles admitem graus variados de desenvolvimento em um mesmo espaço. Além disso, Osborne lembra que, partindo do pressuposto de que “urbanização é um processo de concentração populacional”, o pesquisador deve se perguntar “quais funções sociais, políticas e econômicas requerem, encorajam, ou ao menos permitiram que pessoas vivessem juntas em comunidades relativamente grandes e densas” (OSBORNE, R., 2005, p. 8, tradução nossa). Neste espírito, no mesmo volume, Peter Van Dommelen, em texto que debate a relação entre colonização e urbanismo³³, afirma que assentamentos urbanos no Mediterrâneo se tornaram um *τοπος* poderoso entre historiadores e arqueólogos.

Seu texto retoma o debate sobre urbanização especificamente para a península Ibérica, uma vez que seu objetivo era discutir o papel dos colonizadores fenícios e gregos no processo de urbanização das terras que margeiam o Mediterrâneo Ocidental. Para isso, Van Dommelen começa apresentando a noção de que existiria uma distinção básica entre

³³ VAN DOMMELEN, P. “Urban Foundations? Colonial Settlement and Urbanization in the Western Mediterranean”. In: OSBORNE, R.; CUNLIFFE, B. (Org.). *Mediterranean Urbanization 800-600 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Ocidente e Oriente do Mediterrâneo em relação aos primeiros estágios dos assentamentos urbanos: enquanto no Oriente podemos dizer que a urbanização ocorre majoritariamente a partir de desenvolvimentos internos, no Ocidente muitas das cidades foram estabelecidas como assentamentos coloniais. Por isso, muitos associam o desenvolvimento urbano do Ocidente mediterrânico a uma inovação colonial de fenícios e gregos do século VIII a.C (VAN DOMMELEN, 2005, p. 143).

Em consonância com a metodologia proposta de Robin Osborne, a perspectiva defendida por van Dommelen foca nas relações funcionais entre assentamentos em seu contexto regional mais amplo. Vista como processo, a urbanização deve envolver cidade e campo numa complexa série de desenvolvimentos regionais de longa duração (VAN DOMMELEN, 2005, p. 146). Com a crescente valorização do estudo de padrões de assentamento regionais, nos últimos anos, pudemos perceber o crescimento do que van Dommelen chama de orientação “nativista”, isto é, estudos centrados nos desenvolvimentos indígenas de assentamentos nucleares com elevado grau de complexidade. Para o arqueólogo holandês, um problema dessas pesquisas fora o “esquecimento” de importantes assentamentos coloniais, que acabavam por ser preteridos (VAN DOMMELEN, 2005, p. 147).

Outro obstáculo enfrentado pelas abordagens nativistas regionais é a imensa dificuldade que esses trabalhos têm em reconhecer redes urbanas que não tenham uma base regional — van Dommelen chega a essa conclusão analisando e comparando as colônias fenícias do sul da península Itálica, do norte da África e do litoral da península ibérica. Ele defende que a análise de redes mais amplas permite entender a especificidade de alguns contextos e os vários significados de ambiente das construções de um assentamento (VAN DOMMELEN, 2005, p. 162). As vantagens dessa abordagem, segundo o autor, são que ela possibilita um ganho de qualidade nos estudos que separam o processo de urbanização do Mediterrâneo entre Ocidente e Oriente, tema gatilho de sua análise. Pensar a relação entre colonização e urbanização para além dos aspectos regionais mostra, segundo Van Dommelen, que, ainda que a colonização não tenha introduzido a urbanização no Ocidente, ela de fato contribuiu no curso dos desenvolvimentos de maneiras distintas ao longo do tempo. O processo de urbanização nas diferentes regiões começou bem antes da chegada dos colonizadores — ao final do

período do Bronze, como destacamos anteriormente —, mas seu desenvolvimento foi modificado por eles.

1.4.2 O período orientalizante: fenícios

Ao trazer esse debate para a realidade de Andaluzia Ocidental, espaço por nós analisado, é possível dizer que o processo de urbanização teria começado com os povos do final do Bronze, normalmente identificados como tartessos, e sofrido uma intensa modificação com a presença fenícia após a fundação de Cádiz. A questão que tem mobilizado a historiografia e a Arqueologia espanhola nos últimos anos, como já adiantamos anteriormente no debate sobre a cronologia, e que é central para esta tese, é entender como se deu essa transição para a Idade do Ferro nos primeiros séculos do I milênio a.C.: se houve uma iberização de todo o vale do rio Guadalquivir em resposta à presença dos invasores estrangeiros, com a formação de núcleos urbanos muito bem fortificados, os *oppida*; ou se há o estabelecimento de núcleos urbanos à moda do colonizador, com as elites locais se apropriando dos elementos estrangeiros; ou ainda se há a formação de uma espécie de *middle ground*³⁴, para usar um termo cunhado por Richard White e bastante comum hoje nas ciências humanas, um espaço relativamente estável, transformado, mas não necessariamente ordenado, por uma força colonizadora, coabitado por povos de origens étnicas distintas que convivem a partir das situações criadas por um processo de colonização não planejado (WOOLF, G., 2010, p. 18).

Portanto, qualquer debate que se realize sobre a Andaluzia Ocidental e seu processo de urbanização deve abordar a forma como se desenvolveu a presença fenícia nesse espaço. Dentro desse recorte, podemos tomar como uma das autoridades no assunto a historiadora e arqueóloga espanhola Maria Eugenia Aubet. Como uma das pioneiras nos estudos da presença fenícia na península Ibérica, ao final dos anos 1980 ela lançou um de seus principais livros sobre o assunto, *Tiro y las colonias fenicias de occidente* (1994), que posteriormente foi traduzido para o inglês sob o título *The Phoenicians and the West: politics, colonies and trade* (2001). As teses defendidas pela autora nessa obra têm sido debatidas e revisitadas por inúmeros pesquisadores desde seu lançamento.

³⁴ Ver WHITE, R. *The Middle Ground. Indians, empires, and republics in the Great Lakes region, 1650-1815*, Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

Ela identifica três correntes de análise do processo de colonização do Ocidente pelos fenícios: a primeira, fundamentada, majoritariamente, em fontes escritas, recuaria o início do processo para os séculos XII e XI a.C.; a segunda, que se baseia nos achados arqueológicos dos sítios, identifica o início do processo de colonização no século VIII a.C., com o surgimento dos primeiros assentamentos de características fenícias nas costas mediterrânica e atlântica da península ibérica e do continente africano; a terceira é uma tentativa de síntese entre as duas primeiras propostas e sugere a existência de uma pré-colonização que teria começado entre os séculos XII e XI a.C., e que teria perdurado até o século VIII a.C., quando se desenvolveria um sistema de colonização efetivo.

Aubet apresenta uma crítica consistente à primeira e, principalmente, à terceira, refutando a possibilidade de um contato efetivo antes do século VIII a.C.³⁵. Para ela, havia desde o Bronze Final II³⁶ (1050-900 a.C.) um intenso ambiente de trocas comerciais de metais no Atlântico, particularmente associado aos assentamentos tartéssicos no vale do rio Guadalquivir. Durante o Bronze Final III (séculos IX e VIII a.C.), aos poucos, esse ambiente foi se conectando à órbita comercial da Sicília e da Sardenha, criando um circuito comercial em que encontramos os primeiros indícios de presença fenícia no Mediterrâneo ocidental (AUBET, 2001, p. 183). Isso faz com que a autora trabalhe com a hipótese de vários assentamentos fenícios, como Cádiz, terem sido fundados como entrepostos comerciais no século VIII a.C. que, ao longo de dois séculos, foram os responsáveis pelo contato com povos do interior da península Ibérica e do norte da África, principalmente em busca de metais preciosos. Na península, os tartéssicos seriam os principais fornecedores de prata para os fenícios, retirando grandes montantes desse metal da região do vale do Guadalquivir. A relação com esse povo teria feito de Gadir, instalada

³⁵ Sobre as fontes escritas, esses relatos são em sua maioria retirados dos livros de Ezequiel e Isaías da Bíblia, que apresentariam os fenícios como fornecedores de produtos adquiridos do reino ocidental dos Tarshish, que alguns autores associaram a tartessos. A autora considera fraca a associação entre os nomes e não considera a Bíblia uma documentação confiável para o estudo deste período nesta região. Já com relação à cultura material, os poucos achados de elementos cananeus no Mediterrâneo ocidental seriam, segundo Aubet, esporádicos e facilmente associados ao comércio micênico, ou mesmo de uma produção local arcaizante.

³⁶ Como frisamos na Introdução desta tese, o problema da cronologia para a transição da Pré-História para o período histórico na península Ibérica tem sido um problema. A cronologia apresentada por Pellicer Catalán anteriormente baseia-se exclusivamente nos achados cerâmicos dos sítios da região. Já a utilizada por Aubet é uma tentativa de adaptar a cronologia da península à tradicionalmente usada para outras partes da Europa, com o período do Bronze sendo dividido em III. Os prós e contras de cada uma delas já foi discutido na Introdução.

em uma ilha que proporcionava controle marítimo sobre a foz desse e de outros rios, um grande entreposto comercial atlântico.

Quanto à península Ibérica, especialidade da pesquisadora, ela divide a ocupação fenícia em dois espaços distintos: a costa atlântica e a mediterrânica, tendo o Estreito de Gibraltar como separador delas. Particularmente interessante para nosso trabalho é sua análise da situação na costa do sudoeste da península e o papel desempenhado por Cádiz no contato com a população local. Aubet nos ensina que esta fundação fenícia controlava toda a baía em frente às ilhas que compunham o arquipélago onde a cidade havia sido construída. Para ela a fundação se dá no começo do século VIII a.C. com o objetivo de obter metal retirado pelos tartéssicos das jazidas localizadas no vale do Guadalquivir. A abundância de metal naquele espaço seria um raro caso de convergência de informações obtidas de fontes escritas e material arqueológico (AUBET, 2001, p. 218). O templo dedicado a Melqart atuaria como polo articulador das relações comerciais fenícias na região, como era, segundo a autora, comum em assentamentos similares.

Maria Eugênia Aubet defende a criação e o “estabelecimento de um sistema colonial de troca de metais por artigos de luxo” (AUBET, 2001, p. 245, tradução nossa). Essa hipótese é formulada a partir da análise de dados arqueológicos que demonstram a presença comercial fenícia durante os séculos VIII e VII a.C. nos assentamentos ao interior do vale e próximos ao litoral, como Huelva e Sevilha: trata-se de uma quantidade significativa de recipientes de transporte, como ânforas fenícias que continham azeite e vinho. Além disso, há dados que mostram que no século VII a.C. os fenícios passaram a transportar azeite de alta qualidade produzido na Ática usando pequenas ânforas de luxo chamadas SOS, produzidas na mesma região onde o azeite era fabricado. Alguns produtos de fabricação fenícia também são encontrados em sítios tartéssicos. Isso leva a autora a acreditar na ideia de que Cádiz e outros sítios fenícios eram entrepostos comerciais ligados a Tiro, que implementavam um sistema colonial de trocas e obtenção de metais. Ao fim, Aubet afirma que esse processo trouxe consequências para a população local, que passou por mudanças sociais relevantes, pois determinados setores são constantemente incorporados ao circuito comercial fenício e transformam essa nova realidade em vantagem pessoal.

Ainda sobre esse tema da presença fenícia na costa andaluz, Jaime Alvar (1999) propõe pensar esse processo em termos de “Modo de Contato não Hegemônico”³⁷ e “Modo de Contato Sistemático”³⁸. Para ele, o uso do termo pré-colonização implicaria uma relação de “causa e consequência” entre os diferentes momentos da expansão. Já o uso dessa outra terminologia ajudaria a analisar caso a caso o desenvolvimento dos assentamentos fenícios na costa da península Ibérica. No caso de Cádiz, o autor vê o desenvolvimento do modo de contato sistemático já no século VIII a.C., mas que, possivelmente, tenha começado como modo de contato não hegemônico um século antes (ALVAR et al, 199, p. 335).

O contato não hegemônico não era exclusivo de um povo, mas um processo que foi comum a micênicos, fenícios e quaisquer outras comunidades comerciantes, que se desenvolveu, provavelmente, depois da desestruturação do modelo palacial da segunda metade do II milênio. Ou ainda, o autor indica que uma leitura possível desse processo é que o modo de contato não hegemônico foi necessário “até que o desenvolvimento das comunidades indígenas tivesse alcançado um grau de complexidade tal que permitisse, socioculturalmente falando, a coexistência dos fenícios com eles” (ALVAR et al, 1999, p. 337, tradução nossa).

Apesar da nova nomenclatura, Alvar se mostra adepto da ideia de continuação entre pré-colonização e colonização. A diferença em sua abordagem está no “encurtamento” da primeira fase, que seria breve e levada a cabo por uma aristocracia advinda de Tiro, um dos principais centros urbanos do Levante, que, após algumas gerações, desenvolveria um novo modo de contato, este partindo do controle territorial. Em outras palavras, para Jaime Alvar, os primeiros contatos fenícios no ocidente mediterrâneo foram feitos por instâncias administrativas de Tiro que controlavam, organizavam e garantiam a exportação de produtos manufaturados estrangeiros. Trata-se de “empreendimentos bem organizados, à frente dos quais está a aristocracia fenícia, disposta não somente a manter o controle económico do âmbito metropolitano, mas

³⁷ “Se caracteriza por la realización de intercambios sin ocupación territorial y sin sometimiento de la población autóctona, lo que no significa sin explotación de recursos o sin beneficios” (ALVAR et al, 1999, p. 331).

³⁸ “La esencia del intercambio se establece en la explotación del trabajo ajeno mediante el sometimiento de la población autóctona y la ocupación de su territorio para lograr un mejor control de los recursos y la captación masiva de beneficios” (ALVAR et al, 1999, p. 331).

também dos novos espaços económicos que surgem com as aventuras marítimas” (ALVAR et al, 199, p. 327, tradução nossa).

Segundo ele, Cádiz, por conta do Templo de Melqart, teria organizado uma expansão secundária ao final do século VII a.C., exercendo o papel de uma “nova Tiro”. Esta fora uma expansão agrícola em direção ao interior, motivada por um estilo aristocrático que permaneceu na cidade e se espalhou para os assentamentos fenícios ao interior (ALVAR et al, 1999, p. 328). Esse segundo momento da presença fenícia no extremo oeste assume, dessa maneira, as características do modo de contato sistemático.

O interessante das abordagens de Aubet e Alvar é que ambas, ao mesmo tempo em que se opõem a uma tradição de não considerar as populações locais como agentes do processo de colonização, não conseguem — ou não pretendem — analisar a presença fenícia como algo possivelmente prejudicial à população local. É o oposto da lógica de soma-zero oriunda da teoria dos jogos, em que, inevitavelmente, um dos participantes de um jogo deve perder para o outro ganhar. Como afirma Pau Sureda Torres, “durante buena parte del pasado siglo XX se ha venido caracterizando [a colonização] como un fenómeno histórico de carácter positivo, tanto para los colonizadores como para las poblaciones indígenas que contactaron con ellos” (TORRES, 2012, p. 60).

Em geral, a análise feita por Torres busca superar algumas das questões relativas, particularmente, à agência dos povos autóctones. Em seu artigo, ele lembra da importância dos estudos pós-coloniais, e da sua influência na produção sobre a expansão e colonização fenícia. Nomes como Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak são os pilares dos estudos pós-coloniais que, inspirados na análise do discurso colonial e no estudo dos subalternos, marcaram a produção sobre a colonização fenícia no Mediterrâneo Ocidental. Esses estudos, nas últimas três décadas, têm se preocupado com a participação das comunidades indígenas no que os teóricos consideram “espaços fronteiriços” (TORRES, 2012, p. 62, tradução nossa). O paradigma do estudo do outro, criado por essa nova corrente de análise, originou, por exemplo, os dois trabalhos que acabamos de discutir, e eles apresentam alguns dos problemas apontados por Torres. Para esse autor, o enfoque nas questões materiais — arquitetura das casas, modelos de residências, organização de espaços, entre outras — pode ocasionar o problema de esquecermos da crueldade e das rivalidades desagradáveis do dia-a-dia do colonialismo (TORRES, 2012, p. 63). O foco demasiado na “negociação como elemento catalisador

das relações entre colonos e indígenas”, e o uso descontextualizado da ideia de “intercâmbio desigual” faz dos nativos “outros alienados” à mercê do sistema colonial (TORRES, 2012, p. 68, tradução nossa). Para ele, não se trata apenas de estudar o papel das elites no processo de colonização, mas a “necesidad de caracterizar política y económicamente las comunidades de los enclaves coloniales” (TORRES, 2012, p. 68). Seria necessário sair da “banalidade pós-moderna” e retomar a ação política dentro da teoria pós-colonial, isto é, para o autor, precisamos de novas ferramentas para analisar e conhecer a realidade destas comunidades. Ele sugere a ênfase na caracterização da produção e o trabalho social, pois só assim seria possível buscar o valor social das produções tanto dos colonos quanto dos indígenas (TORRES, 2012, p. 68). Isso só é possível no estudo dos “contextos coloniais” — ou como propõe Van Dommelen, “situações coloniais” (VAN DOMMELEN, 2005) —, pois só visto dessa forma, como um quadro mais amplo e complexo que um simples pacto ou uma aliança entre elites, é que os problemas da colonização poderão ser suplantados.

1.4.3 O período orientalizante: tartessos

Tendo em vista o que expusemos anteriormente sobre os historiadores e arqueólogos do início do século XX que buscavam localizar a verdadeira cidade dos tartessos das fontes, é fácil compreender porque as pesquisas sobre a população desse período demoraram a tomar vulto. É somente nos anos 1950, com a descoberta de um assentamento arqueológico conhecido como El Carambolo (e seu “tesouro” formado por ornamentos de ouro), nas proximidades de Sevilha, que o desejo de encontrar a cidade mítica das fontes transforma-se em uma busca pela cultura que pudesse tê-la produzido. Com esses e outros achados, arqueólogos e historiadores abraçam a ideia de que na virada do segundo milênio a.C. florescera na região uma população indígena que produzira uma rica cultura material passível de ser estudada.

Especificamente sobre o processo de urbanização dessa população indígena, isto é, dos tartessos, o trabalho mais atual e mais completo com o qual pudemos ter contato é o livro *tartessos and the Phoenicians in Iberia*, de Sebastián Celestino e Carolina López-Ruiz (2016). Esses autores identificam dois momentos distintos na configuração e na organização do território tartéssico. Em um primeiro momento, no Bronze Final (séc. XI-VIII a.C.), verifica-se a existência de três focos de assentamentos: I — nas proximidades

de Huelva, com a população dedicada à metalurgia; II — no antigo delta do Guadalquivir, nos arredores da moderna Sevilha, com uma população menor e dedicada à agricultura e à pecuária; III — nas proximidades de Cádiz, fundação fenícia, onde ocorreram os primeiros e mais intensos contatos com os colonizadores orientais (CELESTINO e LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 176).

Figura 2: Mapa Áreas de assentamentos tartéssicos com os principais sítios

Fonte: CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 175.

A partir desses três núcleos populacionais tartéssicos, algumas áreas ao interior passam a ser ocupadas, com a economia e a cultura tartéssica alcançando o vale do Guadiana (Extremadura, Espanha) e o rio Tejo (Portugal). No século VII a.C., é possível identificar uma mudança nos padrões populacionais com o aparecimento de assentamentos em terrenos elevados localizados em pontos estratégicos ao longo do baixo vale do Guadalquivir, de tal forma que pudessem controlar os deslocamentos pelo rio. Esses assentamentos eram habitados por fenícios e indígenas, e o intercâmbio cultural era tamanho que passa a ser extremamente difícil diferenciar as duas culturas (CELESTINO e LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 178). Em outras palavras, o que hoje é identificado como cultura tartessa floresce nos séculos VIII e VII a.C., como uma transformação de uma população local a partir do contato com imigrantes do leste do Mediterrâneo. Os

principais sítios arqueológicos desse período são Carmona (em Alcores), Cerro de la Cabeza, Coria del Río, e El Carambolo (ver figura 2).

O contato com as influências orientais engendra um conjunto de transformações que

“by the seventh century these Tartessic communities attained a social complexity proper to the other earlier states of the period, inspired and reinforced by the Levantine models of the independent city-states, usually comprising an urban nucleus and its territory (the *chora* in Greek terms), including villages and exploitable lands, a model widespread in Cyprus, Greece, Italy, Anatolia, and through the Greek and Phoenician settlement abroad” (CELESTINO e LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 198).

Aubet, vinte anos antes, também abordara o tema da urbanização ao tratar das transformações ocorridas a partir do século VII a.C. em alguns centros urbanos fenícios da península, que vivem um crescimento demográfico e espacial, além de verem nascer verdadeiros “cinturões industriais” dedicados à metalurgia e à cerâmica (AUBET, 1995, p. 50). Além disso, no século VI a.C., Cádiz e outros importantes assentamentos fenícios abandonam o caráter de entrepostos comerciais para adotar formas de ocupação, organização e comércio típicos de cidades propriamente ditas (AUBET, 1995, p. 62).

Portanto, ainda que o período do Bronze esteja fora da duração temporal desta tese, podemos dizer que há dois motivos para apresentar as principais informações acerca do povo que habitou esse espaço nesse período. Primeiramente, pois nos propusemos a analisar as fontes escritas e as referências sobre o sudoeste peninsular, as quais estão repletas de menções aos tartessos. Desse modo, entender minimamente qual o estado atual do conhecimento sobre eles ajuda a balizar as análises e as considerações acerca das fontes escritas que faremos no capítulo seguinte, além de permitir ao leitor a visualização de uma temática pouco estudada no Brasil. Em segundo lugar, como veremos a seguir, o espaço que nos interessa, no período que nos interessa, a saber, a Turdetânia nos séculos V a.C. – I d.C., possui um forte laço com o período imediatamente anterior, e conhecer o contexto tartéssico pode ser útil para as análises que desenvolveremos.

1.4.4 A crise do século VI a.C.

Em comum, as obras de Celestino e López-Ruiz e Aubet apresentam como evento importantíssimo a chamada “crise do século VI a.C” ou “queda dos tartessos”. Aubet

sustenta que a crise do século VI a.C., na verdade, é composta por um conjunto de fatores: (1) os centros urbanos fenícios como Cádiz, após as transformações apresentadas anteriormente e evidenciadas pelo crescimento da necrópole gaditana e pelo surgimento na baía de Cádiz, de uma área industrial para salgamento de peixe e produção de *garum* em larga escala (AUBET, 1995, p. 52-53), a partir do séc. V a.C., vêm seus circuitos de troca regionais serem direcionados para o âmbito de cidades como Massália, Atenas e Corinto; (2) as evidências arqueológicas mostram um progressivo desaparecimento das “tumbas de príncipes tartessos” e um declínio na importação de mercadorias e bens de prestígio de origem fenícia ao final do século VI a.C, que seriam sinais de uma transformação nas antigas elites tartéssicas; (3) nesse mesmo momento, uma crise na exploração mineral em assentamentos tartéssicos, como Huelva e Tejada, é acompanhada por um grande declínio demográfico, pela intensificação de fortificações e pelo desenvolvimento de atividades agrícolas mais intensas (AUBET, 1995, p. 53-54); (4) no alto vale do Guadalquivir (Andaluzia Oriental) surgem os primeiros *oppida* e os Estados Ibero-Turdetânos; (5) essa nova configuração sociopolítica dos povos que ocupavam toda a extensão do vale do Guadalquivir e o desaparecimento de entrepostos comerciais gaditanos na costa atlântica são evidências suficientes para que Aubet defenda que Cádiz se viu obrigada a integrar o circuito cartaginês de comércio³⁹ (AUBET, 1995, p. 56).

Ela insiste que é possível atrelar a esse conjunto de transformações internas, algumas questões externas, tanto da ala leste do Mediterrâneo, quanto da central. Para ela, a partir do século VII a.C. começa uma série de problemas no Levante que acaba por afetar a influência de Tiro no ocidente: inicialmente, pela diminuição na demanda por prata no império Assírio que gera uma situação inflacionária grave; essa crise econômica, associada à crise política que culmina na queda dos assírios nas mãos dos medas e dos Babilônios em 612 a.C., tem na tomada de Tiro o golpe de misericórdia para o domínio fenício a oeste (AUBET, 2001, p. 277-280). O espaço deixado por eles passa a ser disputado por fócios de Massília e cartagineses, ocasionando as disputas por hegemonia que caracterizarão os séculos seguintes (GUARINELLO, 2013, 97-99). Para Aubet, Cádiz consegue se manter afastada dessas disputas por um tempo, mantendo uma intensa relação com Tiro mesmo depois de sua queda e da perda de independência. A evidência

³⁹ A autora organiza de maneira distinta os pontos aqui apresentados. Optamos por uma nova organização para deixar a exposição mais sintética e didática.

para essa manutenção está na inexistência de “*tophets*” tanto em Cádiz quanto em Tiro, que caracterizariam a inexistência de influência cartaginesa no extremo ocidente (AUBET, 2001, p. 255). Entretanto, a autora reconhece que após o século V a.C. Cádiz se viu progressivamente obrigada a integrar o circuito de comércio cartaginês. Esse ponto da autonomia desta cidade e seu circuito comercial será tratado novamente mais adiante.

Logo, ao analisar a crise do século VI a.C. e sua nova configuração urbana, composta de núcleos urbanos maiores e mais bem protegidos, fossem cidades aos moldes orientais ou *oppida* ibéricos, Maria Eugenia Aubet conclui:

“the crisis in tartessos and the formation of the Iberian states in the hinterland of the colonies must have implied a change of strategy for the Phoenician trade with indigenous communities that were growing ever more self-sufficient and capable of coordination their own trading networks (AUBET, 1995, p. 62).

Já Celestino e López-Ruiz apresentam uma narrativa distinta em alguns pontos, e inédita em outros. As principais evidências que eles identificam como demonstrativos de que a cultura tartéssica “perdeu seu esplendor” é o abandono total ou parcial de sítios como El Carambolo, Carmona, Coria del Rio e até mesmo Huelva (CELESTINO e LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 202). Essa evidente mudança no panorama da ocupação desse espaço se deve, segundo esses pesquisadores, a duas causas principais: uma mudança nas dinâmicas geopolíticas de poder e/ou a uma alteração nas condições naturais.

O primeiro ponto guarda semelhanças com a proposta de Aubet, entretanto, Celestino e López-Ruiz dão ênfase às transformações que marcaram o Mediterrâneo Ocidental em si, e não à queda de Tiro. Para eles, a batalha de Alalia, na Córsega, c. 540 a.C., é um evento importantíssimo para se pensarem as novas dinâmicas que afetam a região. Nela, os gregos da Foceia guerreiam contra uma liga formada por etruscos e cartagineses, extremamente incomodados com a presença daqueles na ilha de Córsega. Por um lado, Cartago buscava ocupar o vácuo deixado por Tiro e exercer cada vez mais influência sobre as colônias fenícias do ocidente, e por outro os etruscos estavam interessados no controle de parte das fundações do Mediterrâneo central. A presença grega, segundo os autores, faz com que Cartago e os etruscos aumentem suas presenças em locais estratégicos. Cartago volta seus interesses para Cádiz, que passa a exercer um papel central no controle do sudoeste peninsular, deixando centros como Huelva em segundo plano. Além disso, há uma evidente diminuição das importações fôcias, que

direcionam seus esforços de trocas de produtos para obtenção de metal para o centro da Europa pelo rio Ródano, principalmente a partir de Massália. Nesse movimento geopolítico, os centros tartéssicos, em particular Huelva, perdem o protagonismo e entram em colapso (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 203-206).

A causa inédita que Celestino e López-Ruiz apresentam como complemento possível dessas transformações é uma catástrofe natural ocorrida após um grande terremoto, seguido de um *tsunami*, devastar a costa atlântica no século VI a.C. Com ainda poucas evidências coletadas a partir de *surveys* geomorfológicos no parque Nacional de Doñana (Almonte, Huelva), os autores creem que tenha havido uma imensa transformação da paisagem, com cheias na costa de Huelva e no baixo vale do Guadalquivir (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 206).

O cenário traçado por estes especialistas aponta como principal consequência da crise do século VI a.C um intenso deslocamento populacional em direção aos vales do Tejo e do Guadiana, que passam a viver em comunidades dominadas por uma grande construção ortogonal e pelo controle de vastas terras dedicadas à agricultura e à pecuária. Por conseguinte, eles concluem que

while the Tartessic culture of the Guadalquivir Valley and Huelva areas declined after the mid-sixth century, the so-called “periphery” was activated, building on long-established socioeconomic networks that probably never disappeared. This would explain the monumental, Tartessic-style buildings now appearing in the Guadiana valley in agricultural zones (discussed in section 6.5.1), and the ubiquitous secondary orientalizing wave in the interior culture in general at this later time (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 208).

1.4.5 O *middle ground* Turdetano

É neste ponto que a questão anterior da iberização desse espaço encontra o debate sobre urbanização. Como vimos anteriormente, em trabalhos mais recentes, tais como os levados a cabo por Francisco José García Fernández e Eduardo Ferrer Albelda, o que se busca entender é o desenvolvimento da ocupação dos vales médio e baixo do Guadalquivir após a crise dos tartessos, local onde prosperou a cultura turdetana. Segundo eles, do século V a.C. em diante

“ciertamente se puede establecer una línea divisoria entre la Alta y la Baja Andalucía, entre el mundo ibérico y el turdetano, y lo mismo puede decirse de

las comunidades bástulo-púnicas del litoral, aunque las fronteras entre unos y otros queden muy difuminadas, como se puede argumentar en los casos de la costa onubense, de los territorios ribereños del *sinus Tartesius*⁴⁰ y de algunas ciudades del interior como Carmo, en los que se puede hablar de comunidades muy punicizadas, cuando no de ciudades púnicas, como Olontigi o Ituci, a juzgar por la escritura empleada en sus amonedaciones” (FERRER ALBELDA; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 149-150).

Então, do século V a.C. em diante, o mosaico de povos que surge ganha novos elementos, como o crescimento das influências cartaginesa, grega e itálica, além da coexistência de formas distintas de se relacionar com aquele espaço. Essa reconfiguração espacial e geopolítica apresenta um novo panorama urbanístico que se inicia neste período e culmina com a presença maciça dos romanos na virada do milênio.

Desse ponto em diante, os estudos são bastante fragmentados, com assentamentos específicos, como Cádiz, Carmona e Sevilha (Spal) mostrando realidades bastante distintas. Trabalhos de sínteses são raros, existindo algumas generalizações a partir de pesquisas em locais bem definidos.

Uma das principais cidades estudadas ao interior é exatamente Carmona. Eduardo Ferrer Albelda, um dos principais especialistas sobre o período turdetano, ao analisar as informações disponíveis sobre esse assentamento, fala de uma comunidade que se constitui como núcleo urbano ainda no final do período orientalizante, que consolida seu domínio territorial ao longo dos séculos V – III a.C., formando uma entidade estatal que convive com outras no médio e baixo vale do Guadalquivir (FERRER ALBELDA, 2007, p. 205). Esse e outros autores veem uma mudança no tipo das elites que dominam essas comunidades, que deixam de ser elites principescas com influência oriental, donas de grandes monumentos funerários, para um novo modelo de elite que baseia seu poder não mais em laços de parentesco, mas sim em vínculos de dependência pessoal.

Cidades turdetanas como Carmona convivem com uma influência dupla: ao interior há evidências da existência de uma série de acampamentos cartagineses ao final do século IV a.C. e início do III a.C., atestados pela grande presença de moedas cartagineses, que serviriam para contratação de mercenários turdetanos ou ainda faziam parte de “una estrategia de control y coerción contra Carmona, la plaza fuerte más

⁴⁰ Toda a costa atlântica do sul de Portugal até o estreito de Gibraltar.

importante de Turdetania” (FERRER ALBELDA, 2006, p. 276); do litoral, Cádiz exercia uma influência sobre este espaço e convivia com

“pequeños estados territoriales con fronteras inestables y procesos embrionarios o ya consolidados de urbanización, en los que la ciudad fenicia debió actuar como fermento y como modelo. Las prospecciones arqueológicas superficiales en el entorno de la bahía de Cádiz y en los esteros del *sinus tartesius* parecen confirmar esta impresión. Los centros de poder tenían su sede en *oppida* como Nabrisa, Eboura, Asta Regia, Asido o Baesippo, desde donde organizaban unos territorios más o menos extensos defendidos por atalayas y explotados desde asentamientos menores” (FERRER ALBELDA, 2006, p. 276).

A questão do domínio de Cádiz sobre essa área é marcada por um intenso debate, desde o início do século XX, em que um dos lados defendia a existência de uma zona de influência gaditana que competia com Cartago — a tese do Círculo do Estreito —, e o outro acreditava que, na verdade, se tratava de uma situação de hegemonia cartaginesa que tinha em Cádiz um dos seus vetores de entrada na Turdetânia. Ainda que esse tema vá ser mais bem pormenorizado no capítulo 3 desta tese⁴¹, é evidente que essa cidade desempenhou um papel importantíssimo nas transformações observadas. Percebemos que se trata de uma crescente influência, direta ou indireta, de elementos cartagineses e helenísticos na península Ibérica como um todo, e em especial na Turdetânia. Os séculos que antecedem a chegada dos romanos, e mesmo aqueles que marcam sua presença efetiva neste espaço, demonstram o aumento da integração daquelas comunidades à uma “convergência cultural predominante que estava ocorrendo em todo o Mediterrâneo ocidental” (KEAY, 2013, p. 317). A cultura material oriunda de pontos específicos dessa zona de convergência cultural, fossem elas gregas, cartaginesas ou itálicas, tinham em Cádiz um dos seus centros articuladores.

Se, por um lado, como sugere Simon Keay, é muito difícil separar os processos de “helenização”, “punicização” e “romanização” em blocos separados e ordenados cronologicamente, pois estão “inextricavelmente interligados” (KEAY, 2013, p. 317), por outro, tem sido bastante comum entre arqueólogos e historiadores espanhóis buscar entender o papel, a função e a articulação de Cádiz com essa parcela do território. As

⁴¹ Optamos por apresentá-lo mais adiante pois essa discussão se baseia exclusivamente nas diversas interpretações que se fazem de um conjunto de cerâmicas de mesa conhecido como tipo Kuass, que tem produção na baía de Cádiz e grande alcance para além da Turdetânia, estendendo-se inclusive às costas mediterrânica e atlântica do noroeste da África.

“meninas dos olhos” desses pesquisadores têm sido as cerâmicas encontradas em grande quantidade nas escavações. Em particular, os conjuntos de vasilhames de mesa que ajudam os estudiosos a pensar hábitos alimentares, produção de alimentos, transporte, etc., que marcariam o cotidiano dessas comunidades. Dada a importância dessa documentação, também retomaremos esta questão no capítulo 3, no entanto, é necessário ressaltar que análises desse tipo têm mostrado que é possível observar uma confluência entre a helenização e a punicização do repertório de cerâmicas de mesa dessa região, sendo Cádiz, e sua intensa produção oleira, o principal vetor desse processo (GARCÍA FERNÁNDEZ e VARGAS, 2010, p. 130). Essa cidade também exerce papel central nos “primeiros impulsos” de uma romanização efetiva das formas culturais do vale do Guadalquivir (GARCÍA FERNÁNDEZ; VARGAS, 2010, p. 130).

Do século II a.C. em diante, a presença romana se faz cada vez mais evidente, e um novo panorama de ocupação pode ser percebido. Além de reorganizar administrativamente esse espaço, incorporando-o a um grupo de conventos — ou zonas administrativas — reunidos sob a égide de Província da Bética, os romanos também foram responsáveis por construir grandes cidades, como Itálica, Baelo Claudia e Córdoba. Ao longo da presença romana é possível constatar uma mudança significativa nas formas de habitação nas áreas rurais, tanto em período republicano, quanto nos primeiros momentos do Império. Segundo Evan W. Haley, em seu *Baetica Felix* (2003), alguns assentamentos nativos passam por um processo de abandono, e as populações desses núcleos urbanos optam por viver em assentamentos rurais isolados, próximos de terras produtivas, particularmente aráveis (HALEY, E., 2003, p. 187). Para Haley, é o aumento da demanda por produtos da região que explica o crescimento da agricultura intensiva em várias áreas da província, especialmente no vale do Guadalquivir. Por isso,

the realities of urbanism in most parts of Baetica, away from a handful of the larger centers, meant that local elites embraced Roman values to the extent of living more or less permanently on their rural properties — a reflection not only of economic requirements but also of their full acceptance of and assimilation into the Roman order (HALEY, E., 2003, p. 189).

A Bética romana, uma região, uma *ἐπαρχία* nas palavras de Estrabão, aparece, nos termos vistos até aqui, não como a grande novidade na história desse espaço, mas como uma etapa dentro de um processo mais longo. O espaço repleto de cidades descrito por Estrabão na passagem do século I a.C. para o I d.C. apresenta uma história complexa e

heterogênea, moldada a partir de um grande conjunto de influências culturais. O reconhecimento dessas circunstâncias nos motiva ainda mais a retornar para essa e outras fontes escritas com um olhar diferente, um que valorize essa pluralidade, que perceba a necessidade de uma abordagem mais abrangente e, por fim, que possa entender esse período e essa documentação de uma forma menos fragmentada.

1.5 Considerações finais

Uma vez que iniciamos este capítulo com Estrabão, retornemos a essa fonte. Aparentemente, a situação descrita pelo geógrafo de Amásia apresenta ecos com a situação verificada a partir dos estudos arqueológicos e historiográficos. Ainda que uma análise mais profunda dessa fonte seja o próximo passo a ser realizado no capítulo seguinte, tê-la como fio condutor deste texto nos proporcionou resultados interessantíssimos.

Ao delimitar (e entender que se tratava de) um espaço que pretendemos estudar, fomos capazes de mapear o panorama historiográfico e arqueológico da Turdetânia. A escolha pela abordagem mais próxima dos referenciais teóricos de Milton Santos oferece a vantagem de sempre buscarmos entender, em conjunto, a relação entre sociedade e natureza no decorrer do tempo. O espaço é exatamente a categoria analítica que permite (na verdade, exige) uma visão total de nosso objeto.

O movimento metodológico que executamos neste capítulo é de extrema importância, pois, tanto demos conta de localizar nossa pesquisa nesse amplo campo de estudos, quanto apresentamos os problemas que enfrentaram e ainda enfrentam os estudiosos dessa área. Entre eles destacamos a falta de incentivo para novas incursões arqueológicas, as pesquisas bastante fragmentadas — e o consequente problema das confusões de cronologia —, e os dados pouco divulgados, se comparados com outras áreas da Europa. Não obstante, pudemos também conhecer toda a riqueza documental e toda a diversidade cultural, política e social que marcam o desenvolvimento dos povos ao sudoeste da península Ibérica. Desde o Bronze Final, os tartessos desenvolvem contatos constantes com populações da outra franja do mar Mediterrâneo. Do século VI a.C. em diante, verifica-se a intensificação deste processo de integração às novas realidades engendradas nessa bacia. Já a segunda metade do I milênio a.C. tem sido motivo de importantes estudos para tentar entender como se deu a incorporação dos povos que

habitavam este espaço aos circuitos mais amplos que dominavam progressivamente o ecúmeno de então.

Tendo cumprido seu papel de fornecer um detalhado panorama historiográfico sobre a Turdetânia, este capítulo nos auxilia também a organizar melhor as perguntas que serão feitas e respondidas no decorrer desta tese. Consequentemente, uma vez que esse espaço de cidades e assentamentos urbanos tão complexo vem sendo estudado nos parâmetros aqui apresentados, pretendemos, no capítulo seguinte, examinar algumas fontes escritas visando refletir acerca de sua construção intelectual. Ademais, recorreremos às fontes para verificar se é possível identificar a formação de redes que articulam litoral e interior na Turdetânia, a partir do contato entre os principais assentamentos, além de buscar entender o papel de Cádiz nesse processo. Em contrapartida, os limites das fontes escritas nos obrigam a considerar a importância de outros tipos documentais para entender esse espaço. No capítulo 3, então, voltamo-nos com mais peso ao arsenal de fontes materiais, em particular às cerâmicas, que tanto marcaram os estudos da Turdetânia nos últimos anos. Veremos com mais detalhes alguns conjuntos cerâmicos, tais como as de produção local, as de importação, as de imitação que eram exportadas, dentre outras. Enfim, teremos um grande panorama dos estudos ceramológicos para que possamos, na última etapa da tese, verificar se a aplicação de uma nova teoria, a da Análise das Redes Sociais, pode apontar novos caminhos de análise da formação de redes dentro deste espaço e de como ele se articula às dinâmicas típicas dos povos que habitam as margens do Mediterrâneo.

A análise de redes que se formam e se transformam em espaços distintos tem sido cada vez mais comum nos estudos clássicos, e é também um elemento teórico-metodológico central para a tese que desenvolvemos. Wallace-Hadrill, um dos mais renomados estudiosos da atualidade, no texto que encerra o livro *The Punic Mediterranean: identities and identification from Phoenician settlement to Roman rule* (2014), destaca que estudos que negligenciem a formação de redes gregas e púnicas no Mediterrâneo ocidental vão contar sempre parte da história, uma vez que mesmo o crescimento do poder romano se dá a partir das bases que elas constroem (WALLACE-HADRILL, 2014, p. 304). Para ele “o imperialismo romano cresce à base da absorção de redes existentes”, ou seja, é função dos pesquisadores entender melhor como essas redes tão diversas interagem umas com as outras; só assim poderemos ter um melhor

entendimento de como a conquista romana não é uma questão de “deletar antigas identidades”, mas de envolver antigas redes em uma rede maior (WALLACE-HADRILL, 2014, p. 304, tradução nossa).

2 O SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA NA TRADIÇÃO LITERÁRIA GRECO-ROMANA

2.1 Considerações iniciais

“Muito mais do que as especulações ou os desvairados sonhos, é a experiência imediata o que tende a reger a noção de mundo desses escritores e marinheiros, e é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir dela”.
(HOLANDA, [1959] 1997, p. 5)

Visões do Paraíso, de Sérgio Buarque de Holanda, retrata uma época e a mentalidade de um povo, extremamente interessantes e, ao mesmo tempo, essenciais para o entendimento do mundo moderno, uma vez que analisa a repercussão do descobrimento de terras desconhecidas na forma de pensar de uma sociedade. O período de formação do Estado português e das grandes navegações inspirou e motivou este historiador a tentar entender parte da mentalidade daqueles que participaram direta e indiretamente desse processo. Trata-se de uma época em que, como a citação acima nos revela, mitologia e experiência integram o panteão de informações disponíveis para desnudar o véu que encobria o desconhecido. Versa também o historiador sobre um povo que, por habitar a franja costeira de uma parte do mar em lento e constante processo de integração, propunha-se a enfrentar a escuridão da água e o incógnito. O povo português, nesse tempo, nos diz Sérgio Buarque, diferia de seus contemporâneos, pois sua *mentalité* ignorava as especulações e se fiava em um meticuloso senso de observação adquirido da vasta experiência náutica. Além disso, relatavam naquela época que a terra das lendas, da fertilidade e da longevidade havia sido descoberta e seu controle pertencia, a partir de então, ao povo recém-chegado.

O historiador brasileiro tem em mente os portugueses dos séculos XV e XVI, e a terra lendária é o território da América do Sul destinado a eles pelo tratado de Tordesilhas. Entretanto, da forma como foi apresentada, a narrativa poderia muito bem se referir aos fenícios do século IX a.C., quando estes deixaram a franja costeira do Levante em direção às terras lendárias do extremo do mundo. As partes mais distantes do Mediterrâneo ocidental eram marcadas por histórias lendárias, e cronistas do período buscavam

constantemente associá-las a uma localidade específica. Em um dado momento, tendo conhecimento suficiente, os fenícios passaram a ocupá-la e a se relacionar com seus habitantes. Ainda que metodologicamente o que buscamos nesta pesquisa se distancie do que Sérgio Buarque de Holanda propõe⁴², este livro é bastante inspirador, pois ele não só lida com a temática do fim do mundo e do desconhecido, mas ele também se propõe a pensar como a imagem sobre um espaço fora construída nas fontes escritas e como esse processo de construção lhe ajudava a pensar os desenvolvimentos históricos do período.

Ainda que não estejamos propondo uma história das mentalidades aos moldes de Sérgio Buarque, é interessante notar que o tema da história regional, bastante presente em nossa tese, apareça com destaque no texto de Philippe Aries quando ele aborda na historiografia exatamente a história das mentalidades (ARIÈS, [1990] 2005). Ele ressalta que, conforme crescia esse novo campo da História, em especial sob a influência da escola dos *Annales*, os historiadores passaram a ficar cada vez mais preocupados com as diferenças, dentre elas, a geográfica. Assim, as histórias de espaços específicos ganharam mais projeção, e trabalhos como o *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, de Braudel, se destacam.

O que propomos aqui é, pois, a história da história de um espaço: como se pensou esse espaço e quais as implicações e as extrapolações que podemos fazer nesse percurso. Conforme vimos no capítulo anterior, a Turdetânia estraboniana é um espaço, ou melhor, é um dos momentos desse espaço; em outras palavras, trata-se de uma das paisagens dentro do processo de espacialização do que hoje é a Andaluzia Ocidental. Compreender como ele foi sendo construído no imaginário de falantes de grego e latim ao final do primeiro milênio a.C. pode ser proveitoso na medida em que, por um lado, podemos tentar inferir quanto da realidade local interferiu na construção dessa mentalidade greco-romana sobre o fim do mundo, e, por outro, ao final dessa análise, teremos alguns indícios de como esses olhares externos podem fornecer pistas de como os desenvolvimentos mais amplos, de espaços e redes mais extensas, influenciaram as transformações locais.

Contudo, é preciso deixar claro que o caminho que começamos a trilhar aqui não é inédito, pelo menos não em todos os seus aspectos. Há inúmeros trabalhos, os quais serão devidamente abordados, que propuseram abordagens diacrônicas de análise das

⁴² Fazer uma história das mentalidades da época das grandes navegações portuguesas.

fontes que apresentassem referências sobre a terra dos tartessos, sobre a Turdetânia ou ainda sobre Cádiz. Não obstante, o enfoque que pretendemos dar apresenta como novidade dois aspectos: I) ao considerar as fontes e seus produtores como partícipes da formação dessa mentalidade a ser estudada, não faremos nenhum tipo de hierarquização documental, ou seja, nossa intenção é diferenciar-nos de algumas abordagens que analisam autor por autor buscando informações úteis para construir uma narrativa específica sobre o espaço, descartando informações que fogem dessa narrativa única; nosso objetivo, pelo contrário, é focar na história desse espaço como objeto autônomo e passível de ser pensado em um contexto maior, ligado aos processos que se davam no Mediterrâneo como um todo; e II) colocar Cádiz nessa equação é também um aspecto novo dentro das abordagens costumeiramente praticadas. Na maioria das vezes, estuda-se a Turdetânia nas fontes separadamente de Cádiz. Uma abordagem que não só una as duas, mas que também procure entender a construção dessa união, bem como a inserção desta localidade naquele espaço, é algo novo até onde temos conhecimento. E, como deixamos claro no capítulo anterior, o olhar que aqui propomos é bastante mediado pelas leituras que realizamos da *Geografia* de Estrabão.

Nos momentos finais do primeiro milênio antes de nossa era, um projeto de descrição do “mundo conhecido” (a *oikoumene* grega) era arquitetado por um estudioso nascido ao sul do Mar Negro. Estrabão e sua *Geografia* seguiam uma longa tradição de composição de grandes narrativas (históricas, geográficas, mitológicas, etnográficas⁴³) sobre partes do mundo — para os mais audaciosos, sobre o mundo inteiro —, produzidas em língua grega (e posteriormente em latim) desde o final do período do Bronze e o início do período do Ferro. Para Estrabão, seu trabalho pertencia aos da linhagem de escritores como Homero e Políbio⁴⁴ e seria útil, principalmente, para estadistas (πολιτικός) e homens educados em geral.

⁴³ Sobre esse tema ver CLARKE (1999), DUECK (2000), PROMTERA (2007).

⁴⁴ Os livros I e II da *Geografia* são dedicados à apresentação de debates “geográficos”, isto é, Estrabão propõe-se a debater assuntos técnicos — com relação a dimensões da terra, distâncias entre extremos do mundo, paralelos etc. — analisando uma série de escritores, como Homero, Políbio, Eratóstenes, Artemidoro, Posidônio etc. Sobre esse tema, ele afirma: “Embora muitos de meus predecessores tenham feito excelentes trabalhos em vários campos da geografia, ainda assim suponho que uma grande porção do trabalho está por ser feita; e se eu puder estar apto a fazer pequenas adições ao que eles disseram, isso deve ser considerado como justificativa suficiente para meu compromisso” (ESTRABÃO 1.2.1, tradução nossa) E sobre Homero: “E não somente Homero possui sabedoria sobre esses assuntos, mas todo homem esclarecido cita o poeta como testemunha cujas palavras são verdadeiras para provas que a experiência prática desse tipo contribui no mais alto grau de conhecimento” (ESTRABÃO 1.2.4, tradução nossa).

“Em seguida aparece Cádiz (Γάδειρα), uma ilha separada da Turdetânia por um estreito, e distante de Calpe aproximadamente setecentos e cinquenta estádios (embora alguns digam ser oitocentos). Esta ilha não possui diferença nenhuma com relação às demais, exceto que, por conta da ousadia de seus habitantes como marinheiros, e em razão de sua amizade com os romanos, ela avançou tanto em todos os tipos de prosperidade que, embora situada no extremo da Terra, é a mais famosa das ilhas”. (ESTRABÃO III.1.8, tradução nossa)

Na citação anterior, podemos observar claramente esse desejo de universalidade do autor ao comparar a ilha de Cádiz (ή νῆσος Γάδειρα), localizada no extremo da Terra (ἐσχάτη ἰδρυμένη τῆς γῆς) a tantas outras. Entretanto, para descrever o mundo que conhecia, Estrabão precisaria debruçar-se sobre cada uma das partes que o compunha.

Escolhemos essa citação para suscitar o debate, pois ela apresenta alguns elementos que, de certa forma, sintetizam a imagem que se tinha da cidade ao final do primeiro milênio a.C.: famosa pela produção de produtos derivados da pesca, pela confecção de navios, e pelo templo de Melqart, entidade semita frequentemente associada a Héracles⁴⁵, Cádiz era, ainda, costumeiramente utilizada pelas fontes escritas como referência do extremo ocidente⁴⁶. Contudo, um aspecto importante que esse trecho traz é sua estreita relação com Roma: a amizade entre essas cidades é colocada como um dos motivos da prosperidade da ilha.

Uma singularidade da apresentação dessa cidade na *Geografia* de Estrabão é o fato dela aparecer tanto na descrição da Turdetânia (capítulos 1 e 2 do livro III, que descreve a península Ibérica) quanto na parte dedicada às ilhas (capítulo 5 do mesmo livro). Voltaremos a esse tópico mais adiante, porém, tenhamos em mente o seguinte: nos dois primeiros, Cádiz é sempre descrita em relação direta com o interior da região — é, por exemplo, considerada pelo geógrafo uma das cidades mais importantes da Turdetânia, juntamente com Córdoba (ESTRABÃO III.2.1). Já no capítulo 5, a história da cidade é mais bem detalhada, assim como são destacadas algumas de suas especificidades e qualidades. Cádiz é, sem dúvida, a cidade mais bem descrita no livro dedicado à península Ibérica, e a importância dos romanos nas transformações pelas quais ela passa na época de Estrabão é bastante ressaltada pelo autor. Como veremos mais adiante neste capítulo, não é comum encontrar fontes que conectem Cádiz e Roma. A primeira aparece citada

⁴⁵ Sobre a relação entre Héracles e Melqart, cf. capítulo 9 de Malkin (2011), capítulo 7 de Mierse (2012) e, principalmente, Mierse (2004).

⁴⁶ Cidades eram localizadas a partir da sua distância ou do tempo de viagem entre ela e Cádiz.

em vários contextos por fontes distintas, mas apenas em algumas delas o contato com a segunda é enfatizado.

Plínio, o Velho, é uma destas exceções. Ao descrever a província da Bética — “a mais rica em cultivo e fertilidade de todas as províncias” (PLÍNIO 3.3, tradução nossa) —, apresenta a divisão administrativa romana que consiste em quatro jurisdições ou conventos: Cádiz, Córdoba, Ástigis e Híspalis:

To the jurisdiction of Cadiz belong Regina, with Roman citizens, Laepia Regia with Latin citizens, Carisa surnamed Aurelia, Urgia surnamed Castrum Julium, and also Caesaris Salutariensis; the tributary towns of Besaro, Belippo, Barbesula, Blacipo, Baesippo, Callet, Cappacum, Oleastro, Iptuci, Ibrona, Lascuta, Saguntia, Saudo, Usaepo. (PLÍNIO 3.1)

Aqui vemos Cádiz imersa no sistema administrativo que os romanos vinham implementando na região desde, pelo menos, o século II a.C. Escrevendo no século I d.C., pouco mais de 70 anos depois de Estrabão⁴⁷, Plínio apresenta a cidade dos gaditanos como a capital da jurisdição/convento que comporta as cidades atlânticas da Bética. Ademais, define-a como uma das cidades mais importantes da província mais rica do império.

A marcante presença romana no trabalho destes autores não é, obviamente, coincidência. Trata-se de duas obras grandiosas (em fôlego e importância): a primeira uma grande descrição do mundo conhecido até aquele momento, e a segunda, uma narrativa que sintetiza o conhecimento humano. Ambos os trabalhos são influenciados por uma visão ecumênica que pode ser identificada em outros autores contemporâneos — e mesmo anteriores. Essa característica é fundamental para a compreensão da relação que propomos, uma vez que, pelo menos desde Políbio no século II a.C., o poder romano era tido como (ou, ao menos, estava em vias de tornar-se) hegemônico e viabilizador do conhecimento pleno da *oikoumene*⁴⁸. Assim sendo, uma análise cuidadosa das obras que nascem à luz desse processo é essencial para se apensar a relação entre Cádiz e o poder romano.

Esse breve olhar sobre dois dos vários trechos que trazem informações a respeito de Cádiz nos permite presumir uma forte conexão entre essa ilha do extremo ocidente do

⁴⁷ Sobre a data de produção da *Geografia* de Estrabão, assim como de seu nascimento e morte, ver síntese nossa em Silva (2013, p. 46-76). Para debates mais específicos, Jones (1917), introdução da tradução da Loeb Classical Library; Lasserre e Aujac (1967), introdução à tradução da Les Belles Lettres; Pothecaray (1999) e (2002); Dueck (2000).

⁴⁸ Ver Andreotti (2015, p. 280-285) e Clarke (1999, p. 117-120).

mundo conhecido e o centro do poder político-militar que dominou esse mundo entre os séculos II a.C. e IV d.C. Entretanto, para não correremos o risco de cair em raciocínios circulares — isto é, de estudar o intenso contato com Roma pois as fontes apontam para tal, ao passo que elas são fruto de um processo de expansão do poderio romano, logo apresentam Roma em estreita ligação com as regiões dominadas —, atentemo-nos para outro detalhe apresentado por esses autores.

Cádiz é, ao menos para Estrabão e Plínio, uma cidade que não pode ser estudada isoladamente, pois, em última instância, apresenta forte relação com Roma, mas também porque exibe papel estratégico no espaço da Turdetânia (ou da Bética, em Plínio). Além disso, esta cidade tem uma ancestralidade exótica digna de ser notada — fundada por habitantes da cidade fenícia Tiro, é bastante identificada como morada mitológica de Gerião —, e fora quartel general dos cartagineses sob comando da família Barca, momentos antes da segunda guerra púnica. Essas são apenas algumas características atribuídas à cidade pelas fontes. À nossa frente, há muito mais do que a história de uma cidade a ser contada: temos um nó de uma complexa rede mediterrânica a ser desatado. Ademais, temos todo o espaço do sudoeste peninsular, no qual a cidade está encrustada, que, por conta de todas essas referências a Cádiz, e muitas outras mais, também vê sua posição nessa rede mediterrânica mais ampla se transformar com o passar do tempo.

2.2 Das narrativas mitológicas aos périplos

2.2.1 Período pré-herodoteano

É muito comum, em trabalhos que lidam com a questão das primeiras menções à Península Ibérica, a busca pelas referências ao fim do mundo como significando, de alguma forma, alusões a esta região⁴⁹. Nessa lógica, as tradições homérica e hesiódica, berços da cultura ocidental, seriam também o ponto de partida para qualquer análise. Entretanto, o debate hermenêutico bicentenário que tem levado muitos especialistas, em

⁴⁹ Não é necessário recuar muito no tempo em busca de trabalhos que apresentam esse padrão. O livro com a compilação mais recente de fontes sobre a península é a segunda edição do *Testimonia Hispaniae Antiqua* II, organizada por Julio Mangas e Domingos Placido (1998). Nela, os autores incluem como menções mais antigas à península Ibérica trechos dos poemas homéricos e hesiódicos. Além disso, trabalhos posteriores continuam buscando nesses textos referências à península — ver: Yanguas, 1997; García Fernández, 2003; Salmonte, 2011.

especial os espanhóis, a associar a mitológica Eriteia⁵⁰, morada de Gerião, ao espaço que pretendemos estudar aqui, é fruto de uma tradição oriunda da própria Antiguidade, quando, a partir do século V a.C., autores, ao reinterpretarem os grandes épicos, passam a localizar a Eriteia próxima à ilha de Cádiz — a Gadeira dos gregos.

De maneira geral, nos poemas homéricos, identifica-se o oceano como o limite mais Ocidental do ecúmeno, e, ainda na Antiguidade, se buscou identificar os acontecimentos associados a ele com a região para além das colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar). Nos poemas de Hesíodo há mais detalhes sobre os limites da Terra, com a descrição de Eriteia, do jardim das Hespérides e de Gerião, que apresenta grande destaque ao ser combatido por Hércules. Portanto, apensar de um conjunto imenso de informações mitológicas sobre o Ocidente, não há elementos convincentes que nos permitam dizer que esses textos fazem referência direta a qualquer região da península Ibérica.

Julio Mangas e Domingos Plácido (1998) propõem que a referência para o fim do mundo até o século VIII a.C. era Eriteia e que isso passa a mudar na passagem do século VII para o VI a.C., quando verificamos na poesia lírica de Estesícoro o aparecimento da primeira menção de uma localidade conhecida da península: o rio tartessos. Em sua *Gerioneida*, o monstro combatido pelo herói grego nasce e vive em uma montanha repleta de prata, “quase em frente à famosa Eriteia, [...] junto às inúmeras fontes do rio tartessos” (ESTESÍCORO, apud MANGAS; PLÁCIDO, 1998, p. 91, tradução nossa). Encontramos nesse poema dois *topoi* que marcarão as descrições do Sudoeste peninsular: a presença de Hércules nessa localidade e a existência de jazidas de prata na zona de influência tartéssica (nesse momento apenas como hidrônimo). Ainda que nesse momento a identificação desse rio como sendo o Guadalquivir seja difícil de ser feita — bem como sua associação a qualquer outro rio da península —, é possível interpretar essa fonte como um reflexo, no mínimo, de uma presença cada vez maior de gregos nessa parte do mundo, não só fazendo uso de nomes que podem ter raiz não-grega⁵¹, mas também inserindo um herói grego nos mitos de origem dessas localidades. Esse movimento faz com que pesquisadores como Cruz Andreotti (1991) possam identificar nessa poesia a legitimação do processo civilizador dos gregos sobre os bárbaros, mas também abre interpretações

⁵⁰ Utilizamos nesta tese a tradução de *Εριθεΐα* de J. A. A. Torrano em *Teogonia — a origem dos deuses* ([1984] 1995).

⁵¹ Sobre os debates entorno da origem do nome tartessos, cf. Mangas e Plácido (1998, p. 107-108), notas 211 e 212.

para um intercâmbio religioso entre gregos (cultuando Hércules), fenícios (cultuando Melqart) e habitantes locais (cultuando o próprio Gerião)⁵².

Ao longo do século VI a.C., por outro lado, vemos crescer a preocupação de algumas fontes com detalhes sobre essas histórias do extremo Ocidente. Anacreonte é o primeiro poeta a tratar “tartessos” como um topônimo, apresentando outros dois *topoi* que acompanharão as descrições deste espaço: a longevidade de seus reis e a opulência e a abundância ali verificadas (MANGAS; PLÁCIDO, 1998, p. 125-127; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 61). Já na *Ode Nemeia*, de Píndaro (Ne. 4.69), encontramos o primeiro uso do nome pelo qual Cádiz será conhecida entre os gregos: *Γαδεира* — Gadeira. Nesse texto, a ilha é apontada como o extremo ocidente do mundo, isto é, como o local de onde os navios devem dar “meia-volta” em direção à Europa. Essa, inclusive, é uma importante característica de Cádiz, da qual trateremos mais adiante. Em ambos os relatos, a ausência das referências míticas se destaca.

Também na passagem do século VI — V a.C., Hecateu de Mileto escreveu sua *Periegesis*, sendo visto por alguns autores como um dos fundadores do gênero periegetico, que irá influenciar grande parte da literatura grega desde então, e que consiste em uma descrição de um ou mais territórios a partir da citação de uma série de topônimos, geralmente seguindo o sentido da navegação por aquele espaço.

Mesmo estando bastante fragmentado e tendo chegado até nós a partir do léxico de Estêvão de Bizâncio, escrito no século VI d.C., o trabalho de Hecateu apresenta um conjunto de informações especialmente interessante. Ao descrever o sudoeste da península Ibérica, Hecateu apresenta uma sequência de topônimos às vezes transcritos para o grego a partir dos nomes locais, às vezes adaptados (MANGAS; PLÁCIDO, 1998, p. 143), e a ausência de menções a colônias gregas ou fenícias chama bastante atenção. Pela primeira vez, tartessos aparece como um território, onde seriam encontradas algumas cidades (πολις) (Fr. 38 Jacoby — St. Byz; Fr. 45 Nenci — St. Byz, apud MANGAS; PLÁCIDO, 1998, p. 143), cercadas por outros territórios contendo cidades e povos

⁵² Sobre esse último aspecto, Cruz Andreotti afirma que “Héroes locales o seres ctónicos ocupan el puesto de Gerión en su enfrentamiento con Hércules, identificándose y equiparándose ambos personajes — finalmente heroizados — a través del mito y del culto. Con ello no sólo se consigue explicar y legitimar un fenómeno colonizador en general, o las ambiciones de ciudades en particular, sino también integrar el culto del héroe tebano y su antagonista en ambientes de frontera más alejados del movimiento colonial. El ejemplo más conocido lo constituye el encuentro de Hércules con los héroes sicanos” (CRUZ ANDREOTTI, 1991, p. 58).

(εθνος). Uma das cidades do território tartéssico é Ibila e a ela são atribuídas minas de ouro e prata. A maior parte dos topônimos está localizada na Ibéria, que é entendida pelos especialistas como um território à parte de tartessos, onde estariam localizados, também, alguns povos e algumas cidades.

Em Hecateu, percebe-se que a referência para o extremo Ocidente são os Pilares de Héracles, não aparecendo nenhuma menção a Eriteia ou qualquer outro elemento mitológico. É possível observar uma tentativa de racionalização do conhecimento disponível, com o espaço do fim do mundo começando a ganhar contornos geográficos específicos.

2.2.2 Período Herodotiano

O século V a.C. vê florescer uma abordagem mais próxima do que considerariamos científica, com a valorização da razão e da observação, em detrimento da reprodução de mitos para explicar determinadas situações. O principal representante dessa mudança de comportamento é Heródoto. Em vários trechos de suas *Histórias* há referências claras e detalhadas ao extremo Ocidente, assim como tentativas de desmistificar algumas informações. Em 4.8, ele lida com as informações sobre o rio que rodearia a terra, aproximando o oceano à ideia de mar. Nesse mesmo trecho, o autor reconhece a falta de informações confiáveis sobre esse espaço, mas mantém como relevante a existência de Eriteia, e sua associação com a morada de Gerião e a temática de Héracles. Entretanto, esta ilha é explicitamente separada de Cádiz, e localizada no oceano, fora dos pilares de Héracles.

Ademais, Heródoto é considerado a principal fonte quando se trata de estudar a tartessos literária. Dois trechos são bastante analisados por inúmeros especialistas nesse assunto. O primeiro (4.151) é uma narrativa das expedições de fundação de Cirene, que teria ocorrido no século VII a.C.⁵³, e que apresenta tartessos como um entreposto (εμπόριον) visitado por Coleo de Samos após um desvio de sua viagem ao Egito forçado pelos ventos. Nesse local de negócios intocado (ἀκήρατος), esses navegantes jônios teriam tido, segundo Heródoto, um grande proveito nas trocas realizadas.

⁵³ Sobre a data de fundação de Cirene ver Manga e Plácidos (1998, p. 242), nota 485.

A outra parte de suas *Histórias* que é relevante para nosso estudo é o trecho 4.181, a mais completa descrição de tartessos no período Clássico. Tomando como referência as viagens dos fócios, os primeiros gregos a utilizarem embarcações de cinquenta remos para conhecer a Ibéria e tartessos, Heródoto retoma algumas características deste espaço já presentes em Anacreonte, isto é, da longevidade de seus reis e da riqueza da região, ao narrar o contato dos gregos com o rei Argantônio, que lhes convida para estabelecerem-se em qualquer lugar dos arredores (*χωρη*) de sua morada, em caso de fuga por conta dos avanços dos medas. A viagem, de acordo com a cronologia interna da obra de Heródoto, teria se passado possivelmente em 559 a.C. (MANGAS; PLÁCIDO, 1998, p. 246).

Dois aspectos merecem, assim, nosso destaque. É sintomática a ausência de referências aos fenícios, fundadores de Gadeira e sabidamente visitantes e colonos acostumados com essa parte do mundo. Cádiz era, então, apenas um dos pontos extremos da terra, morada de criaturas fantásticas e palco de um evento épico relacionado a um herói errante. Já tartessos, para além das informações mitológicas, era um espaço politicamente delimitado, reconhecido pela sua pujança econômica e em constante contato com o outro extremo do Mediterrâneo.

Em linhas gerais, sabendo que este período é marcado por importantes fluxos de pessoas entre as duas extremidades do Mediterrâneo (MALKIN, 2011, p. 17-19), e pelo estabelecimento de um tipo de literatura mais próximo do que chamaríamos de científica a partir de Heródoto, podemos dizer que alguns escritos em língua grega passaram, igualmente, a importar-se com as fronteiras finais da *oikoumene* (*πείρασι γαίης*) (ROMM, 1992, p. 10-13). Exponentes desse novo tipo de fazer histórico do século V a.C. são Ferécides de Leros e Heródoro de Heracleia. O primeiro, em uma tentativa de “racionalizar” uma série de mitos sobre o extremo Ocidente e associá-los com as novas informações geográficas cada vez mais abundantes, traz os primeiros indícios de um movimento de deslocamento da referência dessa parte do mundo de tartessos para Gadeira. Em uma citação encontrada na *Geografia* de Estrabão, o geógrafo afirma que Ferécides parece (*ἔοικε*) dizer que “Gadeira é Eriteia” (MANGAS; PLÁCIDO, 1998, p. 166, tradução nossa), enquanto em outro trecho, ao narrar as aventuras de Hércules, Ferécides aponta Tartesso como um local de passagem para a Líbia, sem nenhuma outra relevância. Já Heródoro, ao narrar as aventuras de Hércules em seu *Tratado sobre*

Héracles, faz uso do gênero periegético e apresenta uma península ibérica dominada pelo γένος dos iberos, que forma um conjunto de tribos (φυλα), entre as quais estão os tartessos.

As poucas menções das quais temos notícias na passagem do século V para o IV a.C. não são exatamente o que poderíamos chamar de informações. Sobre Gadeira temos três trechos fazendo alusão a uma iguaria produzida naquela localidade: τὸ ταριχὸς Γαδειρικόν, ou “mojama” para os espanhóis, que nada mais é do que carne do lombo do atum salgada. Hipócrates sugere o produto como tratamento para gota e enfermidades do baço (*De internis affectionibus* 25, apud. MANGAS; PLACIDO, 1998, p. 279), enquanto Eupólido (*Maricante* 199, apud. MANGAS; PLACIDO, 1998, p. 279) e Antífanos (78 *Kassel-Austin / Ath.* 118d, apud. MANGAS; PLACIDO, 1998, p. 279) satirizam a sugestão de usar o produto com fins medicinais. O que se destaca nessas três citações é a correlação que esses autores fazem entre o produto gadirita e produtos derivados de peixes do outro lado do Mediterrâneo. Aos poucos, como vimos anteriormente, a descrição do espaço do extremo Ocidente vai sendo dominada, ainda que a pinceladas, pelo horizonte da colônia fenícia.

Um texto que poderia sacramentar essa guinada no ponto focal do sudoeste peninsular no século IV a.C. é, talvez, o mais controverso de todos. Trata-se do diálogo *Crítias*, de Platão. Nele, a personagem que dá nome ao diálogo narra uma história que seu bisavô havia ouvido do próprio Sólon, de que, por sua vez, havia tomado conhecimento em conversas com sacerdotes egípcios em uma viagem à região. Contam estes que, nove mil anos antes daquele tempo, os atenienses haviam combatido um império de além das colunas de Héracles chamado Atlântida. Tratava-se de uma força militar que se expandia desde a ilha no extremo Ocidente até a Europa e a Ásia. O mito de fundação do Ocidente em Platão se afasta, definitivamente, da tradição dos mitos de Héracles, atribuindo a Posêidon a responsabilidade de organizar Atlântida e povoá-la. Posêidon e Clito tiveram cinco pares de gêmeos, assim, cabendo a cada um uma parte da ilha. Ao primogênito deu o nome da própria ilha e do mar que a cercava, Atlântico, e ao segundo gêmeo da primeira dupla

“a quem havia cabido em sorte uma porção na extremidade da ilha na direção das Coluna de Héracles até à região além daquele ponto que hoje é chamada Gadírica (τὸ τῆς Γαδειρικῆς νῦν χώρας), deu o nome Eumelo, em grego, e Gadiro, na língua do país, sendo esta designação a que deu o nome àquela zona” (*Crítias*, 114b).

Esse trecho é particularmente interessante, pois, como nos lembra Julio Mangas e Domingos Plácido, o adjetivo utilizado por Platão Γαδαιρικός –ή, –όν é uma construção que já havia sido utilizada por Hipócrates, Eupólide e Antífanos (MANGAS; PLÁCIDO, 1998, p. 324), e, associado à expressão *χώρα*, mostra que, no século IV a.C., esse espaço é, aos olhos de Platão, dominado pelos gaditanos. Para além dos estudos que buscaram localizar a Atlântida platônica⁵⁴, interessa-nos aqui sua categorização do extremo Ocidente e a ausência de alguns dos elementos mitológicos que marcaram a maioria dos relatos anteriores, tais como a presença de Héracles e suas disputas contra Gerião em Eriteia, ou a apresentação do oceano como um rio. Além disso, é preciso destacar duas ausências, tartessos e fenícios, povos que aparecem com frequência nas descrições dessa parte do mundo.

2.2.3 Os périplos

Os relatos de viagens, ou périplos, também eram relativamente comuns entre as produções literárias no Mediterrâneo. Nesse sentido, a historiadora Daniela Dueck afirma:

the earliest sailors and explorers tended to circumnavigate (periplein) continents and islands while keeping the coastline in sight. What was determined by considerations of safety adapted to uncertain weather conditions and primitive vessels, also established the character of the first geographical descriptions in Greek. In these accounts of ‘a coasting voyage’ or ‘circumnavigation’ (periploi) early travelers described distant and strange peoples. Such earlier surveys were arranged according to coast lines and thus focused on the documentation of harbors, ports and islands. They also mentioned towns and tribes according to their habitation by the seashore or on the banks of navigable rivers. (DUECK, 2002, p. 40)

O *Périplo de Massália* (Marselha), escrito por volta do século VI a.C. é o mais antigo do qual temos notícia, porém só o conhecemos por intermédio do poema “Ora Marítima”, de Avieno, escrito quase um milênio depois⁵⁵. E, embora tenhamos informações de importantes expedições de reconhecimento levadas a cabo por fenícios,

⁵⁴ Schulten, um dos grandes estudiosos da península Ibérica de princípios do século XX, produziu alguns trabalhos em que buscava aproximar a mítica ilha aos tartessos, sendo o principal *Atlantis*, de 1939.

⁵⁵ Há uma grande polêmica a respeito da autenticidade do *Périplo de Massália*, uma vez que a única referência a ele é um poema do IV século d.C. chamado *Ora Marítima*, de Avieno. Sobre esse assunto, cf. Aubet (2001) e Dueck (2012).

persas, egípcios, e cartagineses ao longo do período arcaico⁵⁶, apenas no século IV a.C. encontramos uma fonte em grego que apresente resultados de viagens: o *Périplo de Pseudo-Cílix*. Fortemente influenciada por uma visão cartaginesa, esse périplo do final do século IV a.C. traz uma interessante compilação de informações de expedições pelo Mediterrâneo e pelo Mar Negro (DUECK, 2012, p. 54). O autor segue à risca a lógica dos périplos⁵⁷, começando sua narrativa pelo extremo Ocidente, a partir dos Pilares de Héracles, onde localiza duas ilhas chamadas *Gadeira*, uma delas com uma cidade. Ele afirma também que a região onde se encontram as ilhas é a Ibéria, local de habitação dos *Iberes* (*Ἰβηρες*) e por onde corre o rio *Iber* (*ποταμὸς Ἰβηρ*). Uma outra menção a *Gadeira* é feita no mesmo documento, mas como referência para localização de cidades no lado oposto do estreito de Gibraltar (SCYLAX, §2 e §111).

Essas breves e concisas referências a Cádiz são fruto da estrutura do próprio texto. O périplo do Pseudo-Cílix, apesar de ter como objetivo principal descrever as várias regiões da *oikoumene*, é bastante sintético em suas observações, contendo, aparentemente, o estritamente necessário para um conhecimento básico da região por onde se navegava. Entretanto, é importante notar que os pontos de referência de navegação na região de passagem do Mediterrâneo para o Atlântico (e vice-versa) são as ilhas de Cádiz, o Estreito de Gibraltar e Cartago: as ilhas de Cádiz estão a um dia de navegação dos Pilares de Héracles e a sete de Cartago, segundo o texto. Nesse relato, os Fenícios aparecem com bastante ênfase como agentes comerciais, mas estritamente ligados ao norte da África, inclusive com a nomeação de algumas de suas colônias, tais como Lixos e Thymiateria (SCYLAX, §111) — para a península Ibérica não são mencionados. E, reforçando a tendência do século V a.C., tartessos não é mais uma das referências para essa parte do globo.

⁵⁶ Heródoto fornece-nos relatos de duas importantes expedições desse período: a primeira, uma expedição fenícia de circum-navegação da África encomendada pelo rei Necho II do Egito por volta de 600 a.C. (Heródoto 4.42); a outra, comandada por Scylax de Carianda, patrocinada por Dario da Pérsia, no final do século VI a.C. Para maiores informações, cf. Dueck (2012, p. 53-55). Além desses, há uma série de trabalhos que procuram lidar com as expedições dos cartagineses Himilco e Hanno, que, entre os séculos VI e V a.C. teriam produzido périplos a partir de suas viagens partindo do Mediterrâneo para o norte da Europa (Himilco) e para o sul do Atlântico (Hanno). Há uma tradução para o grego do périplo deste último, chegando ao nosso conhecimento apenas alguns fragmentos. Entretanto, seu relato é citado por Plínio em 2.67.

⁵⁷ Isto é, a descrição dos portos e das localidades que poderiam ser vistas e acessadas por viagem de barco.

Outro péríplo dessa natureza que retrata Cádiz é o *Periodos a Nicomedes*⁵⁸. Trata-se de um relato perieгético do mundo em trímeter iâmbico cômico, endereçado ao rei Nicomedes da Bitínia, podendo ser tanto Nicomedes II Epifâneo, cujo reinado durou de 149 a.C. até data desconhecida, quanto seu filho Nicomedes III Evérgeta (HUNTER, 2006, p. 123), que reinou por volta do ano 100 a.C. (DUECK, 2012, p. 28). Ou seja, temos fragmentos de um poema (possivelmente) do século II a.C., provavelmente patrocinado por um monarca helenístico, que utiliza a lógica e a temática dos péríplôs para descrever o mundo conhecido.

Ao final do período helenístico existiu um grande embate entre geógrafos que defendiam o uso da poesia como instrumento didático e de conhecimento, e havia aqueles que defendiam uma separação entre geografia e esses outros gêneros. Estrabão, ao defender Homero como fonte de conhecimento, e não mera obra de entretenimento, nos mostra que

devemos perdoar o Poeta, mesmo que ele tenha acrescido elementos de natureza mítica em suas histórias e narrativas didáticas. Isso não merece censura; Eratóstenes erra em sua argumentação de que o objetivo de todo poeta é entreter, e não instruir; de fato, o mais sábio dos escritores de poesia diz, ao contrário, que ela é um tipo elementar de filosofia. (ESTRABÃO1.1.10, tradução nossa)

Tratava-se, então, de práticas comuns, porém questionadas, usar informações tidas como não-míticas em poesias, como o *Periodos a Nicomedes*, e considerar obras dessa natureza para aprimoramento de conhecimento. Para nós, o interessante dessa obra, para além da sua intensa relação com a tradição dos péríplôs, é a caracterização de Cádiz como uma colônia da cidade fenícia de Tiro, além de sua descrição rica em detalhes. Primeiramente, há a separação entre os nomes Eriteia e Gadeira: o primeiro significando o nome da ilha e o segundo, a cidade fundada pelos fenícios. Além disso, seus fundadores seriam mercadores (ἐμπορος) vindos da outra extremidade do mundo. E, por fim, as lendas sobre a existência de monstros nessas terras persistiam. Cádiz é descrita imediatamente antes, e em clara conexão com o privilegiado entreposto comercial dos

⁵⁸ Há um debate acerca da autoria da obra: Augustus Meineke, no século XIX, sugeriu o nome Pseudo Escimno, corrigindo alguns historiadores do renascimento, que haviam atribuído sua escrita a Marciano de Heracleia. Aubrey Diller, em artigo publicado nos anos 1950, sugeriu o nome de Pausânias de Damasco (DILLER, 1955), entretanto, recentemente, Konstantin Boshnakov indica Semos de Delos como possível autor (BOSHNAKOV, 2004).

tartessos (ἐμπόριον εὐτυχέστατον ἢ λεγομένη Τάρτησος), “uma famosa cidade que possui estanho da Céltyca transportado por rio e muito ouro e bronze”⁵⁹. Essa poesia apresenta sobretudo uma imagem completamente diferente daquela que se desenhava até o século V a.C.: Cádiz, em meados do século II a.C., era apresentada como uma cidade conectada à rede de cidades fenícias do Mediterrâneo Oriental, estabelecida em um dos pontos mais extremos da Terra, com a finalidade de comercializar metais. Associada à persistente temática lendária, verificamos que informações mais precisas adentravam a literatura de língua grega de então por intermédio de fontes náuticas.

Os dois séculos que separam essas duas imagens do extremo Ocidente (séculos III e II a.C.) são conhecidos como período Helenístico, época que se inicia com a expansão do império alexandrino e que ficara marcada, entre outras coisas, pelo desenvolvimento de uma tradição literária que aprimorara um sentido de universalização do conhecimento acumulado pelos gregos até aquele momento. Deste ponto em diante, devemos nos questionar sobre quando e como se deu essa mudança na descrição deste espaço que tanto nos interessa. Qual é o ponto de mudança? Certamente autores de relatos geográficos e históricos desse período têm muito a nos apresentar.

2.3 O Período Helenístico e as grandes narrativas: o paradigma polibiano

A importância dos périplos para a produção de conhecimento nos períodos posteriores é destacada dessa forma por Claude Nicolet:

The genre of *periplus* in its elaborate form has two possibilities: (1) a graphic and global representation of the world, and (2) the description of peoples combined with their history and their myths. [...] These two different directions would both undergo a truly quantitative and qualitative mutation in the Hellenistic period. [...] Such was the view of the *oikoumene* achieved by Hellenistic Science in the third and second centuries B.C., which combined the new observations and measurements of sailors and soldiers in the East and West, and the astronomical and mathematical elaboration of this data of the sphere. (NICOLET, 1991, pp. 58-62)

A ideia apresentada por ele, retirada de seu clássico estudo *Space, Geography, and Politics in the Early Roman Empire*, pode nos ajudar a refletir sobre a periodização

⁵⁹ MÜLLER, K. O. *Tabulæin Geographos Græcos minores*. Parisiis: Editoribus Firmin-Didot et Sociis, 1855, p. 200-201.

que pretendemos estabelecer aqui. Vimos até agora que as referências a Cádiz e à Turdetânia se iniciam com Hesíodo e estavam relacionadas às lendas dos trabalhos de Héracles, uma marca que acompanhará a descrição da cidade/ilha por toda a Antiguidade. Vimos também que Eriteia e depois tartessos marcaram a apresentação daquele espaço até meados do século V a.C., quando se observa uma mudança em direção a Cádiz como ponto de referência. Os périplos, a partir do século IV a.C., foram os responsáveis por apresentar as primeiras informações não-míticas, que nos deram indícios da existência de uma fundação de origem fenícia (colônia de Tiro) no litoral do ponto mais extremo do mundo conhecido, que exibia algum grau de contato com os povos do interior, sem maiores detalhes. Não devemos ignorar, todavia, que dois séculos separam os dois exemplares de périplos aqui analisados, e, em um primeiro olhar, há uma espécie de refinamento das informações de um documento para o outro.

Esse aprimoramento dará o tom das produções do chamado período Helenístico. Como anuncia a citação de Nicolet, os séculos III e II a.C. foram inundados de novas fontes de informações sobre regiões longínquas da *oikoumene*. O antigo conhecimento náutico acumulado dos séculos anteriores passa a ser confrontado com novas informações coletadas por pessoas ligadas às expedições militares — de generais curiosos a grandes pesquisadores convidados pelas lideranças dos exércitos (DUECK, 2012, p. 115). Do oriente chegavam informações trazidas das marchas realizadas por Alexandre, o grande, e pelos reis helenísticos depois dele; do ocidente fluíam novos conhecimentos oriundos das guerras entre Roma e Cartago, e seus desdobramentos. Sobre esse assunto, a historiadora britânica Katherine Clarke afirma que “a conquista leva não somente à alteração física do mundo político e às reais mudanças históricas vinculadas, mas também a novas formas de olhar o mundo, e, conseqüentemente, a novas maneiras de escrever sobre ele” (CLARKE, 1999, p. 69, tradução nossa).

O reconhecimento da importância da guerra na transformação do conhecimento do mundo para os gregos, romanos e grande parte dos povos que compartilhavam uma espécie de modo de vida mediterrânico⁶⁰ pode ser vista, inclusive, em uma das fontes mais importantes desse período. Políbio, historiador do século II a.C nascido em

⁶⁰ Apresentamos uma breve discussão sobre esse tema na introdução. Mas, para facilitar o entendimento de nossa proposta, basicamente o que pretendemos com essa expressão é mostrar que a vida nas cidades era o que aproximava esses povos.

Megalópolis (Acádia), fora feito prisioneiro pelos romanos em 167 a.C., após a chamada Terceira Guerra Macedônica. Em Roma, ficara sob a influência de Cipião Emiliano, que acompanhou nas campanhas contra Cartago nos anos de 149-146 a.C.. Nesse período de exílio, começou a escrever seu mais famoso trabalho: *Histórias*. Este, segundo o próprio autor, pretendia narrar a história que levou Roma a tornar-se a potência que era em sua época. No trecho a seguir, Políbio apresenta sua contribuição ao debate sobre o conhecimento da *oikoumene*:

In our own times since, owing to Alexander's empire in Asia and that of the Romans in other parts of the world, nearly all regions have become approachable by sea or land, since our men of action in Greece are relieved from the ambitions of a military or political career and have therefore ample means for inquiry and study, we ought to be able to arrive at a better knowledge and something more like the truth about lands which were formerly little known. This is what I myself will attempt to do...mostly for this very purpose of correcting the errors of former writers and making those parts of the world also known to the Greeks. (POLÍBIO 3.59)

Essa visão ecumênica pretendida por Políbio já pode ser encontrada em autores anteriores. Dois deles com uma certa relevância para nossa tese: Éforo de Cime e Timeu Tauromênio. Infelizmente, como tantas outras obras do período, temos acesso apenas a fragmentos de suas obras, preservadas nas palavras de outros escritores do período. Não por acaso, Políbio é uma das principais fontes para se desvendar o que esses dois outros historiadores teriam escrito. Ele considera Éforo seu modelo de escrita, o único que antes dele teria feito uma história universal verdadeira (POLÍBIO, 5.33). Além disso, Políbio declara começar sua história a partir de onde Timeu havia terminado a dele (POLÍBIO, 1.5), demonstrando a importância do relato do historiador do século IV a.C., mas não sem criticá-lo pela postura excessivamente presa aos gabinetes e distante dos acontecimentos (MOMIGLIANO, 1984, p. 213)⁶¹.

Estrabão, Plínio, e outros escritores da Antiguidade que apresentaremos aqui fizeram uso desses dois historiadores, ora como fonte de informações confiáveis, ora

⁶¹ “Quanto à parte propriamente pragmática da *História* de Timeu, ela é um repertório de todas as faltas, mudas da quais já expus. Agora falarei da causa de seus erros. Muitas pessoas não se dispõem a admitir essa causa, mas ver-se-á que ela é o maior fundamento de todas as acusações passíveis de lhe serem feitas. Acredita-se geralmente que Timeu adquiriu tanto a experiência quanto o hábito do estudo diligente de documentos, e de fato em linhas gerais ele dedicou-se à tarefa de escrever sua História com ânimo infatigável, mas sob certos aspectos não conheço autor algum de renome que pareça ter sido menos experiente e menos diligente” (POLÍBIO, História, 12.26e).

pertencendo a um debate sobre algum aspecto daquele espaço, como, por exemplo, quando Plínio debate a origem do nome de Cádiz:

By Ephorus and Philistides it is called Erythia, by Timæus and Silenus Aphrodisias, and by the natives the Isle of Juno. Timæus says, that the larger island used to be called Cotinusa, from its olives; the Romans call it tartessos; the Carthaginians Gadir, that word in the Punic language signifying a hedge (PLÍNIO, *História Natural*, 6.36).

O que podemos perceber com as citações que acessamos desses autores é que os componentes fenício e púnico passam a se fazer cada vez mais presentes na descrição do espaço do sudoeste da península Ibérica. Éforo é bastante reconhecido pelos autores posteriores por sua “descrição elaborada de uma geoetnografia costeira” que combinava análise dos mitos associados a cada parte do globo, com uma tentativa de descrever os costumes e as cidades nelas contidas (CIPRÉS; CRUZ ANDREOTTI, 1997, p. 133). Ele aponta, por exemplo, que os tartessos seriam os responsáveis por fornecer as informações míticas sobre a ocupação dos etíopes no norte da África (ESTRABÃO, 1.2.26).

Já Timeu de Tauromênio, “um exilado político da Sicília, viveu a maior parte de sua vida em Atenas”, e buscou escrever um relato que conseguisse explicar os acontecimentos na parte Ocidental do mundo, tendo sua terra natal como centro da narrativa (MOMIGLIANO, 1984, p. 143). Sua principal preocupação era detalhar o crescimento da importância de Cartago nos eventos a oeste da Grécia continental, chamando atenção para a ameaça que tal cidade representava. É o responsável, por exemplo, pelas primeiras informações sobre a presença fenícia no espaço que nos interessa. Atualmente, entre alguns especialistas nesse tema, admite-se que Timeu⁶² poderia ter servido de fonte para as informações contidas em um texto do século IV a.C. conhecido como *Das maravilhosas coisas ouvidas*, ou *De Mirabilibus auscultationibus*, falsamente atribuída a Aristóteles. Tal texto, certamente, contém as referências mais antigas às relações entre fenícios e populações do sudoeste da península.

It is said that the first Phoenicians who sailed to Tartessus took away so much silver as cargo, carrying there olive-oil and other petty wares, that no one could keep or receive the silver, but that on sailing away from the district they had to

⁶² Celestino e López-Ruiz (2016) e Javier de Hoz (2010) representam aqueles que veem como possível essa associação. Já Mangas e Plácido (1999) optam por não associar o fragmento das *Maravilhosas Coisas* aos escritos de Timeu.

make all their other vessels of silver, and even all their anchors. (PSEUDO ARISTÓTELES, 27.135 HETT, 1963, p. 307)

They say that Phoenicians who live in what is called Gades, on sailing outside the Pillars of Héracles with an east wind for four days, came to some desert lands, full of rushes and seaweed, which were not submerged when the tide ebbed, but were covered when the tide was full, upon which were found a quantity of tunny-fish, of incredible size and weight when brought to shore; pickling these and putting them into jars they brought them to Carthage. These alone the Carthaginians do not export, but owing to their value as food they consume them themselves. (PSEUDO ARISTÓTELES 27.136, HETT, 1963, p. 309)

Sendo ou não tais relatos de Timeu, é possível afirmar que circulavam entre os falantes de grego na passagem do século IV para o III a.C. informações bastante categóricas a respeito do sudoeste peninsular. Informações essas que não apareciam nas fontes um século antes. Uma recorrente associação de tartessos com a extração de prata é destacada como motivação para as trocas comerciais estabelecidas pelos fenícios e os habitantes desse espaço. Além disso a pesca e o consumo de peixe dão o tom das características atribuídas a fenícios e cartagineses, cada vez mais tidos como habitantes comuns das paradas extremo-ocidentais.

Timeu pode não ser o responsável por essas informações, mas, certamente, é um grande exemplo de como esse espaço, dali em diante, teria esse elemento levantino como modelador das relações. Pela primeira vez a ilha de Cádiz está conectada com a população local e, ao mesmo tempo, integrada às relações de troca mediterrânicas.

Apesar das importantes contribuições de Éforo e Timeu, o principal representante dessa nova fase de produção de conhecimento sobre o extremo Ocidente é Políbio e sua obra prima *História*, composta de 40 volumes que chegaram até nos bastante fragmentados, na maioria dos casos, através de citações de autores posteriores. Tomemos para análise nesta tese o livro 34 de sua obra, que, segundo autores como Estrabão (século I a.C.) e Ateneu (século III d.C.), se destaca como um trabalho de descrição de partes da *oikoumene* — e é onde se concentram as menções a Cádiz e ao sudoeste da península Ibérica.

No âmbito geral de *Histórias*, Políbio propõe uma narrativa da história do mundo desde a 140^a Olimpíada (220-216 a.C.) até a queda de Cartago e Corinto, no ano de 146 a.C. (CLARKE, 1999, p. 78). Ele pretendia, pois, fazer o que hoje nós historiadores chamamos de História do Tempo Presente, isto é,

uma História (...) na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. A partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos (ROUSSO, 2009, p. 3)

É exatamente do que trata tal obra: ao acompanhar generais romanos em algumas das batalhas que narra, Políbio se vê como legítima testemunha dos acontecimentos, tornando-se autoridade na descrição que fazia. Retomando a lógica historiográfica proposta por Heródoto de fazer digressões (temporais e espaciais) para auxiliar na narrativa, ele tem como principal objetivo explicar um fenômeno que considerava atual e extremamente relevante: a ascensão de Roma como força política e militar nos dois extremos das terras que circundavam o Mediterrâneo.

Os romanos, todavia, sujeitaram ao seu domínio não algumas partes do mundo, mas aproximadamente todo ele, e possuem um império não apenas incomensuravelmente maior que qualquer outro anterior, mas sem possibilidade de comparação também no futuro. Ao longo dessa obra serão perceptíveis com maior clareza as várias etapas da consolidação desse poderio; perceber-se-ão também as muitas e importantes vantagens proporcionadas aos estudiosos pelo tratamento pragmático da história. [...] Até essa época os eventos mundiais tinham sido por assim dizer dispersos, pois não eram interligados por uma unidade de iniciativa, resultados ou de localização; desde essa época, porém, a história passou a ser um todo orgânico, e os eventos na Itália e na Líbia interligaram-se com os da Hélade e da Ásia, todos convergindo para um único fim. (POLÍBIO, 1.2 – 1.3)

Políbio considerava-se, dessa forma, não somente o mais adequado para narrar os acontecimentos que explicavam o poderio romano sobre o mundo conhecido, mas também aquele que teria condições de: organizar e acessar as informações disponíveis; corrigir os erros de seus antecessores, em especial aqueles relativos às descrições geográficas; e, principalmente, realizar o projeto de história universal.

Este último ponto é de extrema importância para nossas pretensões: como dizíamos na introdução do capítulo, os trabalhos que tomamos como disparadores das questões envolvendo Cádiz e a Turdetânia, isto é, Estrabão e Plínio, traziam como característica a busca pela universalidade. Podemos dizer, então, que eles são, cada um à sua maneira e com suas especificidades, expoentes de uma corrente analítica universalizante que se inicia nos séculos III e II a.C. Para Plínio e Estrabão, Políbio era um cânone a ser consultado (porventura, respeitosamente, corrigido) em vários assuntos,

particularmente naqueles relativos a questões geográficas. Retomaremos essa questão adiante.

Voltando ao livro 34, já referido, ele representa uma quebra na narrativa polibiana. Os cinco primeiros livros apresentam uma narrativa de um mundo “disperso”, enquanto o livro 6 analisa a constituição romana e funciona como a introdução da narrativa da ascensão do poder dessa cidade — ascensão esta que é retratada nos vinte e sete livros seguintes. Um dos principais especialistas na obra de Políbio, Frank Walbank, assinala que o objetivo do livro 34 era “uma tentativa de dar coesão adicional à história universal descrevendo para nós a estrutura geográfica completa da *oikoumene*” (WALBANK, 2002, p. 42, tradução nossa). Para realizar tal tarefa, Políbio se propõe, como afirmamos anteriormente, a corrigir os erros de alguns de seus antecessores na tarefa de descrever a terra⁶³, e, neste contexto, aparecem algumas referências a Cádiz. Entretanto, é preciso considerar o caráter fragmentário do livro 34, o que dificulta bastante sua análise. Ainda assim, historiadores vêm analisando o que chegou até nós, e, ao invés de tomarmos esse fato como barreira, mantenhemos essa característica como um alerta, sempre nos lembrando dos cuidados do exame.

Primeiramente, em 34.5, ao começar suas críticas às medições feitas por Píteas de Massília no século IV a.C., Cádiz aparece como parada das viagens náuticas realizadas pelo massaliota. Em seguida, em 34.7, Políbio analisa e corrige informações fornecidas por Eratóstenes, geógrafo grego de Cirene (século III a.C.), acerca da península Ibérica. De acordo com Políbio, um dos principais erros de Eratóstenes fora identificar o local de habitação dos gauleses como sendo as regiões mais remotas da Europa — que incluíam Cádiz —, e, ao descrever pormenorizadamente a Ibéria, nem mesmo citar esse povo como um de seus habitantes.

Em 34.9, tradicionalmente tido como o momento de descrição da Ibéria feita por Políbio, a referência a Cádiz ganha ares de complexidade. Apesar de fragmentado, o trecho dedicado à península pode ser dividido em três partes: os primeiros fragmentos descrevem a *χωρὰς* turdetana e sua fertilidade; em seguida a região próxima a Cartago Nova e a exploração mineradora que ali se praticava; e por fim a Celtibéria, com seus rios

⁶³ Sobre essa questão, Walbank afirma que “The whole era of Alexandrian geography had been one of intense activity, keen speculation, and fruitful polemics. When we come to Polybius we have reached the reaction against it, the swing back to Stoic dogmatism and the narrower ideal of geography in the service of some other science — in this case of history.” (WALBANK, 2002, p. 47).

e tribos que habitavam a região. A referência à Cádiz se dá no contexto de descrição da Turdetânia, e o que é destacado é o templo de Héracles e a polêmica de um poço dentro dele, que enchia com a maré baixa e esvaziava com a maré alta. Pela primeira vez nos relatos sobre a península Ibérica, Cádiz é descrita em associação direta ao espaço turdetano.

Ainda sobre este espaço, Políbio, pelas mãos de Estrabão, informa que é ocupado por dois povos distintos: Turdetani e Turduli. Estes viveriam mais ao norte, enquanto aqueles, mais próximos da costa, viveriam uma vida ordeira (*τὸ ἥμερον*) e política (*τὸ πολιτικὸν*). Além disso, Políbio é a fonte de Estrabão para as informações sobre as distâncias dos rios daquele espaço, isto é, entre o Guadalquivir (Baetis) e o Guadiana (Anas).

Os fragmentos que compõem a sessão 34.9 foram retirados da *Geografia* de Estrabão. Políbio foi uma das referências de descrição do mundo de Estrabão, que reconhecia a influência daquele, mas sempre se reservando o direito de criticar as informações fornecidas pelos seus antecessores⁶⁴. E, por essa razão, os fragmentos de Políbio são dispostos na ordem em que aparecem na *Geografia* de Estrabão. Isso pode, de certa maneira, anular a conclusão do parágrafo anterior. Porém, é importante salientar que Estrabão escolheu essas informações de Políbio por um motivo: pois eram as que ele considerava as melhores disponíveis. Uma das características da obra de Estrabão é compilar, organizar e criticar a maior quantidade de informações possível para sua descrição da *oikoumene*. Como veremos a seguir, a *Geografia* está repleta de outras fontes, que, na lógica do autor, se complementam, formando o conjunto mais confiável de dados⁶⁵. Ou seja, por mais que a ordem da obra de Políbio fosse outra — o que não

⁶⁴ Daniela Dueck, em *Strabo of Amasia: a Greek man of letters in Augustan Rome* (2000, p. 46-53), apresenta uma ótima discussão sobre a influência de Políbio na obra de Estrabão. Em certo momento, ela afirma: “Strabo’s involvement in the ideas of Polybius is evident through the lively discussions he has with his predecessor as if he were present in the flesh: ‘But, my dear Polybius (o phile Polybie), one might reply, just as the test based upon your own words makes evident the error of these false reckonings...so also those other reckonings are both false’ (2.4.3, C 105). And again when arguing with Polybius he offers his reasonings in the first person and addresses him directly ‘o Polybie’ (10.3.5, C 465)”.

⁶⁵ ESTRABÃO 1.2.1: “No one can (justly) blame us for having undertaken to write on a subject already often treated of, unless it appears that we have done nothing more than copy the works of former writers. In our opinion, though they may have perfectly treated some subjects, in others they have still left much to be completed; and we shall be justified in our performance, if we can add to their information even in a trifling degree. At the present moment the conquests of the Romans and Parthians have added much to our knowledge, which (as was well observed by Eratosthenes) had been considerably increased by the expedition of Alexander. This prince laid open to our view the greater part of Asia, and the whole north of Europe as far as the Danube. And the Romans (have discovered to us) the entire west of Europe as far as

pode ser afirmado —, as informações referentes à Turdetânia e a Cádiz estavam lá, e provavelmente próximas o suficiente para que seu leitor pudesse interpretá-las dessa maneira.

Outro aspecto bastante interessante da obra de Políbio, destacada por pesquisadores como Luís García Moreno (1989) e García Fernández (2003), são as diferentes nomenclaturas usadas pelo historiador megalopolitano para se referir à Turdetânia. No livro III, Políbio apresenta quase integralmente o segundo tratado entre Roma e Cartago⁶⁶, e nele lê-se que “os romanos não farão incursões para a prática de atos de pirataria, ou para comercializar, ou para fundar cidades, além do promontório Belo, de Mastia e de Tarséion (*Ταρσήιον*)” (POLÍBIO, III.24). Um pouco mais adiante no mesmo livro, ao descrever as tropas deslocadas por Aníbal da península Ibérica para o norte da África antes da marcha do cartaginês para a Itália, o historiador grego descreve que “as tropas que atravessaram para a Líbia compunham-se de tersitas (*θηρσιται*), de mastianos, de oretes iberos e de olcades, em número de mil e duzentos cavalarianos e treze mil e oitocentos e cinquenta soldados de infantaria” (POLÍBIO III.33).

Tarséion, segundo García Moreno (1989), seria o correspondente púnico de tartessos, transcrito para o latim no tratado e mantido por Políbio por desconhecimento da geografia do local ao qual fazia referência o acordo — Políbio visita a Ibéria depois de escrever o livro III de sua *História* (MORENO, 1989, p. 292). De acordo com essa interpretação, o tratado originalmente seria bilíngue, tendo os romanos mantido o nome exatamente como era utilizado pelos cartagineses, pois eles também tinham poucas informações sobre o sudoeste peninsular no século IV a.C., época do acordo entre Roma e a cidade norte-africana. Já a forma “tersitas” utilizada por Políbio é única ocorrência

the river Elbe, which divides Germany, and the country beyond the Ister to the river Dniester. The country beyond this to the Mæotis, and the coasts extending along Colchis, was brought to light by Mithridates, surnamed Eupator, and his generals. To the Parthians we are indebted for a better acquaintance with Hyrcania, Bactriana, and the land of the Scythians lying beyond, of which before we knew but little. Thus we can add much information not supplied by former writers, but this will best be seen when we come to treat on the writers who have preceded us; and this method we shall pursue, not so much in regard to the primitive geographers, as to Eratosthenes and those subsequent to him. As these writers far surpassed the generality in the amount of their knowledge, so naturally it is more difficult to detect their errors when such occur. If I seem to contradict those most whom I take chiefly for my guides, I must claim indulgence on the plea, that it was never intended to criticise the whole body of geographers, the larger number of whom are not worthy of consideration, but to give an opinion of those only who are generally found correct. Still, while many are beneath discussion, such men as Eratosthenes, Posidonius, Hipparchus, Polybius, and others of their stamp, deserve our highest consideration.”

⁶⁶ O próprio García Moreno considera que Políbio transcrevera para o grego o tratado a partir de uma versão latina.

verificada em escritos de origem grega. García Moreno e Frank Walbank atribuem-na também à intermediação dos púnicos na popularização do conhecimento sobre os povos dessa parte do globo (MORENO, 1989, p. 292; WALBANK, 1957). A fonte de Políbio para descrever a etapa da guerra em que Aníbal organiza suas tropas na península Ibérica é a mesma de Tito Lívio, e “seria de origen griego, los llamados historiadores de Aníbal, pero en un estrecho contacto con los púnicos, cuya lengua conocerían completamente” (MORENO, 1989, p. 292).

De acordo com a lógica apresentada por esses pesquisadores, teríamos uma fonte que, por entrar em contato com documentações distintas, apresentaria nomenclaturas diferentes para a mesma realidade. Todas as denominações que estavam disponíveis no século II a.C., segundo esses mesmos especialistas, partiriam da mesma raiz indígena *trt-* e, uma vez em contato com povos de locais diferentes do Mediterrâneo, ela teria dado origem a etnônimos distintos.

en función de su propia pronunciación y tomando como base las reglas existentes para las derivaciones léxicas de tales etnónimos en cada lengua. De este modo nos encontramos con los “tartesios” de las fuentes griegas, los “turdetanos” y “túrdulos” de las fuentes latinas, y los “tersitas” que, tendría su origen en una pronunciación púnica más cerrada de la propia raíz *trt-* (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2003, p. 71).

Essa questão da nomenclatura pode indicar não a existência de etnias diferentes, mas sim a criação, por parte dos romanos, de conceitos operativos que buscavam ordenar as populações locais em um momento em que os romanos operacionalizavam sua presença naquele espaço. Seria um termo “político con forma de etnónimo aplicado a un conjunto de unidades poblacionales menores que compartirían cierta afinidad etno-cultural” (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2003, p. 72). García Fernández interpreta essa busca por homogeneização de alguns grupos também como uma resposta às demandas das populações indígenas de se diferenciarem, entre si e dos estrangeiros, como estratégias de sobrevivência das pequenas unidades políticas. Estas se vinculavam ora aos romanos, ora aos cartagineses, evidenciando a ausência de qualquer unidade populacional naquele espaço (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2003, p. 72).

Estes últimos trechos de Políbio demonstram um grande peso de cartagineses, mas também de fenícios naquele espaço. Colocando essa questão em escala temporal, esse historiador indica que, por um lado, para os autores gregos é somente no século III a.C.

que os fenícios passam a fazer parte da realidade do espaço do sudoeste da península Ibérica. Por outro, entre os povos da parte ocidental do Mediterrâneo (falantes de latim e púnico), esse fato já era bastante conhecido e documentado — se considerarmos que, de fato, Políbio teve acesso ao tratado entre Cartago e Roma — no século IV a.C., ao menos.

2.4 A Turdetânia de Estrabão e o Império Romano

Along with the happy lot of their country, the qualities of both gentleness (τὸ ἥμερον) and civility (τὸ πολιτικὸν) have come to the Turdetanians; and to the Celtic peoples, too, on account of their being neighbors to the Turdetanians, as Polybius has said, or else on account of their kinship; but less so the Celtic peoples, because for the most part they live in mere villages (τὰ πολλὰ γὰρ κωμηδὸν ζῶσιν). The Turdetanians, however, and particularly those that live about the Baetis, have completely changed over to the Roman mode of life (τὸν Ῥωμαίων μεταβέβληνται), not even remembering their own language any more. And most of them have become Latins, and they received Romans as colonists, so that they are not far from being all Romans (ὥστε μικρὸν ἀπέχουσι τοῦ πάντες εἶναι Ῥωμαῖοι). And the present jointly-settled cities, Pax Augusta in the Celtic country, Augusta Emerita in the country of the Turdulians, Cesar-Augusta near Celtiberia, and some other settlements, manifest the change to the aforesaid civil modes of life. Moreover, all those Iberians who belong to this class are called ‘Togati’. And among these are the Celtiberians, who were once regarded the most brutish of all. So much for the Turditanians. (ESTRABÃO, III.2.15)

Estrabão buscava atualizar os dados fornecidos por Políbio. Essa afirmação fica evidente no excerto anterior, que encerra a descrição da Turdetânia na *Geografia* de Estrabão. A Turdetânia polibiana é marcada por uma população que adota um estilo de vida adequado aos seus olhos: as expressões utilizadas — τὸ ἥμερον e τὸ πολιτικὸν — remetem a uma vida ordeira, domesticada, segundo as regras da polis⁶⁷. Essa análise é corroborada pela característica que é apresentada para aqueles que ainda não vivem aquela vida: γὰρ κωμηδὸν ζῶσιν, isto é, que vivem em vilas. Políbio enxergava e descrevia a Turdetânia como um espaço que abraçara um estilo de vida que ele reconhecia como bom, adequado a seres humanos e presente em seu referencial de mundo.

⁶⁷ Para L. A. Thompson, em *Strabo on Civilization*, há uma gradação nos níveis de desenvolvimento de um povo aos olhos de Estrabão, que consiste em um “processo gradual de melhoria nas ‘maneiras e modo de vida’ (τῶν ἡθῶν καὶ τῶν βίων) e organização sócio-política’ (βίων καὶ πολιτειῶν)” dividido em três etapas: rustico, semi-rustico e urbano. “Os atributos de uma sociedade civilizada assim consistem em um certo padrão de cultura material e moral e cultivo social (τὸ ἥμερον) combinado com traços sociais particulares que surgem somente do processo de viver em conjunto em cidades (τὸ πολιτικὸν)” (THOMPSON, 1979, p. 221). Para Thompson, na *Geografia*, τὸ ἥμερον seria o estágio imediatamente anterior ao τὸ πολιτικὸν, a primeira caracterizada pela organização da natureza e cultivo, a segunda por articular esse estágio à vida na polis.

Em seguida, temos a atualização das informações, promovida por Estrabão: os turdetanos tornaram-se romanos — *τὸν Ρωμαίων μεταβέβληνται*. Este autor continua sua descrição apresentando alguns dos elementos dessa transformação: esse povo, no tempo de Estrabão, fala a língua dos romanos, e esqueceram a sua completamente; ganharam os direitos das comunidades latinas e receberam colonos romanos, fatos que aos olhos de Estrabão os tornaram quase romanos completos — *ὥστε μικρὸν ἀπέχουσι τοῦ πάντες εἶναι Ρωμαῖοι*. Por fim, o geógrafo apresenta o motor dessas transformações: as cidades fundadas pelos romanos. Para esses e outros dados, Estrabão não sente necessidade de informar sua fonte, pois, em sua opinião, as conquistas de romanos e persas forneciam novas notícias para serem incorporadas ao conhecimento disponível.

Esse mesmo movimento de incremento do relato de Políbio pode ser visto em III.1.6, trecho em que Estrabão inicia sua descrição da Turdetânia⁶⁸. De fato, vemos Estrabão fazer o mesmo com Posidônio (séc. II a.C.) e Artemidoro (séc. I a.C.) em outras partes da *Geografia*, particularmente no terceiro livro, que descreve a Ibéria — e, conseqüentemente, onde encontra-se a descrição da Turdetânia. Essa constatação de uma das estratégias de escrita de Estrabão é extremamente importante.

Dentre as informações apresentadas por estes autores, é preciso enfatizar o destaque que Posidônio dá à presença fenícia no sudoeste peninsular e como essa população fora atraída pelas riquezas minerais ali existentes. Posidônio é considerado a principal fonte de informações sobre a península Ibérica para Estrabão, mas também para Diodoro Sículo. Como veremos mais adiante sobre este último, os fenícios são, desde o século II a.C., definitivamente, um elemento a ser considerado quando se analisa aquele espaço. Contudo, para que possamos continuar a análise da obra que por ora nos interessa, passemos a limpo sua organização interna, e tentemos identificar a estrutura de sua narrativa.

A *Geografia* de Estrabão é composta, no total, por dezessete livros que pretendem analisar todo o mundo habitado. Os dois primeiros livros trazem discussões teóricas e de

⁶⁸ “They call the country Baetica after the river, and also Turdetânia after his inhabitants; yet they call the inhabitants both Turdetanians and Turdulians, some believing that they are the same people, others that they are different. Among the latter is Polybius, for he states that the Turdulians are neighbours of the Turdetanians on the north; but at the present time, there is no distinction to be seen among them”. (Grifo nosso). Sobre a questão do “presente” em Estrabão, ver Clavel-Leveque, M. Les gaules et les gaulois: pour une analyse du fonctionnement de la géographie de Strabon. *Dialogues d'histoire anciennes*, n. 1, p. 75-93, 1974.

método sobre geografia, e os outros quinze livros apresentam relatos, descrições e reflexões preciosas, incluindo aspectos físicos, econômicos e humanos de várias partes do globo⁶⁹.

As menções a Cádiz e à Turdetânia estão quase todas concentradas no livro III, que é organizado em cinco capítulos — se levarmos em consideração a divisão tradicional Livro/Capítulo/Parágrafo⁷⁰. Entretanto, Estrabão divide a península em quatro espaços distintos: Turdetânia; Lusitânia; Costa Mediterrânica e seu interior; e as Ilhas. Praticamente temos um capítulo para cada região, com exceção da Turdetânia, que é descrita em dois capítulos. Formalmente, Cádiz está descrita no capítulo 5, junto com as ilhas. Todavia, ocupa posição central na descrição da Turdetânia nos capítulos 1 e 2. Esse aspecto é importante para a análise que propomos aqui.

O capítulo 1 é dividido em nove parágrafos, sendo que os três primeiros são destinados a apresentar o livro III de forma mais generalizada, com uma descrição geral dos limites da península Ibérica, tal qual a formação de um quadro universal para ela. Estrabão afirma que se trata da região mais oeste da *oikoumene*, e que possui basicamente um norte frio e inóspito, montanhoso e com solo pobre; e um sul bastante fértil (ESTRABÃO III.1.3).

O restante do capítulo é dedicado a descrever, em detalhes, a Turdetânia. Começando pela caracterização do litoral, Estrabão apresenta os limites desse espaço como sendo a oeste o Cabo Sagrado, e a leste os Pilares de Hércules — sendo a cidade de Calpe, a “antiga e importante estação naval dos Íberos” (ESTRABÃO III.1.7), a última antes da Oretania — que separa a Turdetânia do litoral mediterrânico. A Turdetânia é abastecida pelos dois maiores rios da península, segundo Estrabão: o Anas (Guadiana) e o Baetis (Guadalquivir). A importância deste último faz com que alguns chamem a região

⁶⁹ O livro III apresenta a Ibéria; o livro IV, a Gália e a Bretanha; Itália e Sicília nos V e VI; o livro VII, as regiões ao Norte e ao Sul do rio Danúbio, como Espiro, Macedônia, Trácia e Ilíria; Peloponeso, Sul, Centro e ilhas da Grécia nos VIII, IX e X; o livro XI traz do começo da descrição da Ásia, áreas ao norte dos montes Tauro, assim como a Partia, a Média e a Armênia; península da Ásia Menor nos livros XII, XIII e XIV; o livro XV, a Índia e Pérsia; áreas entre a Pérsia, o Mediterrâneo e o mar Vermelho no XVI; por fim, Egito e Líbia no XVII.

⁷⁰ Há duas propostas de organização interna dos livros, a mais antiga sendo a da versão parisiense feita em 1620 por Causabon, que não separa o texto em seções, mas sim a numeração de suas páginas é utilizada para localizar determinado trecho — normalmente indica-se com uma letra C maiúscula acompanhada do número da página se pretendemos citar um trecho desta versão. A divisão em capítulos e seções originou-se em 1763, na edição de Bréquigny. Ela tem sido a mais utilizada nos últimos anos por conta da sua praticidade, uma vez que cada citação vem acompanhada de três números em sequência, representando, respectivamente, o livro, o capítulo e a seção.

de Bética, enquanto outros preferem Turdetânia por conta do povo que a habita, que Estrabão classifica como o mais sábio da Ibéria, pois possuía um alfabeto próprio com o qual suas histórias antigas, seus poemas e suas leis eram registrados (ESTRABÃO III.1.6).

A descrição começa pela apresentação de algumas histórias que Artemidoro coletara quando esteve no Cabo Sagrado, prontamente refutadas a partir de contrapontos apresentados por Posidônio — também uma testemunha ocular, pois passara trinta dias em Cádiz (ESTRABÃO, III.1.5). Estrabão, em seguida, apresenta os rios que formam e abastecem a região, detalhando os seus cursos. Ele também afirma que, entre o rio Tagus (Tejo) e o Anas (a fronteira setentrional da Turdetânia), é possível encontrar alguns lusitanos e celtas que os romanos assentaram próximos à margem do primeiro rio, estando, portanto, fora da Turdetânia.

Nas partes III.1.7, III.1.8 e III.1.9, o litoral entre o Cabo e os Pilares de Hércules é descrito. A costa é uma região rica na produção de peixe salgado, e em entrepostos comerciais, como Menlaria e Belon. Há ainda a cidade de Cádiz, cidade extremamente rica, mas que fica em uma ilha afastada do continente (ESTRABÃO III.1.8) — e, como vimos anteriormente, as ilhas são descritas com mais detalhes no capítulo cinco. Ao finalizar o primeiro capítulo, Estrabão apresenta o restante do litoral, na direção sul (Pilares)/noroeste (Cabo Sagrado), destacando o porto e o templo de Menesteus, os estuários de Asta e Nabrisa — duas cidades importantes do litoral —, além da cidade de Ebura e o santuário de Fósforo-Artêmis (ESTRABÃO III.1.9).

Surge assim um quadro que aponta para o comércio como principal meio de produção de riqueza na região costeira.

O capítulo 2 também é dedicado à Turdetânia, entretanto, a narrativa agora se desloca para o interior. Estrabão começa apresentando as fronteiras internas da Turdetânia, que são a oeste e a norte o rio Anas; a leste a Carpetânia e a Oretânia; e ao sul sua própria costa. O começo do capítulo retoma uma descrição mais geral desta *χώρας*, onde ele afirma existir mais de duzentas cidades (ESTRABÃO III.2.1). As maiores estão, segundo o autor, localizadas nas margens dos rios, nos estuários ou próximas ao mar. As mais importantes, entretanto, são Córdoba — fundada, segundo o geógrafo, por Marco Cláudio Marcelo (século II a.C) — e Cádiz. Aqui, esta última é considerada importante por conta do comércio que realiza e, também, pelo contato com os romanos; em capítulos

posteriores esses atributos são pormenorizados. Cádiz, portanto, é apresentada como uma das duas cidades mais importantes deste espaço.

Há ainda a menção à cidade de Hispalis, importante colônia romana e centro comercial de toda Turdetânia — atual Sevilha. Estrabão nomeia uma série de outras polis que são importantes devido à sua proximidade com o rio Baetis — central para a organização espacial que ele constrói. Diferentemente do litoral, acontecimentos relacionados a Roma aparecem para historicizar o interior, pois a maioria das cidades que Estrabão lista foram palco das derrotas de Pompeu na guerra contra César (Estrabão III.2.2). Importante ressaltar nessa altura da análise que, enquanto a narrativa litorânea é toda contrastada com fontes de períodos anteriores, o interior está quase sempre associado a Roma, e os dados são os mais recentes que Estrabão julgou obter. Há ainda todo um trecho dedicado aos rios Anas e Baetis, e este último exerce importante papel de navegação e contato na região. Além de torná-la “a mais fértil do mundo” (ESTRABÃO III.1.6), o Baetis é um facilitador natural que conecta o litoral especialista em navegação, comércio e produção de produtos derivados de peixes ao interior rico em minérios (ESTRABÃO III.2.3).

Podemos dizer que, para Estrabão, os motivos que fazem da Turdetânia um espaço tão rico são, exatamente, sua fácil locomoção e a possibilidade de obtenção de produtos na terra e no mar e/ou de retirá-los das montanhas para exportá-los facilmente. Já no final do relato sobre a região, ele afirma que fora essa riqueza que atraía primeiro os fenícios para lá, frisando que eles ainda habitavam a região em seus dias (ESTRABÃO III.2.13). Essa riqueza também já chamara a atenção de Homero, que ouvira, dos fenícios, relatos de um povo riquíssimo chamado tartessos ocupando a região (ESTRABÃO III.2.13). Homero também era a fonte de Estrabão para saber que Héracles lá estivera, e uma série de coincidências entre os relatos de Odisseu e nomes da região o levavam a acreditar que este último também a visitara (ESTRABÃO III.2.13). Para Estrabão, os fenícios eram bons informantes pois haviam se instalado na região muito antes dos gregos saberem de sua existência, e de lá só saíram depois que os romanos destruíram sua hegemonia na região, quando da guerra contra os Bárcidas — estes atraídos à Turdetânia em busca de metais preciosos (ESTRABÃO III.2.14). Podemos, então, perceber que esses dois importantes parágrafos (III.2.13 e III.2.14) formam o bloco que apresenta o passado

greco-fenício — especialmente do litoral —, cantado por Homero e pelos poetas que o seguiram, fontes respeitadas e defendidas por Estrabão.

Com relação especificamente a Cádiz, o geógrafo deixa claro que esta cidade deve ser propriamente descrita nos capítulos posteriores, no entanto, nos capítulos 1 e 2 ela nos é apresentada da seguinte forma:

This island does not differ at all from the others except that, because of the daring of its inhabitants as sailors, and because of their friendship for the Romans, it has made such advances in every kind of prosperity that, although situated at the extremity of the earth, it is the most famous of them all. (ESTRABÃO III.1.8)

Essas são características que Estrabão atribui a Cádiz e que reaparecem quando ele descreve a cidade no capítulo 5. Ainda assim, é importante ressaltar que ela é colocada em uma perspectiva global e é reconhecida como uma das mais importantes, por conta de sua dedicação aos assuntos náuticos e seu contato com Roma. Nos trechos seguintes da descrição da Turdetânia, Cádiz nunca é apartada de sua análise, e está completamente inserida nos assuntos relativos a este espaço.

Em termos gerais, podemos dizer que há uma separação metodológica entre litoral e interior da Turdetânia, mas também uma especialização de cada uma das partes deste espaço: a primeira voltada ao mar e a segunda, à produção da terra (agricultura e metais preciosos)⁷¹. Dessa forma, Estrabão constrói a descrição de tal maneira que aquilo que a torna única e diferente do resto da Ibéria é, primeiro, a existência dessas duas formas de riqueza combinadas e, segundo, a existência de inúmeros rios navegáveis e baías que facilitam o comércio e o contato com o interior (ESTRABÃO III.2.8).

O parágrafo com o qual iniciamos esta subseção encerra a descrição da Turdetânia e, como bem frisamos, Políbio, Artemidoro e Erastóstenes servem como parâmetro para análise de uma parcela da população que já vivia anteriormente uma vida regrada, dentro

⁷¹ “There are exported from Turdetania large quantities of grain and wine, and also olive oil, not only in large quantities, but also of best quality. And further, wax, honey, and pitch are exported from there, and large quantities of kermes,²⁷ and ruddle²⁸ which is not inferior to the Sinopian earth. And they build up their ships there out of native timber; and they have salt quarries in their country, and not a few streams of salt water; and not unimportant, either, is the fish-salting industry that is carried on, not only from this county,^o but also from the rest of the seaboard outside the Pillars; and the product is not inferior to that of the Pontus.” (ESTRABÃO III.2.6) e “Now, although the aforesaid country has been endowed with so many good things, still one might welcome and admire, not least of all, but even most of all, its natural richness in metals.” (ESTRABÃO III.2.8)

da lógica esperada pelo autor e por seus leitores. A análise dos dois capítulos nos mostra que os romanos estão ligeiramente mais presentes na descrição do interior do que na do litoral e, temporalmente, dominam o presente da análise⁷². Além disso, Estrabão faz questão de frisar que um grupo em particular adotara o modo de vida dos romanos, e eram os que viviam às margens do Baetis (*οἱ μέντοι Τουρδητανοὶ καὶ μάλιστα οἱ περὶ τὸν Βαῖτιν τελέως εἰς τὸν Ρωμαίων μεταβέβληνται*), que, dentro da narrativa, tem função principal de mediar a relação entre o litoral e as montanhas produtoras de metais preciosos. Entretanto, a presença de fenícios e gregos também é marcante em ambas as partes desse espaço, tanto fundando cidades no litoral, quanto mediante histórias sobre grandes figuras mitológicas que o visitaram.

Assim como Cádiz, outras ocupações litorâneas são de origem fenícia (ESTRABÃO, III.2.13) — povo este que Estrabão também considera civilizado⁷³. Tendo isso em mente, podemos inferir que, não obstante a ação efetiva de Roma nas transformações recentes do interior, o processo que levou esta região a tornar-se civilizada (*τὸ πολιτικῶν*) e gentil (*τὸ ἥμερον*), no litoral ou no interior, não é fruto exclusivo dos esforços italianos.

Nesse quadro geral da Turdetânia apresentado por Estrabão, em que litoral e interior estão integrados, Cádiz, juntamente com outras cidades, todas elas localizadas próximas a vias aquáticas (rio e mar), apresenta papel de articuladora das duas partes do espaço. Mas, se esse é o papel desempenhado pela cidade portuária fenícia quando o geógrafo descreve a paisagem da Turdetânia, será possível encontrarmos uma explicação do autor para esse protagonismo (que, lembramos, é dividido com outras cidades)?

No capítulo 5, como anunciamos anteriormente, as ilhas próximas à península Ibérica são apresentadas e descritas. Todavia, dos onze parágrafos que o compõem, oito descrevem Cádiz. Temos, então, que essa parte da obra de Estrabão é dedicada quase exclusivamente à “mais famosa das ilhas” (*ὀνομαστοτάτη τῶν ἀπασῶν ἐστίν* — ESTRABÃO III.1.8). Vejamos, pois, como ele é estruturado.

⁷² Sobre a questão temporal na obra de Estrabão, cf. Clavel-Leveque (1974) para um estudo do contraste das expressões *πρότερον* (outora) e *νυν* (hoje em dia), e Pothecary (1997) para um estudo pormenorizado sobre a expressão *καθ' ἡμας* (“em nosso tempo”).

⁷³ Nos termos colocados por Thompson (1979), os fenícios podem ser classificados como civilizados da última etapa da linha evolutiva (*τὸ πολιτικῶν*), pois vivem em cidades, mas também são notórios produtores de conhecimento, por exemplo sobre geometria, que desenvolveram por conta do comércio (ESTRABÃO 17.1.3).

Os dois primeiros parágrafos descrevem as ilhas Pitiusas e as Giminésias — que formam o que conhecemos hoje por Ilhas Baleares. Em seguida, a partir do terceiro, até o décimo parágrafo, Estrabão descreve Cádiz. Em linhas gerais, observamos que o autor divide a análise em três momentos: 1) o presente de Cádiz e a forte presença de Roma na descrição (ESTRABÃO III.5.3); 2) a história da fundação da cidade e sua relação com a lenda de Héracles (ESTRABÃO III.5.4 até III.5.6); e 3) comentários sobre duas grandes curiosidades da ilha: os poços que funcionam ao contrário das marés e uma árvore cuja raiz fornece um líquido vermelho e o tronco, um branco (ESTRABÃO III.5.7 até III.5.10).

O presente de Estrabão é aquele em que Roma possui papel essencial. Uma das fontes explicitadas pelo autor para apresentar dados demográficos da cidade — Cádiz perderia em número de habitantes somente para Roma, e teria dentre os seus cidadãos aproximadamente 500 cavaleiros/equestres gaditanos — é um censo do qual ele recebeu relatos (ESTRABÃO III.5.3). Ademais, segundo Estrabão, quando não estão no mar, alguns gaditanos “passam um tempo em Roma” (ESTRABÃO III.5.3)

Os gaditanos da época da composição da *Geografia* viviam em uma cidade formada por dois centros urbanos, um antigo de fundação tísica, e um novo fundado por L. Cornélio Balbo⁷⁴ — também responsável por construir um porto localizado no continente, em frente à ilha⁷⁵. Porém, apesar da cidade ser nova e bastante populosa, Estrabão chama a atenção, mais de uma vez, para o fato de os gaditanos viverem grande parte do tempo no mar (ESTRABÃO III.5.3). Essa especificidade dos gaditanos nos leva à caracterização mais interessante feita pelo autor:

Here live the men who fit out the most and largest merchant-vessels, both for Our Sea and the outer sea, although, in the first place, it is no large island. They live in, and, secondly, they do not occupy much of the continent opposite the island, and, thirdly, they are not well-off in the possessions of other islands (ESTRABÃO III.5.3).

⁷⁴ As informações fornecidas por Estrabão sobre Balbo são muito restritas. Além de ser evergéta, é dito que ele ganhara um triunfo. Contudo, sabemos algumas outras informações sobre Balbo por conta de um famoso discurso proferido por Cícero no ano de 56 a.C. em sua defesa — havia sido acusado de usurpar a cidadania romana. Mais adiante apresentaremos uma breve análise e algumas impressões desse discurso e de outros aspectos relacionados a L. Cornélio Balbo.

⁷⁵ Possivelmente o *Portus Gaditanus*, hoje conhecido como *Puerto Real*.

Aqui, lê-se Cádiz como um grande centro de produção e transporte em larga escala e de grandes distâncias. Para Estrabão, os gaditanos de seu tempo são reconhecidos pelo desinteresse pela terra (uma vez que conseguem viver em uma pequena ilha sem se interessarem pelo controle da porção continental próxima) e, especialmente, pela dedicação aos mares, tanto produzindo navios que fazem o percurso entre o Mediterrâneo e o Atlântico, quanto navegando-os.

O segundo momento da descrição é marcado pela análise que Estrabão faz das histórias associadas à fundação de Cádiz. A escolha do vocábulo análise é proposital, pois não se trata de uma narrativa, ou mera reprodução de uma lenda. O autor da *Geografia* confronta uma série de fontes que narram a fundação da cidade e analisa a validade e a relevância de informações trazidas por diferentes autores — tanto da fundação em si quanto de histórias relacionadas.

O primeiro interesse de Estrabão é com relação à famosa confusão que autores antigos faziam com os nomes da região. Ao mencionar Ferécides de Leros (século V a.C.), Estrabão afirma que este teria identificado em Cádiz a morada de Gerião e seus rebanhos, associando esta cidade à Eriteia. Ele, porém, compara essa afirmação às de outros autores que identificam uma ilha próxima a Cádiz com as terras em que Hércules roubou o rebanho do gigante, pois, segundo ele, tratava-se de uma região voltada ao pastoreio e conhecida pelo queijo produzido.

Na sequência, Estrabão abre espaço para a lenda de fundação contada pelos próprios gaditanos. Três expedições teriam saído de Tiro, no Levante, em busca dos Pilares de Hércules (*Ἡρακλέους στήλας*) para fundar uma colônia (*ἀποικίαν*). Estrabão escreve que as duas primeiras tentativas fracassaram após os sacrifícios oferecidos não terem se mostrado favoráveis. Somente a terceira expedição se mostrou viável e os homens que a conduziram fundaram o templo de Hércules na parte leste e a cidade à oeste da ilha (ESTRABÃO III.5.5). Estrabão faz aqui o detalhamento de um daqueles predicados mais comumente atribuídos ao extremo ocidente, que é a frequente presença fenícia no território. O que torna este comentário ainda mais relevante é sua fonte: o povo gaditano. Estrabão lhes dá ouvidos — sem mencionar, entretanto, como os relatos chegaram até ele —, para esse e outros assuntos relevantes.

A partir destes relatos locais, Estrabão promove um debate sobre os Pilares de Hércules. Ele afirma que, para alguns, eles se encontram em Calpe, para outros, em Cádiz,

e há ainda aqueles que acreditam estar ainda mais distante do que Cádiz. O debate que esta questão suscita é mais interessante pelas fontes que Estrabão traz para seus leitores do que pelos argumentos e conclusões em si, em razão da interlocução estabelecida com seus antecessores. Segundo Estrabão: Artemidoro (séc. II a.C.) e outros autores defendem que os Pilares se encontram em ilhas no Atlântico, como a ilha de Hera; Dicearco (séc. IV a.C.), Eratóstenes (séc. III a.C.), Políbio, e a maioria dos gregos identificam as cercanias do estreito como o local dos Pilares; há aqueles que acreditam que Píndaro (séc. V a.C.) teria chamado de “portais de Cádiz” duas ilhas que seriam identificadas com os Pilares; Íberos e Líbios acreditam que os verdadeiros Pilares se encontram dentro do Templo de Hércules, e possuem duas grandes inscrições de bronze em que constam os custos de produção do templo; Posidônio (séc. II a.C.) acredita nesta última versão, apesar de achar que as histórias sobre as expedições são mentirosas. Essa parte do capítulo demonstra que o espaço que aqui nos interessa era objeto de debate não só de Estrabão, mas também de grande parte da intelectualidade imediatamente posterior a ele.

O parágrafo III.5.6 é uma continuação dessa questão, com Estrabão deslocando o debate para o que caracterizaria um monumento. Há ainda uma tentativa de Estrabão de discutir os possíveis significados de Pilares. Ao final, ele retoma a expressão de Píndaro sobre os “portais de Cádiz”, para dizer que ela não se sustenta, uma vez que a ilha não se encontra em uma posição geográfica que denota o fim de um caminho, “ao contrário, está localizada no centro de uma longa costa que forma uma baía” (ESTRABÃO, III.5.6, tradução nossa).

O terceiro e último aspecto destacado por Estrabão diz respeito a uma peculiaridade do templo de Hércules que chama atenção não só desse geógrafo, mas também de muitos outros filósofos: os poços que funcionavam inversamente às marés. Segundo Estrabão, fazendo referência a Políbio, havia no templo alguns poços que enchiam quando a maré baixava, e esvaziavam na maré alta. Políbio, Artemidoro, Silano e Posidônio tiveram suas análises do caso apresentadas por Estrabão, que tende a aderir às propostas do último. Nela, Posidônio, que passara trinta dias no templo de Hércules em Cádiz, parte das explicações apresentadas pela população da cidade para elucidar o mistério. Os comentários que Posidônio tece acerca desse tema são, segundo Estrabão, uma mescla do conhecimento popular e das ideias de Seleuco de Selêucia (séc. II a.C.), que estudara o comportamento dos astros e sua influência nos movimentos das marés.

Sobre este assunto, o geógrafo de Amásia tende a aceitar as explicações de seu interlocutor, apesar de criticar alguns aspectos metodológicos de sua pesquisa⁷⁶.

Em suma, Estrabão toca em todos os aspectos que observamos nas fontes anteriores, selecionando determinados aspectos e acrescentando outros. Ele é, ao mesmo tempo, fruto de uma tradição — à qual ele faz questão de aludir constantemente — e filho de seu tempo. Sua tradição é a de uma escrita em língua grega que seleciona aspectos míticos que buscam explicar determinadas características do mundo e os mescla com conhecimentos práticos e os coloca para serem testados no crivo de uma lógica determinada pelo momento da escrita da obra. Esta tradição está intimamente ligada à vida em cidade que molda a lógica da escrita estraboniana — mas também já moldava a dos outros autores citados. Já a especificidade da *Geografia* se encontra na maciça presença de Roma no presente da análise. Em seu tempo, Políbio viu Roma unificar os dois polos do planeta e permitir uma melhor compreensão do quadro geral. O presente de Estrabão fez emergir um olhar ainda mais apurado para todos os cantos do mundo conhecido, que, no caso da Turdetânia, destacava não só a existência de inúmeras cidades, mas também o seu funcionamento interno, e a sua articulação com um dos centros de atração desse processo de integração à vida mediterrânea.

2.5 Visões de mundo ou propaganda augustana?

A narrativa mitológica apresenta uma função de referência temporal na descrição da Turdetânia de Estrabão. Ela não é tratada como uma fonte de informação de segunda ordem, “desatualizada” ou errada, mas constitui um momento no passado que ajuda a explicar o presente. Ela compõe a identidade que a Turdetânia assume aos olhos de Estrabão: a presença longeva de Hércules justifica e localiza o processo de integração desse extremo do mundo à vida mediterrânea das cidades.

Os périplos e os estudiosos alexandrinos são confrontados entre si e com os dados do presente da *Geografia*. Esses dados são majoritariamente romanos, mas não só. Quando Estrabão fala em “como dizem os gaditanos”, pode-se pensar em informações orais que circulam pelo Mediterrâneo, e com as quais este autor pode ter contato, sem

⁷⁶ Estrabão critica Posidônio, entre outros motivos, por ele ser seletivo em relação às informações fornecidas pelos gaditanos, isto é, por aceitar como certas algumas, mas rejeitar outras que para Estrabão eram importantes.

nunca ter visitado a cidade. Sobre a cidade em si, é com Estrabão que a vemos adotar um papel central na paisagem que se delineia. Políbio apresentava a Turdetânia como um espaço repleto de cidades, ao passo que Posidônio lembrava Estrabão das riquezas minerais que atraíam povos das mais distintas localidades para o extremo da *oikoumene* (ESTRABÃO III.2.9). Vejamos o seguinte parágrafo em sua quase totalidade, pois ele sintetiza algumas das colocações anteriores sobre a Turdetânia e sua relação com Cádiz:

The ancients seem to have called the Baetis River "Tartessus"; and to have called Gades and the adjoining islands "Erytheia"; and this is supposed to be the reason why Stesichorus spoke as he did about the neat-herd of Geryon, namely, that he was born 'about opposite famous Erytheia, beside the unlimited, silver-rooted springs of the river Tartessus, in a cavern of a cliff'. Since the river had two mouths, a city was planted on the intervening territory in former times, it is said, — a city which was called 'Tartessus', after the name of the river; and the country, which is now occupied by Turdulians, was called 'Tartessus'. Further, Eratosthenes says that the country adjoining Calpe is called 'Tartessus', and that Erytheia is called 'Blest Isle'. Eratosthenes is contradicted by Artemidorus, who says that this is another false statement of Eratosthenes, like his statement that the distance from Gades to the Sacred Cape is a five days sail (although it is not more than one thousand seven hundred stadia), and his statement that the tides come to an end at the Sacred Cape (although the tides take place round the whole circuit of the inhabited world), and his statement that the northerly parts of Iberia afford an easier passage to Celtica than if you sail thither by the ocean; and, in fact, every other statement which he had made in reliance upon Pytheas, on account of the latter's false pretensions. (ESTRABÃO III.2.11)

O passado da Turdetânia apresentado na *Geografia* é intimamente ligado ao rio Guadalquivir (Baetis) e à exploração da prata. As referências que o geógrafo usa para a construção do passado dessa paisagem são compostas: de relatos mitológicos/poéticos (Estesícoro, séc. VI a.C., neste parágrafo, assim como outros aparecem em outras seções), de relatos oriundos de périplos (novamente na figura de Píteas, citado por Eratóstenes) e das informações obtidas com os estudiosos alexandrinos. Cádiz exerce uma dupla função: é a referência do extremo oeste para cálculo de distâncias, e também é indicada como o ponto de contato mais remoto com a região, pois os “antigos” conheciam o rio, o povo que habitava seus arredores e a cidade fenícia (ainda que o nome fosse dado a partir de pressupostos gregos). Isto é, rica em prata, a Turdetânia é construída como um espaço rico em minerais que chamara a atenção de gregos e fenícios⁷⁷.

⁷⁷ Ao analisar a obra como um todo, Catherine Clarke aponta: “The past is crucial, but only in so far as it created the present world. Strabo was interested in periods of the past which transformed spaces into places and gave them their present identity” (CLARKE, 1999, p. 306) e acrescenta: “the history of each individual

No presente, como apresentamos antes, a produção é mais diversificada, e as cidades romanas dominam a descrição da paisagem. A riqueza da região se dá pela associação entre qualidade da produção e vias de escoamento e comércio. No trecho que acabamos de analisar, o rio Baetis é citado, e nas análises que fizemos sobre Cádiz ele também aparece como importante conector do litoral com o interior. Na *Geografia*, a fácil interação entre dois tipos de navegação, a fluvial e a marítima, faz da Turdetânia uma região desejada desde tempos remotos. Mas o presente vê o transporte terrestre, construído pelos romanos, ganhar um papel de relevância.

Now formerly the road must have passed through the centre of this plain and through Egelasta, a road rough and long, but at the present day they have made it run towards the coastal regions, merely touching upon the Rush Plain, yet leading to the same place as did the former road, namely, to the regions round about Castalo and Obulco; and through these cities the road runs to Corduba and Gades, the greatest of the trading-places. (ESTRABÃO III.4.9)

Da mesma forma que Cádiz era um dos elos de uma rede marítima que se juntava a uma rede fluvial, ela permanece sendo um elo da rede de transportes terrestres que os romanos levam para a região. A importância do comércio para a formação do espaço turdetano pode ser vista também em outras fontes contemporâneas de Estrabão, como, por exemplo, Diodoro Sículo (séc. I a.C.).

Na obra *Biblioteca Histórica*, particularmente nos capítulos 35 e 36, Diodoro descreve os povos da península Ibérica e, como uma de suas principais características, discorre sobre os trabalhos deles com prata e suas técnicas de exploração deste e de outros metais. Essa peculiaridade da região, segundo Diodoro, estimulou fenícios e romanos — em tempos distintos — a buscarem contato com os ibéricos:

Now the natives were ignorant of the use of the silver, and the Phoenicians, as they pursued their commercial enterprises and learned of what had taken place, purchased the silver in exchange for other wares of little if any worth. [...] And the result was that the Phoenicians, as in the course of many years they prospered greatly, thanks to commerce of this kind, sent forth many colonies, some to Sicily and its neighbouring islands, and others to Libya, Sardinia, and Iberia. (DIODORO, 5.35)

place, which defines its present identity, leads right up to Strabo's own time and to the relationship of the place with Rome" (CLARKE, 1999, p. 331).

A base deste contato com os povos do interior em busca de metais era Cádiz, a mais importante fundação fenícia segundo o relato de Diodoro:

The Phoenicians, who from ancient times on made voyages continually for purposes of trade, planted many colonies throughout Libya and not a few as well in the western parts of Europe. And since their ventures turned out according to their expectations, they amassed great wealth and essayed to voyage beyond the Pillars of Héracles into the sea which men call the ocean. And, first of all, upon the Strait itself by the Pillars they founded a city on the shores of Europe, and since the land formed a peninsula they called the city Gadeira; in the city they built many works appropriate to the nature of the region, and among them a costly temple of Héracles, and they instituted magnificent sacrifices which were conducted after the manner of the Phoenicians. And it has come to pass that this shrine has been held in an honor beyond the ordinary, both at the time of its building and in comparatively recent days down even to our own lifetime. Also many Romans, distinguished men who have performed great deeds, have offered vows to this god, and these vows they have performed after the completion of their successes. (DIODORO, 5.20)

Muitas características da descrição que Estrabão faz podem ser encontradas aqui. O passado fenício de Cádiz, os Pilares de Hércules como referência para a fundação da cidade, o importante templo de Héracles e a forte relação com romanos estão entre eles. Diodoro é mais pragmático com relação aos motivos da instalação fenícia, associando-a ao comércio e aos metais. Entretanto, a articulação entre os espaços litorâneo e interiorano se faz presente.

Aquilo que parece inovador na análise da *Biblioteca Histórica* é uma aparente articulação entre o templo de Héracles e os negócios conduzidos a partir de Cádiz. O templo como centro articulador das relações comerciais de uma região é tema bastante comum na historiografia sobre a Antiguidade⁷⁸. Contudo, Diodoro é o primeiro a indicar que o templo da cidade, famoso por conta dos intensos debates acerca de seus poços que funcionam inversamente às marés, teria também essa função.

Com isso, a imagem de Cádiz e da Turdetânia no século I a.C. que delimitamos até esta parte da tese se insere em um contexto mais amplo de como essas fontes podem ser lidas e pensadas à luz dos processos em andamento no Mediterrâneo deste período. Dois autores são essenciais para análise desse tema nos termos propostos: o já clássico e essencial livro de Claude Nicolet *Space, Geography and politics in the early Roman*

⁷⁸ Para o templo de Cádiz, cf. Mierse (2004 e 2012).

Empire (1991); e o importante livro de Katherine Clarke *Between Geography and History: hellenistic constructions of the roman world* (1999).

Começando pelo historiador francês, ele atribui à *Geografia* de Estrabão e às demais fontes dos séculos I a.C. – I d.C. a função de propagandistas das conquistas do governo de Augusto. Ele ressalta a estreita relação entre conquista territorial e expansão do conhecimento do mundo, particularmente para gregos e romanos. Na sua visão, os périplos e as informações de terras distantes fornecidas por navegantes geram um tipo de conhecimento que dá lugar a grandes tratados científicos no período helenístico, alimentados de informações pelas expedições militares a partir de Alexandre. Nessa lógica, Roma e sua expansão a partir do século II a.C. é determinante para tal processo. Nicolet identifica em Políbio as primeiras grandes manifestações de expressão do poder de Roma. Não se trata de dizer que Roma tenha dominado o mundo todo, mas era a única potência capaz de fazê-lo no momento (NICOLET, 1991, p. 30 — 31).

Para ele, no século I a.C. Pompeu e César ostentavam símbolos dessa dominação global — Nicolet busca nas análises iconográficas das moedas, na estatúaria e na arquitetura desse período o material necessário para tal análise. Quando seu livro se encaminha para o exame do período de Augusto, é ressaltado que o projeto de dominação ecumênica de Roma alcança seu auge ao final do século I a.C. e no início do I d.C., e tudo a ele relacionado é rotulado de propagandista desse sentimento.

Nicolet propõe que essa imagem de Roma como senhora do mundo tornara-se um *topos* encontrado em obras como a *Eneida* de Virgílio, as poesias de Horácio (NICOLET, 1991, p. 29), ou ainda nas transformações arquitetônicas levadas a cabo por Augusto (NICOLET, 1991, p. 42). A inovação trazida por este imperador foi combinar duas tradições de pretensões ecumênicas, criando todo um aparato de propaganda para sua ideologia de dominação e pacificação. Nesse sentido, a *Geografia* de Estrabão apareceria como uma representante dessa tradição, como um panfleto político de Augusto e seu governo.

Sob esse pano de fundo, o discurso de criação do espaço da Turdetânia na *Geografia* funcionaria como um instrumento importantíssimo para as pretensões do imperador de Roma. Quando discute o público de Estrabão e seus objetivos com a obra, Nicolet aponta que “esta geografia é estritamente política e essencialmente destinada aos governantes, a fim de permitir-lhes um bom governo” (NICOLET, 1991, p. 73, tradução

nossa) — em uma leitura quase literal da escrita de Estrabão. Nicolet sugere que as frequentes constatações de Estrabão acerca do bom governo romano explicariam seu domínio do mundo, deixando bem clara a existência de uma simbiose entre conhecimento e poder, pois a obra de Estrabão “não é especialmente prática nem mesmo teórica; não é pública nem privada; mas sim todas essas juntas, pois conhecimento é necessário para se agir e, sem dúvida, entender deve preceder o dominar” (NICOLET, 1991, p. 73, tradução nossa). Nesses termos, a obra de Estrabão seria fruto e propagadora de um projeto, de uma ideologia de dominação do mundo, sistematizada nas *Res Gestae*, simbolizada em diferentes níveis e por diferentes meios desde então.

Katherine Clarke, por outro lado, argumenta que a *Geografia* não era um manual prático que poderia mostrar as distâncias do mundo para os romanos, mas sim um documento que se propunha a representar as transformações do mundo até aquele momento a fim de alertar os romanos sobre seus inimigos (CLARKE, 1999, p. 204). Sua análise sobre a obra de Estrabão se divide em dois campos: o primeiro visa a discutir a noção de espaço na *Geografia* e o segundo, a sua concepção de tempo.

Com relação ao primeiro ponto, ela, assim como Nicolet e muitos outros pesquisadores, afirma que Roma ocupa uma centralidade espacial importantíssima na descrição da *oikoumene*. Esse papel de destaque seria oriundo de fatores naturais (clima e posicionamento estratégico na região central do mar Mediterrâneo) e econômicos, uma vez que os romanos construíram uma rede de relações que fazia com que povos, produtos e ideias convergissem para Roma (CLARKE, 1999, p. 216-220).

Entretanto, ela identifica a existência de centros concorrentes na descrição do mundo de Estrabão. Primeiramente, o Império Parta como única potência militar capaz de rivalizar com Roma. Em seguida, ela observa a existência de um centro intelectual com o qual Estrabão procura se relacionar e ao qual ele busca atrelar os conhecimentos do mundo que considera relevantes. Para Clarke, esse centro seria a Grécia Oriental, mais especificamente a Ásia Menor, e seus intelectuais teriam influenciado tanto a formação filosófica de Estrabão quanto o fornecimento de informações para os debates realizados na composição da *Geografia*. Este último aspecto em particular é bastante observado na análise que fizemos da imagem que o geógrafo constrói da Turdetânia no livro III, cujos principais interlocutores são de cidades como Cirene (Eratóstenes), Éfeso (Artemidoro) e Apameia (Posidônio).

Clarke (1999) parte da afirmação de que Estrabão estava preocupado com as transformações do mundo desde o passado até o presente, numa perspectiva de convergência do primeiro para o segundo. Assim sendo, ela observa duas dimensões temporais na *Geografia*: um tempo literário de uma tradição de escrever sobre as transformações do mundo, que começa com Homero e vai até ele; e o tempo das cidades e das não-cidades, em que o importante é, para as primeiras, as grandes crises que as transformaram naquilo que eram no tempo de Estrabão — os verdadeiros locais da civilização e da política —, e para as últimas, as mudanças nos costumes.

Apesar de o passado ser diretamente influenciado pelo presente — e um presente dominado pelo Império romano —, cada região do mundo que Estrabão descrevia apresentava relação com um momento específico da história da humanidade que este autor achasse relevante, como, por exemplo, a Guerra de Troia, o retorno dos Heráclidas, ou ainda a batalha de Áccio. Ou seja, para Clarke, o que importava para a história de cada região não era o contínuo dos acontecimentos, mas as grandes rupturas, pois essas narrativas começavam a partir do momento em que os espaços sofriam alterações significativas (CLARKE, 1999, p. 299-304).

If the universal account had simply been the sum of all its individual parts, the disparate nature of the frames of reference in previous regional histories would have presented no problem. As I have argued before, although Strabo's universalism was conceived of in terms of discrete units, these were crucially linked, not directly to each other, but indirectly through their common ties to Rome, thus necessitating some degree of conceptual coherence, even though this was not translated into the imposition of an overall chronological system. (CLARKE, 1999, p. 325)

Catherine Clarke termina sua argumentação afirmando que, em termos temporais, o mundo em que *Geografia* de Estrabão está circunscrita era romano. Apesar disso, ele não podia ser retratado a não ser através dos recursos e conceitos que provinham da tradição historiográfica e geográfica helenística. O referencial de Estrabão era a tradição herodoteana de estudar a história humana mais abrangente possível quando procurava retratar novos mundos incorporados após o processo de conquista que vivenciava (CLARKE, 1999, p. 332-334). Isso significa que, segundo a autora, o passado em Estrabão era pensado a partir dos pressupostos da tradição na qual ele se reconhecia — ainda que o presente fosse dominado pelas questões envolvendo a expansão do poderio de Roma. Assim, o mundo que ele descrevia era um mundo em transição, do modelo

grego para o romano, mas ainda sem o predomínio de nenhuma das partes. Nesse sentido, Clarke remove da *Geografia* a reputação de propagandista augustana, e eleva essa obra à categoria de importante fonte para entender essa transição.

Entre os historiadores espanhóis prevalece, na maioria dos casos, a abordagem de Claude Nicolet. Isto é, predominam os relatos geográficos da Turdetânia na Antiguidade a visão de que Estrabão descreve aquele espaço como vivenciando os momentos áureos do processo de romanização. Quando a análise é especificamente sobre Cádiz, o destaque da presença romana é ainda maior. Entre esses pesquisadores, podemos destacar Gonzalo Cruz Andreotti, a principal referência nos estudos da Turdetânia em Estrabão. Ao classificar o geógrafo de Amásia como “filoromano” (CRUZ ANDREOTTI, 1994, p. 79), esse autor opta pela versão de que tudo aquilo que era apresentado por Estrabão evidenciava uma predisposição positiva deste para com os romanos, colocando-os como responsáveis pelo desenvolvimento econômico, político, mas também cultural e social de Cádiz e da Turdetânia (CRUZ ANDREOTTI, 1994, p. 72). Para Cruz Andreotti, Cádiz é o modelo de progresso da Turdetânia em Estrabão, que combina elementos da tradição helenística com “pinceladas de um presente idealizado” para demonstrar um conjunto de valores e atuações que Roma pretende implementar em sua administração provincial (CRUZ ANDREOTTI, 1994, p. 85). Dessa forma, o historiador espanhol pode colocar em perspectiva histórica o papel, por exemplo, da presença de Héracles na descrição de Cádiz afirmando que ela

sacraliza la zona con el conjunto de valores y principios que acompañan a este héroe desde antiguo, y que no podía por menos que alcanzar las más altas cotas de civilización, acrecentadas cuando todas las ‘islas’ se van integrando en una “isla mayor”, dirigida por Roma, y en la que el emperador — el nuevo Hércules — ejerce la dirección suprema (CRUZ ANDREOTTI, 1994, p. 85).

Em textos mais recentes, há uma espécie de adequação dessa análise que se faz da *Geografia*, mas ainda mantendo Roma no cerne da questão. O próprio Cruz Andreotti trata a obra de Estrabão como um belo representante da restauração augustana dos séculos I a.C. e I d.C. (CRUZ ANDREOTTI, 2014, p. 152). Nos ajustes feitos entre a consideração de Estrabão como propagandista e dele como fruto de uma época, há o aperfeiçoamento de uma análise e uma aproximação da proposta de Katherine Clarke. Entretanto, aspectos alheios a essa narrativa de exaltação de Roma como a culminação de um processo civilizatório fazem com que alguns elementos sejam estranhamente

ignorados. Por exemplo, quando o pesquisador espanhol ressignifica a *Geografia* e a trata como parte de um movimento de criação de uma Geografia Cultural⁷⁹, herdeira de uma visão de mundo polibiana (CRUZ ANDREOTTI, 2016, p. 289), ele identifica também que, na Turdetânia coexistem dois ritmos históricos distintos, o do litoral da Turdetânia, “que ha llegado al culmen de su desarrollo, con las aportaciones de fenicios, griegos, púnicos y romanos” e outro dos povos do interior, que está intimamente ligado ao presente estraboniano (CRUZ ANDREOTTI, 2014, p. 151).

Nesse sentido, Estrabão não precisaria exaltar os feitos e as transformações romanas para ser representante da restauração cultural promovida por Augusto, bastava utilizar os modelos gregos de ver o mundo para descrever o seu presente, e isso faria dele um típico intelectual de seu tempo (CRUZ ANDREOTTI, 2016, p. 294). Porém, na lógica que Cruz Andreotti desenvolve, o papel de outros centros de influência é considerado secundário, e eventualmente desprezado como dado genérico⁸⁰; é o caso, por exemplo, da participação de fenícios e púnicos na construção deste espaço. Mesmo a importância da presença grega é relegada à mera influência literária e mitológica. Por outro lado, na ótica de Katherine Clarke, um Estrabão que possa ser visto como representante de uma época de transição, em que nem o modelo grego nem o modelo romano são dominantes, é uma fonte em que todos os elementos importam e devem ser considerados. Logo, a Turdetânia que ele descreve, que recupera grande parte do conhecimento produzido sobre esse espaço, deve ser pensada como um todo e não considerando apenas a versão romana do presente.

2.6 Um novo começo

Essas duas propostas de análise da inserção da *Geografia* no mundo mediterrâneo no final do primeiro milênio a.C. não são necessariamente excludentes. E, se utilizadas

⁷⁹ Para Cruz Andreotti, “no solo mide el mundo a la manera de la cartografía alejandrina, sino que también hace recuento de su pasado y su presente recopilando orígenes, fundaciones, mitos, historias, literaturas y todos los detalles que pueden dotarlos de una naturaleza cultivada, muy del gusto del anticuarismo corográfico helenístico, renovado ahora en época augustea entre las élites cultivadas” (CRUZ ANDREOTTI, 2014, p. 145).

⁸⁰ Cruz Andreotti escreve que “Lo que sí es cierto es que no encontramos ninguna adscripción étnica en las ciudades turdetanas, salvo la alusión genérica al pasado dominio fenicio o púnico de buena parte del mediodía peninsular” (ANDREOTTI, 2006, p. 262).

para tentar entender a imagem do espaço turdetano que identificamos nas fontes aqui estudadas, podem ser úteis para melhor compreender a relação entre o local e o global.

O primeiro aspecto que identificamos desse espaço é a intensa presença romana no interior da Turdetânia, e a importância da rede de comunicação existente entre litoral e interior. Nesse sentido, a insistência de Nicolet com a característica propagandista de Estrabão pode ser interessante, mas somente à medida que consideramos que o tempo presente da *Geografia* é mais importante que todo o resto. Ou ainda, que Estrabão optou por ressaltar essas características com a esperança de ser lido por seus pares em Roma. Entretanto, a proposição de Nicolet com relação à obtenção de novas informações com as guerras é central para entendermos as transformações observadas nas fontes analisadas, e sua ênfase na importância do poder romano é atraente para pensar a formação de uma rede de trocas de informações e produtos articulada a partir de Roma.

Mais adequada à imagem do espaço que imaginamos se desenhar talvez seja a leitura proposta por Katherine Clarke. O mundo mediterrânico visto a partir de uma dupla lente é uma excelente metáfora e pode ser adaptada à análise da Turdetânia que esforçamo-nos em realizar. O modelo romano se faz presente na Turdetânia à medida em que a vemos como um espaço integrado, tanto interna quanto externamente: internamente é um espaço integrado cujas zonas litorânea e interiorana possuem ótimos meios de mobilidade, favorecida pela navegabilidade dos rios, mas também pela riqueza do solo e pela vida náutica produtiva; externamente o espaço identificado em Estrabão está integrado à rede de contatos estabelecida por Roma, que se faz presente por meio de suas colônias, mas também por estimular a multiplicidade das vias de contato — sejam elas marítimas ou terrestres. Cádiz surge aqui como protagonista desse contato externo.

O modelo grego de Clarke aparece quando nos perguntamos sobre a origem dessa integração apresentada. Estrabão não coloca Roma como a responsável por ela, nem mesmo pela externa. Afinal, não foram os romanos os responsáveis por estabelecer as primeiras cidades próximas às melhores baías, às desembocaduras dos rios, ou ainda ao longo das margens dos rios. Eles estimularam essa rede, mas não a criaram. Aos olhos de Estrabão, a integração interna já pode ser percebida com os povos que estavam ali quando da chegada de gregos, mas, especialmente, quando da chegada dos fenícios. Estes foram os responsáveis tanto pela construção de colônias, tais como Cádiz, como também o foram pelo fornecimento das informações mais antigas que Estrabão conhecia, que

passaram por Homero e chegaram até ele. Nós conseguimos identificar em nossa análise que os relatos mais antigos que possuímos eram relativos às zonas litorâneas, e eram apresentadas sob o manto das lendas. Essas informações eram tão importantes que continuaram aparecendo em todos os relatos até participarem da formulação de Estrabão. Elas são colocadas lado a lado com outras fontes de informação, e confrontadas sem nenhum tipo de hierarquização entre si. O que se percebe é que, conforme novas informações sobre o interior da região são trazidas para os interessados, elas precisam ser entrelaçadas para apresentar não dois mundos completamente diferentes e estranhos entre si, mas sim duas realidades. Estas não se excluem (aproximavam-se havia já algum tempo); aliás, por volta do século I a.C., podiam ser apresentadas como integradas aos olhos de um habitante do outro lado do mundo.

A maneira pela qual os próprios romanos, em latim, descreveram tal território era, aqui sim, a visão de um espaço plenamente romanizado. Tito Lívio, e, posteriormente, Plínio, o Velho, descrevem um espaço já inteiramente incorporado ao poderio romano e isso acaba gerando duas visões distintas, embora complementares, sobre a Turdetânia. No historiador responsável pela *História de Roma* encontramos-la imersa na descrição das batalhas que marcaram a II guerra púnica. Entre os exércitos de Cipião e Asdrúbal encontramos a terra dos tartessos (TITO LÍVIO, XXIII.26), dos Turdetanos (TITO LÍVIO, XVIII.15; XXXIV.19) e dos Túrdulos (TITO LÍVIO, XXXIV.17), sem nenhum tipo de diferenciação destes povos, todos sendo utilizados igualmente para descrever o sudoeste peninsular. Já Cádiz possui certo protagonismo nos acontecimentos narrados por Tito Lívio, tendo recebido Aníbal em seu templo dedicado a Hércules-Melqart, que fizera oferta aos deuses em busca de sucesso em sua marcha até a península Itálica (TITO LÍVIO, XXI.21). Cádiz também é representada como base militar de Asdrúbal, em um momento dos conflitos em que o exército cartaginês se reorganizava no sul da Ibéria (TITO LÍVIO, XXVI.20).

García Fernández interpreta essas imprecisões de Tito Lívio como fruto de um desprezo pela região que já nos tempos da *História de Roma* era amplamente conhecida (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2003, p. 92) e já não mais interessaria à elite imperial ter novos dados sobre este espaço. Além disso, o desprezo e o uso de algumas adjetivações para esses povos (belicosos, desordeiros, indisciplinados) seria adequado ao discurso de exaltação dos feitos romanos, uma vez que a Turdetânia fora um espaço de atuação

daqueles que seriam os grandes adversários de Roma na disputa pela hegemonia do Mediterrâneo Ocidental, os cartagineses.

Plínio, como dissemos no começo do capítulo, coloca Cádiz no centro administrativo da Bética. Portanto, ele já não mais descreve um espaço, mas sim uma região, uma província com características meramente administrativas e que visam a organizar o processo de ocupação e de obtenção de riquezas daquele espaço. No livro III da *História Natural*, encontramos uma extensa e detalhada lista de cidades, de medidas e de ordenações espaciais que caracterizam a Bética pliniana. Os povos que habitam a província são localizados próximos às cidades que se proliferam pelo território, perto do mar ou dos rios. Cádiz é a capital da jurisdição que compreende o vale baixo do Guadalquivir e toda a zona litorânea entre o Estreito de Gibraltar e o rio Guadiana; sobre ela, não há muito o que se possa dizer, ou que seja preciso dizer, tendo em vista todo o conhecimento produzido a seu respeito até aquele momento⁸¹.

Todo o conhecimento intelectual sobre a Turdetânia produzido até então podia ser apresentado por Plínio em poucas linhas e ignorado por Tito Lívio. Aos romanos já não mais interessava entender a origem daquele espaço e sua inserção em uma ou mais redes Mediterrânicas. O império romano era a nova rede e agora interessava como aquela pequena parte do mundo se conectava a ela. Em um movimento de centralização daquele espaço ao redor de Cádiz, Plínio apresenta o ápice deste processo, que começa por volta do século V a.C., e se materializa com a cidade se tornando capital de uma jurisdição provincial.

Usando a analogia das redes, é possível identificar a existência de uma ampla rede de contatos e de informações que circulavam entre as duas pontas do Mediterrâneo. Essa rede de informações, que aparece nas fontes a partir, ao menos, do século VII a.C., tinha no fim do mundo um ponto nodal, que era a ilha de Eriteia. Aos poucos, aquilo que era um ponto transformou-se em um *cluster* ou agrupamento, isto é, um conjunto de nós próximos entre si, com fortes laços e vínculos. Este agrupamento passa, a partir de Heródoto no século V a.C., a possuir, ao menos, dois pontos nodais fortes, Cádiz e tartessos. Do século IV a.C. em diante é possível identificar a presença de fenícios nessa rede de informações, e, aos poucos, outras cidades e colônias aumentam a quantidade de

⁸¹ Vide em citação anterior PLÍNIO 6.36.

nós ao ponto de podermos constatar o surgimento de uma rede neste espaço — não uma rede isolada, mas sim uma que deriva daquela mais ampla, Mediterrânica. O que temos de Políbio em diante é um espaço que comporta uma rede própria, com suas especificidades (litoral voltado às atividades pesqueiras e interior dominado pela produção mineral e agropecuária), mas que, aos poucos, passando por Estrabão e terminando com Plínio, vai se transformando em um espaço completamente inserido e amalgamado à rede maior, que, já no século I d.C., é majoritariamente romana.

Sendo essas as imagens deste espaço, sendo este seu processo de integração a um mundo cada vez mais espacializado, uno, “mediterrânico”, que elementos da cultura material possuímos que nos ajudam a pensar esse processo em uma outra perspectiva? Elas, efetivamente, demonstram um processo linear em direção a uma integração do sudoeste da península ibérica ao ecúmeno mediterrânico? Ou, por outro lado, uma análise desse material pode nos indicar caminhos mais sinuosos, com mudanças inesperadas nas imagens obtidas na análise da circulação de determinados produtos nesse espaço?

O trabalho que aqui realizamos é como um palimpsesto, em que o espaço que nos interessa é composto por várias camadas presentes em documentos distintos, mas que formam uma única imagem ao final do I milênio a.C. Como em um exercício em que se coloca uma folha de papel vegetal sobre um mapa já pronto procurando copiar os traçados da imagem de baixo, proporemos nas próximas páginas a justaposição desse palimpsesto às imagens de redes identificadas a partir da análise da circulação de determinados tipos cerâmicos. Com isso, esperamos que essa ação possa nos ajudar a identificar onde coincidem os traçados, onde as linhas se encontram, mas sobretudo onde há discordâncias, onde os rabiscos são tão divergentes que nos ensinam muito mais do que onde convergem.

3 AS CERÂMICAS IMPORTADAS E A INTEGRAÇÃO DE UM ESPAÇO

“Everything is so far away, a copy of a copy of a copy.”
(PALAHNIUK, 2005, p. 30)

3.1 Considerações Iniciais

Uma pesquisa é feita de escolhas, e, neste capítulo, optamos por analisar a documentação material do espaço que tomamos como objeto de estudo⁸². Entretanto, essa escolha passa por uma série de mediações, que, em determinadas situações, fogem ao nosso controle. Não só o já citado problema do acesso às informações é restritivo — fruto tanto da falta de incentivo à pesquisa no Brasil, quanto da pouca disponibilidade da historiografia e da arqueologia espanholas de publicarem e difundirem os resultados das pesquisas *online* —, mas também há a limitação da estrutura desta tese. Precisariamos dispor de muito mais que um capítulo para apresentar e analisar toda a cultura material ali encontrada. Possivelmente precisássemos de uma tese inteira apenas para realizar tão hercúlea tarefa. Por conseguinte, optamos por um recorte que privilegiasse somente a análise da cerâmica local durante o período com o qual trabalhamos, e é essa cultura material que apresentaremos neste capítulo.

Nosso objeto de estudo, o sudoeste da península Ibérica, é um espaço riquíssimo em sítios arqueológicos sobre exploração de metais, de cunhagem de moedas, e mesmo para estudos de questões arquitetônicas e urbanísticas, em especial para o período romano⁸³. Ainda que faltem estudos de dimensões escalares mais amplas, alinhados às propostas da Arqueologia da Paisagem, há uma quantidade interessante de escavações de urgência e de salvamento, motivadas pelas transformações urbanas que a entrada da Espanha na União Europeia tem gerado desde os anos 1980. Nesse sentido, a partir da documentação obtida em estágio de pesquisa na Universidade de Sevilha e em visitas a alguns dos sítios citados, a alternativa alvitrada foi a apresentação do panorama das cerâmicas encontradas nos principais sítios do sudoeste da península Ibérica.

⁸² Tal sugestão foi feita pela banca examinadora da qualificação, que imaginou ser mais frutífero para nossos objetivos uma visão sobre todo o panorama arqueológico da Turdetânia. Entretanto, por sugestão do orientador e do supervisor que nos recebeu em estágio de pesquisa na Universidade de Sevilla, enveredamos por um detalhamento desse conjunto documental e decidimos analisar o panorama ceramológico, pelos motivos que apresentamos a seguir.

⁸³ Os conjuntos arqueológicos de Baelo Claudia, no litoral da província de Cádiz próximo à cidade de Bolonia, e de Itálica, próximo à cidade de Sevilha, são dois dos principais sítios disponíveis dessa natureza.

A opção pelo “clássico dos clássicos”, quando se trata de cultura material, tem uma motivação prática e outra metodológica. A praticidade se encontra no fato de os conjuntos cerâmicos estarem presentes em quase todos os trabalhos historiográficos e arqueológicos sobre a Turdetânia; é o “fóssil guia” de todas as escavações, o responsável pela cronologia dos assentamentos, é o “material mais apreciado pelos arqueólogos” (PRINCIPAL; LACOMBA, 2013). Era, portanto, aquele mais abundante e de acesso mais facilitado a partir do Brasil. Além disso, no período de estágio de pesquisa em Sevilla, em 2017, tivemos contato com grandes ceramólogos espanhóis, tais como os professores Enrique García Vargas, Alberto Ferreira, Eduardo Ferrer Albelda e Dario Bernal Casasola. A proximidade com esses especialistas foi crucial para que tivéssemos um melhor aproveitamento da bibliografia sobre essa espécie documental.

Todavia, a parte metodológica é a que mais nos interessa. Se pretendemos dar um novo olhar para os estudos da Turdetânia, as cerâmicas podem desempenhar um papel extremamente importante nisso. Primeiro porque são, como dissemos, os objetos mais estudados e analisados pela academia especializada; logo, um novo olhar precisa levar em consideração os velhos olhares. Além disso, a cerâmica tem sido utilizada para datar sítios, estudar as influências “estrangeiras”, as resistências locais, os hábitos dos povos que ocupavam esse espaço, além de, também, definir a existência de culturas específicas, como é o caso da cultura tartéssica, já abordada no capítulo I. Ou seja, se havia a necessidade de escolher algum conjunto arqueológico entre todos os disponíveis, as cerâmicas seriam o único que não poderia estar de fora.

Outra questão metodológica importante é a aplicabilidade da Teoria das Redes na análise desse conjunto. Se, em um panorama breve, a Teoria das Redes estuda a interação entre grupos de pessoas, uma das maneiras possíveis de se verificarem essas trocas na Antiguidade é a partir dos conjuntos cerâmicos. Eles estão presentes tanto na produção local quanto nas trocas entre sociedades e grupos distintos; são trocados localmente e em médias e longas distâncias, além das interações perdurarem por séculos. Logo, já no início deste capítulo, podemos fazer uma primeira distinção dentro do conjunto de produções cerâmicas que balizarão nossa escrita: as de produção local e as de importação.

Essa separação, contudo, merece alguns cuidados. Primeiramente, toda produção começa como local, isto é, ainda que possa ser exportada, ela, a princípio, é consumida em uma escala menor. A diferenciação que fazemos aqui, portanto, leva em consideração os aspectos regionais e não podem ser automaticamente universalizados. Assim, se

considerarmos o Sudoeste peninsular como espaço de análise, a diferenciação estará entre as cerâmicas que são produzidas e circulam localmente e aquelas que chegam “de fora”, importadas conjuntamente com outros produtos. Ademais, essa separação didática entre local e externo abrange, também, uma gama bastante variada de “subtipos”, classificados a partir de suas formas e usos, como cerâmica fina, ânforas, cerâmicas de mesa etc.

Entre os dois grupos que identificamos, focaremos mais no segundo, isto é, nas cerâmicas de importação. E essa escolha, como afirmamos anteriormente, é motivada por questões metodológicas. Como pretendemos aqui olhar para as várias relações estabelecidas em um espaço definido em um período de tempo definido, e não identificar uma cultura, um povo ou um conjunto étnico, optamos por nos especializar nos objetos que mais circulavam entre os vários grupos humanos que ali habitavam. Como veremos no desenrolar deste capítulo, os conjuntos passíveis de serem rastreados, identificados e analisados como parâmetros de comparação entre os assentamentos existentes no Sudoeste na península Ibérica são, de fato, as cerâmicas importadas, em especial as gregas e as produzidas no Mediterrâneo Ocidental. Não obstante, trataremos também de uma produção cerâmica local que ganhou relevância para além deste espaço, e sua circulação merece atenção pormenorizada.

3.2 As primeiras produções locais ao final da era do Bronze e início do período do Ferro

As cerâmicas de importação, na maioria dos casos, são entendidas como produtos de luxo, isto é, que circulam somente entre as elites. Em oposição, as cerâmicas de produção local têm um uso cotidiano e são feitas de materiais de qualidades distintas e técnicas que obedecem muito mais a critérios de praticidade do que a atributos estéticos (HUGUET, E. 2014, p. 296). Assim, é possível afirmar que a maioria das produções cerâmicas locais é classificada como vasilhame⁸⁴ de cozinha e armazenamento. Já entre as cerâmicas importadas, é mais comum encontrar produtos que apresentavam pouco uso cotidiano e eram mais reconhecidos por suas características artísticas, tais como os vasos de figuras pretas e os de figuras vermelhas exportados por comunidades gregas entre os séculos VIII e IV a.C. Apesar disso, há conjuntos importados que acabaram por se

⁸⁴ Vasilhame é entendido nesta tese como “grupo ou conjunto de vasilhas” (HOUAISS; VILLAR, 2009).

popularizar e assumem inclusive o papel de vasilhame cotidiano, servindo, dessa forma, como documentação que permite analisar as diferentes influências externas de redes mais amplas de contato comercial nas redes locais. Considerando os objetivos que propusemos para esta tese, entre eles verificar e entender o processo de integração do espaço turdetano ao mundo mediterrânico, mais importante do que estudar as culturas materiais locais é a análise da relação entre elas e os estímulos externos. Nesse sentido, “cada categoria cerâmica, à medida que responde cronológica e economicamente a um estímulo distinto, será fruto de uma problemática distinta” (OLARTE; ADROHER, 1990, p. 378, tradução nossa). Dessa forma, cada onda de influência externa que estimule transformações locais pode ser analisada como fenômeno específico, mas também como parte de um processo mais amplo — espacial e temporalmente.

Ao passo que a produção das chamadas cerâmicas locais são fenômenos identificáveis já durante o neolítico nessa região (ENCISO; MARTÍNEZ, 1980), e, por isso, bastante distante temporalmente do que propusemos estudar, a importação de produtos fabricados fora da península Ibérica data do início do primeiro milênio a.C. Tradicionalmente, conforme esclarecemos anteriormente, os pesquisadores consideram importados os afluxos de produtos de origem grega — e não os de origem fenícia. Isso se dá por conta da presença física deste último povo em solo peninsular, com o estabelecimento de assentamentos e de uma produção local de cultura material com tradições orientais. Esse fato tem levado os pesquisadores a identificar que

las cerámicas de importación debieron llegar a la península Ibérica a través de puertos que a su vez redistribuirían las mercancías hacia el interior por medio de las principales vías de comunicación donde existían una serie de centros que, a su vez, volvían a distribuir estos productos a las comunidades lejanas a estas rutas principales de comercio (OLARTE; ADROHER, 1990, p. 374)

Esses portos de redistribuição eram, na maioria das vezes, assentamentos coloniais fenícios. Alguns elementos têm levado pesquisadores, como Brian B. Shefton (1982), a entender que a importação de produtos gregos para o sul da península Ibérica não era feita diretamente por mercadores gregos, mas sim por intermédio de mercadores fenícios/púnicos. Dentre esses motivos, destacam-se a existência desses centros comerciais fenícios já nos séculos VIII e VII a.C., o elevado número de naufrágios de embarcações fenício-púnicas — identificados dessa maneira por conta da grande quantidade de ânforas de tipo centro-mediterrânica Maña C e Maña D — que carregavam

cerâmicas de origem grega, e a ausência de colônias gregas para além de Ampúrias (I, 1982, p. 365-366). Ainda assim, essas importações podem ser divididas em dois momentos distintos: do século VIII ao VI a.C. encontramos produtos de origens variadas e em pouca quantidade; do final do século VI até o século IV a.C. chegam em grandes quantidades produtos de olarias áticas, identificáveis como cerâmicas de verniz negro (RUIZ, 2008, p. 112-113).

Na área de maior contato entre as populações fenícias, que se instalam na costa atlântica da Andaluzia a partir do século VIII a.C., e os povos que habitavam aquele espaço no momento, é possível identificar uma grande influência na produção cerâmica dos povos indígenas, que originaria a cerâmica cinza orientalizante ou tartéssica, sendo a introdução do torno à roda a principal mudança tecnológica (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 268). A presença de técnicas mais especializadas de produção levaria também à especialização da produção, tal como da comercialização de cerâmicas (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 269). Há muitos tipos cerâmicos que mantêm traços das populações do período do Bronze, entretanto,

before the Phoenicians' arrival, pots in southern Iberia were handmade and baked in simple 'reduction' ovens, which produced grey or blackened pots used in the family setting (these ovens used more combustive energy than oxygen, creating dense smoke); afterwards, the larger new ovens (which used more oxygen) allowed for clearer ceramic pastes of yellow and reddish tones (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 270).

Essa nova produção cerâmica, tida como tartéssica, possui um tipo bastante específico conhecido como “Carambolo”, nome dado a partir de um sítio arqueológico próximo à cidade de Sevilha, onde esse vasilhame foi identificado pela primeira vez. Ele é bastante interessante, pois apresenta motivos geométricos de clara influência mediterrânica, mas que, ao mesmo tempo, eram produzidos à mão, a partir de técnicas bastante comuns entre as populações locais do período do Bronze. Essa pintura de estilo geométrico dominou os horizontes tartéssicos no século VIII a.C., dando lugar, ao longo dos séculos VII e VI a.C., a pinturas de figuras vegetais e animais, na maioria das vezes com motivos orientais, tais como grifos e flores de lótus (BELÉN et al, 1997, p. 147).

Esse panorama de produção cerâmica local ao final do período do Bronze e no início do período do Ferro passa por algumas transformações e vê nascer três grandes culturas arqueológicas distintas no território andaluz ao final do século VI a.C. (FERRER

ALBELDA; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2011, p. 146): surge um vasilhame tipicamente turdetano (comum nos assentamentos do médio e do baixo vales do Guadalquivir), outro da Alta Andaluzia (que tem sido caracterizado como ibérico) e um terceiro púnico-gaditano (este presente nas comunidades da costa atlântica). Os pesquisadores desse material alertam que não é possível atrelar um caráter étnico aos conjuntos cerâmicos, mas é possível, ainda assim, distinguir três culturas arqueológicas com fronteiras bastante fluidas entre elas.

Como vimos no primeiro capítulo, o surgimento desse contexto turdetano é resultante de um conjunto de fatores externos e internos, que modificam a dinâmica deste espaço a partir do século VI a.C. A chamada “crise do século VI a.C.” vê a progressiva diminuição da influência de Tiro sobre suas colônias e o surgimento de outras hegemonias regionais no Mediterrâneo ocidental, tais como Roma, Cartago e, possivelmente, Cádiz⁸⁵. Além disso, internamente, observa-se uma transformação no conjunto das elites tartéssicas, que abandonam seu caráter principesco, como argumentam alguns autores, e adotam enterramentos mais “simples” e voltados à exaltação do caráter guerreiro. Além disso, há uma série de assentamentos que são abandonados e outros, normalmente em locais mais altos, que passam a ser ocupados. Tudo isso é visto como indício de que, a partir do século VI a.C., encontramos uma realidade espacial e social completamente distinta; em outras palavras, “the Turdetanian world of the pre-Roman period had its genesis in a conscious and deliberate destruction by the indigenous communities of the colonial basis of the Tartessian period” (ESCACENA CARRASCO; BELÉN, 1998, p. 25).

3.3 A moda do verniz negro: as cerâmicas áticas como primeiro fenômeno de importação na Andaluzia Ocidental

É nesse contexto que o segundo afluxo de cerâmicas gregas importadas chega ao sudoeste peninsular. Enquanto a primeira onda, como mencionamos acima, dos séculos VIII a VI a.C., era de produtos que circulavam estritamente entre as elites tartéssicas e seu gosto orientalizado, originária de vários centros produtores distintos (Corintos, Ática,

⁸⁵ Ainda neste capítulo, discutimos como a análise de uma produção cerâmica gaditana tem sido utilizada para determinar o grau de influência desta cidade sobre um vasto território na península Ibérica e no noroeste do continente africano.

Samos, Quios, dentre outros), o segundo momento de importações cerâmicas, majoritariamente ática, é mais significativo, na quantidade, na variedade e nos locais de uso dos tipos importados (ROUILLARD, 1985, p. 37). Essa segunda leva de importações acontece após uma ruptura durante quase todo o século VI a.C. (MARCOS; ADROHER, 1995, p. 14), e, assim,

da metade do século V a.C. em diante, é normalmente dito que uma nova era começa com o início do desenvolvimento da presença e do comércio grego na Ibéria, visivelmente marcado pelo amplo aparecimento das assim chamadas ‘Cástulo cups’, um fenômeno que na Ibéria não pode ser datado antes da segunda metade do século V a.C. (DOMINGUEZ; SANCHEZ, 2001, p. 1, tradução nossa).

As taças de Cástulo são representativas de um conjunto cerâmico conhecido como “cerâmica de verniz negro” ou simplesmente “vasos de pintura preta”⁸⁶, produzidas e exportadas a partir de olarias áticas, desde o século VI a.C., mas especialmente nos séculos V e IV a.C. As taças de Cástulo são “taças sem haste de rebordo externo côncavo e cobertura interna de estilo de verniz negro” (ROUILLARD, 1985, p. 29, tradução nossa), que foram encontradas pela primeira vez em grande quantidade em Cástulo, assentamento ibérico localizado na Andaluzia Oriental, na província de Jaén, e largamente estudadas por Pellicer Catalán (1982) e Shefton (1997). Além disso, essa forma é conhecida por possuir paredes grossas, que, associadas à ausência de hastes, levaram alguns pesquisadores a acreditar que eram produtos feitos para atingirem seus destinos de importação sem que houvesse quebras (WALSH; ANTONACCIO, 2014, p. 48). A presença dessa e de outras formas de origem ática se massifica entre os séculos V e IV a.C., muito em função dos conflitos bélicos no Mediterrâneo Oriental, que obrigam Atenas a procurar novos mercados ou mesmo aprofundar as relações com aqueles existentes (MARCOS; ADROHER, 1995, p. 14).

Normalmente esses vasos de pintura preta são apresentados como pertencentes à tradição de produção ática de figuras vermelhas, por serem produzidos no mesmo período pelos mesmos centros oleiros atenienses. Desde pelo menos o século VI a.C. verifica-se

⁸⁶ Robert Cook (2013) alerta para o erro em usar o termo “verniz” para esses produtos, pois na verdade se trata de uma cobertura de tinta e não de uma mistura específica para proteger ou impermeabilizar o vaso. Ainda assim, na literatura espanhola especializada no tema encontramos o termo “barniz negro” na maioria dos casos. Optamos por seguir a nomenclatura espanhola para evitar incongruências com nossos interlocutores. Portanto, quando estivermos nos referindo à cerâmica grega, usaremos tinta, e quando estivermos analisando as cerâmicas pré-campanienses e campanienses, usaremos verniz.

a produção, na Ática, de cerâmicas de alta qualidade pintadas simplesmente com um revestimento de tinta preta (COOK, 2013, p. 177). Ao longo dos séculos, em especial no IV a.C., algumas decorações são incluídas, como rosetas, palmetas, normalmente no centro de alguns tipos, como copas, e nervuras são acrescentadas nos corpos dos vasos (COOK, 2013, p. 178). Tanto os vasos de figura vermelha quanto os de verniz negro eram, no século IV a.C. o produto referência das oficinas Áticas.

Como veremos mais adiante, esse vasilhame ático vai inspirar muitas comunidades importadoras a copiar e produzir localmente tais produtos, pois

the less exacting requirements of black-painted pottery had encouraged local imitations in many, if not most, Greek cities and in Etruria. But the Attic product, because of its better clay or tradition, was still exported widely, even in the Hellenistic period, though it gradually lost its western markets to black-painted Campanian and to Gnathian (COOK, 2013, p. 201).

Uma combinação de fatores é apresentada para explicar o declínio da produção ateniense, que se dá nos momentos finais do século IV a.C. O primeiro encontra-se no campo dos gostos, e está associado ao esgotamento da tradição de figuras vermelhas, que já dava lugar aos vasos com “decoraciones con motivos sobrepintados”, cuja fabricação era menos custosa e mais rápida, que tornavam os vasos de cerâmica mais parecidos com os de metal, estes cada vez mais apreciados pelos atenienses a partir do contato com o Oriente promovido por Alexandre, o grande (BALLESTER, 2008, p. 263). Todavia, é provável que outro fator preponderante para o fim da produção de verniz negro ateniense e seu domínio do comércio mediterrânico seja os conflitos pela disputa da hegemonia sobre o Mediterrâneo oriental entre Esparta, Atenas, Corinto e o estabelecimento do domínio macedônico. Nesse período, vemos surgir outros centros produtores/exportadores de cerâmicas, tais como Rhodes, Alexandria, Pérgamo e Éfeso a oriente; Siracusa, Tarento, Cartago e península Itálica a ocidente (BALLESTER, 2008, p. 263).

O vasilhame cerâmico ático encontrado e estudado em contexto grego é composto de formas que, tradicionalmente, são divididas em cinco grupos, de acordo com suas funções: para beber, para comer, para usos domésticos, para armazenagem e para transporte.

- Beber: taças de diversos tipos (profundas e com bocais estreitos: *skyphoi*, *kotylai*, canecas; rasas com bocais largos: taças com e sem hastes, bolsais; profundas e

com bocais largos: *kantharoi*, taça-*kantharoi*, taça-*skyphoi*); jarras para servir (*oinochai*, *olpai*, *askoi*); e a famosa *kratera* para misturar o vinho e água.

- Comer: tigelas, pratos (incluindo pratos para peixes, com pequenas depressões internas para armazenar o caldo), recipientes de temperos, e vasos para preparo de ensopados.
- Usos domésticos: para usos cosméticos e de higiene (*aryballoi*, alabastro), e para fins funerários (*lekythoi*).
- Armazenamento: ânforas e *pelikai* para armazenar grandes quantidades de líquidos, como vinho e azeite, e *hydriai*, para água. *Pithoi* eram vasos muito maiores para armazenar centenas de litros de líquidos, normalmente usados para estocagem.
- Transporte: ânforas.

Os grupos humanos em que essas importações são recebidas, em especial aqueles do sudoeste peninsular, já apresentavam uma tradição de contato com povos mediterrânicos, e o desejo por produtos pertencente a essa *koine* passa a ser crescente. Análises estratigráficas de sítios arqueológicos desse espaço, como os de Carmona e Cerro Macareno, mostraram que do século VI a.C. em diante, em se tratando de cultura material, esse espaço está repleto de influências tipicamente locais, que convivem com elementos forâneos. Arqueólogos têm indicado que, localmente, as práticas do Bronze final foram retomadas conjuntamente com novas formas de organização que remetem aos povos da meseta espanhola, organizados em assentamentos menores e murados. Já as influências externas eram de origens distintas, tais como as púnicas, que se apropriam de um ambiente já bastante “fenicizado”, gregas, e seus produtos que chegam por intermédio dos mercadores centro-mediterrânicos, e celtas, que passam a ocupar as terras ao norte, próximos ao rio Tejo, já no século V a.C. (PELLICER CATALAN, 1976, p. 21).

O crescimento da divisão social observado dentro das comunidades do sudoeste peninsular a partir do século V a.C. estimula o comércio dos produtos cerâmicos gregos (ADROHER, MARCOS, 1995, p. 16). Isso acontece pois nas comunidades do médio e baixo vale do Guadalquivir, assim como no litoral, percebe-se um crescimento das importações à medida que se observa o surgimento de um espaço bastante heterogêneo em formas de ocupação e administração dos assentamentos, desde os *oppida* turdetanos, passando pelas cidades de influência fenícia e população indígena, até as cidades

litorâneas majoritariamente púnico-fenícias, como Cádiz. Em comum, observa-se em todos esses assentamentos uma progressiva divisão do trabalho e uma hierarquização cada vez maior das sociedades, com elites demandando produtos forâneos. Por outro lado, apesar da possibilidade de se verificar o sucesso dessas importações pela sua importação direta e direcionada para determinados grupos, é possível medir o grau de influência desse vasilhame nos gostos locais tendo por base a produção local de imitações, ou mesmo a alcance que o vasilhame ático teve na produção de cerâmicas comuns.

Em relação, especificamente, às populações que habitaram o médio e o baixo vale do Guadalquivir, que podem ser incluídas na zona da cultura material turdetana⁸⁷, o conjunto de utensílios de cozinha e de serviço de mesa fabricados e consumidos pelas populações desse espaço é uma evolução dos repertórios do período orientalizante (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2014, p. 207). Em outras palavras, trata-se de uma síntese parcial e de um processo de seleção entre as produções manuais locais de finais da idade do Bronze e a tradição oleira importada dos colonizadores orientais — além de fenícios, se identificam também alguns empréstimos do âmbito Egeu e centro-mediterrânico, que influenciam a “morfologia e/ou a decoração de alguns recipientes, mas nunca dos processos técnicos de fabricação” (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2014, p. 208). Assim sendo, é possível identificar que, ao menos até os séculos VI e V a.C., o litoral e o interior mais imediato do sudoeste peninsular compartilhavam influências externas comuns, apesar de ser possível a separação entre duas culturas cerâmicas distintas. Entretanto, a partir do século IV a.C., a introdução de novas formas de recipientes se interpreta como um processo de helenização ou punicização das formas de comer e beber dessas comunidades, aproximando cada vez mais a zona litorânea da zona interiorana do vale do Guadalquivir.

Os pratos de peixe de tradição ática são largamente incorporados aos utensílios de cozinha, tal como algumas formas de jarras, frascos e tigelas passam a ser produzidos com argilas locais e sem grande qualidade estética ou técnica. Isso é esclarecido por García Fernández (2014):

⁸⁷ O debate acerca da divisão da cultura material pós- crise do século VI a.C. foi apresentado no capítulo 1, p. 26, em que García Fernández e Ferrer Albelda (2002) propõem a divisão de três grandes culturas materiais, uma alto-andaluz, típica dos grupos ibéricos da Andaluzia Oriental, uma majoritariamente púnico-gadirita, litorânea, e a turdetana, que passamos a analisar agora.

“Las versiones engobadas tienden a reproducir con mayor fidelidad las distintas variantes del repertorio ático, incluyendo sus características estampillas; por el contrario, la producción paralela de cuencos de borde entrante en cerámica común o en pastas/engobos brises se limita a remendar sus atributos básicos sin poner demasiado esmero en la similitud con los prototipos originales, como se desprende del uso sistemático de pies indicados y la ausencia de estampillas” (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2014, p. 218)

Na verdade, o que se verifica é o crescimento da influência centro-mediterrânica (púnica) no espaço do sudoeste peninsular, por intermédio da cidade de Cádiz. A cerâmica turdetana comum de mesa se heleniza a partir do contato com uma produção cerâmica gaditana que imitará diretamente o vasilhame ático, em um movimento que se verifica em toda a bacia mediterrânica a partir do IV século a.C. Nesse momento, em escala regional, centros oleiros produziram cerâmicas de verniz negro como uma tentativa de suprir a demanda por esse tipo de produto, quando da interrupção da produção ática. Esse fenómeno ficou conhecido como “pré-campaniense”, quando vemos, entre o século V e o II a.C., surgir centros oleiros em várias partes do Mediterrâneo Ocidental, dentre eles os da região da Campania, na península Itálica. A popularização desse conjunto, as cerâmicas campanienses, é o motivo pelo qual todo fenómeno leva seu nome. Mas os artefatos campanienses não eram únicos.

Dessa forma, esse fenómeno de atomização da produção de cerâmicas de tinta/verniz negro no século IV a.C. pode ser assim definida:

“a todas aquellas cerámicas de barniz negro que se desarrollan en el Mediterráneo Occidental a caballo entre las últimas producciones áticas de barniz negro y la monopolización de los mercados del Oeste por parte de la Campaniense A. Cronológicamente este paréntesis cubriría desde el último cuarto del siglo IV hasta el último cuarto del s. III” (MARCOS; ADROHER AUROUX, 1995, p. 24)

Portanto, é possível identificar um século de produções regionais que ocupam o vácuo deixado pela cerâmica de verniz negro ática. Os vasilhames produzidos localmente tinham, na maioria dos casos, um consumo bastante regionalizado. O que se percebe em ao final do século III a.C. é a gradual presença da produção campaniense para além da península Itálica, que passa a ser encontrada nos locais onde, um século antes, predominavam as cerâmicas de verniz preta locais. Assim, “na passagem do século II para o I a.C. se verifica a adoção, agora sim, de um amplo repertório de cerâmicas itálicas de verniz negro que inclui as Campanienses A e B”, que servem de parâmetro para a demonstração de que novas formas de comer e beber são introduzidas

nesse espaço, evidenciando, para pesquisadores como García Vargas e García Fernández, uma efetiva romanização da população (GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2010, p. 131).

Nessa regionalização, entre os séculos IV e III a.C., da uma moda cerâmica, Cádiz é identificada como um dos centros produtores mais importantes, além de Cartago, Ampúrias, a costa Adriática da península Itálica, entre outros. Para melhor detalhar esse momento da produção cerâmica que sucede a importação ática, é necessário abordar um tema bastante recorrente entre os especialistas sobre esta época, que é a zona de influência de Cádiz após a crise do século VI a.C. Tal assunto é relevante para este capítulo uma vez que as teses por trás da explicação do domínio gaditano se fixam nas zonas de exportação de um vasilhame cerâmico produzido e exportado por Cádiz: a cerâmica de “tipo Kuass”. Essa produção terá seu período de domínio do mercado regional no interstício do sucesso destes dois vasilhames que apresentamos: o ático e o campaniense.

3.4 O Círculo do Estreito

Nos séculos em que observamos essas transformações nas trocas, na produção e na circulação de determinados materiais, vemos também a expansão do poderio cartaginês sobre o Mediterrâneo ocidental a partir do século V a.C. Tal questão é particularmente interessante, uma vez que é tema recorrente quando se discute a história de Cádiz e do sudoeste da península. Grande parte da historiografia espanhola tratou, e ainda trata, a chegada dos bárcidas no século III a.C. como invasão e domínio militar⁸⁸. Por outro lado, estudos recentes têm buscado repensar a relação entre Cádiz, Cartago e o vale do Guadalquivir nos últimos séculos do I milênio a.C.

Desde os anos 1960, entretanto, há uma corrente historiográfica espanhola, bastante influente nas universidades andaluzas, que defende a existência de uma “unidad cultural y económica semita extremo-occidental” (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2008, p. 259), sob a alcunha de Círculo do Estreito. Este nome foi sugerido pelo arqueólogo Miquel Tarradell (1967), e vem sendo revisitado desde então. Segundo a arqueóloga Ana Maria Niveau de Villedary y Mariñas, uma das principais defensoras do conceito atualmente, Tarradell argumenta que as semelhanças geofísicas das duas

⁸⁸ Para exemplificar essa abordagem, ver Blázquez (1985) e Sáez Romero et al (2004).

margens do estreito de Gibraltar (espanhola e marroquina), com paisagens e recursos muito parecidos, originou, a partir do século V a.C., uma unidade cultural entre elas. Ele também defende que é possível verificar nas evidências materiais duas áreas de influência no mundo fenício pós século VI a.C.: uma sob domínio de Cartago e outra de Cádiz. Esta última é a que Tarradell chama de Círculo do Estreito. As evidências materiais para sustentar a tese que distingue as duas zonas é a produção cerâmica:

“Mientras que la cerámica gaditana seguiría conservando un marcado carácter oriental — concretamente fenicio-chipriota —, evidenciado en la pervivencia de la técnica de barniz rojo, la vajilla cartaginesa muestra de forma innegable una ‘renovación’ formal y decorativa” (TARRADELL, 1967 apud VILLEDARY Y MARIÑAS, 2008, p. 260).

Tarradell é defensor da tese de ruptura das relações entre Tiro e suas colônias ocidentais, o que, para ele, teria gerado a situação ideal para o florescimento do poder de Cartago e Cádiz, cada qual sobre uma parte do antigo sistema colonial fenício. Cádiz seria a nova Tiro, responsável por centralizar o comércio e fundar novas colônias, especialmente na costa atlântica de Marrocos.

Muitos autores questionaram a tese de Tarradell, propondo que, após a crise do século VI a.C. o que se viu foi a proliferação de núcleos urbanos política e economicamente independentes até a chegada dos bárcidas no século III a.C (MONEDERO, 2007, p. 407). Não obstante, da tese do Círculo do Estreito, Oswaldo Arteaga Mamute (1994) derivou sua proposta de uma “liga gaditana”, argumentando que a autonomia das colônias fenícias foi sendo progressivamente conquistada desde o século VII a.C., gerando uma oligarquia mercantil que toma o poder depois da crise do século VI a.C. Arteaga articula esse processo ao fenômeno mediterrânico do surgimento das cidadanias e federações de cidades que marcam o século V a.C. Para ele, Melqart e o templo em Cádiz teriam funcionado tal qual Delos, dando origem a uma liga que seria aliada e não súdita de Cartago (MAMUTE, 1994, p. 36). Nesse caso, Cádiz não teria o papel de nova metrópole que controlava politicamente a região — como propunha Tarradell —, mas sim de centro articulador de um conjunto de comunidades autônomas, que optaram por se juntar para se fortalecerem.

Por sua vez, Villedary y Mariñas, como já mencionado, é, atualmente, uma das mais ferrenhas defensoras da tese do Círculo do Estreito. Seu trabalho tem consistido em analisar um conjunto cerâmico bastante específico conhecido por cerâmica de mesa de “tipo Kuass”. Ela é responsável pela classificação desse vasilhame em princípios

dos anos 2000 e autora de uma série de estudos que buscam associar esse material ao conceito de Tarradell. Mais adiante, discutiremos em detalhes a cerâmica de tipo Kuass, dada a importância e a relevância dela para o nosso estudo. De todo modo, para aproveitar e encerrar a discussão sobre a ideia de zona de influência de Cádiz, vejamos a tese da referida autora acerca do Círculo do Estreito.

Segundo ela, identificar os limites geográficos do Círculo é o primeiro passo, uma vez que, em sua hipótese, há uma correlação entre a autoridade de Cádiz e o âmbito de circulação de sua produção cerâmica. Assim sendo, para além dos espaços políticos — em que cada polis de origem púnico-fenícia ou *oppida* existente na península Ibérica controla um território determinado — e culturais — que coincidem com as culturas materiais anteriormente abordadas, isto é, uma faixa litorânea de origem fenícia, uma cultura material imediatamente ao interior turdetana e o interior propriamente ibérico — deve-se buscar reconhecer um espaço meramente econômico. Para alcançar tal objetivo, Villedary y Mariñas opta pela definição de “espaço econômico” de Trézint, segundo a qual a zona de influência econômica de uma cidade é medida pela circulação de seus produtos típicos e de suas moedas.

“A su vez, en este espacio y desde un punto de vista exclusivamente económico, se incluiría el llamado “Círculo del Estrecho”, entendido como el círculo productivo de Gadir a partir de la reestructuración económica que tiene lugar en torno al s. VI a.C. y que supone, por una parte, el repliegue del ámbito de influencia de los gaditanos y, por otra, la reorientación de las bases económicas — que ahora se sustentan en la producción y transformación agrícola y pesquera —, y la inclusión de la metrópolis occidental en los nuevos circuitos económicos y comerciales del Mediterráneo” (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2008, p. 262).

Essa zona de influência econômica atingiria as costas atlânticas dos dois continentes, com algumas entrancas nos territórios, principalmente pelos rios Guadalquivir e Guadiana. Nesses espaços é que circulariam, além de outros produtos, o anteriormente referido vasilhame cerâmico de verniz negro de inspiração ática conhecido como tipo Kuass. O alcance da cerâmica de tipo Kuass é a variável utilizada para delimitar essa zona de influência, pois é um importante produto fabricado na baía de Cádiz e exportado para essas regiões. Segundo Villedary y Mariñas, para além da zona nuclear produtora, haveria outros três círculos de distribuição: o primeiro é o que se assemelha à proposta de Círculo do Estreito de Tarradell, isto é, Baía de Algeciras, costa atlântica subpeninsular (Huelva e Algarve), e a vertente Atlântica marroquina; o

segundo círculo são as regiões geograficamente próximas do círculo do Estreito, isto é, as regiões do final do vale do Guadalquivir; o terceiro círculo seria composto por achados esporádicos no Mediterrâneo (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2008, p. 270-277).

3.5 Vasilhame de verniz negro do sudoeste peninsular: cerâmica de tipo Kuass

A materialidade dessa hipótese se verifica, segundo Villedary y Mariñas, no conjunto cerâmico de verniz negro produzido na baía de Cádiz, cuja organização, ordenação, recatologação e proposta interpretativa ela é responsável. Em sua tese de doutoramento, defendida em 2001, ela reuniu um conjunto de aproximadamente cinco mil peças cerâmicas que, até então, eram definidas das mais diferentes maneiras, e as classificou como um vasilhame cerâmico que, daquele momento em diante, ficou conhecido como “Cerâmica ‘tipo Kuass’”. Essa produção gaditana é a representante local do fenômeno das pré-campanienses⁸⁹.

Segundo Villedary y Mariñas, trata-se de um

“conjunto de la producción de barniz rojo púnico-gaditano que, imitando, recreando o inspirándose en la última vajilla ática exportada a Occidente a finales del siglo IV a. C., reproduce, en la práctica, todas las formas funcionales que cubría aquella, que se corresponden fundamentalmente con un servicio de mesa y, en menor medida, suntuario” (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001, p. 245)

Apesar da coloração avermelhada de sua cobertura, a autora argumenta que a produção, o “envernizamento” e as formas desse conjunto colocam-no como continuador da tradição ática naquele espaço⁹⁰. Ademais, o nome dado pela autora ao

⁸⁹ O primeiro pesquisador a usar o tempo pré-campaniense foi o arqueólogo italiano Nino Lamboglia. Entretanto, o termo se torna mais utilizado a partir dos estudos de Jean-Paul Morel sobre a produção campaniense. Mais adiante neste capítulo, quando abordamos a produção italiana, elaboramos melhor essa questão.

⁹⁰ A questão da coloração das peças, segundo a autora, pode estar relacionada tanto a questões técnicas, quanto à adaptação da moda ática para os gostos fenícios, cujas cerâmicas tendiam para o vermelho. Sobre essa questão ela coloca que “We usually find quite refined fabrics, predominantly reddish or light brownish, with thin minerals added, mainly limestone and quartz/quartzite grains (sand) or more rarely micaceous or fired and smashed clay particles. Thick glazes were applied to the vessels mainly with a paint-brush, covering all surfaces of the vessels, including the bottom part around the feet. The colour of these varnishes may vary from bright light or dark red to different hazel/ brown tones, but it is not uncommon that one vessel shows different colours in its surface and clay sections (also, fingerprints especially on the bottom part, next to the feet as a result of the painting process). It is also worth indicating the frequent occurrence of “faults” like air-vacuoles, cracked varnishes, little burnt areas, etc., mainly on those types produced in

conjunto cerâmico deve-se ao histórico da descoberta das peças associadas a essa produção. Os primeiros objetos desse vasilhame foram escavados nos anos 1960 por Michel Ponsich em um sítio arqueológico de origem fenícia localizado ao norte de Marrocos, próximo à cidade de Arzila, chamado “Kuass”. Em um dos vários fornos das olarias existentes no assentamento, Ponsich identificou uma produção (que ele considerava, naquele momento) local de vasilhame de mesa de verniz avermelhado que imitava cerâmica grega. Ponsich apresentou essa documentação sob a alcunha de “cerâmica Kuass”, e classificou as peças a partir de uma categorização feita pelo arqueólogo italiano Nino Lamboglia, que produzia naquela mesma época os tratados sobre a classificação preliminar das cerâmicas campanienses.

Após as descobertas e publicações de Ponsich, uma série de outros trabalhos e escavações foram feitos, acabando por atualizar algumas de suas propostas iniciais. A principal delas foi sobre seu centro de produção. Com uma série de escavações feitas ao longo dos anos 1990 e 2000 na costa da Andaluzia, especialmente no sítio de Castillo de Doña Blanca, verificou-se que o centro produtor da cerâmica Kuass era a baía de Cádiz, e não o assentamento norte-africano.

Em seus estudos sobre a cerâmica na região da baía de Cádiz, Villedary y Mariñas parte da classificação proposta por Morel (1980), isto é, de que se tratava de uma produção feita por algumas olarias que atendiam à demanda regional em uma época de escassez da produção ática, mas destaca a preponderância de uma coloração mais avermelhada do conjunto produzido neste espaço. A autora faz a ressalva de que a produção de tipo Kuass de Cádiz se inspira diretamente na produção ática, diferentemente de outros centros com forte inspiração púnica (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2014, p. 122-123).

A argumentação dessa autora é fruto de sua tese de doutoramento na Universidade de Cádiz, no ano 2001. Tal trabalho gerou um catálogo e uma valiosa análise das formas que comporiam o vasilhame. Até sua publicação, as referências ao material eram feitas como “cerâmica Kuass”, por conta dos trabalhos de Ponsich. Villedary y Mariñas, entretanto, propôs manter o nome dado por ele, com o acréscimo da palavra “tipo”, buscando manter as referências aos importantes trabalhos daquele

greater quantities. During the later stages of production varnishes seem in general to lose their quality (less dense and uniform), predominantly of red coral tones” (VILLEDARY Y MARIÑAS; SÁEZ ROMERO, 2013).

arqueólogo. Ela identificou dezessete formas que compunham este conjunto, sendo a maioria delas de serviço de mesa, com algumas tendo uso funerário e duas de serviços de iluminação.

O vasilhame possui⁹¹: seis formas de pratos; bolsais; vários tipos de taças e tigelas (para líquidos e semilíquidos); vasos de tamanhos e formatos distintos (pequenos “saleiros”, em formato de sino, píxides e formas fechadas para servir líquidos); e lamparinas (abertas e fechadas). Algumas das formas identificadas por Villedary y Mariñas possuem subdivisões, ou tipos, que se diferenciam por características como bordas diferentes, pés em formatos específicos, entre outros. A decoração é feita com selos impressos na parte interna dos vasos, seguindo padrões de palmetas e rosetas, com as mais variadas combinações — o que, para a pesquisadora, significa um alto grau de autonomia dos artesãos (VILLEDARY Y MARIÑAS; SÁEZ-ROMERO, 2013, p. 56-57).

Atualmente, aceita-se que a produção e a difusão desse vasilhame pode ser organizada em quatro fases:

- **Fase 1: 400-325 a.C.** — já no século V a.C., era possível encontrar imitações da produção de cerâmica de verniz negro ática feitas na baía de Cádiz. Não se tratava ainda de um repertório fixo, mas sim de imitações pontuais de algumas formas específicas (pratos de peixe, saleiros, pequenas tigelas e taças com bordas simples e inseridas). A produção era de baixa qualidade, com verniz vermelho e fabricação grosseira cinza oxidante.
- **Fase 2: 325-250 a.C.** — um dos argumentos para a autora defender o vasilhame tipo Kuass como uma produção local é o fato de as olarias da região desenvolverem um repertório particular padronizado, como ocorre em outros pontos do Mediterrâneo ocidental. Esse fenômeno surge na baía de Cádiz somente no final do século IV a.C., seguindo a lógica do fenômeno das olarias pré-campanienses identificada por Morel. Trata-se de formas que englobam pratos de peixes, pratos de bordas laminadas, tigelas de bordas viradas para dentro, bolsais, tigelas de bordas encurvadas, tigelas pequenas, pequenos jarros de tempero e lamparinas. A autora identifica que a inspiração para esse conjunto continua sendo a cerâmica ática, mas também há forte relação com formas de

⁹¹ Ver tabela completa das formas no ANEXO A.

verniz negro etruscas e da Itália central. Há um evidente aumento da qualidade dos acabamentos e do uso de selos decorativos (VILLEDARY Y MARIÑAS; SÁEZ-ROMERO, 2013, p. 58).

- **Fase 3: 250-200 a.C.** — Villedary y Mariñas considera esse terceiro estágio o ápice da produção desse conjunto. A segunda metade do século III a.C. é caracterizada pela expansão da produção, tanto em formas como em alcance da exportação. Com o sucesso da produção, que chega, na região da baía de Cádiz, a ser mais abundante que a cerâmica comum (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001, p. 399), passa-se a verificar que o vasilhame também atinge amplitude em outras localidades, como o sul de Portugal, os baixos vales do Guadalquivir e do Guadalete, a costa atlântica marroquina e a costa mediterrânica do Estreito de Gibraltar. A qualidade do produto se mantém e as formas abertas continuam sendo proeminentes dentre aquelas produzidas.
- **Fase 4: 200 – 100/75 a.C.** — o último período de existência do conjunto tipo Kuass foi o século II a.C. Esse período coincide com o aumento da presença romana depois da anexação da região (206 a.C.) ao final da II Guerra Púnica. Com isso, a presença de cerâmica de verniz negro itálica cresce, com mais tipos sendo incorporados ao repertório local. Ao longo do século, há uma crescente redução da quantidade produzida, que culmina com o gradual desaparecimento da cerâmica de tipo Kuass. Uma série de formas continuavam a ser produzidas, mas, segundo Villedary y Mariñas, é cada vez mais evidente a influência itálica.

Esses são os avanços mais significativos que a tese de doutorado e os consequentes trabalhos de Villedary y Mariñas promoveram. A organização do conjunto é bastante aceita e muitos outros trabalhos têm sido desenvolvidos a partir de suas propostas, principalmente pesquisas relativas à identificação e à análise de peças desse vasilhame em regiões distantes da baía de Cádiz, como o Algarve⁹². Todavia, um dos desdobramentos da análise da autora merece um olhar ainda mais pormenorizado: a questão da distribuição do vasilhame.

⁹² Como exemplos, podemos citar a dissertação de mestrado “A cerâmica de ‘tipo Kuass’ do Castelo de Castro Marim e de Faro” de Elisa R. B. Sousa, defendida em Lisboa em 2005, e o recente livro de Violeta Moreno Megías, “La influencia púnica en las mesas turdetanas: Cerámica de ‘tipo Kuass’ en el Bajo Valle del Guadalquivir”, lançado em março de 2016.

A questão da distribuição da cerâmica tipo Kuass, como já adiantado, está associado à tese do Círculo do Estreito, como sendo uma zona de influência econômica de Cádiz. Para esta arqueóloga, é possível identificar um núcleo de produção desse conjunto, que equivaleria ao arquipélago de Cádiz e a baía imediatamente oposta, e três zonas de distribuição do vasilhame. O centro produtor⁹³ é

“el espacio donde la cerámica de ‘tipo Kuass’ se fabrica, se distribuye y se usa cotidianamente, donde la encontramos habitualmente y con frecuencia en todos los contextos — industriales, de habitación, rituales, funerarios, basureros, etc. —, donde documentamos la vajilla completa y le suponemos un uso funcional y no simbólico, donde las piezas se amortizan y reponen rápidamente, y donde documentamos la producción en todas sus etapas” (Villedary y Mariñas, 2008, p. 267).

Essa afirmação a autora pode fazer se apropriando de sua própria análise dos achados do assentamento de Castillo de Doña Blanca e do povoado de Las Cumbres, ambos localizados na foz do rio Guadalete, que deságua na costa imediatamente em frente ao arquipélago onde se encontrava a cidade de Cádiz na Antiguidade. Na primeira, que, de acordo com as análises mais recentes, fora um povoado de fundação fenícia que perdurou do século VIII ao III a.C., sabe-se da existência de residências e uma muralha de pedra utilizada para defesa. É nessa seção de defesa do assentamento que se encontra a maioria das peças do vasilhame tipo Kuass, o que leva Villedary y Mariñas a concluir que essas peças eram usadas cotidianamente pelos soldados, atestando seu uso de mesa, porque as formas mais abundantes eram pratos e tigelas.

O povoado de Las Cumbres surge, segundo as estratigrafias mais recentes, em um período muito próximo ao de desocupação do Castillo de Doña Blanca — o que levou alguns autores a proporem que aquele surge como reflexo do desaparecimento deste (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001, p. 410). Não se sabe, contudo, a finalidade do assentamento, que perdura do século III a.C. até meados do século I d.C., mas os achados cerâmicos indicam um constante uso do vasilhame tipo Kuass cotidianamente.

Na pesquisa de Villedary y Mariñas, outro sítio importante considerado pela autora é a necrópole de Cádiz. Analisando as fossas e os poços rituais, que abundam na necrópole da cidade, ela encontrou uma quantidade muito grande de formas que compõem tal conjunto e pode identificar uma diferença fundamental com relação ao contexto doméstico. Enquanto neste predominavam formas como pratos e tigelas, o

⁹³ Ver mapa do ANEXO B.

que ela considera um serviço mínimo de mesa, nos contextos funerários predominam vasos com formas mais arcaicas (Forma IX-B), com as bordas encurvadas para dentro, taças (Forma VIII) e bolsais (Forma VII), além de alguns pratos (Forma I e III) e formas fechadas (Forma XV).

É possível perceber o predomínio de um serviço mínimo de mesa e iluminação nos dois primeiros sítios apresentados, sendo as formas mais comuns: prato de peixe (Forma II), tigela globular simples (Forma IX-A), taças e bolsais em muito menor quantidade (Forma VIII e VII), além da lamparina aberta (Forma XVI). Já na necrópole, a autora conclui que

“mientras que en los espacios de habitación los vasos de ‘tipo Kuass’ cubren un servicio mínimo e individual de mesa e iluminación, en la necrópolis el repertorio representado obedece a una vajilla de tipo ritual al servicio de la liturgia funeraria, de ahí las diferencias observadas entre ambos conjuntos en cuanto a la composición de la vajilla, la estética y las características técnicas” (Villedary y Mariñas, 2008, p. 269)

Além dessas três localidades, há ainda um conjunto de escavações realizadas na região de San Fernando, um dos distritos que compõem a baía de Cádiz, onde foi descoberto um bairro industrial datado do século VI a.C. Os sítios são conhecidos por Torre Alta e Pery Junquera, e possuem locais de salgamento de peixes e produção oleira, especialmente de ânforas de transporte e armazenamento destes produtos. Aqui são encontrados também alguns objetos cerâmicos de tipo Kuass e peças de origem campaniense. Do lado oposto ao da baía, encontramos o porto de Santa Maria-Rota, local de produção de salgamento de peixe onde também se encontram peças do vasilhame em questão. A diferença para San Fernando reside em não haver indícios de uma produção local de cerâmica, que, associado ao tamanho reduzido das oficinas de salgamento, leva a autora a crer em um uso doméstico do vasilhame, pois imagina-se que essa produção era feita por famílias não muito numerosas (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001, p. 324).

Para Villedary y Mariñas, não restam dúvidas de que o litoral é repleto desses achados e, de fato, local provável para a produção da cerâmica helenística de verniz vermelho de tipo Kuass. Contudo, a autora avança em sua proposta e coloca dentro do núcleo produtor outras regiões. Elas se encontram nas margens do rio Guadalete, continente adentro. A análise da autora é baseada em peças encontradas nos museus da região, particularmente no de Jerez de la Frontera. Ela não descreve os sítios ou os

locais de escavação, mas sim algumas das interpretações que outros pesquisadores fazem do processo de ocupação da região.

Os outros pontos que a autora identifica como pertencentes ao núcleo produtor e consumidor desta cerâmica são: Mesas de Asta (sítio onde se encontra a cidade identificada nas fontes como a romana Hasta Regia) ao norte do rio Guadalete; e Cerro Naranja e La Calerilla, ao sul. São assentamentos que fazem parte do processo de nucleação pelo qual a região da cultura tartessa passou após o século VI a.C., cujos centros urbanos indígenas estimularam o surgimento de comunidades satélites dedicadas à agricultura e ao pastoreio que as abastecia. Não há evidências de olarias produtoras, mas foram achadas quase todas as formas que compunham o vasilhame.

As últimas localidades que Villedary y Mariñas inclui no núcleo produtor se encontram na desembocadura do rio Guadalquivir, mais especificamente os sítios identificados como Ébora e Santuário de La Algaida. A região é marcada pela presença fenícia desde o século VIII a.C., e, no século V a.C., passou por um processo de concentração dos assentamentos similar ao que ocorrera em outras fundações fenícias no mesmo período. Para analisar o assentamento de Ébora, Villedary y Mariñas se vale de alguns relatos de escavações realizadas nos anos 1950 e 1980, que apontam para a existência de uma grande quantidade de material cerâmico turdetano e de vasos campanienses. A autora identifica, no entanto, que alguns destes últimos deveriam ser identificados como tipo Kuass, colocando a região como pertencente ao centro produtor. Já em Santuário de La Algaida foram feitas escavações que dão conta da existência de um centro de fabricação naval e de reparo de embarcações localizado ao lado de um local de culto a céu aberto. Nas escavações desses centros fabris e dos locais de depósito de oferendas, identificam-se muitos produtos metálicos (moedas, fíbulas etc.) e objetos cerâmicos, na sua maioria turdetanos. O santuário é tido como originalmente dedicado à Astarte, mas que, por volta do século III a.C. teria sido também dedicado à Tanit. Pesquisadores citados pela autora identificam algumas formas de cerâmica de tipo Kuass no local, predominando as formas abertas.

É esse conjunto de localidades que compõe o que Villedary y Mariñas denomina núcleo de produção da cerâmica de tipo Kuass. Esse centro abasteceria outros espaços geograficamente mais distantes, que, segundo a hipótese defendida pela autora, formariam outros três círculos de distribuição. Apesar da noção de centro e periferia

que impera na análise, há uma ressalva com relação à possibilidade de o conjunto ser produzido também fora desse núcleo:

“Por otra parte, la defensa de la fabricación de esta clase cerámica en la bahía de Cádiz no implica el rechazo de su producción en otros centros; por el contrario, abogamos por la existencia de otros talleres que, de la misma manera que están fabricando tipologías anafóricas gaditanas, producen vasos de ‘tipo Kuass’” (VILLEDARY Y MARÍÑAS, 2008, p. 268)

Há, portanto, várias outras localidades em que o vasilhame é encontrado. Existe, na visão desta pesquisadora, um primeiro círculo de distribuição que representaria a área de influência direta de Cádiz. Tendo as duas pontas do estreito de Gibraltar como referência (a espanhola e a marroquina), os espaços identificados pela autora como pertencentes a essa zona de circulação do vasilhame são: a costa atlântica do “lado espanhol”, tendo a cidade de Santiago do Cacém, em Portugal, como o ponto mais ao norte, e Vejer de la Frontera ao sul; ainda deste lado, mas na costa mediterrânica, o “círculo” se estende até a baía de Algeciras; na vertente marroquina, a região estudada é a noroeste, podendo a análise ser dividida também entre as costas atlântica (sendo os assentamentos de Kuass, Zilil, Suir e Lixus os mais importantes) e a mediterrânica (tendo os assentamentos Sidi Abdselam del Behar e Kudia Tebmain como referências)⁹⁴.

Ao analisar os achados dessas localidades, Villedary y Mariñas verifica uma semelhança muito grande com a área nuclear, com a cerâmica de tipo Kuass ainda sendo bastante abundante e cobrindo a demanda de produtos envernizados⁹⁵, não substituindo, entretanto, a cerâmica comum — como ocorre em alguns dos assentamentos nucleares. É documentada a presença de quase todas as formas do vasilhame tipo Kuass, tanto em contextos habitacionais quanto funerários, tendo os pratos de peixe (especialmente as formas I e II), as tigelas Forma IX e as lamparinas abertas um maior destaque. Além de este conjunto cerâmico não substituir a cerâmica local em nenhum aspecto, a pesquisadora destaca que outra grande diferença para a área nuclear é o contexto relativamente tardio em que o encontramos, segunda metade do século III a.C.

⁹⁴ Ver MAPA do ANEXO C.

⁹⁵ A autora afirma que não há evidência da chegada de outros produtos desse tipo nessas regiões, mas há, entretanto, reprodução local das formas gaditanas.

Esses dados, analisados a partir de pesquisas de terceiros, ou mesmo pela própria autora em determinados casos, fazem-na constatar que esses sítios estariam sob algum tipo de influência de Cádiz, pois teriam esse vasilhame como um dos principais em uso no período. Villedary y Mariñas afirma que

“Se trataría de una zona integrada plenamente en el área cultural púnico-gaditana, según la delimitación de ‘áreas de influencias’ propuesta [por Treziny e Principal], pero de la que, sin embargo, desconocemos hasta qué punto dependió políticamente de la metrópolis gadirita” (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2008, p. 270)

Se para ela esse primeiro círculo de distribuição do vasilhame demarca os limites da influência cultural e econômica de Cádiz — que corresponderia, em grande medida, às costas atlânticas dos dois continentes e a algumas entranças —, o segundo círculo pode ser caracterizado como sendo composto de regiões de intersecção. A autora divide o segundo círculo de distribuição da cerâmica de tipo Kuass em dois espaços distintos⁹⁶: uma zona de âmbito cultural púnica, repleta de outros centros políticos influentes, como Malaka, Abdera, Sexi e Baria, ou seja, os assentamentos púnico-fenícios instalados no litoral mediterrânico da península Ibérica de Gibraltar a Villaricos; e uma outra zona de âmbito cultural turdetana e ibérica, composta de assentamentos que se encontram nos vales médio e alto do rio Guadalquivir (o primeiro, na Antiguidade, era formado por um lago que se conectava ao Mediterrâneo, conhecido como *Lacus Ligustinus*⁹⁷). Para além da diferença geográfica entre essas duas regiões, a autora afirma que enquanto na primeira a cerâmica de tipo Kuass convive com outras de tradição de verniz negro provenientes de vários centros oleiros, na segunda o vasilhame gaditano aparece de forma isolada e não perde o caráter exclusivamente de luxo que a cerâmica ática apresentava anteriormente.

Na região do rio Guadalquivir percebe-se que, de acordo com Villedary y Mariñas, quanto mais afastados os assentamentos do litoral, menor a incidência de quaisquer formas do vasilhame gaditanos. A forma IX-C é a mais comumente encontrada, embora proliferem uma série de imitações que, apesar de algumas semelhanças e familiaridades com as formas gaditanas, não podem ser incluídas no vasilhame em questão por conta das características da argila, do verniz e dos selos. As

⁹⁶ Ver MAPA do ANEXO D.

⁹⁷ Tal como mencionado na Introdução desta tese.

cópias inspiradas na produção da baía de Cádiz são mais encontradas no interior, pois, nessas regiões a cerâmica helenística nunca deixou de ter caráter de luxo (MORENO MEGIAS, 2015, p. 192). Em assentamentos nas cercanias de Sevilha, que na Antiguidade se encontrava na foz do rio Guadalquivir — que, por sua vez, desaguava no *Lacus Ligustinus* —, a incidência de cerâmicas de tipo Kuass é maior do que em assentamentos interioranos, e as que aparecem nessa zona são mais tardias e esporádicas.

Na região de influência cartaginesa, essas formas podem ser encontradas em assentamentos próximos de Málaga (El Torreón, Cerro de la Tortuga, Malaka etc.), Granada (Almuñécar e Salobreña) e Almeria (Adra e Villaricos) (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001, p. 536-576). Um dos problemas enfrentados pela pesquisadora para analisar com mais profundidade esses espaços é a falta de dados publicados, isto é, por não ter verificado diretamente todos os exemplares, ela não pode diferenciar todas as peças possivelmente oriundas de Cádiz. Contudo, ela afirma que há uma quantidade considerável de formas, que podem ser de produção local inspiradas nas formas gaditanas ou que ter sido influenciadas pela convivência com outros centros produtores.

O terceiro círculo de distribuição da cerâmica tipo Kuass⁹⁸ é caracterizado pela autora como sendo composto pelas localidades mais distantes em que se encontraram vestígios do material. São portos do mar Mediterrâneo em que as peças estão associadas a situações comerciais em evidente situação subsidiária. São achados relacionados às trocas de longas distâncias que Cádiz fazia com grandes centros comerciais, e, por se tratar de um vasilhame de serviço de mesa, algumas das peças teriam sido levadas por pessoas envolvidas na navegação. O destaque que a autora faz é para os assentamentos fócios de Empório e Rodes, que mantinham um intenso contato comercial com Cádiz desde os séculos V e IV a.C., em que é possível encontrar pratos de peixe (Forma Kuass II), bolsais (Forma VII), tigelas (Formas XI-A e XI-B) e alguns fundos com selos que podem ter pertencido a taças (Forma VIII) (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2008, p. 276). Apesar de não ter a mesma quantidade de produtos vista no círculo anterior, essas duas cidades seguem o mesmo padrão da zona púnica, isto é, a cerâmica envernizada é proveniente de vários outros centros produtores.

⁹⁸ Ver MAPA do ANEXO E.

3.6 Helenização ou Gaditanização das cerâmicas comuns?

Muitos outros pesquisadores também têm procurado levar adiante a análise desse rico material. Muitos discutem se houve um processo de “gaditanização” das regiões imediatamente próximas de Cádiz (CHIC GARCÍA, 1996; GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2010), fosse por influência do santuário de Melqart, ou pelas relações econômicas e comerciais estabelecidas. A cerâmica de tipo Kuass tem sido utilizada como índice dessa influência da cidade fenícia nas populações turdetanas que habitavam o interior. Se não é possível cravar que havia um domínio econômico direto neste cenário em que os produtos de origem litorânea dominam o ambiente dos vasilhames comuns, ao menos quando se verifica a influência do repertório de verniz negro nas comunidades ao longo do vale do Guadalquivir, parece Cádiz exercer um papel de filtro das influências externas.

“En este sentido se explica la fabricación de vajilla de ‘Kuass’ en aquellos territorios cercanos, en los que la comercialización de las manufacturas gaditanas retroalimentó una demanda cada vez más exigente y, como algunos autores han puesto de relieve, cada vez más ‘gaditanizada’ (en cuanto partícipe de una corriente global mediterránea o ‘helenística’), no sólo en sus gustos estéticos sino probablemente también en los culinarios y comensales” (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2015, p. 124).

De acordo com esse excerto, temos que, por um lado, aparentemente, as comunidades turdetanas passam a se interessar cada vez mais por cerâmicas que tivessem algum tipo de verniz ou engobo, ausentes em suas cerâmicas comuns de produção mais grosseira (MORENO MEGIAS, 2015, p. 192). A popularização dessa técnica de impermeabilização da cerâmica é indício de mudanças nas formas de comer e cozinhar dessas sociedades. Com o tempo, observa-se o desaparecimento de algumas formas tradicionalmente utilizadas pelos turdetanos, como os pratos, em favor do sucesso de outras, como as tigelas e os pratos de peixe, que indicam o aumento da ingestão de alimentos sólidos, do consumo de proteínas animais (especialmente de peixe), e o acompanhamento de molhos e temperos (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2015, p. 153).

Por outro lado, tem se verificado a existência de um processo de seleção e adaptação das formas nos vasilhames feitos pelos artesãos das comunidades turdetanas. Em uma tentativa de identificar a agência dessas populações, se constata que, enquanto as formas comumente associadas ao uso doméstico eram amplamente copiadas, os

vasos de uso funerário não aparecem nas escavações. Isso se dá, primeiramente, por conta da ausência quase completa de tumbas e cemitérios entre as comunidades turdetanas (ESCACENA CARRASCO; BELÉN, 1998, p. 34 e GARCÍA FERNÁNDEZ, 2015, p. 223), dificultando, pois, o reconhecimento das formas cerâmicas associadas aos contextos funerários. Logo, evidencia-se que, se hábitos alimentares de fato marcam uma helenização lenta das comunidades turdetanas, o mesmo não se pode dizer dos mortuários.

A presença de elementos de inspiração helenística se inicia a partir do final do século IV a.C., com o florescimento das importações de Cádiz para o interior do continente. O período de dominação bárcida significou uma “autêntica abertura dos mercados ocidentais aos produtos centro-mediterrânicos, muito imbuídos pelo gosto grego, mas que já haviam começado, contudo, a afluir para Cádiz ao menos um século antes” (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2015, p. 224, tradução nossa). A conquista romana mantém essa tendência, agora com a chegada das primeiras importações itálicas: em um primeiro momento, ânforas e vasos de verniz negro campanienses, e posteriormente, cerâmica de cozinha conhecida como *Terra Sigillata*.

Ainda que trate de um processo importante nessas sociedades, a recepção e/ou imitação de formas de inspiração grega pelas comunidades turdetanas do vale do Guadalquivir é um fenômeno bastante minoritário e relativamente tardio se comparado à baía de Cádiz. A produção de imitações e sua distribuição se concentram em localidades ribeirinhas do *Lacus Ligustinus* e do próprio curso do Guadalquivir, ficando mais escassas nas comunidades mais afastadas desses corredores naturais. Os argumentos para conclusões desse tipo são estatísticos, com comparações de porcentagem de produtos produzidos ou inspirados na tradição helenística em relação aos de cerâmica comum. García Fernández (2015) defende que, dentre as resistências às modas importadas verificáveis na cerâmica de cozinha, o morteiro de tradição púnica é percentualmente muito mais presente e, portanto, fazia mais “sucesso” que as formas associadas à fritura e ao cozimento, normalmente associadas à moda helenística, pois, segundo ele, o uso do morteiro estava mais vinculado aos hábitos alimentares das populações locais, acostumadas a alimentos pastosos, como purê de cereais. É somente ao final do século II e início do I a.C. que há uma paulatina helenização das práticas culinárias (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2015, p. 225), mas agora inspiradas nos vasilhames cerâmicos itálicos.

Nesse ambiente turdetano, verifica-se a convivência das cerâmicas tipo Kuass e da campaniense, podendo indicar que uma parcela da população manteve-se apegada à tradição de cerâmica engobada. Talvez se trate de uma dicotomia de gostos de uma população estrangeira — que consome os produtos importados associados aos seus próprios hábitos alimentares — e uma local (que continua consumindo a produção local de imitações e cerâmica comum (MORENO MEGIAS, 2015, p. 193).

Como vimos anteriormente, é de Cádiz que partem a maior parte das influências cerâmicas em direção ao vale do Guadalquivir. Além disso, é possível identificar que essa cidade estava conectada às modas mediterrânicas por uma série de razões. Primeiramente, pois se pode constatar de que os centros oleiros localizados em sua baía criaram um vasilhame local baseado nas produções áticas de verniz negro. Ademais, ao analisarmos as produções de cerâmica comum, há uma predominância de formas helenizadas produzidas com argilas locais, denotando, assim, um uso bastante popularizado já desde o século V a.C. (SÁEZ ROMERO, 2015, p. 43). Ao longo do século IV a.C., aumentam as formas estrangeiras que são reproduzidas pelos artesãos locais, evidenciando um peso cada vez maior das produções centro-mediterrânicas helenizadas no litoral do sudoeste peninsular. Não à toa, entre o século III e II a.C. é o auge da produção de tipo Kuass, que domina o cenário das cerâmicas de mesa e rituais neste espaço. Além disso, a produção de vasilhames comuns, de argila cinza, se heleniza por completo, demonstrando a força dessa moda mediterrânica (SÁEZ ROMERO, 2015, p. 49).

Mas, afinal, o aumento gradual da presença de cerâmica ática entre as comunidades do sudoeste peninsular é indício suficiente para que falemos em uma helenização dessas comunidades? A inclusão das imitações de algumas das formas desse conjunto cerâmico pelas comunidades locais é um elemento que ajuda a corroborar tal análise? Outrossim, a intermediação de Cádiz nesse processo e o predomínio da cerâmica tipo Kuass gaditana são indicativos de uma gaditanização? Há alguma maneira de aproximar ou mesmo juntar essas duas análises?

Os primeiros aspectos que precisamos considerar a fim de responder essas perguntas são as vantagens e desvantagens de se identificar nesse processo uma helenização. A pesquisadora Tamar Hodos (2014) alerta para o caráter unidirecional de uma abordagem que defina a presença da cultura material grega em determinado espaço como um processo de helenização de sua população. Para ela, o uso desse conceito

contribui para que ignoremos o fato das populações locais não adotarem as práticas gregas por completo, e, ao mesmo tempo, dificulta o entendimento de que, por um lado, os produtos de origem grega passavam por um processo seletivo e, por outro, quando as “‘ideias’ gregas eram adotadas, elas já haviam se tornado normalizadas ao ponto de já terem perdido um significado explicitamente ‘grego’” (HODOS, 2014, p. 29, tradução nossa). Portanto, o real problema da ideia de helenização é que ela exclui o componente local da participação nas transformações das modas e dos costumes.

“No Mediterrâneo, a Península Ibérica é o único lugar onde fenícios, cartagineses e gregos interagiram durante o mesmo período e participaram igualmente nas redes de trocas mediterrânicas” (ROUILLARD, 2009, p. 131, tradução nossa). Essa afirmação de Pierre Rouillard é emblemática, pois dá indícios de que, além dos gregos, outros povos mediterrânicos participaram nas mudanças vivenciadas pelos povos autóctones da península, não só em seus aspectos internos, mas também, e talvez, principalmente, nas transformações das redes de contato e integração ali existentes. Portanto, um estudo que contemple as influências externas em qualquer um dos vários espaços peninsulares precisa considerar a conectividade das redes locais, suas modificações, suas permanências, e qual o papel dos forasteiros nesses processos — do contrário, corre-se o risco de convergir para o discurso de aculturação. Hodos (2014), Rouillard (2009), Carl Knappett (2001) e vários outros pesquisadores têm considerado, assim, infrutíferas quaisquer tentativas de estudo que não atentem, por exemplo, para a inter-relação entre a expansão fenícia e a expansão grega na primeira metade do I milênio a.C. Isto é, uma vez que os contatos e as redes de colaborações entre esses dois povos têm sido cada vez mais valorizados, muito em função da aceitação de que processos de globalização podem ser observados e analisados também na Antiguidade, aumentam os interesses pelos “tipos de conexão que essas duas culturas colonizadoras tiveram entre si e com as populações locais com as quais elas entraram em contato regular” (HODOS, 2014, p. 26, tradução nossa).

Um estudo da cultura material, em particular das cerâmicas, que privilegie os contatos e as conexões — em comparação com pesquisas que valorizem modas que mais influenciaram — entre diferentes comunidades pode contribuir enormemente, assim, para avançar em tal debate. Atualmente, como já adiantamos, os pesquisadores e as pesquisadoras da península Ibérica têm analisado a produção cerâmica, na maioria das vezes, para a identificação de diferentes culturas, de transformações culturais, ou até

mesmo para a caracterização de etnias. Nessa nova proposta, do estudo da formação de redes de contatos, a busca por identidades locais, sejam elas culturais ou étnicas, é colocada em segundo plano — não esquecida — e a conectividade das redes analisadas passa a ser o principal objeto do pesquisador. Identidades locais, que nascem de redes locais, são articuladas a partir de um conjunto de práticas compartilhadas que “se desenvolveram pelo Mediterrâneo durante a idade do Ferro”, não significando, portanto, “uma helenização ou uma punicização, mas sim ‘mediterraneizações’ amplamente compreendidas e mediadas por identidades locais fortemente articuladas” (HODOS, 2014, p. 30, tradução nossa).

Nesse sentido, aquilo que é chamado de gaditanização pode ser encarado como o processo de formação, ou reformulação, de uma rede local, a partir de identidades sociais locais, que se articulam em um espaço definido, em um período de tempo definido, mas que, ao mesmo tempo, é reflexo do rearranjo da rede mediterrânea, que se modifica a partir do século V a.C. No sudoeste peninsular verifica-se não só o crescimento da importância de Cádiz na produção material, mas também uma mudança social significativa nas regiões interioranas, que foi a concentração populacional em *oppida* cercados e localizados em assentamentos estratégicos para controle dos locais de passagem, especialmente o vale do Guadalquivir. Tanto os Íberos na Andaluzia Oriental, quanto os Turdetanos da Andaluzia Ocidental experimentaram tal processo. Nesse sentido, a presença do vasilhame grego entre essas populações não importa apenas para identificar o quanto elas se helenizaram, mas, principalmente, para entender o quão próximas eram as práticas estabelecidas por diferentes grupos a partir desse material. Dietler (1999) estuda, por exemplo, a prática de beber vinhos entre as comunidades da Europa Central no período do Ferro, entendendo-a como um ato social, dado o valor estratégico do álcool para aqueles indivíduos ou grupos sociais que o produzem ou o obtêm através de relações comerciais. O álcool, como instrumento de poder político, tem um papel central nas esferas sociais e econômicas das comunidades que surgem no século V a.C., e o estudo da adoção dessa prática forânea pelas comunidades locais pode ajudar a entender, por exemplo, a força dos laços estabelecidos por elas nas redes locais e nas redes mais amplas. Aplicar essa lógica à realidade turdetana pode indicar, por sua vez, que um uso parecido desse material era feito pela nova elite que surge após a crise do século VI a.C.

O entendimento do uso simbólico desses produtos pelas elites é um trabalho que vêm sendo feito por alguns pesquisadores, como o próprio Dietler. Entretanto, o que propomos aqui, para além de entender o funcionamento dessas sociedades, é pensar também como elas se articulavam, particularmente, em escala local. Isso porque imaginamos que as redes identificadas nesse processo alteram e são alteradas pelas redes mais amplas, como a rede mediterrânica, que se altera no século V a.C., influenciando redes locais, mas, ao mesmo tempo, sendo influenciada por elas. Se falamos em termos de orientalização, helenização, ou mesmo romanização, há o sentimento de que essas mudanças são unidirecionais e nos remetem aos modelos difusionistas de propagação da civilização. Entretanto, a lente da Teoria das Redes pode nos ajudar a entender que, ao menos em se tratando da época anterior ao Império Romano, o contato dos diferentes povos do Mediterrâneo com o sudoeste peninsular teria ocasionado fundações baseadas na integração e não na exclusão, conforme apontam Dietler e López-Ruiz:

“the impact on indigenous societies of these tiny clusters of alien traders and settlers was decidedly not based upon their capacity for military violence and colonization, which would have been rather limited, at least before the third-century BC Punic expansion into the Iberian interior and its Roman imperial aftermath. Rather, for the most part, these would have been precarious establishments that were based upon integration rather than exclusion and were dependent upon cultivating good relations with native peoples, or at least negotiating a toleration of their presence based on serving a useful role in supplying desired commodities and services ” (DIETLER; LÓPEZ-RUIZ, 2009, p. 302).

Logo, a palavra de ordem é integração. Dessa forma, a identificação de redes locais torna, digamos, obsoletos os termos “gaditanização” e “helenização”, uma vez que Cádiz, assim como outros agentes, não atuaram isoladamente. Ainda assim, como as cerâmicas importadas eram compartilhadas, em graus distintos, pelas comunidades locais, seu estudo pode ser usado para analisar os níveis de conectividade local. Nesse movimento metodológico, verificar-se-á, por exemplo, o papel de Cádiz nessa rede, mas não somente. Com ele passa a ser possível, também, identificar como as outras comunidades humanas atuavam, sem nenhum tipo de hierarquização. Colocados todos os assentamentos como nós de uma ou mais redes, e as modas cerâmicas assumindo o papel de “reformuladoras” das redes, em um processo de longa duração, formaliza-se um novo panorama de análises do espaço em questão.

Isso posto, podemos especular que, numa abordagem que pense as redes como ferramenta descritiva⁹⁹, as populações do sudoeste da península Ibérica recebem um primeiro afluxo de pessoas e produtos a partir do século VIII a.C., um período de formação de uma rede local com claras influências externas. Essa rede teria atingido seu auge de integração externa ao final do século V a.C. e por todo o século IV a.C., possivelmente fortalecendo os laços mais distantes. No século III a.C. observa-se um aumento da força dos nós em nível local e a diminuição da força dos laços mais longos, sem que eles fossem totalmente rompidos — os laços fortes localmente seriam representados, nesse esboço, pela cerâmica tipo Kuass, enquanto os laços longos seriam representados pela cultura material mediterrânica, que atinge seu ápice na primeira metade do século IV a.C. com a cerâmica ática de verniz negro. Precisamos atentar-nos agora para a próxima grande mudança pela qual essas redes passarão na geração seguinte de cerâmicas importadas que chegam à península Ibérica, as famosas campanienses universais.

3.7 As campanienses universais e as primeiras influências itálicas

É nesse contexto que um novo vasilhame importado se estabelece após o interstício dos séculos IV e III a.C. As chamadas “campanienses universais” chegam à Turdetânia no momento em que a disputa entre Roma e Cartago pela hegemonia do Mediterrâneo Ocidental se concretiza na península Ibérica. Todavia, as transformações provocadas pelos produtos que acompanham a expansão da presença romana são sentidas lentamente na produção local. Além do crescimento das importações de cerâmicas de verniz negro de centros produtores itálicos, é possível verificar que as produções locais, tanto no litoral próximo a Cádiz, quanto entre as populações do vale do Guadalquivir, adotam cada vez mais formas e ornamentos que fazem referência a esse vasilhame. Fica

⁹⁹ No capítulo seguinte, apresentamos a Teoria das Redes mais detalhadamente, com explicações mais aprofundadas de seus termos e diferentes abordagens metodológicas. Neste momento, entretanto, é necessário fazer uma rápida diferenciação dos possíveis usos da noção de redes. Malkin et al. (2007) identificam dois usos possíveis do conceito de redes: um descritivo e visto como conceito heurístico, mais comum entre os historiadores; e um uso mais técnico, metodológico, oriundo das ciências da natureza, mas cada vez mais aplicado às ciências humanas, tal com na arqueologia. O que propomos deste ponto em diante é um exercício descritivo, uma primeira pincelada a partir da ótica das redes, para que, no próximo capítulo, como anunciam Malkin et al. (2007, p. 2), possamos “to qualify networks, to understand their duration, function, scope, overlapping, and historical implications”.

ainda mais evidente o “traslado desde una tradición helenizante hacia el nuevo protagonismo mediterráneo de las manufacturas itálicas, aunque sin abandonar la referencia aportada por los principales centros púnicos del Mediterráneo central” (SÁEZ ROMERO, 2015, p. 53).

Nas fases 3 e 4 delimitadas por Villedary y Mariñas, apresentadas nas páginas anteriores, em especial na terceira, quando a produção e a exportação do vasilhame tipo Kuass atinge seu ápice, alguns tipos específicos se destacam, dentre eles¹⁰⁰ pratos de bordas moldadas (Forma I), tigelas com bordas pontiagudas (Forma X), pequenos saleiros com bordas entalhadas (Forma XI). Em se tratando de decorações, aumenta o uso de palmetas e linhas incisas, característica marcante dos produtos das olarias itálicas. Esses são alguns dos traços da produção itálica que influenciam a produção do sudoeste peninsular. Para entender melhor a relação entre a produção local e o conjunto de cerâmicas campanienses, vejamos alguns dos detalhes desse vasilhame.

Jean-Paul Morel, o pesquisador responsável pela organização e classificação das cerâmicas campanienses, também escreveu sobre as pré-campanineses. Isso porque as olarias que produziram as campanienses que se universalizaram nos séculos II e I a.C. já existiam nesse contexto anterior. Para tratar desses conjuntos que se inspiravam nas cerâmicas áticas, ele fez um intenso debate sobre imitações. Segundo o arqueólogo, podem-se verificar dois esquemas de imitação de cerâmicas de verniz negro: ou são “imitações-influências”, em que a produção toma emprestados de uma outra área produtora certos traços característicos, sem que haja plágio — a produção gaditana se encaixa nessa classificação —; ou são “imitações-falsificações”, em que os artesãos imitam fielmente as formas de outras olarias, e dificilmente se consegue distinguir original e cópia. Morel localiza o primeiro fenômeno no que ele considera regiões periféricas, como norte da África e península Ibérica, por exemplo¹⁰¹. Já a imitação-falsificação é verificada nas olarias da península Itálica, como as campanienses (MOREL, 1981, p. 515-516).

Baseando-se numa classificação preliminar feita por Nino Lamboglia nos anos 1950, que propuzera a divisão entre Campaniense A, Campaniense B e Campaniense C, Morel fez algumas adaptações e propôs uma nova organização. Em sua proposta, que

¹⁰⁰ Cf. tabela das formas em ANEXO A.

¹⁰¹ Na lógica de Morel, a produção “tipo Kuass” se encaixa no fenômeno de imitações-influências.

permanece a mais utilizada atualmente, em termos gerais, as cerâmicas Campanienses A são associadas à produção de verniz negro das olarias da baía de Nápoles, que surge ao final do século IV a.C. Trata-se da cerâmica de verniz negro encontrada em maior quantidade fora da Península Itálica entre 200 e 100 a.C. Tem como características uma pasta uniforme, de qualidade média, bastante padronizada, com uma tipologia escassa, predominando as formas abertas (PRINCIPAL; LACOMBA, 2013, p. 108-109). Seu verniz é de uma coloração azul-cinza brilhante. Ao longo do século III a.C. essa produção vai se padronizando e simplificando, em formas e decorações, quando, entre 180 e 100 a.C. atinge seu momento máximo de difusão pelo Mediterrâneo Ocidental, e também pelo Oriental (encontrada em quantidade significativa em Delos e Corinto, por exemplo), dominando por completo o mercado do período, inclusive na península Ibérica. Entra em declínio por volta de 40 a.C (PRINCIPAL; LACOMBA, 2013, p. 113-115).

Por sua vez, a chamada Campaniense C é considerada uma produção siracusana, mas suas principais olarias estão espalhadas na parte sudeste da Sicília. Sua pasta é feita de argila cinza, muito corriqueira nas produções de cerâmica comum da península Ibérica, e, portanto, facilmente confundida com produções locais em determinados contextos. Entretanto, é possível diferenciá-la das demais, pois no núcleo da pasta ela aparece com uma cor rosada, diferente da superfície, cujo tom é mais claro (PRINCIPAL; LACOMBA, 2013, p. 119). Seu verniz é de uma cor preta intensa, de consistência fina e que se desgasta facilmente (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001, p. 52). Dentre os três tipos que se universalizam no século II a.C., é o que chega em menor proporção à península Ibérica.

Por fim, a Campaniense B é a produção associada à Etrúria, que apresenta uma argila de boa qualidade, de coloração bege, depurada, dura e bem cozida, ganhando um som metálico. Seu verniz é bastante espesso, uniforme e liso (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001, p. 50). Se diferencia da Campaniense A em especial pelo seu repertório de formas, que não se inspira diretamente das cerâmicas áticas, mas sim em uma tradição local em que predominam os vasos de perfis retos e angulosos, com pés altos e moldurados pelo exterior (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001, p. 51). É interessante notar que os centros produtores da Campaniense B, ou Círculo B, não estão na Etrúria, mas sim espalhados pela costa do mar Tirreno.

Il s'agit d'un ensemble de productions étroitement apparentées entre elles, fabriquées essentiellement en Étrurie d'une part, en Campanie septentrionale d'autre part, à partir de la fin du III^e siècle, mais avec des antécédents remontant en Étrurie jusqu'au IV^e siècle, notamment à Volterra avec le 'Groupe de Malacena'" (MOREL, 2014, p. 327)

Assim sendo, trata-se de uma moda originária da Etrúria que se espalha por uma série de olarias que reproduziam, em particular, a aparência metálica, especialidade desse vasilhame. Entre os centros produtores, destaca-se Cales, na Campania setentrional, que é responsável por metade dos materiais exportados para o Mediterrâneo Ocidental entre o final do século III e a metade do I a.C, estando presente, na Andaluzia Ocidental, nos assentamentos costeiros e na hinterlândia das províncias de Huelva e Cádiz, além de poder ser encontrada no interior em Mesas de Asta, Sevilha e Itálica (Santiponce, Sevilla) (GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2010, p. 124).

O vasilhame itálico campaniense é contemporâneo aos últimos ciclos da produção local gaditana de tradição de verniz negro, a “tipo Kuass”. Entretanto, enquanto o auge desta é o século III a.C., a campaniense só começa a ser encontrada em grandes quantidades no sudoeste da península ibérica a partir do século II a.C. Essas duas modas acabaram por influenciar a produção de cerâmica comum, em especial a das comunidades turdetanas do médio e do baixo vales do Guadalquivir. Identifica-se uma quase “obsessão” dos artesãos locais por duas formas específicas: as páteras e as taças. Essas formas são também, numericamente, mais comuns entre as cerâmicas de tipo Kuass encontradas nesses assentamentos no mesmo período, ao longo do século II a.C. (SUÁREZ; GARCÍA VARGAS, 2015, p. 260). Maria José Suárez e Enrique García Vargas (2015) avaliam que tais formas, por sua vez, “são um substituto ou um reforço dos repertórios indígenas similar, com decoração pintada, formados, basicamente, desde fins do século IV a.C., por tigelas e pratos” (SUÁREZ; GARCÍA VARGAS, 2015, p. 260, tradução nossa).

Assim sendo, ao menos a nível popular, com relação à produção e ao uso de cerâmicas, poucas mudanças são possíveis de serem percebidas. Do século III a.C. em diante, notam-se algumas novidades nos hábitos culinários das populações mais próximas do litoral gaditano: a introdução do morteiro púnico e, no contexto da II Guerra Púnica, caçarolas e grandes pratos de tradição centro-mediterrânicas, que, por sua vez, indicariam o uso cada vez mais comum da fritura com azeite. Nas comunidades ribeirinhas do Guadalquivir esses produtos são encontrados com mais frequência a partir de finais do

século II a.C., em que “a influência púnico-gaditana, relacionada provavelmente à presença física de comerciantes e artesãos, é mais intensa, como nas localidades ribeirinhas do baixo Guadalquivir (Sevilla, Alcalá del Río, Itálica) ou na costa atlântica portuguesa (Castro Marim, Tavira, Faro, etc.)” (GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2010, p. 131, tradução nossa).

Retomando a descrição das redes como ferramenta, a cerâmica campaniense, a partir do século II a.C., parece reforçar os vínculos mais distantes enquanto os laços locais, representados pela cerâmica tipo Kuass, aparentam ter sua força diminuída. Ao final do primeiro milênio a.C., ao invés de uma situação nova, de uma grande revolução na integração dos povos do Mediterrâneo, temos a retomada de uma imagem muito parecida com aquela do século V a.C. Imaginemos que a ampla rede que lentamente se estabelece no Mediterrâneo entre os séculos VIII e IV a.C. é baseada na criação de laços longínquos que se fortalecem ao longo do tempo, mas sem nunca chegar a estabelecer conexões tão fortes quanto os laços locais. Colocado de outra forma, conjecturemos a possibilidade de esse período ser caracterizado pela existência de uma rede mediterrânica formada pela união de redes locais. Estas últimas seriam caracterizadas por laços fortes, que conectam os nós localmente. Aquela, mais ampla, formada pela junção dessas redes regionais a partir de laços fracos, que se materializam no compartilhamento da cultura material fenício-grega pelas comunidades locais. As redes locais, por sua vez, seriam evidenciadas pelo compartilhamento de práticas comuns e cotidianas dos povos locais.

Consequentemente, na passagem do século IV para o III a.C., o que vemos é o fortalecimento das redes locais com o surgimento das produções pré-campanienses — no caso do sudoeste peninsular, começa a ser produzida a cerâmica gaditana de tipo Kuass — em um movimento de formação de *clusters*¹⁰², conectados uns com os outros através dos laços fracos das importações. Nessa época, os vínculos fracos longínquos não se rompem, pois se verifica a manutenção do “gosto” por cerâmicas envernizadas. Entretanto, com o avançar das guerras púnicas e do aumento da hegemonia romana, a força dessas conexões de longo alcance começam a retomar o patamar do século V a.C., fortalecendo-se à medida que os vínculos locais se enfraquecem, e aquele aglomerado dá

¹⁰² Conjunto de nós aglomerados em laços fortes.

lugar a uma nova rede, com os vínculos de longa distância fortalecidos quase na mesma proporção que os locais.

Não obstante, visto dessa forma, tudo parece indicar, para os pesquisadores com os quais temos tido contato, que a máxima criada pelo professor Norberto Guarinello, de que o Império Romano é “um longo momento, num processo mais vasto de integração de sociedades humanas no tempo e no espaço” (GUARINELLO, 2010, pp. 119), ecoa nas questões relacionadas à produção, reprodução e consumo das cerâmicas no espaço do sudoeste da península Ibérica. Entretanto, algumas das hipóteses desses pesquisadores reforçam a visão de que houve uma romanização a partir do século II a.C., evidenciada por um contingente cada vez maior de emigrados da Itália demandando produtos de tradição itálica, e nos séculos I a.C. e I d.C., comprovada pelo aumento percentual dos achados de peças importadas em contextos claramente de populações locais. Nesse momento já se verifica o predomínio das cerâmicas de *terra sigillata* itálicas. Ao mesmo tempo em que avança a regulamentação dos canais de suprimento militar e civil, da aquisição de cidadania por comunidades inteiras, observa-se, também, uma regularização do repertório cerâmico produzido, que se provincializa ao longo da época julio-claudia. Uma produção local da península Ibérica bastante comum entre os séculos I a.C. e II d.C., conhecida como “tipo Peñaflor”, tida como imitação das *terra sigillata* itálicas, são encaradas, nessa lógica de romanização, não como mais um produto de imitação, mas sim, como a face local de uma produção romana (GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2015, p. 363)

É perceptível na cultura material existente o afluxo contínuo de italianos e romanos no sudoeste peninsular, denominada Hispania Ulterior naquele momento. Ainda que não possamos nos referir a uma presença massiva desses imigrantes antes de 44 a.C., “é correto pensar em termos de uma presença significativa ou influente, particularmente se considerarmos os filhos e descendentes de uniões mistas” (HALEY, 2003, p. 19, tradução nossa). Além disso, a existência dos conventos *civium romanorum* (comunidades informais de romanos e italianos) na maioria das grandes comunidades nativas da Ulterior é um elemento importante a se considerar. Já nas áreas rurais, do período do principado em diante, a natureza das habitações muda significativamente, e uma desnucleação de alguns assentamentos nativos pode ser observada. Trata-se de um processo que já era perceptível desde os últimos momentos do período republicano, em

que os habitantes desses assentamentos cada vez mais optam por morar em estabelecimentos rurais isolados próximos a terras mais produtivas (HALEY, 2003, p. 187).

Em outras palavras, aquilo que é identificado como romanização é, primeiramente, a presença da cultura material itálica (de tradição mediterrânea), encontrada, substancialmente, em assentamentos onde há elevado número de imigrantes. Em segundo lugar, consideram-se também as transformações jurídicas e a reorganização administrativa, que causaram grandes mudanças, principalmente com relação ao recebimento de afluxos comerciais e populacionais, além, com efeito, do importante debate acerca da concessão de cidadania romana¹⁰³. E, por fim, a noção de romanização está atrelada à incorporação pelas elites locais de hábitos derivados da influência romana, especialmente, aqueles relacionados à comensalidade. Com a ressalva de que é bastante difícil identificar se se tratava de locais adotando novos hábitos, ou de imigrantes que se misturaram de tal maneira às populações locais que já não se pode mais chama-los de imigrantes.

Infelizmente não poderemos nos aprofundar em todos esses pontos neste texto. Todavia, aquele que mais nos interessa, a questão da produção e do consumo da cerâmica, é particularmente suscetível a novas abordagens. Se, como propusemos, a abordagem pelas redes pode fornecer outro panorama para esse processo que denominamos “romanização”, acreditamos que o confronto da realidade da cultura material com outras documentações pode gerar resultados particularmente interessantes.

3.8 Conclusão

Este capítulo ambicionou, primeiramente, apresentar um panorama das importações e das produções cerâmicas no sudoeste da península Ibérica. Em seguida, mostramos que, com um movimento simples de apropriação das nomenclaturas e da maneira de pensar oriundas da Teoria das Redes, o panorama interpretativo desses conjuntos cerâmicos pode apresentar outra faceta, e alguns dos vícios de análise podem, com isso, começar a ser superados. O passo seguinte, dado no próximo capítulo, é a

¹⁰³ Ver nota 74 do capítulo 2 a respeito de Balbo e do debate sobre sua cidadania romana, defendido por Cícero em julgamento ocorrido por volta de 56 a.C.

verificação sobre as imagens das redes aqui apresentadas se manterem ou não quando utilizamos o aparato teórico específico da Teoria das Redes.

Parece-nos, contudo, necessário retomar alguns pontos e enfatizá-los uma vez mais — por exemplo, o fato de as imitações de conjuntos cerâmicos terem se iniciado em um contexto púnico, em especial na baía de Cádiz, onde a população local teria mostrado uma predisposição maior em aceitar as modas formais e os hábitos de consumo de raiz helenística. Desde o século VII a.C., as cerâmicas de verniz fazem parte do repertório de importações das populações que ocupavam este espaço que nos é caro. É possível afirmar que havia sim uma demanda por esse tipo de vasilhame, para que suas peças fossem usadas tanto em contextos de alimentação quanto em ritos funerários. De maneira ininterrupta o desejo por essa moda se mantém, mudando, porém, as formas e as origens dos produtos. Somente no século IV a.C. observa-se a primeira grande transformação nessa longa história, com o início de uma regionalização da produção de cerâmicas envernizadas, que, desse momento em diante, ganha um caráter de “semiluxo”, isto é, as peças produzidas localmente, que imitavam as antigas importações, passam a ser encontradas em contextos domésticos em maior quantidade, denotando um uso mais frequente e regular pelos povos que as consumiam. Portanto,

“si consideramos los repertorios de imitación desde el punto de vista funcional, como servicios de mesa y no como formas aisladas, la conclusión que parece imponerse es que a pesar de la presencia romana, las formas de servir en la mesa los alimentos y el carácter mismo de esos alimentos se mantuvieron en el seno de viejas tradiciones mediterráneas de las que la local no fue más que una recién llegada. La única “ruptura” documentable en los servicios de mesa es la sustitución del plato Lamb. 23, de larga tradición en los repertorios fenicio-púnicos y turdetanos (aunque como se ha dicho probablemente es una forma ática en origen), por escudillas tipo Lamboglia 5/7 (y sus derivadas Niveau IX - F 2255-2256 y F 2632/F 2282) a partir de los años finales del siglo II a.C. o los iniciales del I d.C., un momento en el que la influencia romana a nivel formal y tecnológico parece intensificarse sin salir de dicha tradición cultural y culinaria.” (GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2015, p. 357)

Levando em consideração afirmações desse tipo, fica difícil entender o uso da ideia de romanização, como se a presença de produtos de tradição itálica fosse novidade e não parte de uma longa tradição. Propomos, pois, que a rápida aquisição, por parte da população local, de técnicas e morfologias de influência italianas não seja encarada como “índice de um processo de assimilação cultural” (GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2015, p. 362), mas sim como um forte indício do avanço de um processo de integração a uma maneira de viver própria dos povos que habitavam as margens do mar

Mediterrâneo. Até meados do século I d.C., identifica-se um caráter bastante híbrido das produções, havendo influências itálicas, púnicas e turdetanas, evidenciando um ambiente de enorme variedade étnica e cultural, sem necessariamente haver a predominância da produção de cada grupo étnico. Ao nosso ver, uma proposta desse tipo, que tira o peso excessivo de Roma, Cartago, Atenas, Oriente, entre outros, gera, por sua vez, uma visão mais plural desse processo, indicando, por um lado, uma possível agência maior das populações locais ao se integrarem e/ou resistirem¹⁰⁴, e, por outro, um papel menos impositivo e menos centralizador de Roma.

Como já apontado anteriormente, Rouillard observa que o espaço que estudamos é rico em contatos de povos distintos, com culturas materiais distintas, que, no entanto, compartilham muitas práticas sociais. Esse contato não só é rico em diversidade, mas também em antiguidade. As elites das comunidades do sudoeste da península Ibérica, aparentemente, sempre aderiram às modas mediterrânicas. A identificação de algumas peças de origem grega importadas encontradas em pequenos “tesouros” das tumbas principescas datadas entre os séculos IX e VII a.C. (CABRERA, 1985, p. 53), é um indicativo dessa relação bastante antiga, que remete aos primeiros momentos da reconstrução dessa rede mediterrânica que se formava após o colapso das sociedades do Bronze. De acordo com o que vimos ainda no capítulo 1, arqueólogos como Pellicer Catalán (1976) têm analisado esse período dito orientalizante como sendo uma espécie de interstício material, em que uma elite local adota uma série de elementos estrangeiros para se diferenciar do restante da população. Nesse mesmo raciocínio, defende-se que essa elite principesca é substituída por uma guerreira, habitante de centros urbanos fortificados, que dominam comunidades socialmente mais complexas, a partir do século V a.C. A ascensão dessa sociedade turdetana é calcada na mescla de formas materiais “importadas, fundamentalmente, dos fenícios colonizadores do s. VIII a.C., com algumas contribuições do mundo grego e certas influências intermitentes do mundo atlântico e da Meseta” (PELLICER CATALÁN, 1976b, p. 21, tradução nossa). Escacena Carrasco (1989) interpreta essas mudanças como sendo uma retomada, por parte da nova

¹⁰⁴ Nas palavras dos próprios autores, García Vargas e García Fernández: “El volumen de producción y su perduración en el tiempo demuestran la existencia en estos momentos incipientes de la polis gadirita de un tejido industrial consolidado, versátil y abierto a las influencias foráneas, así como una demanda social cuya sofisticación irá en aumento, adaptándose a los gustos y modas imperantes en cada momento, si bien manteniendo al mismo tiempo una fuerte personalidad, que será aún más intensa si cabe conforme nos adentramos en las tierras interiores de Turdetania” (2015, p. 360).

elite guerreira, de costumes que, ao mesmo tempo, as vinculava cultural, étnica e linguisticamente aos grupos indo-europeus que habitavam a costa atlântica (ESCACENA CARRASCO, 1989, p. 437), e as diferenciava das antigas elites tartéssicas “orientalizadas”. Esse cenário se encaixa perfeitamente naquele esboço de rede que mencionamos anteriormente, a qual evidenciava o início de uma concentração dos laços locais após quase três séculos do estabelecimento das redes mediterrânicas que conectavam essas redes locais. Os laços mais distantes representados pelas modas estrangeiras parecem, ao nosso ver, diminuir de força, algo que buscamos verificar mediante o aparato metodológico da *teoria das redes*, conforme apresentamos no capítulo subsequente, uma vez que essas elites passam a valorizar cada vez mais cerâmicas produzidas localmente — sem, no entanto, abandonar completamente as importações. Os hábitos cotidianos, por outro lado, demonstram que há um processo de seleção bastante intenso, pois, em especial no interior, os objetos importados não se popularizam amplamente.

Essa barreira cultural, entretanto, é quebrada pelo vasilhame tipo Kuass, de produção e consumo regionais, que, inspirado em uma moda estrangeira, se populariza, inclusive nas comunidades distantes da costa, como cerâmica de semiluxo. Para além do centro produtor, o chamado primeiro círculo de produção, que abarca parte dessa população turdetana, evidencia que a moda mediterrânica, embora mediada por artesãos locais, continua presente no cotidiano dessas comunidades, mantendo, assim, os laços mais distantes. Por outro lado, vemos crescer a força dos laços da rede local, à medida em que as produções locais vão se tornando cada vez mais parecidas, com as cerâmicas comuns adotando formas típicas dos vasilhames de verniz negro, em especial o campaniense.

Eis a vantagem dos estudos em redes: ao horizontalizar a análise, há um equilíbrio dos agentes no processo de integração identificado. Em um estudo mais aprofundado, pode-se, inclusive, indicar os papéis desempenhados por todos os agentes das redes analisadas. Assim, não negamos, portanto, o papel essencial da ceramologia nos estudos arqueológicos espanhóis, especialmente importantes nas datações dos sítios, nos debates sobre etnogêneses, nos estudos das culturas materiais que se estabeleceram naquele território, entre outros. Nossa questão, porém, é com as abordagens de difusão das produções cerâmicas. Mesmo a proposta de círculos de Villedary e Mariñas, canônica nos últimos anos, apresenta seus limites: ela descreve perfeitamente a produção, e,

talvez, inclusive dê conta de pensar alguns elementos relativos ao consumo da cerâmica tipo Kuass. No entanto, sua proposta faz pouco sentido se pretendemos analisar os contatos entre as várias comunidades que produziam e consumiam esse vasilhame. Consequentemente, abordagens desse tipo não são as mais adequadas para estudos que pretendam, como é o caso do nosso, analisar os processos de integração. Logo, se o objetivo é diferente, a abordagem também precisa ser.

Por fim, se ao horizontalizar a análise colocamos em xeque conceitos como orientalização, helenização e gaditanização, o mesmo se aplica à romanização, mas por um viés diferente. Como vimos anteriormente, o argumento para a ideia de romanização é quantitativo: apesar de os vasilhames campaniense e de *terra sigillata* pertencerem à tradição mediterrânica de produções envernizadas, esses produtos estão percentualmente muito mais presentes nas comunidades do sudoeste peninsular do que os conjuntos anteriores. Nessa lógica, tal fato estaria diretamente relacionado à presença física de imigrantes da península Itálica construindo novas cidades ou coabitando centros urbanos pré-existentes. No vale do Guadalquivir, especialmente nas regiões próximas à Sevilha, as *villae* aparecem como “elemento articulador” do território nos momentos finais do século I a.C., muito em função da construção de colônias conduzidas por César (GARCÍA VARGAS, 1996, p. 56).

Primeiramente, o que nos causa estranheza é essa mesma lógica não ser aplicada, por exemplo, à presença fenícia, que cria uma série de assentamentos coloniais a partir do século VIII a.C. no litoral daquele espaço, e não se fala em “fenicização” apesar das similitudes dos dois processos. Ademais, a ênfase na análise quantitativa exclui a possibilidade de olharmos para o processo como um todo. Assim sendo, não desejamos afirmar que se trata da história se repetindo e os romanos fazendo as honras da farsa. Muito pelo contrário: a lógica que pretendemos imprimir aqui é de acumulação de trabalho morto, de um longo processo de integração do qual o império romano é parte, e não o único responsável (GUARINELLO, 2013, p. 54).

Para isso, começamos a introduzir neste capítulo os primeiros movimentos da aplicação da Teoria das Redes. O passo seguinte é, no capítulo subsequente, sair do uso descritivo das redes e passar para seu desenho concreto. Isso é feito por meio da comparação das formas dos vasilhames importados pelas comunidades do sudoeste peninsular. Nesse sentido, importa menos a quantidade de material encontrada em um sítio arqueológico e mais as práticas e os hábitos compartilhados entre dois ou mais

grupos. Para que uma análise desse tipo faça sentido, é necessária uma visão de longa duração, de um processo em que redes são formadas, modificadas, reagrupadas e reorganizadas. Com isso, a qualidade dos contatos é mais relevante do que a quantidade de cultura material difundida.

Nesses termos, se romanização é igual a “mais cultura material”, não há o que discutir: quanto mais objetos de determinada procedência, maior é o processo de aculturação. Entretanto, ao verificarmos um processo mais amplo de práticas compartilhadas, a rede proveniente dos produtos que, tradicionalmente, são vistos como índices de romanização, torna-se uma rede nova, reestruturada e reorganizada de tal maneira que um novo espaço possa ser descrito e analisado, desfazendo-se da necessidade de haver sempre um centro que articula todos os âmbitos da sociedade.

4 AS CERÂMICAS IMPORTADAS PELAS COMUNIDADES DA TURDETÂNIA NA SEGUNDA METADE DO PRIMEIRO MILÊNIO A.C. PELO VIÉS DA TEORIA DAS REDES

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
(MELO NETO, 1966)*

4.1 Considerações iniciais

Cada vez mais, nós pensamos a partir das redes, seja em razão da rede mundial de computadores ter se tornando uma extensão de nosso cotidiano, seja devido à crescente influência das redes sociais virtuais em nossa sociedade. Hoje em dia, dos algoritmos determinando o que vamos jatar, às eleições sendo decididas por disparos em massa de notícias falsas (RECUERO; GRUZD, 2019), nossa existência depende cada vez mais de entendermos à quais redes estamos ligados. Além disso, no mundo em que vivemos, a palavra de ordem é “conectividade” — tanto para enaltecê-la quanto para demonizá-la. Usar o campo semântico relativo a redes é gradativamente mais empregado em reportagens, canções, propagandas, filmes etc., e isso só é possível pois se tornou típico de nosso *zeitgeist* usar o modelo mental das redes. Em outras palavras, o sucesso dessa forma de pensar em redes advém do fato de vivermos em um mundo que parece ficar cada vez menor, mais conectado e, ao mesmo tempo, mais pobre, mais desigual e mais violento. Nesse sentido, vemos crescer o interesse por esse assunto, em especial, na academia. Na ciência histórica, observa-se cada vez mais o desenvolvimento de pesquisas que procuram articular histórias locais a processos históricos mais amplos, que se conectam a outras realidades, em busca de explicações mais completas para determinados fenômenos.

Podemos ver e pensar sobre as coisas como se fossem nós que se conectam entre si, “como se juntássemos pontos em um mapa” (MALKIN, et al, 2009, p. 2). Essa capacidade de pensar em redes, de fazer uso de um campo semântico das conexões, está

bastante associada a um uso descritivo da ideia de rede, mais próximo da formação de mapas mentais. Esse emprego de sentido de rede descritiva pode ser identificado em vários trabalhos historiográficos. Na obra prima de Fernand Braudel, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II*, o famoso mar interno não é só o palco em que os vários tempos da história podem ser observados e analisados, mas também é tido como um espaço entrecortado por redes de trocas de mercadorias e mercadores (BRAUDEL, 1995, p. 817), redes de prestamistas (BRAUDEL, 1995, p. 723), redes de comunidades religiosas (BRAUDEL, 1995, p. 804), entre outras. No trecho a seguir, retirado da obra póstuma *The Mediterranean in the Ancient World* (2001), o uso da ideia de redes fica ainda mais evidente:

“But in the long run, these caravan routes created a fantastic network of connections reaching out to sub-Saharan Africa and the primitive gold-panning of the Senegal and Niger rivers, or the great civilizations bordering the Red Sea, the Persian Gulf and the Indian Ocean, the sites of the earliest experiments in ceramics, metal-working, jewellery, perfumes, miraculous medicines, spices and strange foods”. (BRAUDEL, 2001, p. 16)

Não há uma preocupação clara em definir se essas conexões podem ser de alguma forma medidas ou em verificar se a rede que ele observa apresenta nós em que essas caravanas passam mais vezes tornando essa localidade mais relevante para a troca de um ou mais produtos. Para Braudel, a possibilidade de estas ou de outras preocupações poderem se desdobrar em outras questões, em função de um uso mais instrumental da ideia de rede, praticamente inexistente. Isso não significa, todavia, que há um problema metodológico com a obra do historiador francês. Apenas chamamos a atenção para o fato de metodologias com essas e outras motivações serem relativamente novas nos estudos historiográficos. Além disso, é importante ressaltar que há um espectro de possibilidades de uso, da tentativa de se apropriar de uma noção corrente de rede, sem preocupação de definições específicas (como é o caso de Braudel e de outros historiadores), passando por tentativas de adaptação de um linguajar técnico importado das ciências das redes (casos de Irad Malkin e Michael Sommer, que serão apresentados em seguida), até tentativas evidentes de aplicar metodologias específicas, em especial as da sociologia e da antropologia, aos diferentes objetos históricos.

Sobre esse tema, o arqueólogo Carl Knappett (2011) identifica um processo de transição do pensamento em redes para a análise das redes nas ciências humanas como

um todo. As diferentes áreas que vêm desenvolvendo metodologias de estudos de redes privilegiam abordagens interdisciplinares e aproximam campos do conhecimento que, tradicionalmente, pouco dialogam. As aplicações e os usos possíveis da teoria das redes têm permitido que pesquisadores atravessem algumas fronteiras entre diferentes disciplinas, sempre em busca de abordagens mais estruturais. O sociólogo Allen Barton é lembrado por Linton Freeman no livro *The development of social network analysis* para apresentar a metáfora do moedor de carnes e defender abordagens desse tipo:

For the last thirty years, empirical social research has been dominated by the sample survey. But as usually practiced, using random sampling of individuals, the survey is a sociological meatgrinder, tearing the individual from his social context and guaranteeing that nobody in the study interacts with anyone else in it. It is a little like a biologist putting his experimental animals through a hamburger machine and looking at every hundredth cell through a microscope; anatomy and physiology get lost, structure and function disappear, and one is left with cell biology.... If our aim is to understand people's behavior rather than simply to record it, we want to know about primary groups, neighborhoods, organizations, social circles, and communities; about interaction, communication, role expectations, and social control. BARTON (1968), apud FREEMAN, 2004, p. xii)

Os trabalhos de sociologia que vêm resgatando a abordagem por redes estão preocupados em entender as estruturas sociais às quais os indivíduos estão ligados, sem, entretanto, deixar de lado a agência destes, isto é, suas preferências inatas e suas características pessoais (WATTS, 2004, p. 72). É bastante compreensível que, dentre as ciências das humanidades, tenha sido exatamente na sociologia que o uso da teoria das redes prosperou primeiramente. Ainda que se possam traçar os primeiros estudos de redes complexas na matemática, desde ao menos os trabalhos de Euler e suas descobertas que levaram à análise matemática de grafos (NEWMAN, 2010, p. 78), a teoria das redes é incorporada pela sociologia, como método amplamente aceito, desde os anos 1950. Desse período em diante, especialmente em Harvard, sociólogos e antropólogos começaram a usar com mais frequência metáforas de “tecido” e “teia” para retomar o conceito de Radcliff-Brown sobre “estrutura social” (SCOTT, 2000, p. 4). Esses primeiros esforços analíticos geraram um tipo de abordagem conhecido como Análise de Redes Sociais, ou *Social Network Analysis*, SNA. Desde os anos 1960, todavia, essa ferramenta metodológica desenvolvida e usada por cientistas sociais tem dado grandes saltos qualitativos, com conceitos e categorias analíticas ganhando precisão terminológica e metodológica. Nesse sentido, é importante destacar os trabalhos de Stanley Milgram e

seu estudo sobre a “teoria dos seis graus de separação” (1967), Mark Granovetter e suas contribuições sobre a força dos laços fracos (1983), e, mais recentemente, o trabalho do sociólogo Duncan J. Watts e do matemático Steven Strogatz (1998) sobre as evidências matemáticas para a “Teoria do Mundo Pequeno” (“Small World Theory”).

Carl Knappett — especialista em mundo grego do período arcaico — alerta-nos para o problema da falta de *agência* em alguns trabalhos desse tipo, uma vez que as estruturas, em vez dos agentes, é que tendem a ser enfatizadas quando se usa a SNA. Isso acontece quando a variação das redes não é considerada. Variações como crescimento e dinâmica das redes são elementos cruciais nas análises delas. Em outras palavras, tempo, espaço e trocas são muito importantes em abordagens dessa natureza. Knappett propõe que tenhamos em mente que essa teoria explica as interações e as mudanças ao invés de simplesmente descrevê-las. Para isso, ele insiste que devemos buscar as causas para as transformações das redes. Assim sendo, podemos encontrar essas causas nas interações entre protagonistas humanos e não-humanos em redes sociomateriais de épocas distintas (KNAPPETT, 2013).

De acordo com Knappett (2011), o pensamento em redes é o mais eficaz para se analisar a relação entre pessoas e objetos. Para ele, os modelos de redes são a forma mais poderosa de acessar explicitamente a conectividade entre entidades diferentes, humanas e não humanas (KNAPPETT, 2011, p. 8). Portanto, se a proposta deste capítulo é entender o processo de integração a partir de um determinado aspecto da cultura material, no caso a produção cerâmica, o uso da metodologia da SNA é justificado.

Esse breve histórico nos mostra que, para os pesquisadores interessados na teoria das redes, a análise das estruturas está no primeiro plano. Para a sociologia, o importante é a análise das estruturas das redes resultantes de conexões que podem ser completamente reconstruídas — são comuns, por exemplo estudos sobre amizades em escolas, sobre os laços entre diretores de instituições financeiras, amizades por correspondência etc. (KNAPPETT, 2013, p. 7). Para outras disciplinas das humanidades, como a História e a Arqueologia, as conexões não são tão aparentes, e é necessário que os pesquisadores, antes de tudo, reconstruam-nas. Isso deve ser feito levando-se em consideração um aspecto que pouco preocupa sociólogos acostumados com a SNA: primeiramente, os

aspectos geográficos das redes relacionais que se buscam analisar¹⁰⁵; em segundo lugar, especificamente para a arqueologia, a cultura material é o “componente crítico em suas redes, na maioria das vezes definindo conexões e nós com base no compartilhamento de atributos da cultura material ou no movimento de commodities entre uns e outros” (KNAPPETT, 2013, p. 8, tradução nossa).

Se na sociologia e na antropologia essa metodologia é uma realidade, nos estudos clássicos é um campo ainda em construção. “A análise das Redes Sociais enfatiza a importância das relações entre entidades sociais e examina os padrões e as implicações dessas relações” (MALKIN et al, 2009, p. 3, tradução nossa). Essa frase pode ser encontrada no prefácio para o 22º volume da *Mediterranean Historical Review* (“Networks in the Ancient Mediterranean”), dedicada exclusivamente aos estudos que lidassem como SNA e Antiguidade. A compilação foi editada por Irad Malkin, Christy Constantakopoulou and Katerina Panagopoulou, e posteriormente transformada no livro *Greek and Roman Networks in the Mediterranean*. Trata-se de um conjunto de pesquisas em História Antiga que usavam, de formas distintas, as ideias de redes. Seus editores, além de encorajarem pesquisas desse tipo, ressaltaram que nós, classicistas, precisávamos ir além das redes descritivas, isto é, devíamos “qualificar as redes (estudadas), entendendo sua duração, sua função, seu alcance, suas sobreposições, e suas implicações históricas” (MALKIN et al, 2009, p. 2, tradução nossa).

Podemos dizer que, nos termos de Thomas Kuhn (2010), estamos vivenciando uma mudança de paradigma nos estudos da Antiguidade. Os trabalhos sobre Mediterrâneo escritos por Fernand Braudel e por Peregrine Horden e Nicholas Purcell influenciaram uma geração de pesquisadores e criaram um ambiente propício para a emergência dos estudos das redes na História Antiga. Malkin afirma que

It is driven from the need to understand both ‘Mediterranean’ and social structures, to analyze the factors that determined their shape and the flow of communication within them, and ultimately to understand the motors that led to transitions towards new structures” (MALKIN et al, 2009, p. 6).

Irada Malkin é um dos maiores entusiastas do uso da SNA para análise da Antiguidade. Seu livro *Small Greek World* — uma tentativa de analisar a formação do

¹⁰⁵ Não é possível ignorar as distâncias, localizações, terreno etc, portanto, todos esses aspectos devem ser considerados na hora de se analisarem os dados reunidos.

que ele chama de “Civilização Grega” antes do período Clássico pelo viés da formação de uma rede mediterrânica de cidades — é, talvez, o melhor exemplo de aplicação desse método em nossa área. Para ele,

the eighth century started the process of transforming disparate maritime cultures into a Mediterranean civilization based on ties among mostly city-oriented nodes. Phoenicians, Greeks, and to some degree Etruscans were founding new settlements, thus signaling a social and political model diametrically opposed to what the far more affluent ancient Near East had to offer (MALKIN, 2011, p. 22).

O interessante na proposta de Malkin é que tanto sua definição de rede histórica quanto sua proposta analítica se adequam muito bem ao contexto de nosso trabalho, uma vez que a narrativa que ele constrói — de sincretismos entre gregos e fenícios — se aproxima bastante daquela que temos verificado para o sudoeste da península Ibérica; e a metodologia por ele utilizada serviu como inspiração para a adequação metodológica que desenvolvemos. Sobre esta última, ele estipula o seguinte trajeto metodológico: I) devemos identificar e delimitar uma rede histórica; II) em seguida, entender suas características; III) na sequência, é preciso “localizar os problemas que podem ser mais bem trabalhados com a abordagem pelas redes”; IV) por fim, devemos examinar as implicações de uma abordagem pelas redes no objeto estudado (MALKIN, 2011, p. 25, tradução nossa).

O autor vê como uma vantagem da teoria das redes o fato de se poder analisar um objeto já bastante estudado, como a identidade grega no período arcaico (ou, no nosso caso, debater as propostas de “helenização”, “gaditanização” ou ainda “romanização” no sul da península Ibérica), e ainda assim encontrar algo que outros historiadores deixaram passar. Dessa forma, ele se mostra capaz de analisar a experiência colonial das *polis* gregas, entender os mapas cognitivos desse povo, e compreender que é a distância o que aproxima todos os integrantes dessa rede. Ou, nas palavras do próprio autor,

“I believe that colonization informed and strengthened the nascent idea of Greekness primarily because the initial colonial experience was similar and common, and its initial problems and solutions were quickly copied among colonies that had different origins and were at great distances from each another” (MALKIN, 2011, p. 63).

Por trás desse trecho e de boa parte da argumentação desse autor estão dois conceitos muito caros à SNA, sobre a força dos laços fracos e a formação de mundos

pequenos. Como o próprio nome do livro de Malkin informa, sua tese é de que a civilização grega poderia ser vista como um mundo pequeno (*Small World*)¹⁰⁶, isto é, uma rede em que, contrariando o senso comum, todos seus nós estão conectados, ainda que, aparentemente, distantes. Dentro do paradoxo do mundo pequeno destacam-se os laços fracos, isto é, o que mantém as redes conectadas não são laços fortes entre os nós, aqueles que ajudam a criar aglomerados dentro das redes, mas sim as conexões fracas entre alguns dos entes dessas redes que acabam por ligar os vários *clusters* (conjunto de nós conectados por laços fortes) que se formam. Trazendo o debate para a análise de Malkin, as metrópoles e as colônias apresentavam laços cada vez mais fracos à medida que aumentavam as distâncias geográficas entre elas, o que leva o autor a presumir que era justamente a distância, portanto os laços fracos entre os gregos, que reforçava sua *greekness*, pois o que reforçava esse sentimento de pertencimento à identidade grega era, com efeito, o movimento de colonização, que afastava geograficamente os gregos. Para Malkin é nesse momento que se observa a origem da civilização grega. Nas palavras desse pesquisador,

A new kind of "Greek" convergence around the ancient Mediterranean came about because of the great number of settlements, the relatively short time in which they were established, and their wide-ranging geographical horizons. It is the distance that creates the virtual center. The longer one stretches the connecting cables, the thicker they become. The farther the shores of these maritime settlements, the closer Greeks felt toward one another, as the ritual investment in Panhellenic sanctuaries expressly indicates" (MALKIN, 2011, p. 54).

Ao identificar essa rede, Malkin observa alguns sincretismos entre as experiências coloniais de gregos e fenícios, tais como: ambos se desenvolveram em uma rede

¹⁰⁶ O paradoxo do mundo pequeno nasceu com Stanley Milgram, que, nos anos 1960, conduziu um experimento com envio de cartas: seu método envolveu escolher pessoas aleatórias em determinadas cidades dos EUA e pedir que elas enviassem uma carta para uma pessoa escolhida por Milgram que morava em Massachusetts; caso a pessoa conhecesse o alvo, deveria enviar a carta diretamente para o alvo; do contrário, deveria remetê-la para uma outra pessoa que ela conhecesse que pudesse conhecer o alvo. Dentre as centenas de cartas enviadas, o número máximo de pessoas necessárias para que a carta atingisse seu alvo, independentemente da cidade de onde ela saía, era seis. Milgram chegou à conclusão de que, nas sociedades humanas, seus membros não estavam a mais de seis graus de distância entre si. Dessa experiência nasceu uma série de conjecturas — desde pesquisas que tentavam provar que o experimento de Milgram estava errado (todas falharam nesta tarefa) a brincadeiras em *sites* nos primórdios da internet que mostravam que todo mundo em Hollywood estava ligado de alguma maneira ao ator Kevin Bacon. O que Milgram tinha como premissa motivadora desse experimento era a tentativa de compreender o que fazia com que essa sensação de que o mundo era muito pequeno fosse de fato real — em outras palavras, o que mantinha as redes conectadas.

mediterrânica em que portos e litorais se relacionavam em uma rede marítima de conexões que existia desde, ao menos, o século VIII a.C., e que se tornara proeminente no VI; ambos desenvolveram uma cultura política de cidades-estados; eles vivenciaram iniciativas similares de fundar novas cidades-estados em terras além-mar; além disso, tiveram em comum um contexto de religião politeísta maleável e intercambiável (MALKIN, 2011, p. 130). Portanto, Malkin argumenta que qualquer trabalho que tenha como objetivo analisar as redes mediterrânicas do primeiro milênio precisa levar esse sincretismo em consideração.

Assim como Irad Malkin, Michael Sommer propõe um jeito de pensar as experiências coloniais fenícias a partir das redes. Em artigo intitulado “Networks of commerce and knowledge in the iron age: the case of the Phoenicians” (2009), ele expõe que o paradigma das redes é o mais apto para explicar a gênese da diáspora comercial fenícia no Mediterrâneo e sua gradual transformação em um império informal dominado por Cartago (SOMMER, 2007, p. 102). O autor aponta a existência de uma rede mediterrânica aberta, que, por conta do seu dinamismo, levou ao surgimento da proeminência de Cartago sobre várias partes do Mediterrâneo Ocidental. Sommer argumenta que devemos olhar através dessas redes e suas dinâmicas, em particular, para pensar como informações, pessoas e matérias fluíam nela e como os laços existentes favoreciam a criação de novos laços. Sua conclusão é de que, por volta do século V a.C., houve uma completa remodelação do sistema mediterrânico, “pela qual o Oeste foi largamente beneficiado — não somente Cartago, mas a longo prazo Roma, também” (Sommer, 2009, p. 101, tradução nossa).

Esses dois textos são, em nossa visão, os trabalhos de historiadores de Antiguidade que mais perto chegaram de aplicar a Análise das Redes Sociais aos seus temas. Entretanto, um problema que podemos identificar neles é exatamente a aplicabilidade ser feita no tema e não nos objetos. Ainda que o vocabulário e mesmo parte da metodologia por eles utilizados sejam declaradamente extraídos da SNA, falta um aspecto importante nessas análises, que é o difícil trabalho de analisar as fontes por esse viés.

É nos trabalhos de arqueologia que encontramos tentativas de analisar a documentação disponível através da lente das redes sociais. Aqui novamente tomamos os escritos de Carl Knappett como guia. Esse autor defende a utilização do aparato

metodológico da análise das redes sociais na arqueologia como uma tentativa de superar os problemas de método que veem a distribuição da cultura material de maneira radial, pois isso implica que a influência e os recursos irradiam uniformemente dos locais (KNAPPETTT, 2011, p. 5). Trata-se de uma suposição amplamente aceita na arqueologia, mas que traz alguns problemas associados, em particular, às questões espaciais e relacionais entre grupos distintos. A abordagem pelas redes, por sua vez, não implica, necessariamente, direcionalidade, isto é, ela ajuda a nos afastarmos da noção de centro e periferia. Além disso, “seu uso não nos obriga a desenhar fronteiras, zonas ou territórios baseados em informações limitadas”, e, portanto, “as abordagens podem ser relacionais e/ou espaciais, de tal forma que elas não sucumbam necessariamente à crítica do determinismo espacial ou social” (KNAPPETT, 2013, p. 6, tradução nossa).

Diferentemente de outras disciplinas, a arqueologia tem o espaço e a cultura material como elementos centrais da construção de suas redes, e está constantemente definindo conexões entre os nós baseando-se em atributos de cultura material compartilhada ou em movimentos de produtos de um nó para o outro (KNAPPETT, 2013, p. 8). Essa abordagem se ajusta muito bem às questões que propomos para esta tese, pois, as seleções que fizemos da cultura material para ser aqui analisada têm como objetivo considerar esses aspectos apresentados por Knappett e outros pesquisadores.

Os materiais cerâmicos importados fazem parte do cotidiano das comunidades que desejamos estudar — ao menos dentro do arco cronológico que estipulamos. Seus centros produtores são vários: desde as olarias áticas, passando por zonas produtoras das cerâmicas campanienses na península Itálica, ou ainda os centros de fabricação local que fazem grande sucesso regionalmente. Entretanto, por razões metodológicas, as zonas de fabricação não serão consideradas como nós dentro das redes aqui examinadas, uma vez que nossa intenção é identificar, especificamente, as redes locais que se formam a partir da cultura material compartilhada, e não a relação entre produtores e consumidores.

O que consideramos, portanto, é o conjunto de comunidades que se constituiu no sudoeste da península Ibérica ao longo dos últimos sete séculos do I milênio antes de Cristo. Além disso, interessam-nos as práticas sociais ali existentes, isto é, as formas de produção da vida social, que nada mais são do que o uso de recursos materiais e/ou simbólicos por pessoas em determinadas relações para alcançar certos efeitos (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 85). Consequentemente, vislumbramos ser

possível identificá-las a partir da cultura material que essa população compartilhou ao longo desse período. Isso nos permite, especialmente, analisar as redes que surgem dessas interações.

As estruturas das redes sociais, que podem ser apreendidas a partir do compartilhamento de determinados objetos materiais, tais como cerâmicas importadas, são históricas, isto é, “as interações nas quais um indivíduo qualquer se engaje hoje, ou mesmo ontem, são significativamente influenciadas por práticas do passado ou laços preexistentes forjados por interações prévias” (COWARD, 2013, p. 249, tradução nossa). Essas práticas sociais, que moldam o cotidiano dos agentes dessas redes, nesse sentido, funcionam como um elo entre as estruturas sociais e os eventos sociais concretos, pois elas funcionam “como condições de fundo duráveis que sustentam a vida social, mas que podem ser vagarosamente transformadas por ela” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22 apud GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 84). Em outras palavras, é possível identificar redes sociais originárias das práticas sociais provenientes do compartilhamento de cultura material comum, e esse é o objetivo deste capítulo.

Alguns dos trabalhos que mais nos influenciaram para elaborar nossa proposta de pesquisa foram os escritos de Fiona Coward (2010; 2013). Seu capítulo no livro *Network Analysis in Archaeology* organizado por Carl Knappett (2013) apresenta um modelo que nos pareceu bastante interessante. Ela discute as bases para estudar empiricamente transformações sociais utilizando SNA, analisando padrões de distribuição de cultura material. Seu objetivo é identificar as relações sociais dentre e entre grupos de *homo sapiens* ao longo do Epipaleolítico até o princípio do Neolítico (COWARD, 2013, p. 248). Mesmo não se tratando do período que nos interessa e da cultura material que nos propomos a analisar, a metodologia de Fiona Coward pode ser bastante útil.

Um dos conceitos centrais no trabalho desta pesquisadora é a ideia de “índices de similitude da cultura material” (*indices of material culture similarity*), que são aplicados para cada par de nós analisados. Em um ou mais períodos de tempo determinados pela pesquisadora — no seu caso, períodos de 1000 anos —, a força dos relacionamentos entre dois sítios é medida a partir dos materiais que eles compartilham, ou seja, a ideia subjacente é de que há práticas e relações sociais que podem ser atribuídas aos usos de diferentes objetos compartilhados por diferentes grupos, puramente no sentido de desenvolvimento em comum. De maneira geral, aponta a autora, há um compartilhamento

de ideias que estão por trás das práticas associadas a diferentes objetos simplesmente por eles serem possuídos em comum, e não necessariamente a partir da troca. Coward utiliza o exemplo da tecnologia do pilão e como ela está relacionada a um conjunto de estratégias de subsistência que priorizam a moagem de alimentos vegetais, e que podem ser compartilhadas por dois assentamentos, ainda que estes possuam formas de pilão específicas diferentes (COWARD, 2010, p. 461). Em sua perspectiva,

“the distribution of particular forms of material culture between sites thus becomes a material reflection of some form of social relationship (in its widest sense) between those sites. Further, the range of different forms become the heterogeneous relationships connecting sites into multiple, heterogeneous interlinked networks”. (COWARD, 2010, p. 464)

Ao considerar as vantagens do uso dessa metodologia, a pesquisadora recorda que as estruturas das redes sociais são históricas, uma vez que as interações das quais qualquer indivíduo participa no presente, ou no futuro, são significativamente influenciadas pelas práticas passadas e pelos laços preexistentes forjados em interações anteriores (COWARD, 2013, p. 249). Isso nos mostra a importância de analisar mais do que uma única rede ou um único momento específico do processo de integração de um espaço, além da necessidade de ter uma visão mais ampla da constituição das relações e da criação e da manutenção dos laços que formam as redes.

O resultado do levantamento feito por Coward é apresentado em formato de matriz, na qual o total dos números de diferentes formas de cultura material compartilhada entre todos os pares de sítios é tratado como a força da relação entre eles (COWARD, 2010, p. 464). Com isso obtém-se um conjunto de valores que podem ser analisados a partir de uma série de categorias analíticas próprias das ciências das redes.

O que propomos daqui em diante é um exercício de aplicação dessa metodologia e, conseqüentemente, do conceito de índices de similitude de cultura material a alguns assentamentos da Turdetânia/Bética entre os séculos VII a.C. e I a.C. O conjunto material escolhido, como apresentamos no capítulo anterior, é composto pelas cerâmicas importadas. O objetivo desse exercício foi, primeiramente, obter, ao menos, uma matriz e uma representação gráfica em formato de grafo¹⁰⁷ correspondente para cada etapa da

¹⁰⁷ “A network can be viewed in several ways. One of the most useful views is as a graph, consisting of nodes joined by lines” (WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 71).

importação cerâmica; em seguida, analisamos as redes que se formam tendo em mente os aparatos teóricos da SNA. Dentre eles, destaca-se o índice de centralidade em uma rede, que se refere à posição que cada nó (assentamento) ocupa em função do resto de uma rede social à qual pertence. Ao se analisar tal índice, podem ser levados em consideração alguns parâmetros, tais como: a intermediação (*betweenness*), que é dada pelo número de nós que um vértice em particular conecta indiretamente mediante seus vínculos diretos; a centralidade de proximidade (*closeness centrality*), que é a média da distância mais curta entre os nós de uma rede; o grau ponderado (*weighted degree*) que é a medida de quantos laços/vínculos cada nó possui, considerando-se, também, o índice de cada um deles; ou, ainda, a densidade da rede, que é expressa pela proporção entre as relações que determinada rede apresenta, e aquelas que potencialmente podia ter no total (SALAZAR, 2014, p. 15; RIVERS, KNAPPETT e EVANS, 2013, p. 126-127). Estes são apenas alguns dos parâmetros disponíveis para examinarmos as redes resultantes do índice de similitude de cultura material.

Para esta tese, propusemos, especificamente, a análise dos seguintes conjuntos: as cerâmicas de mesa importadas de comunidades gregas, as cerâmicas de tipo Kuass e as campanienses universais. Esses três conjuntos, como apresentados no período anterior, dominaram o cenário das cerâmicas de mesa no espaço que estamos estudando. Entender como seu uso conectou os povos em que tais materiais foram encontrados pode ser interessante para entender o processo de integração no espaço em que essas relações se davam. As informações sobre esses conjuntos foram retiradas de quatro bancos de dados distintos: sobre as cerâmicas gregas, temos o trabalho de Pierre Rouillard, *Les Grecs et la Péninsule Ibérique du VIII^e au IV^e siècle avant Jésus-Christ* (1991) e o de Justin Walsh, *Consumerism in the Ancient World: Imports and Identity Construction* (2013)¹⁰⁸; sobre a cerâmica de tipo Kuass utilizaremos os trabalhos de Villedary y Mariñas, em particular o levantamento disponível em sua tese publicada em 2001, *Las cerámicas gaditanas barnizadas de “tipo Kuass”: bases para el análisis de la bahía de Cádiz en época púnica* (2001); e, para as cerâmicas campanienses, faremos uso do

¹⁰⁸ Em sua obra, Walsh afirma que seu banco de dados foi feito sem considerar o trabalho de Rouillard, pois este, em suas palavras, havia sido superado por outras obras mais recentes. Entretanto, consideramos os dois levantamentos, buscando observar detalhadamente se alguma peça identificada por Rouillard foi desconsiderada por Walsh.

levantamento de Ventura Martínez, *La cerámica campaniense en Andalucía occidental*, doutorado apresentado na Universidade de Sevilha em 1990¹⁰⁹.

Sobre os assentamentos escolhidos, seguimos as sugestões dos pesquisadores Enrique García Vargas e Darío Bernal-Casasola, por ocasião de nosso estágio de pesquisa na Universidade de Sevilha, que recomendaram o estudo dos principais sítios de cada uma dessas etapas, sem preocupação de lidar com cada um dos assentamentos conhecidos. Optamos, então, por não definir previamente todas as localidades a serem consideradas nos três momentos distintos de importação. Ainda que alguns deles se repitam, a duração de ocupação dos assentamentos não é a mesma, fato que dificultaria a análise comparativa ao longo do tempo. Outrossim, o objetivo desta tese sempre foi entender o contato entre litoral e interior de maneira mais ampla, e não necessariamente entre assentamentos específicos. Portanto, o método que propomos aqui vislumbra redes específicas, em momentos específicos, com nós e conexões determinados pela cultura material importada. Uma vez examinadas cada uma das etapas, a análise diacrônica é feita não necessariamente comparando-se os nós e seu comportamento ao longo do tempo, mas sim tendências dessas redes, em especial como se deu o processo de integração entre litoral e interior do espaço do sudoeste peninsular.

Em outras palavras, o que nos interessou, em cada momento específico, foi identificar, dentre o total de achados disponíveis, onde se localizavam as cerâmicas importadas, para que, em seguida, pudéssemos medir o índice de similaridade entre cada par de assentamentos que possuíam ao menos uma das formas encontradas pelos arqueólogos. As redes que obtivemos dessa análise nos indicaram, a cada momento, como se comportam determinadas localidades nesse processo de integração¹¹⁰.

¹⁰⁹ Optamos por esses levantamentos, pois eram as únicas compilações de peças para o espaço da Turdetânia a que tivemos acesso. Outra opção seria analisar cada um dos relatos de escavação disponíveis para os sítios ali existentes e propormos um banco de dados nosso. Entretanto, essa via demandaria um tempo de pesquisa do qual não dispúnhamos mais, uma vez que essa metodologia de trabalho foi desenvolvida durante estágio de pesquisa realizado ao final do ano de 2017. Ainda assim, defendemos que, dada a qualidade com que foram feitos os levantamentos que selecionamos, as redes que poderemos visualizar a partir da análise desses dados nos fornecem informações extremamente relevantes para a tese que estamos defendendo.

¹¹⁰ Essa distinção também se faz necessária em função da utilização de bancos de dados distintos. Os nomes dos locais em que as peças dos três vasilhames estudados muitas vezes não coincidem, o que poderia nos levar a considerar as mesmas localidades como pontos distintos. A solução que propomos visou a suavizar tais problemas analisando a relação entre litoral e interior ao longo do período aventado, sempre considerando os pontos disponíveis para cada rede.

Logo, para cada conjunto analisado, identificamos o universo de formas existentes e os assentamentos¹¹¹ onde são encontrados objetos provenientes desses vasilhames. Identificadas as formas que cada um dos assentamentos apresenta, estes são comparados dois a dois, forma a forma, e obtém-se uma medida da força da relação entre eles, que é o índice de similaridade proposto por Fiona Coward¹¹². Por exemplo: vimos no capítulo anterior que existem dezessete formas catalogadas para as cerâmicas de tipo Kuass; a autora nos apresenta, também, onde cada uma das formas fora encontrada; o que fizemos, então, foi identificar cada uma dessas localidades e medir o índice de similaridade que elas compartilham¹¹³. É importante ressaltar, entretanto, que não se trata de uma comparação em números absolutos de peças, mas sim de formas cerâmicas que cada comunidade possuía.

Isso posto, o que propomos não é identificar se há ou não contato entre as localidades aqui destacadas. Sobre isso não restam dúvidas: em graus distintos, essas sociedades se conheciam e mantinham trocas constantes. Propomos, sim, verificar a viabilidade de transformar esses contatos em uma rede reconhecível e que possa ser analisada em suas nuances. Portanto, ao apresentarmos as redes que conseguimos identificar, se, porventura, dois pontos não se conectarem, não estaremos afirmando que não há contato entre eles, mas sim que, pela perspectiva das cerâmicas importadas, a força do seu contato é nula.

¹¹¹ Optamos por unificar as nomenclaturas dos sítios analisados a partir dos nomes modernos das cidades onde eles se localizam. Fizemos essa opção por conta da diversidade de locais de origem apresentados pelos diversos banco de dados analisados (escavações, museus, “cidade”, nome fenício do assentamento, nome romano do assentamento etc). Essa opção se enquadra na metodologia que propomos, pois a análise leva muito mais em consideração pontos dentro de uma rede — e como as várias partes dessa rede se articulam — do que as escavações em si. No anexo desta tese, temos uma breve descrição dos pontos considerados em cada uma das redes, com a apresentação de dados disponíveis, como nomes de assentamentos, histórico de ocupação e escavações realizadas.

¹¹² A comparação não é feita a partir da quantidade de objetos ali encontrados, mas sim pela quantidade de formas que compartilham, que varia de vasilhame para vasilhame.

¹¹³ Neste exemplo, como o número de formas existentes é 17, o índice de similaridade máximo entre dois pontos é 17, e o menor, 0, caso não compartilhem nenhuma das formas.

Tabela 1: Exemplo de Matriz Quadrada

	Assentamento A	Assentamento B	Assentamento C	Assentamento D	Assentamento E	Assentamento F
Assentamento A	—	VALOR A,B	VALOR A,C	VALOR A,D	VALOR A,E	VALOR A,F
Assentamento B	VALOR B,A	—	VALOR B,C	VALOR B,D	VALOR B,E	VALOR B,F
Assentamento C	VALOR C,A	VALOR C,B	—	VALOR C,D	VALOR DE C,E	VALOR C,F
Assentamento D	VALOR D,A	VALOR DE D,B	VALOR DE D,C	—	VALOR DE D,E	VALOR DE D,F
Assentamento E	VALOR DE E,A	VALOR DE E,B	VALOR DE E,C	VALOR DE E,D	—	VALOR DE E,F
Assentamento F	VALOR DE F,A	VALOR DE F,B	VALOR DE F,C	VALOR DE F,D	VALOR DE F,E	—

Após a realização desse procedimento para cada um dos conjuntos, elaboramos três matrizes quadradas simples, resultantes do encontro de cada um desses índices. Cada coluna da matriz representa um assentamento. Cada linha da matriz também representa esses mesmos assentamentos. Isso resulta em matrizes de adjacência/sociomatrizes que têm a aparência da Tabela 1.

As matrizes de adjacência resultantes foram transformadas em grafos com o uso do programa de análise de redes sociais *Gephi*¹¹⁴.

Primeiramente, apresentaremos análises dos momentos específicos em que cada uma das redes se estabeleceu. Nelas, poderemos observar aspectos como, por exemplo, o papel desempenhado por determinados nós; o adensamento das redes demonstrando uma maior ou menor proximidade entre os pontos; onde estão os laços fortes e qual o papel desempenhado pelos laços fracos, dentre outros. A análise individual de cada rede permite uma visão mais pormenorizada de relações locais, tais como os assentamentos do litoral entre si, os do interior, os do rio Guadalquivir etc. Ao fim do capítulo, faremos uma análise diacrônica dessas redes buscando pensar as transformações pelas quais o sudoeste peninsular e suas comunidades passaram, verificando, também, se é possível identificar um processo de integração neste espaço.

4.2 Rede das cerâmicas importadas de origem grega

Como mencionado acima, a primeira rede que analisamos fora aquela criada a partir da análise das cerâmicas de origem grega encontradas nos principais assentamentos

¹¹⁴ Gephi 0.9.2. Palo Alto: International AAAI Conference on Weblogs and Social Media, 2017. Disponível em <https://gephi.org/users/download/> Acesso: 20 de outubro de 2018.

do sudoeste da península Ibérica. As localidades consideradas foram: Castro Marim, Mértola, Moura, Aljaraque, Huelva, Escacena del Campo, Medellín, Cancho Roano, La Rinconada, Sevilha, Coria del Río, Carmona, Cádiz, Algeciras (ver figuras 3 e 4). É importante destacar que a inclusão das três localidades portuguesas (Castro Marim, Mértola e Moura) se deve à relevância do rio Guadiana para o espaço que estamos analisando. Como temos destacado desde a Introdução, os rios e seus vales são primordiais para entender o processo de ocupação da Turdetânia/Bética. Portanto, para além das ocupações ao longo do vale do Guadalquivir, optamos por considerar também as localidades mais relevantes ao longo do Guadiana. Além disso, incluímos também a cidade de Algeciras com o objetivo de tentar entender as possíveis conexões que a rede mediterrânica teria a rede local que nos interessa, uma vez que essa cidade é a representante mediterrânica mais próxima do sudoeste peninsular¹¹⁵. Entendemos como necessárias essas expansões dos limites de nosso objeto devido à disponibilidade de dados e à possibilidade de observar fenômenos que não sejam restritos a uma realidade apenas.

Figura 3: Mapa do sudoeste da península Ibérica e as localidades citadas no capítulo 4

¹¹⁵ Infelizmente, não tivemos oportunidade de considerar redes mais amplas para esta pesquisa. Entretanto, deixamos indicada a possibilidade de ampliar tal análise com a inclusão de outras localidades.

Figura 4: Mapa com as localidades litorâneas e próximas ao *Lacus Ligustinus*.

Temporalmente, as cerâmicas gregas importadas consideradas para este trabalho variam entre os séculos VIII e IV a.C. As cidades de origem, como bem esclarecemos no capítulo anterior, são diversas, e as fabricações também. Tendo isso em vista, fizemos uma separação da massa documental em três blocos: as cerâmicas de antes do século V a.C., as dos séculos V e IV a.C., e todas elas juntas. Criamos três matrizes distintas para cada um desses conjuntos, e uma série de grafos a partir delas, com o objetivo de analisar cada aspecto que a documentação poderia nos apresentar, uma vez que a análise do conjunto sem a separação temporal poderia disfarçar determinadas discrepâncias, como laços que seriam específicos de determinados momentos. Além disso, a própria literatura arqueológica espanhola, como observamos no capítulo anterior, identifica uma mudança no padrão de chegada de produtos gregos ao final do século VI a.C., com o aumento gradual da presença de produtos de origem Ática e a especialização do repertório.

Antes de partirmos para a análise efetiva dos dados, é necessário apresentar as formas escolhidas para a elaboração das matrizes: no primeiro período, isto é, antes de 500 a.C., foram consideradas ânforas, aríbalos (*aryballos*), alabastros (*alabastron*), tigelas (*bowls*), vasos fechados (*closed vases*), taças (*cups*), travessas (*dishes*), pratos (*plates*), taças da Jônia (*Ionian cup*), jarros (*jar*), jarras (*jug*), jarras pequenas (*juglet*), cântaros (*kantharos*), crateras (*krater*), lamparinas (*lamp*), *askos*, enócoas (*oinoche*), vasos abertos (*open vase*), escifos (*skyphos*) e ânforas de transporte; para o período seguinte, séculos V e IV a.C., consideramos tigelas, taças, pratos, pratos de peixe,

cântaros, crateras, lamparinas, *askos*, *lekanis*, lébitos (*lekythos*), *one-handlers*, pélicas, escifos, e taças sem hastes (*stemless cup*). Fizemos uso da mesma nomenclatura do autor do estudo que produziu o banco de dados que serviu de base para esta rede, como anunciamos anteriormente¹¹⁶. Temos no total 31 formas — 18 para o primeiro período e 13 para o segundo¹¹⁷.

Para gerar a tabela que apresenta o total de formas que cada localidade possuía, cada uma dessas formas¹¹⁸ foi colocada em uma coluna e cada uma das localidades em uma linha, resultando na tabela que pode ser conferida no Apêndice A. Quando fizemos as buscas nos bancos de dados, selecionamos cada uma das localidades e verificamos a existência ou não dessas formas nos seus registros. Em caso afirmativo, marcávamos “sim”; em caso negativo, deixamos a célula da tabela em branco. Em seguida, comparamos as localidades duas a duas, contando quantas formas elas possuíam em comum. O número obtido nessa contagem era inserido em uma matriz quadrada como aquela apresentada anteriormente. Com isso, obtivemos três matrizes (como podemos ver nas tabelas 2, 3 e 4): a primeira leva em consideração as formas dos dois períodos somadas; a segunda somente as peças do período anterior a 500 a.C.; e, finalmente, a terceira, que considera as peças do período posterior.

¹¹⁶ Este, por sua vez, fez uso da nomenclatura presente em Sparkes e Talcott (1970).

¹¹⁷ Levamos em consideração para a separação não somente o aspecto temporal, mas também o tipo de fabricação que o banco de dados apresentava. Nesse sentido, delimitamos que para antes de 500 a.C. seriam consideradas aquelas de origem ou fabricação: ateniense de figuras negras, coríntia, grega oriental (East Greek), euboica, faiança grega, da ilha de Cálcis, lacônica, massaliota, sâmia; já para o período posterior consideramos as peças classificadas como de origem ou fabricação: de verniz negro ateniense, ateniense de figuras vermelhas, de figuras vermelhas e verniz negro sem definição de localidade. Podemos verificar, portanto, que o primeiro período é marcado por uma quantidade considerável de locais de origem. O segundo, por sua vez é restrito à Ática e às fabricações pelas quais seus artesãos eram mais conhecidos, demonstrando uma padronização da produção.

¹¹⁸ Escolhemos, no entanto, unir os pares aríbalos e alabastros, lamparinas e *askos*, que juntos fizeram as vezes de uma única forma. Essa opção foi feita por conta da proximidade utilitária de tais formas, quais sejam, as primeiras para o banho e armazenagem de óleos essenciais e as segundas para iluminação. Além disso, como não apresentavam muitos exemplares, sua união acaba por não prejudicar estatisticamente os dados.

Tabela 2: Matriz com os índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega (dois períodos).

	Castro Marim	Mertola	Moura	Aljaraque	Huelva	Escacena del Campo	Medellin	Cancho Roano	La Rinconada	Sevilha	Coria del Río	Carmona	Cádiz	Algeciras
Castro Marim	0	1	2	2	3	0	2	5	4	2	2	2	5	3
Mertola	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1
Moura	2	1	0	1	1	0	1	2	1	0	1	1	1	1
Aljaraque	2	1	1	0	3	1	1	3	2	0	1	2	2	1
Huelva	3	1	1	3	0	1	3	5	3	4	4	4	7	2
Escacena del Campo	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Medellin	2	1	1	1	3	0	0	2	1	2	2	1	2	2
Cancho Roano	5	1	2	3	5	1	2	0	3	1	2	2	3	2
La Rinconada	4	1	1	2	3	0	1	3	0	2	2	3	4	2
Sevilha	2	0	0	0	4	0	2	1	2	0	2	1	4	2
Coria del Río	2	1	1	1	4	0	2	2	2	2	0	2	3	2
Carmona	2	1	1	2	4	0	1	2	3	1	2	0	3	1
Cádiz	5	1	1	2	7	0	2	3	4	4	3	3	0	3
Algeciras	3	1	1	1	2	0	2	2	2	2	2	1	3	0

Tabela 3: Matriz com os índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega (antes de 500 a.C.)

	Castro Marim	Mertola	Moura	Aljaraque	Huelva	Escacena del Campo	Medellin	Cancho Roano	La Rinconada	Sevilha	Coria del Río	Carmona	Cádiz	Algeciras
Castro Marim	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1
Mertola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aljaraque	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Huelva	1	0	0	1	0	1	2	2	1	3	3	2	5	1
Escacena del Campo	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Medellin	1	0	0	0	2	0	0	1	0	2	1	0	1	1
Cancho Roano	1	0	0	1	2	1	1	0	0	1	1	0	1	1
La Rinconada	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0
Sevilha	1	0	0	0	3	0	2	1	1	0	1	1	3	1
Coria del Río	1	0	0	0	3	0	1	1	1	1	0	1	2	1
Carmona	0	0	0	0	2	0	0	0	1	1	1	0	1	0
Cádiz	1	0	0	0	5	0	1	1	1	3	2	1	0	1
Algeciras	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	0	1	0

**Tabela 4: Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega
(depois de 500 a.C.)**

	Castro Marim	Mertola	Moura	Aljaraque	Huelva	Escacena del Campo	Medellin	Cancho Roano	La Rinconada	Sevilha	Coria del Río	Carmona	Cádiz	Algeciras
Castro Marim	0	1	2	2	2	0	1	4	4	1	1	2	4	2
Mertola	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1
Moura	2	1	0	1	1	0	1	2	1	0	1	1	1	2
Aljaraque	2	1	1	0	2	0	1	2	2	0	1	2	2	1
Huelva	2	1	1	2	0	0	1	3	2	0	1	2	2	1
Escacena del Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medellin	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1
Cancho Roano	4	1	2	2	3	0	1	0	3	0	1	2	2	1
La Rinconada	4	1	1	2	2	0	1	3	0	1	1	2	3	2
Sevilha	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Coria del Río	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1
Carmona	2	1	1	2	2	0	1	2	2	0	1	0	2	1
Cádiz	4	1	1	2	2	0	1	2	3	1	1	2	0	2
Algeciras	2	1	2	1	1	0	1	1	2	1	1	1	2	0

A título de exemplo, tomemos as localidades Castro Marim e Huelva. Na primeira matriz, o índice de similitude entre elas é 3; na segunda, ele é 1; e na terceira, 2. A primeira matriz, portanto, é o resultado da soma das outras duas. A análise das matrizes nesse formato é bastante difícil de ser feita, e para os propósitos de nossa pesquisa elas são pouco úteis. Entretanto, a representação gráfica dessas matrizes em um formato conhecido por “grafo”¹¹⁹ nos ajuda imensamente a refletir sobre as questões pertinentes a este trabalho.

Ao transformarmos essas matrizes em grafos com o programa *Gephi*, obtivemos os seguintes resultados:

¹¹⁹ Cf. nota de rodapé nº 108.

Figura 5: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (dois períodos)

Figura 6: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (antes de 500 a.C.)

Figura 7: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (depois de 500 a.C.)

As localidades foram dispostas de tal forma que pudessem ser mais bem visualizadas e, ao mesmo tempo, ficassem em posições parecidas com aquelas dos mapas das figuras 3 e 4¹²⁰. Como as legendas mostram, cada aresta, que representa graficamente o índice de similitude entre os nós (localidades), segue uma cor específica, que auxilia na visualização da rede¹²¹. Ainda assim, vistas dessa maneira, as redes podem ser difíceis de serem lidas, então, à medida que formos comentando determinados aspectos, apresentaremos somente partes das redes, exibindo, por exemplo, apenas as arestas de determinada força, ou ainda, os laços de alguns nós específicos.

¹²⁰ Verificamos no programa utilizado para fazer os grafos que não há nenhum prejuízo aos dados quando dispomos os nós dessa maneira. O grafo deve seguir o melhor padrão para visualização daquilo que seus parâmetros pretendem apresentar.

¹²¹ Para todos os grafos que apresentaremos nesta tese, fizemos uma padronização de sua visualização, especialmente com relação às cores das arestas e à disposição dos nós. A legenda que acompanha esses grafos também aparecerá nos grafos seguintes, e é por essa razão que a numeração da legenda varia de 1 a 19, pois o maior índice de similitude que verificamos foi 19, para as cerâmicas campanienses. Como podemos verificar no grafo dos dois períodos da cerâmica grega, o maior índice verificado para essas redes é o de Huelva-Cádiz, de cor verde-escuro, representando o índice 7.

4.2.1 Análise dos dois períodos

O primeiro grafo (figura 5), que representa o índice de similitude da cultura material e apresenta os laços entre as localidades considerando todas as formas de cerâmica grega presentes nos bancos de dados consultados, deve ser encarado como o retrato de um longo momento. Nele enxergaremos tendências, situações mais amplas que devem ser historicizadas com seu desmembramento em dois momentos distintos. Começemos, portanto, buscando identificar as conjunturas que porventura ali aparecem.

Começemos por aquele nó que se destaca tanto pela quantidade de conexões que estabelece, quanto pela força dessas conexões: Huelva. Essa localidade, que se encontra no litoral atlântico da Andaluzia, apresenta laços com todas as outras, fato que se repete apenas com Cancho Roano¹²². A maioria dos seus laços são fortes, dentre eles destacamos os com Cádiz (índice 7, o maior índice de todos) — outra localidade do litoral — e Cancho Roano (índice 5) — localizada ao interior, próxima ao rio Guadiana. Huelva ainda possui laços que poderíamos considerar como fortes (índice 4) com um grupo de nós muito próximos entre si, Sevilha, Coria del Río e Carmona, todos localizados nas proximidades do Guadalquivir — elas não estavam apenas próximas a esse importante rio, mas também ao *Lacus Ligustinus*¹²³, que, naquele momento, ainda tinha contato aquático com o litoral atlântico.

Observações desse tipo podem ser verificadas quando se levam em consideração algumas categorias analíticas importantes para os pesquisadores da SNA. Observemos a tabela a seguir, que nos mostra algumas delas¹²⁴:

¹²² Essa informação é mais facilmente verificável na primeira matriz (Tabela 2).

¹²³ Ver capítulo de Introdução.

¹²⁴ A tabela a seguir, gerada automaticamente pelo programa *Gephi* traz uma série de categorias das quais não faremos uso, pois não se adequam ao nível da análise que propomos nessa tese. Sendo assim, trataremos apenas daqueles que possam nos indicar caminhos de análises mais sólidos.

Tabela 5: Categorias analíticas da rede cerâmicas gregas (dois períodos)

Label	Degree	Weighted degree	Eccentricity	Closeness centrality	Harmonic closeness centrality	Betweenness centrality	Authority	Clustering	Triangles	Eigencentrality
Huelva	13	41	1	1	1	3.833333	0.289381	0.833333	65	1
Cancho Roano	13	32	1	1	1	3.833333	0.289381	0.833333	65	1
Castro Marim	12	33	2	0.928571	0.961538	0.333333	0.283611	0.954545	63	0.979585
Medellin	12	20	2	0.928571	0.961538	0.333333	0.283611	0.954545	63	0.979585
La Rinconada	12	28	2	0.928571	0.961538	0.333333	0.283611	0.954545	63	0.979585
Coria del Río	12	24	2	0.928571	0.961538	0.333333	0.283611	0.954545	63	0.979585
Carmona	12	23	2	0.928571	0.961538	0.333333	0.283611	0.954545	63	0.979585
Cádiz	12	38	2	0.928571	0.961538	0.333333	0.283611	0.954545	63	0.979585
Algeciras	12	22	2	0.928571	0.961538	0.333333	0.283611	0.954545	63	0.979585
Aljaraque	12	20	2	0.928571	0.961538	3	0.271991	0.863636	57	0.939879
Mertola	11	11	2	0.866667	0.923077	0	0.266221	1	55	0.919464
Moura	11	13	2	0.866667	0.923077	0	0.266221	1	55	0.919464
Sevilha	9	20	2	0.764706	0.846154	0	0.220034	1	36	0.75985
Escacena del Campo	3	3	2	0.565217	0.615385	0	0.073008	1	3	0.252628

A segunda coluna nomeada *Degree* (grau), apresenta a quantidade de laços que cada nó estabelece. Podemos ver que Huelva e Cancho Roano possuem 13 cada um, isto é, têm algum laço com todos os outros nós (de um total de 14 localidades). A coluna seguinte, *Weighted Degree* (grau ponderado), leva em consideração a força desses laços que cada nó estabelece, e podemos observar que, nesse quesito, Huelva marca 41 e Cancho Roano, 32. Nesse sentido, é possível deduzir que esta localidade é tão relevante para a rede quanto Huelva. Não obstante, uma vez que seus laços são mais fracos, a força de sua importância é menor do que Cádiz e Castro Marim, dois assentamentos litorâneos que, apesar de não possuírem conexão com Escacena del Campo (daí seus *degrees* serem 12), marcam 38 e 33 respectivamente na coluna *Weighted Degree* — indicando, entre outras coisas, que os laços que passam por Cádiz e Castro são mais fortes que os de Cancho Roano.

Esse último aspecto pode ser observado no grafo abaixo, quando consideramos apenas os laços de força 5 e 7 :

Figura 8: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (dois períodos) – Índices 5 e 7

Um das primeiras conclusões que podemos vislumbrar, portanto, é a existência de um importante eixo articulador dessa rede, que indica o litoral bastante integrado entre si, com uma localidade do interior, localizada às margens do rio Guadiana, exercendo o papel de nó mais conectado dentre aqueles que se localizam mais distantes da orla. Outro importante eixo possível de ser observado aparece quando consideramos as forças 4 e 7:

Figura 9: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (dois períodos) — Índices 4 e 7

Aqui é possível observar que a dupla Huelva/Cádiz possui laços importantes com os sítios próximos ao rio Guadalquivir. Isso nos indica que os dois eixos mais fortes da rede se estabelecem entre aqueles nós que estão no litoral e aqueles que aparecem próximos às margens dos dois rios mais importantes desse espaço. Ainda que os do Guadiana (Castro Marim/Cancho Roano; Huelva/Cancho Roano; Cádiz/ Cancho Roano) sejam mais fortes (índice 5), podemos observar que há mais nós do eixo do Guadalquivir com laços fortes (índice 4), ao passo que Mértola e Moura, duas localidades do eixo do Guadiana, marcam laços 1 e 2. Esses e outros aspectos dos laços mais fortes dessa rede serão historicizados a seguir, quando analisarmos individualmente os dois períodos de formação dessa rede gerada pela presença da cerâmica grega importada.

Ainda sobre os nós mais importantes dessa rede, temos duas categorias analíticas que podem nos ajudar a entender melhor seus papéis nesse emaranhado. Na verdade, trata-se de duas categorias utilizadas para medir a centralidade dos nós nas redes: Centralidade de Intermediação (*Betweenness Centrality*) e Centralidade de Proximidade (*Closeness Centrality*).

Este último é, em termos, o mais simples dos dois, pois mede o quão próximo um nó está de todos os outros nós de uma rede (WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 183); posto de outra maneira, é a distância média de um nó para outros nós na rede. Por trás dessa medida está a ideia de que um nó é central em uma rede se ele puder rapidamente interagir com o restante dela. Quanto maior o valor da Centralidade de Proximidade de um nó, mais próximo ele está dos outros nós da rede, “no sentido de que esse ator pode alcançar todos os outros nós via distância geodésica mais curta”¹²⁵ (KNOKE; YANG, 2008 [1982], p. 66, tradução nossa).

Na Tabela 5, podemos observar que as localidades com maior valor de centralidade de proximidade são Huelva e Cancho Roano, uma vez que elas são, também, as únicas que se conectam a todos os outros nós da rede. Isso significa que esses são os dois pontos nessa rede que mais rapidamente interagem com todas as outras localidades. Como estamos lidando com um índice que leva em consideração as práticas sociais atreladas à cultura material, é possível dizer que Huelva e Cancho Roano apresentam

¹²⁵ Distância geodésica é o caminho mais curto entre dois pontos de uma rede.

práticas sociais mais próximas às de todos os outros nós. Em contrapartida, Escacena del Campo está mais distante das outras localidades.

É importante ressaltar uma vez mais que, nesse caso, o fato de Huelva possuir laços mais fortes com as outras localidades do que os de Cancho Roano não interfere nessa medida. Esse dado é relevante pois, em um primeiro olhar, poderíamos dizer que Huelva é o centro articulador dessa rede, e que Cádiz e Castro Marim seriam outros nós relevantes. Entretanto, a medida de Centralidade de Proximidade nos mostra que há dois centros que estão, nesse grafo, mais próximos de todos os outros, dividindo essa responsabilidade.

A Centralidade de Intermediação (Betweenness Centrality) é uma categoria analítica mais refinada. Ela mede a frequência com que um nó aparece nos caminhos mais curtos (geodésicas) entre os nós da rede. Isso é útil para entendermos como determinados nós controlam ou medeiam as relações entre pares de nós que não estão conectados, fazendo dessa ferramenta um importante indicador do controle sobre informação trocada ou recursos que fluem dentro de uma rede (KNOKE; YANG, 2008 [1982], p. 67-68). Em outras palavras:

“Vertices with high betweenness centrality may have considerable influence within a network by virtue of their control over information passing between others. The vertices with highest betweenness are also the ones whose removal from the network will most disrupt communications between other vertices because they lie on the largest number of paths taken by messages. In real-world situations, of course, not all vertices exchange communications with the same frequency, and in most cases communications do not always take the shortest path. Nonetheless, betweenness centrality may still be an approximate guide to the influence vertices have over the flow of information between others” (NEWMAN, 2010, p. 185-186).

Uma vez mais, é preciso frisar que não temos redes que lidam com fluxos de informações. Ainda assim, essa categoria pode nos ajudar a entender quais localidades apresentam maior controle entre as trocas de práticas sociais atreladas à cultura material.

De acordo com a Tabela 5, Huelva e Cancho Roano possuem os maiores valores¹²⁶, significando uma vez mais que se trata de nós que exercem papéis centrais nessa rede, e que práticas sociais necessitam passar por eles para se chegar a qualquer outra localidade. A novidade nessa categoria é Aljaraque, um assentamento turdetano próximo a Huelva, que possui uma quantidade considerável de conexões, mas com um *Weighted Degree* baixo se comparado ao de outras localidades analisadas. Seu valor alto de Intermediação indica que, depois de Huelva e Cancho Roano, é o nó com mais “influência interpessoal” sobre os outros (WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 189).

Podemos afirmar com certo grau de precisão que a metodologia da SNA nos possibilita, entre outras coisas, enxergar além do óbvio e do tradicional — retomando as palavras de Irad Malkin, é uma metodologia que nos permite analisar alguns detalhes que outros historiadores porventura deixaram escapar. Uma delas é o fato de Huelva ser um importante ator nesse emaranhado. Uma série de análises arqueológicas têm demonstrado a importante atuação dessa localidade no contexto local tartéssico e, por muito tempo, buscou-se associar essa localidade à mítica capital desse do povo¹²⁷. Porém, olhar para outros aspectos que não apenas a quantidade de achados arqueológicos dessa cidade isoladamente nos mostra que há outros atores importantes a serem considerados. Não apenas pela quantidade dos laços, ou por suas forças, mas também pelas articulações entre diferentes pontos que pudemos verificar, Huelva não reina isoladamente nesse espaço.

Se os laços fortes apontam para esse cenário de um espaço que possui dois eixos articuladores, sendo que o litoral é a zona onde se encontram os laços mais fortes entre os agentes da rede, o que pode nos indicar uma análise dos importantes laços fracos, tão caros a Mark Granovetter? Observemos o grafo a seguir:

¹²⁶ Não apresentaremos a fórmula que se utiliza para calcular esse valor pois se trata de um conhecimento matemático com o qual não temos familiaridade. Optamos por partir das formulações dos autores acima citados.

¹²⁷ Sobre esse tema, Carolina López-Ruiz e Sebastian Celestino afirma que nos anos 1970 “scholars had not yet renounced the idea that one major city could have concentrated the political and economic power of tartessos, but its romantic pursuit exited center stage. If such a city existed, three favorites still stood out: Huelva, as a great center for the redistribution of metals; Seville, as a strategic enclave between the coast and the hinterland; and Cádiz, which for many clearly underlay the tartessos of the classical sources” (CELETISNO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 13).

Figura 10: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (dois períodos) – Índices 1 e 2

Como esperado, os laços fracos mostram que, efetivamente, temos uma rede estruturada nesse espaço. Os laços ditos fortes mostravam relacionamentos muito específicos entre alguns membros da rede. Entretanto, são os laços fracos que mantêm a estrutura coesa. Na Figura 9, vemos com clareza que são os laços de força 1 e 2 que conectam a este emaranhado as localidades Moura, Mértola, Algeciras Medellín e Escacena del Campo. Posto de outra forma, não fossem essas conexões mais tênues entre essas localidades, estaríamos escrevendo sobre uma rede muito mais restrita, com apenas alguns pontos a serem considerados. Para o período que nos interessa, identificar que a malha de contatos sociais entre os vários povos habitantes dali era mais extensa do que indicam, por exemplo, as análises das fontes escritas (cf. capítulo dois) parece-nos extremamente relevante.

Identificar, portanto, que de fato existe uma rede de contatos mediada pela presença de cerâmicas importadas é, como observa Malkin et al (2009), o primeiro passo. É preciso, contudo, entender como essas redes se formaram, verificar as diferentes etapas de sua formação, sua função, o que elas representam historicamente para esse espaço.

Como afirmamos anteriormente, o próprio conjunto arqueológico de cerâmicas importadas é, tradicionalmente, dividido pelos arqueólogos em dois momentos. No entanto, gostaríamos de acrescentar outros dois argumentos que nos levam a propor essa divisão da rede em “antes de 500 a.C.” e “depois de 500 a.C.”.

O primeiro argumento é historiográfico e remonta a algo que abordamos nos capítulos anteriores, a chamada “Crise do século VI a.C.”, que é reconhecidamente marcante nas transformações analisadas por todos os pesquisadores que trabalham com o sudoeste peninsular. Se até essa data se verifica o desenvolvimento da cultura tartéssica, muitos defendem que ao final do século VI a.C. há um colapso da forma de organização que caracterizava esse espaço e uma nova situação é criada, defendendo-se o início do chamado “período turdetano”. Esse período é marcado pela diminuição da influência de Tiro nas colônias fenícias, como Cádiz; nas transformações das relações comerciais desses povos mediterrânicos com as populações indígenas; e no surgimento de cidades-estados aos moldes mediterrânicos e de reinos organizados a partir de *oppida* nas zonas interioranas. Assim sendo, essa divisão que propomos visa a inserir nossa análise nesse debate que ainda hoje marca enormemente os pesquisadores espanhóis.

O segundo argumento que nos leva a dividir essa rede de importações gregas em dois períodos é matemático. A densidade da rede que temos em mãos é de 0,857, em uma escala que vai de 0 a 1, na qual 0 significa a inexistência de conexões na rede — não havendo contato entre seus nós —, e 1 significa que todas as conexões possíveis existem. Sendo essa densidade relativamente alta, dividi-la em duas pode apresentar um cenário mais autêntico, no qual contatos que existiam deixam de existir, ou o inverso, contatos que, a princípio não eram vistos, passam a ser identificados quando se verifica, já no século V a.C., um conjunto de transformações (novas formas cerâmicas da Ática, transformação da lógica colonial fenícia, nucleação de assentamentos ao interior, entre outros) que podem ajudar a explicar essas mudanças — ou ainda, essas mudanças podendo ser explicadas pelas alterações na rede. A densidade da rede antes de 500 a.C. é 0,462 e a de depois de 500 a.C. é 0,769, indicando-nos que, de fato, há muitas conexões aparecendo conjuntamente na rede dos dois períodos, sugerindo veementemente que a divisão seja feita.

4.2.2 Análise da rede antes de 500 a.C.

A matriz e o grafo desta rede já foram previamente apresentados (Tabela 3 e Figura 6), assim como seus métodos de criação. Para essa rede, como apresentamos acima, foram consideradas 18 formas de produtos cerâmicos importados de uma série de centros produtores de origem grega. Nesse sentido, o índice máximo de similitude material que as localidades poderiam ter era exatamente 18. Como pode ser verificado na tabela do Apêndice A, já apresentada anteriormente, Huelva é a única localidade em que todas as 18 formas estão presentes — ao menos para o período anterior a 500 a.C. Esse dado é relevante pois, apesar do elevado número de similitudes possíveis, o maior índice obtido fora 5, registrado entre Huelva e Cádiz — os demais pares registraram 1, 2 ou 3, não havendo registro de índices 4. Há ainda nessa rede dois nós que não obtiveram nenhum índice de similitude, Moura e Mértola, pois para elas não encontramos nenhum registro das formas analisadas¹²⁸. Elas se encontram, assim, fora da rede desse período.

Visualmente, essa rede é mais simples do que a que acabamos de analisar. Sem desmembrá-la pelas cores de suas conexões, é possível perceber que os laços de força 1 a dominam. Uma vez mais, e principalmente para este período, são os laços fracos que conectam essas localidades. Aquelas localizadas no litoral, com exceção do par Huelva/Cádiz, apresentam apenas laços fracos entre si, mesmo Castro Marim, que aparecia como um importante nó anteriormente, possui somente laços 1, nem mesmo com todos os outros pontos. Cancho Roano já aparece como localidade importante ao interior, mas rivalizando em força de contato (índice 2) com Medellín e Carmona, todos eles com Huelva. A novidade fica por conta de Sevilha e Coria del Río, que marcam índice 3 com Huelva, e no caso da primeira, também com Cádiz.

Dessa forma, os dois eixos que pudemos observar anteriormente já aparecem aqui, mas com diferenças substanciais. O eixo que associamos ao Guadiana é mais fraco do que o do Guadalquivir por três motivos. Em primeiro lugar, porque dois entes desse eixo não possuem elos com o restante da rede. Além disso, o portal de entrada desse eixo, Castro Marim, somente apresenta laços fracos, ainda que os tenha com Medellín e Cancho Roano. Por fim, o eixo articulador parece ser Huelva, que é a localidade responsável pelos

¹²⁸ Em nenhum dos bancos consultados essas localidades apresentaram registros de peças antes de 500 a.C.

laços de força 2 com as duas últimas. É possível observar aqui a existência de conexões que passam pelo Guadiana, mas que não representam um eixo tão forte quanto se apontava no grafo dos dois períodos unidos. Aquilo a que precisamos nos atentar na análise feita a seguir, para o período pós 500 a.C., é como esse eixo irá comportar-se.

O eixo do Guadalquivir, por sua vez, aparenta ser o elo mais forte entre litoral e interior, especialmente motivado pelos índices das conexões de Sevilha e Coria del Río com Huelva (índice 3). Chama atenção o triângulo Huelva-Sevilha-Cádiz, cujos vínculos são os mais fortes de toda a rede. Sevilha, nesse sentido, destaca-se por conta dos elos fortes com esses dois centros litorâneos. Na tabela das categorias analíticas dessa rede podemos ver a importância do nó sevilhano:

Tabela 6: Categorias analíticas da rede de cerâmicas gregas (antes 500 a.C.)

Label	Degree	Weighted degree	Eccentricity	Closeness centrality	Harmonic closeness centrality	Betweenness centrality	Authority	clustering	triangles	eigencentrality
Castro Marim	7	7	2	0.733333	0.818182	0	0	1	21	0.806902
Huelva	11	22	1	1	1	12	0.591506	0.563636	31	1
Medellin	7	9	2	0.733333	0.818182	0	0.38801	1	21	0.806902
Cancho Roano	9	10	2	0.846154	0.909091	6	0.217024	0.666667	24	0.872089
Sevilha	9	14	2	0.846154	0.909091	2	0.465738	0.777778	28	0.934813
Coria del Río	9	12	2	0.846154	0.909091	2	0.323312	0.777778	28	0.934813
Cádiz	9	16	2	0.846154	0.909091	2	0.289704	0.777778	28	0.934813
Algeciras	7	7	2	0.733333	0.818182	0	0	1	21	0.806902
Aljaraque	3	3	2	0.578947	0.636364	0	0	1	3	0.27839
Escacena del Campo	3	3	2	0.578947	0.636364	0	0	1	3	0.27839
La Rinconada	5	5	2	0.647059	0.727273	0	0	1	10	0.560401
Carmona	5	6	2	0.647059	0.727273	0	0.217024	1	10	0.560401
Mértola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Sevilha tem o terceiro maior *Weighted Degree*, figurando como o nó mais importante dentre os nós do interior de acordo com a força dos seus laços. Se colocarmos Coria del Río nesta análise, a zona próxima da antiga foz do rio Guadalquivir, às margens do *Lacus Ligustinus*, apresenta um importante elo com o litoral atlântico, indicando trocas culturais de maior intensidade, pela perspectiva das cerâmicas importadas.

Muitos pesquisadores colocam o território entre esses três pontos como sendo o “coração” da cultura tartéssica. Huelva é apresentada como o principal assentamento indígena focado na metalurgia. Os assentamentos próximos à desembocadura do Guadalquivir, que na nossa rede são representados por Sevilha e Coria del Río, seriam

pouco populosos e voltados à produção agrícola. E, por sua vez, os assentamentos da baía de Cádiz se caracterizando como zona de ocupação fenícia, desde o século VIII a.C (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 175-176).

Nessa rede composta majoritariamente por laços fracos, é preciso notar a força do contato de Huelva e Cádiz. Desta dupla, Huelva é, definitivamente, o nó que, neste momento, para manter a analogia utilizada anteriormente, reina sozinho. Não só seus indicadores são os mais altos, mas também a discrepância com o restante da rede é evidente. É a única localidade capaz de atingir todos os outros pontos da rede mais rapidamente (*Closeness Centrality*: 1) e é também o nó com a maior centralidade de intermediação, sendo que seu valor é o dobro do valor do segundo sítio mais central segundo essa categoria (*Betweenness Centrality* 12 contra 6 de Cancho Roano). Esses dois valores comprovam uma tendência já observada na rede dos dois períodos, em que, tratando-se de intermediar o maior número de nós dessa rede, Huelva no litoral e Cancho Roano no interior são os dois nós mais importantes.

Isso posto, das observações iniciais feitas a partir da análise do conjunto completo de cerâmicas gregas importadas entre os séculos VIII e IV a.C., temos aqui um esboço de identificação dos primeiros passos dessa rede mais ampla. O litoral de fato é a zona mais privilegiada nesses primeiros séculos, não só pela maciça presença de material encontrado nessas localidades, mas pelo papel central que seus assentamentos exercem, em especial, Huelva. O contato direto com os agentes colonizadores/comerciantes mediterrânicos faz com que as práticas culturais em comum sejam mais evidentes entre Cádiz e Huelva. O que chama atenção nessa zona são Algeciras e Castro Marim, que não figuram neste primeiro momento como localidades responsáveis por vínculos muito fortes.

Essa percepção sobre o litoral, entretanto, não é novidade na historiografia a respeito desse espaço. O ineditismo de nossa abordagem se encontra em colocar o interior como zona importante nesse processo de construção dos vínculos entre as várias comunidades que ocupavam o sudoeste da península Ibérica. Na maioria das vezes, como pudemos discutir no capítulo anterior, as análises das cerâmicas importadas desse período se restringem às comunidades litorâneas ou muito próximas ao litoral. Em nosso trabalho, temos visto que esse conjunto cerâmico cria, já antes do século V a.C., uma malha de contatos mediados pelas práticas sociais que nos mostra um espaço já quase completamente conectado, ainda que esses contatos possam ser caracterizados como

fracos. As ânforas de armazenamento e as de transporte assim como o alabastro e os aríbalos são os principais responsáveis pela existência dessa malha de força 1 e 2, uma vez que são as formas mais presentes na maioria das localidades. As comunidades mais interioranas são apresentadas como receptoras secundárias desses produtos, restritos às elites principescas, que dominam o contexto sociopolítico do período tartéssico.

O que temos frisado frequentemente é que essa visão sobre a documentação é demasiadamente parcial, podendo ser estendida e colocada em uma perspectiva muito mais ampla. O grafo da Figura 6 nos mostra que as comunidades próximas ao vale do Guadalquivir são espaços já bastante integrados às práticas sociais que chegam do mundo mediterrânico, fosse por vias fenícias, fosse por vias gregas. Sevilha e Coria del Río, e em certa medida Carmona, apresentam vínculos importantes, especialmente com Huelva, provavelmente mediados por esta última — contrariando uma visão bastante recorrente de Cádiz como centro articulador das tradições vindas do oriente. Cancho Roano, por sua vez, mostra que localidades específicas, por conta dos vários vínculos que trava e da posição que ocupa nas redes que se desenham, devem ser observadas com bastante atenção e cuidado. Esta localidade em especial fora um templo tartéssico datado do século VII a.C., construído “na parte final do período de esplendor e expansão da cultura tartéssica”, com forte influência fenícia (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 244). O local foi destruído por volta do século IV a.C., em um ritual que chama atenção pela sua magnitude, com cerca de sessenta animais sendo abatidos e consumidos por um grupo grande de pessoas de extratos sociais variados. A última festividade do templo ainda contou com o sacrifício e a decapitação de dezessete cavalos, que também foram consumidos pelos presentes, antes de todo o complexo ser completamente queimado (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 252). Cancho Roano, como todos os templos de características orientais, não era simplesmente um espaço de culto, mas também de trocas comerciais e de contatos culturais bastante intensos.

A importância que essa localidade apresenta na rede que traçamos demonstra que, talvez porque as cerâmicas de origem grega eram utilizadas em festividades ou dedicadas em oferendas, havia grande circulação de produtos, provavelmente trazidos por visitantes do templo. Não à toa, Cancho Roano tem um *degree* alto, muito provavelmente porque apresentava práticas em comum com diversas outras localidades, embora não fossem laços muito fortes, explicado pelo compartilhamento de aríbalos e alabastros, forma mais

comumente encontrada nessa e em outras localidades. A alta intermediação que ela exerce nessa rede demonstra que, depois de Huelva, é o nó pelo qual mais se precisa passar para ir de um ponto até outro nessa rede. Essa constatação à qual chegamos é explicada pela característica do sítio. Entretanto, ao mesmo tempo, a análise pela teoria das redes dá a Cancho Roano um protagonismo que arqueólogos não preocupados com essa metodologia até conseguem identificar — associando, principalmente, às trocas comerciais e à onda orientalizante que marca o período —, mas que muitas vezes são incapazes de justificar quando abordam a relação do templo com o restante deste espaço¹²⁹.

4.2.3 Análise da rede depois de 500 a.C.

Com o conjunto cerâmico considerado para essa etapa da análise, entramos nos debates sobre especialização e padronização da produção, de uma moda alimentar reconhecida, que sai do âmbito das elites e atinge outros extratos sociais. A cerâmica de tinta preta ática é, como observamos no capítulo três, aquela produção que, segundo a maioria dos arqueólogos espanhóis, efetivamente dá início à presença maciça de hábitos alimentícios importados de comunidades mediterrânicas. É devido ao sucesso desse conjunto que produções regionais posteriores teriam surgido, com o objetivo de ocupar o lugar deixado pela diminuição da fabricação e da venda dos produtos da Ática ateniense. O período de hegemonia dessa polis no Mediterrâneo oriental fez crescer a importação de certas formas cerâmicas no outro lado do mundo conhecido. Na rede que se forma a partir dessas importações, consideramos 13 formas previamente anunciadas, fazendo com que o índice de similitude máximo dessa rede seja 13.

A matriz (Tabela 4) e o grafo (Figura 7) correspondentes indicam, à primeira vista, uma rede bastante densa, com muito menos laços inexistentes (identificados pelo valor 0

¹²⁹ Celestino e López-Ruiz (2016, p. 213) propõem que se trata do mesmo fenômeno dos santuários mediterrânicos que “serving as inter-regional (sometimes international) nodal point for commercial transactions. As Greek sanctuaries show (Delphi, Olympia, Delos, Samos, Perachora, the Argive Heraion), these nodal sanctuaries lived off the offerings made by visitors, in exchange for which they provided a neutral and divinely sanctioned meeting point, suitable for all sorts of negotiations and for the display of wealth and prestige”. Ainda que essa visão reconheça a importância da localidade, e que o templo seja colocado em uma perspectiva que é mediterrânica, Cancho Roano aparece mais como um ponto de recepção de pessoas do que um local por onde as pessoas passam, responsável por intermediar as relações. Em outras palavras, a ele é atribuída uma posição mais passiva do que ele aparenta ter em nossa análise.

na matriz) e cuja densidade é 0,769. Moura e Mértola aparecem completamente integradas à rede, mas, por outro lado, Escacena del Campo não apresenta nenhuma conexão. No Apêndice A, pode-se ver que a forma cerâmica de mais sucesso, que se encontra em praticamente todas as localidades — à exceção de Sevilha e Escacena del Campo —, é a taça¹³⁰, o que ajuda a explicar a quantidade de conexões entre os nós dessa rede. Essa alta taxa de conectividade pode ser observada também na tabela abaixo.

Tabela 7: Categorias analíticas da rede cerâmicas gregas (depois de 500 a.C.)

Label	Degree	Weighted degree	Eccentricity	Closeness centrality	Harmonic closeness centrality	Betweenness centrality	Authority	Clustering	triangles	eigencentrality
Castro Marim	12	26	1	1	1	2	0.292832	0.878788	58	1
La Rinconada	12	23	1	1	1	2	0.292832	0.878788	58	1
Cancho Roano	11	22	2	0.923077	0.958333	0	0.284145	1	55	0.969904
Cádiz	12	22	1	1	1	2	0.292832	0.878788	58	1
Huelva	11	18	2	0.923077	0.958333	0	0.284145	1	55	0.969904
Aljaraque	11	17	2	0.923077	0.958333	0	0.284145	1	55	0.969904
Carmona	11	17	2	0.923077	0.958333	0	0.284145	1	55	0.969904
Algeciras	12	16	1	1	1	2	0.292832	0.878788	58	1
Moura	11	14	2	0.923077	0.958333	0	0.284145	1	55	0.969904
Mértola	11	11	2	0.923077	0.958333	0	0.284145	1	55	0.969904
Medellin	11	11	2	0.923077	0.958333	0	0.284145	1	55	0.969904
Coria del Río	11	11	2	0.923077	0.958333	0	0.284145	1	55	0.969904
Sevilha	4	4	2	0.6	0.666667	0	0.105314	1	6	0.359982
Escacena del Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Nela é possível notar que os *degrees* de todos os nós estão próximos do limite (13¹³¹). As centralidades de proximidade (*closeness centrality*) também são muito similares, demonstrando que essas localidades estão mais próximas umas das outras dentro da rede que se anuncia. Temos uma rede quase sem hierarquias ou nós que a monopolizem. Vejamos o grafo com os índices 1 e 2 em comparação como o de índices 3 e 4 para efeito de comparação:

Figura 11a: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (depois de 500) – Índices 1 e 2

¹³⁰ Cf. nota de rodapé nº 113.

¹³¹ Número esse que, lembrando, equivale ao total de localidades com as quais eles poderiam ter conexões.

Figura 11b: grafos da rede dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas (depois de 500) – índices 3 e 4

As cores amarela e laranja dominam a rede e estão presentes em todos os nós. Por esses dados poderíamos dizer que há uma espécie de democratização das práticas sociais atreladas às cerâmicas importadas. Se quase todas as localidades estão integradas a essa moda mediterrânea, sem que seja possível identificar um centro que se destaque muito mais que os outros, não nos parece exagero dizer que os laços fracos em abundância

indicam que o espaço onde esta rede se constitui já possuía suas duas grandes zonas (litoral e interior) em franco processo de integração.

Já os laços mais fortes dali se dão entre Castro Marim e Cancho Roano, Castro Marim e La Rinconada, Castro Marim e Cádiz (todos eles de índice 4). Castro Marim substitui Huelva como a localidade que estabelece os contatos mais fortes tanto com outras localidades litorâneas quanto com as do interior. Os laços três e quatro demonstram que ainda há dois eixos importantes que articulam litoral e interior, mas agora com o Guadiana tendo mais relevância. Isso se deve tanto à entrada de Medellín e Moura estabelecendo muitas conexões, ainda que fracas, quanto à existência de um laço forte importante entre Castro Marim e Cancho Roano.

Por sua vez, o triângulo Huelva/Cádiz/costa do *Lacus Ligustinus* sofre algumas transformações, mas ainda se mostra perceptível. Castro Marim ocupa o lugar de Huelva, estabelecendo contato com La Rinconada, uma localidade muito importante nesses séculos, que substitui Sevilha como uma das pontas desse triângulo, e Cádiz. Coria del Río e Sevilha estabelecem apenas laços fracos nesse período, mas também continuam compondo o eixo do Guadalquivir.

Analisando a Tabela 7 vemos que as centralidades de intermediação mais altas pertencem, igualmente, a Castro Marim, Cádiz, La Rinconada e Algeciras (valor 2). Esse dado nos indica que nesse período há uma melhor distribuição das localidades responsáveis por intermediar as práticas sociais. Melhor dizendo, três localidades litorâneas e uma interiorana são as responsáveis pelo controle da circulação de práticas nessa rede. La Rinconada é o único nó distante do mar que possui esse predicado, ocupando um lugar que anteriormente pertencera ao templo de Cancho Roano. No litoral há uma redistribuição, entre três pontos importantes, da centralidade que pertencia a Huelva: Castro Marim, Cádiz e Algeciras. O primeiro se destaca pela quantidade e pela força de laços. Castro Marim é a localidade dessa nossa rede com o maior número de formas em seu repertório. Cádiz é o denominador comum dos dois períodos: importante, mas sombreada por Huelva, na rede anterior, nesta ela desponta como importante centro intermediador, nos mesmos patamares das outras localidades litorâneas. Algeciras se destaca por ter conexões com todos os outros nós da rede, ainda que sejam majoritariamente laços fracos.

O ocaso de Huelva e Sevilha, principalmente deste último, merece um momento de reflexão. Huelva ainda se aproxima dos outros nós com relação à centralidade de proximidade, ao passo que Sevilha fica muito atrás nesse quesito. Entretanto, ambos perdem a intermediação que possuíam no período anterior.

Sevilha é apresentada pela literatura arqueológica como uma fundação fenícia, conhecida como Spal, datada de meados do século VIII a.C. (ESCACENA CARRASCO; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2012). Tida como uma das colônias orientais mais importantes da costa do *Lacus Ligustinus*, nessa localidade, com a crise do século VI a.C., identifica-se o abandono de determinados assentamentos de origem semítica, havendo inclusive um hiato de ocupação no século V a.C. (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2014, 84). Em outras palavras,

“por lo que concierne a Sevilla, puede sostenerse que la comunidad cananea que la había fundado y que le dio vida durante trescientos años fue expulsada de la ciudad o careció en adelante del control de la misma. Los *Turta, conocidos más tarde por Roma como Turdetanos, tomarán ahora el papel predominante” (ESCACENA CARRASCO, et al, 2012, pq. 787).

Essa ideia está diretamente relacionada a uma questão que discutimos no capítulo 1, que vê o abandono de determinados assentamentos e a nucleação em torno de locais mais centrais e mais bem protegidos como uma das consequências desta crise que assolava o sul da península Ibérica. A Sevilha que captamos em nossa rede parece ser essa de pouca ou nenhuma ocupação, que perde seu papel central, mas sem que deixe de se conectar completamente com a rede, isto é, não desaparece por completo desse processo de integração — como é o caso de Escacena el Campo, por exemplo.

Já as transformações que observamos em Huelva estão mais associadas a outros aspectos da crise do século VI a.C. Primeiramente, Huelva, que, como vimos anteriormente, era a zona responsável pela produção metalúrgica do chamado “coração da cultura tartéssica”, sofre com o afastamento de um dos principais compradores de metais, os mercadores da Foceia (BONET, 1988, p. 75-76). Estes passam a utilizar com mais frequência as rotas comerciais estabelecidas a partir de sua colônia mais famosa no ocidente mediterrâneo, Massália, fundada em 600 a.C. (DIETLER, 2015, p. 5). Com isso o sudoeste peninsular passou a pesar cada vez menos nas relações comerciais foceias. Em

segundo lugar, destacam-se como motivo da diminuição de importância de Huelva as questões relativas às disputas hegemônicas sobre as colônias tírias. Enquanto muitos historiadores e arqueólogos defendem que Cartago passa a controlar o complexo colonial fenício no ocidente mediterrânico, outros tantos têm defendido a existência de uma hegemonia regional no extremo ocidente exercida por Gadir, que teria originado uma zona de influência dessa cidade sobre territórios peninsulares e norte africanos, majoritariamente na costa Atlântica. Trata-se do chamado “Círculo do Estreito”, abordado nos capítulos 1 e 3. Seja qual for a potência regional que surge após o século VI a.C., o consenso que se tem é que Huelva perde o protagonismo para uma dessas duas antigas colônias semíticas. Por fim, outra razão para a derrocada de Huelva pode ser atribuída ao conjunto de catástrofes naturais que assolaram a costa sudoeste da península Ibérica no século VI a.C. Tema também outrora abordado neste trabalho, estudos geomorfológicos identificaram que ao menos um terremoto e um grande tsunami modificaram a paisagem da costa atlântica da península Ibérica, afetando especialmente as rotas comerciais daquele espaço. Estes eventos “tiveram grande efeito nesta área em um momento de reconfiguração de rotas de troca, facilitando a ascensão de Gadir como o novo centro político e comercial sob influência púnica” (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 206, tradução nossa). Isto posto, por tratar-se de estudos ainda muito recentes e incipientes, não há explicações mais detalhadas para, por exemplo, ajudar a entender por que Huelva, cidade litorânea, é afetada pela elevação da altura do oceano e Gadir, também litorânea, não o é. Ainda assim, trata-se de uma das possíveis motivações da diminuição da importância de Huelva que identificamos.

As transformações vivenciadas pelos núcleos populacionais da cultura tartéssica também são vistas como responsáveis por mudanças na região do vale do Guadiana — outro movimento que pudemos captar em nossa análise das redes sociais. As populações locais desse eixo populacional já estariam em contato com a cultura tartéssica desde meados do século VIII a.C. (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 178), e, após a crise do século VI a.C., esta zona teria experimentado um processo de colonização interna, absorvendo parte da população das zonas costeiras próximas de Huelva, que migravam em direção ao norte em busca de terras férteis (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 207).

Figura 12: grafo com os nós do eixo do Guadiana

Esse deslocamento de eixo é perceptível também em nossas análises. Na figura 12 podemos olhar com mais cuidado para essa região do grafo. Como mostramos acima, o eixo formado por Castro Marim, Moura, Mértola, Medellín e Cancho Roano apresenta um laço muito forte entre as duas extremidades (o par Castro Marim-Cancho Roano possui índice 4), um conjunto de nós com ligações com quase todas as outras localidades, e um dos nós com maior intermediação de toda a rede pós-500 a.C. Nesse sentido, desponta como uma área bastante relevante na análise que propomos, e ressoa, de certa forma, o que autores como Celestino e López-Ruiz (2016) apresentam sobre as transformações do espaço tartéssico após a crise do século VI a.C., especialmente quando eles afirmam que

“Some of these older centers were affected by the crisis of tartessos in the late sixth century, but in general the area is impacted rather positively, with a reorganization of the territory and the appearance of new buildings that now controlled the land. [...] In the end, we can say that, in this Tartessic periphery, the indigenous social structures and solid land-based economy were not dissolved by the crisis, and inland groups emerged with their own renewed economy and their own version of Tartessic culture” (CELESTINO; LÓPEZ-RUIZ, 2016, p. 213).

4.2.4 Comparando as redes gregas

Até aqui temos buscado traçar comparações bastante pontuais entre as redes que temos identificado e analisado, restringindo-nos a fenômenos observáveis nos dois momentos. Como salientamos em outros momentos, as bases de criação das matrizes e dos grafos são diferentes para os dois momentos — enquanto na primeira a base de cálculo são 19 formas, a segunda tem 13. Isso significa que os índices em si não são medidas passíveis de comparações diretas. Em outras palavras, em um exemplo simples, um índice 4 de uma conexão no primeiro momento não representa a mesma coisa que o mesmo valor na rede seguinte.

Não obstante, a comparação entre esses valores se torna viável quando colocamos todos os valores na mesma base percentual. Isso foi feito dividindo cada índice pelo total de peças consideradas para a produção da matriz correspondente. Na anterior a 500 a.C., tomamos todos os valores dos encontros entre os nós e dividimos por 19; na posterior a 500 a.C., dividimos por 13. Com isso, chegamos às seguintes matrizes:

Tabela 8: matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega (antes de 500 a.C.) em porcentagem.

	Castro Marim	Mertola	Moura	Aljaraque	Huelva	Escacena del Campo	Medellin	Cancho Roano	La Rinconada	Sevilha	Coria del Rio	Carmona	Cádiz	Algeciras
Castro Marim	0%	0%	0%	0%	6%	0%	6%	6%	0%	6%	6%	0%	6%	6%
Mertola	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Moura	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Aljaraque	0%	0%	0%	0%	6%	6%	0%	6%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Huelva	6%	0%	0%	6%	0%	6%	11%	11%	6%	17%	17%	11%	28%	6%
Escacena del Campo	0%	0%	0%	6%	6%	0%	0%	6%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Medellin	6%	0%	0%	0%	11%	0%	0%	6%	0%	11%	6%	0%	6%	6%
Cancho Roano	6%	0%	0%	6%	11%	6%	6%	0%	0%	6%	6%	0%	6%	6%
La Rinconada	0%	0%	0%	0%	6%	0%	0%	0%	0%	6%	6%	6%	6%	0%
Sevilha	6%	0%	0%	0%	17%	0%	11%	6%	6%	0%	6%	6%	17%	6%
Coria del Rio	6%	0%	0%	0%	17%	0%	6%	6%	6%	6%	0%	6%	11%	6%
Carmona	0%	0%	0%	0%	11%	0%	0%	0%	6%	6%	6%	0%	6%	0%
Cádiz	6%	0%	0%	0%	28%	0%	6%	6%	6%	17%	11%	6%	0%	6%
Algeciras	6%	0%	0%	0%	6%	0%	6%	6%	0%	6%	6%	0%	6%	0%

Tabela 9: Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas de importação grega (depois de 500 a.C.) em porcentagem.

	Castro Marim	Mertola	Moura	Aljaraque	Huelva	Escacena del Campo	Medellin	Cancho Roano	La Rinconada	Sevilha	Coria del Río	Carmona	Cádiz	Algeciras
Castro Marim	0%	8%	15%	15%	15%	0%	8%	31%	31%	8%	8%	15%	31%	15%
Mertola	8%	0%	8%	8%	8%	0%	8%	8%	8%	0%	8%	8%	8%	8%
Moura	15%	8%	0%	8%	8%	0%	8%	15%	8%	0%	8%	8%	8%	15%
Aljaraque	15%	8%	8%	0%	15%	0%	8%	15%	15%	0%	8%	15%	15%	8%
Huelva	15%	8%	8%	15%	0%	0%	8%	23%	15%	0%	8%	15%	15%	8%
Escacena del Campo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Medellin	8%	8%	8%	8%	8%	0%	0%	8%	8%	0%	8%	8%	8%	8%
Cancho Roano	31%	8%	15%	15%	23%	0%	8%	0%	23%	0%	8%	15%	15%	8%
La Rinconada	31%	8%	8%	15%	15%	0%	8%	23%	0%	8%	8%	15%	23%	15%
Sevilha	8%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	8%	0%	0%	0%	8%	8%
Coria del Río	8%	8%	8%	8%	8%	0%	8%	8%	8%	0%	0%	8%	8%	8%
Carmona	15%	8%	8%	15%	15%	0%	8%	15%	15%	0%	8%	0%	15%	8%
Cádiz	31%	8%	8%	15%	15%	0%	8%	15%	23%	8%	8%	15%	0%	15%
Algeciras	15%	8%	15%	8%	8%	0%	8%	8%	15%	8%	8%	8%	15%	0%

Os grafos que criamos a partir dessas matrizes não puderam ter as cores anteriores mantidas, pois as matrizes baseadas em porcentagens geravam intervalos de 1 em 1 até totalizar 100%, o que demandaria ao mínimo 100 cores diferentes que pudessem cobrir esse espectro de valores das conexões. A solução encontrada foi escolher uma única cor e configurar o programa Gephi de tal forma que ele adequasse os valores fornecidos para as arestas a graus variados da claridade da cor escolhida. Em outras palavras, geramos grafos em que as forças dos laços entre os nós são mostradas em tons de verde claro quando mais fracos e verde escuro quando mais fortes. Analisemos os resultados:

Figura 13a: grafo em porcentagens das redes dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas antes de 500 a.C

Figura 13b: grafo em porcentagens das redes dos índices de similitude da cultura material – cerâmicas gregas depois de 500 a.C.

Esse tipo de visualização nos permite fazer comparações mais precisas sobre as transformações das conexões e sobre a configuração da rede em si. A rede fica evidentemente mais densa, com os tons dos laços ficando muito mais fortes na imagem da figura 13b. Na rede de antes de 500 a.C., é fácil perceber que os laços são majoritariamente fracos, com algumas sobreposições de vínculos mais fortes entre os entes. A maioria das conexões se intensifica no segundo grafo, com exceções importantes. Destacamos na tabela a seguir algumas das conexões comparadas percentualmente:

Tabela 10: Comparação percentual entre os índices de similitude da cultura material de algumas duplas de nós

Nós	Porcentagem do índice antes de 500 a.C.	Porcentagem do índice depois de 500 a.C.
Huelva-Cádiz	28%	15%
Cádiz-Castro Marim	6%	31%
Huelva-Castro Marim	6%	15%
Cádiz-Sevilha	17%	8%
Cádiz-La Rinconada	6%	23%
Huelva-Cancho Roano	11%	23%
Castro Marim-Cancho	6%	31%
Castro Marim-La Rinconada	0%	31%

Em geral os índices crescem, isto é, a similitude material entre as localidades destacadas fica mais intensa. E, com isso, algumas das análises anteriores ficam mais fáceis de serem visualizadas. A diminuição da participação de Huelva e Sevilha na rede faz com que suas conexões também sejam mais fracas. Em compensação, os índices de Castro Marim disparam e indicam que esse nó se torna mais relevante à medida que a crise de alguns centros tartéssicos vai se intensificando. Nesse mesmo sentido, Cádiz vê seus índices crescerem como um todo — isso pode ser mais bem observado nos grafos, com as conexões dessa cidade mais aparentes, e nas duas matrizes, se observamos suas linhas correspondentes.

Os grafos da figura 13 ajudam a melhor visualizar também o surgimento e o desenvolvimento dos eixos que conectavam litoral e interior pelos rios Guadiana e Guadalquivir. No grafo da figura 13a vê-se nitidamente “os triângulos” formados entre Huelva, Cádiz e Coria/Sevilha. Já na imagem da figura 13b, o triângulo é com La Rinconada e Cancho Roano, assim como o “ângulo” inferior esquerdo se deslocou para Castro Marim. É quase como se os dois eixos agora estivessem mais próximos, formando um todo mais coerente, mais conectado, mais integrado às práticas sociais que esse

conjunto cerâmico estimula. O litoral como um todo tem seus laços mais visíveis, desde Algeciras, passando por Cádiz, Huelva (que não desaparece da rede) e Castro Marim. A importação de uma moda cerâmica padronizada, oriunda de um mesmo centro produtor, e que se populariza entre as populações do sudoeste da península Ibérica, cria uma rede em que a zona litorânea encontra nos eixos do Guadiana e do Guadalquivir dois corredores de dispersão de práticas sociais determinadamente mediterrânicas.

O desafio a seguir é, primeiramente, verificar como essa metodologia, ao ser aplicada ao conjunto cerâmico que substitui as importações de cerâmica Ática, ajuda a entender, visualizar e analisar a nova configuração espacial que se constrói a partir do século IV a.C. Nesse sentido, a cerâmica de tipo Kuass — que é tida como uma das produções regionais inspiradas pela moda ática que surgem na passagem do século V para o IV a.C., feitas por artesãos concentrados em centros oleiros espalhados por todo o Mediterrâneo — assume esse papel. Após realizar o exame desse conjunto cerâmico, estaremos aptos a fazer um exercício de comparação entre essas duas redes, formadas por conjuntos cerâmicos distintos, mas alocadas no mesmo espaço. Será possível verificar os elementos que se mantêm e os que se transformam nessa etapa de reconfiguração das forças, principalmente ao oeste do mundo conhecido.

Em linhas gerais, a separação dessa rede de cerâmicas gregas em dois momentos distintos, analisados diacronicamente ajuda a entender alguns aspectos, como observamos. Esse movimento metodológico se mostrou bastante importante, pois tornou possível historicizar alguns aspectos que a rede dos dois períodos mostrava como algo estático, tal como a existência dos eixos de contato entre litoral e interior, ou mesmo de Huelva e Cancho Roano como agentes relevantes para esse emaranhado. Além disso, a análise dos dois períodos se justifica pois nos dá a dimensão dos contatos propiciados por esses primeiros conjuntos importados, dimensão esta que propicia uma visão mais ampla de um processo e facilita seu posterior detalhamento.

4.3 Rede das cerâmicas “tipo Kuass”

A nova configuração espacial, social, cultural e política do noroeste da península Ibérica dos séculos V-III a.C. é encarada como o momento do surgimento da cultura turdetana. Como mencionamos nos capítulos 1 e 3, um dos principais debates que têm marcado os trabalhos sobre esse período é o das continuidades e transformações que

marcaram a passagem da cultura tartéssica para a turdetana. Atualmente, pesquisadores como José L. Escacena Carrasco, Eduardo Ferrer Albelda, Francisco J. García Fernández, entre outros, defendem que, especialmente nas zonas interioranas, as grandes mudanças nesse período se dão nos padrões de assentamento — sítios cada vez maiores, mas mais nucleados —, nas atividades econômicas — a mineração dá lugar à produção agropastoril —, na estrutura política — com as substituições das aristocracias principescas pelos chefes guerreiros no interior e com o desenvolvimento das *polis* no litoral —, no abandono de alguns assentamentos, e no desenvolvimento de outros tantos. A produção cerâmica local também se altera, com influências cada vez maiores das técnicas mediterrânicas na fabricação dos utensílios cotidianos — incorporação completa do torno e do uso do verniz e do engobo nas cerâmicas cotidianas.

As permanências, por outro lado, são mais difíceis de serem analisadas. Esses mesmos autores, por exemplo, defendem que, ao contrário do que se condicionou separar em duas culturas distintas, se trata da mesma população, da mesma origem linguística¹³² e da retomada de alguns costumes, outrora abandonados em função da “orientalização” que marcou a etapa tartéssica, em um processo de reafirmação de uma identidade local adaptada aos novos tempos. A presença fenícia também é uma constante, mas agora não mais vista como agente colonizador, mas sim como elemento integrante que ocupa e modifica diretamente uma parte mais significativa desse território — Gadir, por exemplo, passa de um entreposto comercial para uma *polis* propriamente dita, uma hinterlândia diretamente relacionada à ilha, responsável por uma atividade marítima intensa, especialmente voltada para a fabricação de derivados da pesca.

Essas e outras questões já foram tratadas com mais exatidão e detalhes nos capítulos anteriores. Entretanto, é preciso ter em mente que nesse contexto surge a produção cerâmica que aqui nos interessa. É nessas novas realidades costeira — dominada por um novo centro produtor importante, o golfo gaditano — e interiorana — novos assentamentos densamente povoados e politicamente centralizados — que a cerâmica de tipo Kuass irá circular, gerando um compartilhamento de práticas sociais que procuramos captar pela SNA.

¹³² Retome-se aqui o argumento linguístico discutido no capítulo 2, que reforça a ideia de que havia, possivelmente, uma forma de se autodenominar utilizada por essa população, reconhecida na raiz *trt-*, que origina em grego a expressão tartessos e em latim, Turdetanos.

Esse segundo conjunto de redes que analisamos, portanto, considera a assim chamada cerâmica de tipo Kuass, produzida pelas comunidades localizadas na baía de Cádiz, entre os séculos V e III a.C. e consumidas por outras, especialmente por aquelas do sudoeste peninsular. Para essa rede que aqui começamos a vislumbrar, consideramos as seguintes localidades: Doña Blanca, Cádiz, Mesas de Asta, Jerez de la Frontera, Sanlúcar de Barrameda, Vejer de La Frontera, Algeciras, Huelva, Coria del Río, Las Cabezas de San Juan, Sevilha, Itálica, La Rinconada, Carmona, Castro Marim e Mértola. Percebe-se que algumas localidades foram retiradas e outras foram acrescentadas. O padrão de procurar contemplar interior e litoral foi mantido, e pudemos adicionar mais localidades que preenchessem o território entre essas duas zonas. Além disso, algumas ausências são explicadas por conta da impossibilidade de acesso às informações sobre esse conjunto cerâmico¹³³ — como é o caso da de Moura e Medellín —, e outras pelo desaparecimento do assentamento — casos de Cancho Roano e Escacena del Campo. Todavia, procuramos manter alguns aspectos deste espaço que nos ajudem a localizar e visualizar as redes: no litoral mantivemos Castro Marim, Huelva, Cádiz e Algeciras e acrescentamos Vejer de la Frontera; no interior temos à oeste Mértola, e à leste Carmona; o ponto mais ao norte agora passa ser La Rinconada, seguido por Sevilha, Itálica e Coria del Río; e ao território entre Cádiz e essa região do *Lacus Ligustinus* foram acrescentadas algumas localidades importantes, das quais falaremos mais adiante (ver mapa da figura 4).

Essa composição visa a atender um aspecto que interessa a esta pesquisa desde o princípio, qual seja, entender o processo de integração dessas duas zonas. Nesse sentido, fizemos um recorte na documentação arqueológica apresentada por Villedary y Mariñas, a responsável pela organização da cerâmica de tipo Kuass, como apresentado no capítulo anterior. O referido centro produtor está todo contemplado aqui nessa rede. Entretanto, aquilo que a autora denomina de “primeiro círculo consumidor” ou círculo do Estreito, não está totalmente representado em nossa análise. Isso se deu em função do limite espacial que colocamos para a pesquisa. Ainda que pudesse significar um ganho excepcional analisar pelo viés da SNA todas as localidades que essa autora considera

¹³³ Dentre as razões para essa inexistência temos a não publicação de resultados de escavações arqueológicas, ou mesmo a inexistência delas, ou ainda a dificuldade de acesso, seja do Brasil, de Sevilha e de Oxford, locais visitados durante a pesquisa.

como pertencentes ao círculo do Estreito, tivemos de excluir a costa mediterrânica da península Ibérica — com exceção de Algeciras — e o noroeste da África.

Outros componentes da análise que agora apresentamos são as formas que consideramos. No capítulo 3, vimos que os estudos de Ana Maria Niveau de Villedary y Mariñas, professora da Universidade de Cádiz, são os responsáveis pela organização dessa documentação arqueológica. Foi de seu trabalho principal (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001) que retiramos as principais informações para a criação das redes que se seguem¹³⁴. São dezessete as formas que compõem o conjunto que convencionou-se chamar de “tipo Kuass”, e todas elas podem ser consultadas no Anexo A

Ainda que a tabela seja bastante completa, convém fazer uma breve apresentação do que compõe cada uma das formas. As seis primeiras formas fazem referências a tipos específicos de pratos; a sétima se refere a bacias; a oitava diz respeito a uma taça; a nona se refere a tigelas¹³⁵; a décima são bacias; na décima primeira temos saleiros; a décima segunda são vasos alargados; a décima terceira forma é a do píxide; a décima quarta é dos suportes; a décima quinta, das formas fechadas; a décima sexta são lucernas abertas; e a décima oitava diz respeito a lucernas fechadas¹³⁶.

4.3.1 A rede

O resultado do cruzamento da tabela contendo as formas e as localidades consideradas (Apêndice B) gerou, como explicamos anteriormente, uma matriz quadrada que considera os índices de similitude material do encontro de cada nó dessa rede. Essa matriz, por sua vez, gerou o seguinte grafo:

¹³⁴ Além dele, tivemos acesso aos trabalhos de Sória e Palma (2017) para informações sobre Mértola; Escacena Carrasco e Moreno Mégias (2014) para Coria del Río; e Sousa (2005) para Castro Marim. Trata-se de relatos de escavações arqueológicas em que algumas peças novas foram identificadas.

¹³⁵ Optamos pela tradução de *cuenca* por tigela, diferenciando de *bol*, traduzido por bacia. Em sua descrição dessas formas, Villedary y Mariñas afirma que *cuenkos* são “formas globulares, en ocasiones de tendencia hemiesférica. Borde más o menos reentrante, que se incurva en el teórico superior de la pared suavemente, aunque a veces lo hace de forma más brusca y queda marcado al exterior por una carena. Pie anular y macizo, la mayor parte de las veces es ancho y apenas sobresale de la base, que se espesa y abulta al exterior”, (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001 p. 125); já o *bol* é uma “forma hemiesférica, de mayor tamaño que las anteriores, de las que también difiere por la tendencia que sigue la pared del vaso, reentrante en aquellas y mucho más hemiesférica, casi un semicírculo aquí” (VILLEDARY Y MARIÑAS, 2001, p. 137).

¹³⁶ A descrição completa de cada uma das formas pode ser encontrada no capítulo quatro da tese de Villedary y Mariñas (2001), p. 77-199.

Figura 14: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica de “tipo Kuass”

O índice máximo de similitude da cultura material dessa rede é 17, uma vez que estamos considerando dezessete formas em nossa análise. Como podemos ver na matriz (Apêndice D), o maior índice encontrado é 12, estabelecido entre Cádiz e Doña Blanca. Esse grafo, mais do que os anteriores, fica bastante poluído quando observamos todas as conexões juntas. Isso se dá em função de uma característica bastante relevante dessa rede, que é o fato de todos os nós estabelecerem contatos entre si. Podemos notar essa característica quando identificamos que a densidade da rede é 1, ou seja, que todos os contatos possíveis estão presentes. Isso significa que, mais do que nunca, devemos dar atenção ao peso das arestas, isto é, aos índices de similitude que a cultura material compartilhada nos fornece.

A importância das forças dos laços nessa rede pode ser percebida na tabela anterior. O fato de termos uma rede em que todos os nós se conectam acaba gerando essa situação em que aqueles dois fatores de centralidade, que nos foram tão relevantes na análise da rede anterior, agora não apresentam hierarquias. Podemos encarar o fato de as centralidades de aproximação e de intermediação serem iguais para todos os nós como sendo um indício de que essa produção local, por ter se difundido em maior quantidade

do que a importação grega, aproximou ainda mais as práticas sociais de todas essas localidades, sem que se destaque nenhum centro dentro dessa rede. Se considerarmos que as redes anteriores nos mostravam que tínhamos em curso um processo de integração das práticas sociais nesse espaço, parece-nos um dado relevante que encontremos, três séculos depois, comunidades muito mais próximas e, aparentemente, mais integradas.

Tabela 11. Categorias analíticas da rede das cerâmica “tipo Kuass”.

Label	Degree	Weighted degree	Eccentricity	Closeness centrality	Harmonic closeness centrality	Betweenness centrality	Authority	Clustering	Triangles	Eigencentrality
Doña Blanca	15	77	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Cadiz	15	68	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Mesas de Asta	15	64	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Algeciras	15	60	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Castro Marim	15	58	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Jerez de la Frontera	15	54	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Huelva	15	54	1	1	1	0	0.25	1	105	1
La Rinconada	15	52	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Coria del rio	15	49	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Italica	15	46	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Sevilha	15	37	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Mertola	15	37	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Las Cabezas de San Juan	15	34	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Sanlucar de Barrameda	15	28	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Vejer de La Frontera	15	15	1	1	1	0	0.25	1	105	1
Carmona	15	15	1	1	1	0	0.25	1	105	1

Ainda assim, não é possível dizer que não temos nenhuma hierarquia nessa rede. Organizamos a tabela 11 de tal maneira que o *weighted degree* (grau ponderado) aparecesse do maior para o menor. Em uma tabela em que quase todas as categorias analíticas são parecidas, são os graus dos nós, ponderados a partir de suas forças, que nos mostraram a única diferença entre as localidades. Doña Blanca, Cádiz, Mesas de Asta são os nós mais “pesados” dessa rede, aqueles que possuem os laços mais fortes. Em contrapartida, Vejer de la Frontera e Carmona são aqueles que menos peso têm.

O dado que ajuda a entender o porquê de toda essa semelhança entre os nós está no Apêndice B, onde podemos ver que a forma 2 de Villedary y Mariñas está presente em todas as localidades estudadas. Esse prato de comer peixe, forma bastante comum

entre fenícios e também presente na cerâmica ática, é responsável por haver ao menos um contato entre todos os nós da rede. Nesse sentido, os laços fracos (1 e 2) formam um grafo em si bastante complexo.

Figura 15: grafo das forças 1 e 2 da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica “tipo Kuass”

Já não é possível diferenciar com facilidade onde esses laços estão mais presentes. Peguemos os exemplos de Carmona e Vejer de la Frontera. São duas localidades cujos laços são exclusivamente 1. A primeira está ao interior e a segunda, no litoral. Aquela é uma ocupação mais antiga, datando já do período tartéssico e aparecendo inclusive em nossa análise anterior, enquanto esta, associada à turdetana *Baesippo*, é mais recente. Os laços fracos dominam a rede (45%), mas, diferentemente do que pudemos ver nas redes das cerâmicas gregas, os laços intermediários (índices 3 a 5 representam outros 45%) são quase tão numerosos quanto. Além disso, os dois eixos que identificamos nas redes anteriores também são difíceis de enxergar a partir desses laços fracos e intermediários.

Figura 16a: grafo da força 3 da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica
“tipo Kuass”

Figura 16b: grafos da força 4 da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica
“tipo Kuass”

Figura 16c: grafos da força 5 da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica “tipo Kuass”

Ainda que seja difícil encontrar padrões reconhecíveis, atentemo-nos, nesses três grafos, para onde se deslocam os emaranhados de conexões. Sevilla e Itálica nos dois primeiros grafos, concentram a maior parte das conexões, indicando que esses primeiros laços intermediários eram mais frequentes no interior. Já a rede com linhas marrons tem o emaranhado concentrado entre as localidades litorâneas.

O restante dos laços que poderíamos chamar de fortes (índices 6 a 12 representam 10%) apresentam a seguinte figura:

Figura 17: grafo das forças 6 a 12 da rede dos índices de similitude da cultura material –
Cerâmica “tipo Kuass”

Os vínculos mais fortes ainda se encontram no litoral, tal qual pudemos identificar no período anterior, das cerâmicas gregas. Além disso, mais nós entram nessa gama de índices altos, não se restringindo a dois ou três centros importantes. Entretanto, temos aqui um intruso interiorano, Coria del Río, localidade que também constava no período anterior. Sua presença nessa imagem indica, no mínimo, que precisamos analisar com atenção esse processo de integração entre litoral e interior. É necessário frisar, entretanto, que Coria del Río era uma cidade costeira, mas do *Lacus Ligustinus*, e não da costa atlântica.

Outros três nós que aparecem nesse último grafo merecem algumas observações. Doña Blanca fora um assentamento fenício densamente ocupado entre os séculos VII e III a.C., localizado na costa atlântica durante a Antiguidade, antes de um processo de sedimentação do estuário do rio Guadalete. Mesas de Asta fora uma comunidade tartéssica com uma interessante continuidade de ocupação nos períodos turdetanos e, posteriormente, romano — tornando-se a famosa Asta Régia. Não se tratava de uma cidade costeira, mas estava bastante próxima do estuário do rio Guadalete, com fácil acesso ao litoral gaditano. E, por fim, o que temos chamado de Jerez de la Frontera em

verdade é a união de dois sítios arqueológicos, Cerro Naranja e La Calerilla, ambos localizados nessa municipalidade. São dois pequenos núcleos habitacionais muito próximos, localizados em uma região bastante fértil, fazendo com que os arqueólogos os associem a locais de recolhimento de produção agrícola, à transformação desses produtos (produção de azeite, vinho e cereais), além de organizarem o transporte deles para as zonas litorâneas (GONZÁLEZ RODRIGUEZ; RUIZ MATA, 1999, p. 82-85).

Essas três localidades, juntamente com Cádiz, formam o que a autora chama de zona produtora, controlada politicamente por Cádiz. Nela se encontraram indícios de que ali se produzia todo o repertório e de que seu uso é cotidiano e se encontra em todos os contextos — industriais, habitacionais, ritualísticos, funerários, depósitos de lixo etc. (VILLEDARY Y MARÍÑAS, 2001, p. 399).

Com exceção desses três nós e de Cádiz, todas as outras localidades que aqui consideramos se encaixam no “primeiro círculo de distribuição” da cerâmica de tipo Kuass. Para essa pesquisadora

“en esta zona la vajilla ‘tipo Kuass’ sigue siendo muy abundante, cubre la demanda de vajillas barnizadas y documentamos la mayor parte de las formas de la vajilla pero, sin embargo, no llega a sustituir a la vajilla de cerámica común por lo que no pierde ese cierto carácter de ‘lujo’ propio de las vajillas barnizadas y sólo la encontramos en contextos relativamente tardíos (a partir de la segunda mitad del s. III a.C.)” (VILLEDARY Y MARÍÑAS, 2001, p. 400).

Em seus trabalhos iniciais, essa pesquisadora não considerava os assentamentos portugueses como partícipes dessa zona de influência de Cádiz. Entretanto, em escritos mais recentes (2008, 2014, 2015) ela tem incluído todo o Algarve, principalmente os assentamentos litorâneos, no âmbito de hegemonia gaditana. Como a citação acima nos avisa, a grande diferença entre as duas áreas é o repertório e o uso cotidiano, tendo o núcleo adotado intensamente seu uso enquanto nas outras localidades há a concorrência da cerâmica comum, que relega a de tipo Kuass à categoria de luxo.

Essa divisão que a historiografia e a arqueologia, especialmente espanhola, têm mantido nos últimos dezoito anos merece uma análise pormenorizada a partir da metodologia que aqui propomos.

4.3.2 Zona Produtora vs “Círculo do Estreito”

Observemos como fica o grafo¹³⁷ se consideramos somente o núcleo produtor.

Figura 18: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica “tipo Kuass” – Núcleo Produtor

Aqui vemos nitidamente que o núcleo produtor compartilha laços bastante fortes, os maiores dentre os existentes na rede. Doña Blanca e Cádiz possuem o vínculo mais forte de todos (índice 12), tratando-se, exatamente, do núcleo do núcleo produtor: Cádiz, a *polis* que controla o território, e Doña Blanca, o principal local de fabricação do vasilhame¹³⁸. Os outros vínculos, em ordem decrescente de força são: Mesas de Asta e Doña Blanca (valor 8), Mesas de Asta e Cádiz (valor 7), Doña Blanca e Jerez de la Frontera (valor 6), Jerez de la Frontera com Mesas de Asta e Cádiz (valor 5).

Jerez é o elemento discrepante nessa rede. Talvez porque, como apresentamos acima, trate-se de dois núcleos subordinados às outras três localidades. Entretanto, os valores de seus vínculos com os nós desse recorte da rede (índices 5 e 6) podem servir de parâmetro de comparação com outros nós que, tradicionalmente, são colocados fora do núcleo produtor.

Como pode ser observado no grafo da figura 16c, a quantidade de nós com laços 5 é muito grande, com poucas localidades ficando de fora. Os laços de valor 6¹³⁹ são responsáveis por incluir Coria del Río nesse seletor grupo, além de Huelva e Algeciras.

¹³⁷ Matriz correspondente encontrada no Apêndice E.

¹³⁸ Se observamos no Apêndice B, é possível ver que Doña Blanca apresenta todas as formas, enquanto Cádiz, apesar de também possuir locais de produção desta cerâmica, apresenta apenas 12.

¹³⁹ Ver figura 17.

Superando os laços de Jerez de la Frontera com localidades do núcleo produtor temos Castro Marim com Cádiz (índice 7), Algeciras com Doña Blanca (índice 7) e Castro Marim com Doña Blanca (índice 8 — igual ao de Mesas de Asta com Doña Blanca). Esses dados fazem com que o *Weighted Degree* de Castro Marim e Algeciras seja maior que os de Jerez de la Frontera¹⁴⁰. Em outras palavras, temos, ao menos, duas localidades com alguns critérios que as colocam à frente de um dos nós que compõem o núcleo produtor, segundo os pesquisadores desse conjunto material. Além disso, uma parte considerável dos nós dessa rede apresenta vínculos tão fortes quanto alguns daqueles que aparecem entre as localidades nucleares. Ademais, Coria del Río é uma localidade mais distante do litoral atlântico, e, considerados os vínculos de força 6, ela também se qualifica como candidata a figurar entre os nós do núcleo produtor, ao menos em se tratando de práticas sociais compartilhadas.

Essas comparações nos remetem ao problema da abordagem da produção e do consumo cerâmico por meio da ideia de dispersão, ou em círculos concêntricos. Essa é uma das questões que abordamos brevemente no início desse capítulo, quando apresentávamos as vantagens do uso da SNA aos olhos de Carl Knappett. Para ele e outros pesquisadores, pensar em termos de centros produtores e suas periferias, inspirados nos modelos de Wallerstein sobre sistemas-mundo, “implica que a influência/recursos irradiam de localidades uniformemente” (KNAPPETT, 2011, p. 5, tradução nossa).

Essa articulação entre centro produtor e círculos consumidores é pressuposto inquestionável nas análises de Villedary y Mariñas, e essa visão tem orientado uma série de estudos sobre o conjunto de cerâmicas de tipo Kuass. Como apresentamos no capítulo 3, pesquisas recentes vêm analisando outros centros produtores dessa cerâmica¹⁴¹. Entretanto, na maioria das vezes, esses trabalhos partem da ideia pronta de que estão estudando um círculo distante do núcleo produtor, e, portanto, deve tratar-se de uma produção menos importante, uma cópia.

Castro Marim é um interessante exemplo dessa visão. Sousa (2005), ao analisar esse vasilhame no sítio arqueológico do Castelo de Castro Marim, conclui que, a partir da quantidade, dos tipos e das disposições dos achados naquela localidade, haveria a

¹⁴⁰ Ver tabela 11.

¹⁴¹ Uma das principais pesquisadoras do tema é a arqueóloga Violeta Moreno Méguas (2014 e 2015), que propõe, por exemplo, que Coria del Río possa ser encarado como pertencente à zona produtora.

manutenção das relações entre as comunidades do sul de Portugal e as colônias fenícias da costa andaluz, quando estas trocavam produtos trazidos do mediterrâneo por metais extraídos das terras próximas ao vale do Guadiana. Para ela,

“os povoados [da costa algarvia] seriam controladas por ‘um grupo de comerciantes eventualmente dependentes de uma elite político-administrativa’, correspondendo ao modelo de sociedade oligárquicas proposto por O. Arteaga (1994, p. 34) para o “Círculo do Estreito” na segunda metade do I milénio a.C. [...] No entanto, a abundante quantidade de importações provavelmente oriundas da área gaditana, não só ao nível da cerâmica de mesa mas também de cerâmica comum e de produtos alimentares, estes últimos documentados pelos contentores anfóricos, parece indiciar uma certa relação de dependência com essa metrópole, que provavelmente exercia, também nos povoados algarvios, a sua hegemonia, em modulo semelhante ao que ocorria em relação a outros núcleos do ‘Círculo do Estreito’” (SOUSA, 2005, p. 129-130).

Nesse sentido não se pode vislumbrar outra posição para Castro Marim que não a de localidade consumidora. Ou, ainda, a relação entre ela e Cádiz é sempre hierárquica por si mesma, sem nenhum tipo de comparação mais ampla, com outros parâmetros. Aqui não negamos a validade desses estudos. Cádiz, como centro produtor — produzia o vasilhame há mais tempo; possui mais formas em seu repertório; são encontradas peças em vários contextos etc — exerce, de fato, algum tipo de controle sobre outras localidades.

Contudo, o que defendemos aqui é uma perspectiva mais horizontal dessa documentação, que pode gerar ganhos tais como redimensionar as escalas de produção do vasilhame, em oposição a zonas produtoras e zonas imitadoras. O que define a imitação é a qualidade? Quem determina o que é mais ou o que é menos qualificado?

Darío Bernal-Casasola (2015) afirma que cerâmicas de imitações são muito parecidas com seus protótipos, “sendo em determinadas ocasiões fiéis cópias do original, e, em outras, produções personalizadas que tomam de seus modelos alguns detalhes que permitem ao arqueólogo traçar laços de união entre elas” (BERNAL-CASASOLA, 2015, p. 16, tradução nossa). Parece-nos que a argumentação desse autor, de certa forma, contradiz a defesa da noção de imitação. Fazer uma cópia fiel com acréscimos dos

artesãos locais não pode ser uma produção em comum que busca, ao mesmo tempo, alguma diferenciação para marcar algum tipo de distinção, por exemplo, artística, autoral?

Assim sendo, considerando-se que aquilo que é tido como protótipo é a reprodução local de uma moda estrangeira —, suponhamos, por um instante, que quaisquer outras localidades que fabricam produtos associados àquele vasilhame podem pertencer a um amplo complexo produtivo, marcado por determinados aspectos locais, mas pertencente a uma rede mais ampla de trocas de produtos, e, também, principalmente, de práticas sociais — em termos de grafos, seria o da figura 17. Logo, Castro Marim e Algeciras, por terem práticas sociais mais próximas dessas localidades nucleares, não deveriam pertencer à zona produtora? Ou melhor, qual é a vantagem do uso dessa noção de centro e periferia, quando podemos identificar mais de um centro, a partir de categorias distintas, com ações e papéis específicos dentro de certas redes? Esse conjunto de nós que formam os laços mais fortes dessa rede não formam um núcleo produtor, mas também não são simplesmente consumidores passivos dos produtos de Cádiz. Por meio da SNA, pudemos identificar uma parte do sudoeste peninsular em que o compartilhamento das práticas culturais entre localidades litorâneas e interioranas — aqui representada na figura de Coria del Río — está cada vez mais intenso.

Para a cerâmica de tipo Kuass vimos que não foi possível identificarmos locais que exercessem outros tipos de centralidade que não o das forças de suas conexões. Com isso, pudemos afirmar que, apesar de identificarmos a zona interiorana cada vez mais integrada e conectada entre si e com o litoral, a grande manutenção que se verifica na passagem da rede de cerâmicas gregas para a de tipo Kuass é a concentração dos centros — nesse caso medidos a partir dos seus *Weighted Degree* — na faixa costeira. Se o primeiro período das cerâmicas gregas tinha Huelva como a localidade que controlava plenamente a rede de então, na transição da segunda rede de cerâmicas gregas para a de tipo Kuass, pudemos notar a multiplicação dos locais centrais, com laços cada vez mais fortes, como podemos observar na tabela de comparação dos valores dos índices em porcentagem.

Tabela 12: Comparação percentual entre os índices de similitude da cultura material de algumas duplas de nós.

Nós	Porcentagem do índice antes de 500 a.C.	Porcentagem do índice depois de 500 a.C.	Tipo Kuass
Huelva-Cádiz	28%	15%	24%
Cádiz-Castro Marim	6%	31%	41%
Huelva-Castro Marim	6%	15%	29%
Cádiz-Sevilha	17%	8%	18%
Cádiz-La Rinconada	6%	23%	29%
Castro Marim-La Rinconada	0%	31%	29%
Algeciras - Cádiz	6%	15%	35%
Algeciras - Huelva	6%	8%	29%
Algeciras - Castro Marim	6%	15%	29%
Cádiz- Doña Blanca	-	-	71%
Cádiz - Mesas	-	-	41%
Cádiz - Jerez	-	-	29%
Dona Blanca-Mesas	-	-	47%

Todos os vínculos ficam percentualmente mais fortes, inclusive os que conectam litoral e interior. A comparação entre as duas redes dos dois períodos pode ser mais bem visualizada e analisada como um todo a partir de seus grafos¹⁴².

Figura 19a: grafo em porcentagem da rede dos índices de similitude da cultura material – Grega antes de 500 a.C.

¹⁴² Matrizes podem ser vistas nos APÊNDICE F.

Figura 19b: grafo em porcentagem da rede dos índices de similitude da cultura material – Grega depois de 500 a.C.

Figura 19c: grafo em porcentagem da rede dos índices de similitude da cultura material – “tipo Kuass”

É possível percebermos que há mais linhas escuras por todo o complexo do grafo da figura 19c, sendo que há uma concentração maior delas no litoral. Os eixos articuladores que podiam ser vistos nos grafos das figuras 19a e 19b se perderam no emaranhado de conexões mais fortes que foram sendo criadas a partir daqueles primeiros elos que se construíram 400 anos antes. A rede verificada com a cerâmica de tipo Kuass é mais densa, com laços percentualmente mais fortes entre seus nós, e cujas zonas litorâneas e interioranas possuem vínculos mais intensos.

Partimos agora para a última parte, para a rede formada com a chegada de um novo vasilhame importado, o Campaniense. Com isso, nossa tarefa passa a ser identificar se essa nova importação altera esse padrão que vinha se estabelecendo. Se sim, como? Em caso negativo, quais aspectos desse processo ele reforça?

4.4 – Análise das redes das cerâmicas campanienses

Considerando o que vimos no capítulo anterior, a produção campaniense, seja ela A, B ou C, é fruto do mesmo processo histórico que levou ao surgimento da cerâmica “tipo Kuass”. Trata-se de centros oleiros fabricando objetos cerâmicos que tinham como uma das principais influências a cerâmica de tinta preta ática. A princípio, esses produtos atingem comunidades distintas em escalas regionais, mas, na virada do século III para o II a.C., aquelas feitas por artesãos da Campania extrapolam as barreiras regionais e se tornam preponderantes para além da península Itálica, chegando às comunidades do sudoeste da península Ibérica. As Campanienses C não chegam em quantidade considerável ao solo ibérico.

Nessa última etapa, temos 16 localidades, muitas das consideradas nas redes anteriores, mas também algumas novas¹⁴³ e outras ausências¹⁴⁴. Entretanto, da mesma forma que frisamos anteriormente, como as zonas estudadas se mantêm representadas, não vislumbramos grandes perdas ou alterações substanciais que invalidem a análise.

¹⁴³ Temos como novidade Alcalá del Río (*Ilipa* na Antiguidade), Baelo Claudia, Dos Hermanas (*Oripipo* na Antiguidade), Osuna (*Urso* na Antiguidade) e Utrera.

¹⁴⁴ As ausências são Doña Blanca (que deixa de ser ocupada a partir do século III a.C.), Jerez de la Frontera (sem registros de campanienses), Las Cabezas de San Juan (sem registros de campanienses), Vejer de la Frontera (sem informações publicadas).

O total de formas consideradas para essa rede foi 25, sendo 16 pertencentes à Campaniense A e 9 à Campaniense B (ver Apêndice C)¹⁴⁵. Aqui, assim como fizemos com as cerâmicas de origem grega, optamos pela visão de uma rede que considere todas as formas, uma somente com a Campaniense A e outra com a B. Entretanto, diferentemente daquela, como produções campanienses são contemporâneas e chegam quase ao mesmo tempo à península Ibérica, o objetivo dessa divisão é buscar entender se uma é mais efetiva do que a outra no processo de integração por elas promovido, e, se sim, procurar explicar o porquê desse fenômeno.

As formas que consideramos são basicamente variações daquelas consideradas para a rede anterior, isto é, o repertório é composto de taças, pratos, tigelas, bacias etc. Suas formas compõem majoritariamente um vasilhame de mesa completo, que rivalizava, em determinados momentos, com as formas de tipo Kuass.

Tradicionalmente, os conjuntos campanienses são utilizados para se debater o grau de romanização das populações que consomem tais produtos. Vinculados diretamente às Guerras Púnicas e à presença efetiva de contingentes populacionais itálicos em solo ibérico desde finais do século III a.C., esses conjuntos são amplamente encontrados por todo o território espanhol e português — em particular aqueles conhecidos como A e B. O debate que trouxemos no capítulo anterior e pretendemos retomar a partir de agora diz respeito a dois aspectos: até que ponto a produção campaniense é “medida de romanização”, uma vez que é fabricada por artesãos de diferentes pontos da península Itálica; e se se trata de uma moda cerâmica que emula as antigas produções áticas, devemos falar em romanização, em helenização, em mediterraneização? Ou, ainda, é possível relacionar essa questão da produção itálica inspirada em elementos gregos à “revolução cultural romana” de Wallace-Hadrill (2008)?

¹⁴⁵ Como anunciamos no início do capítulo, o banco de dados que utilizamos para a criação dessas redes foi a tese de Ventura Martínez, *La cerámica campaniense en andalucía occidental*, de 1990. Entretanto, seu autor, seguindo a lógica da arqueologia espanhola dos anos 1980, se restringiu aos sítios andaluzes. Portanto, uma vez que vínhamos considerando localidades importantes como Castro Marim e Mértola, fizemos uso de dois trabalhos sobre essas localidades, com o objetivo de complementar as informações do arqueólogo espanhol. São eles Luis (2000), *A cerâmica campaniense de Mértola*, e Arruda (2003), *Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim: balanço e perspectivas*. A importância da pesquisa de Ventura Martínez se dá pela relevância que sua tese possui ainda hoje, sendo citada por diversos pesquisadores como trabalho essencial para o conhecimento desse conjunto no sudoeste peninsular, tais como García Vargas e García Fernández (2009), Villedary y Mariñas (2008), Moreno Méguas (2015), dentre outros.

Portanto, a análise desse vasilhame pela perspectiva da SNA tem um objetivo mais particular de pensar qual seu papel na articulação entre litoral e interior da Turdetânia / Bética, e um mais amplo, na longa duração, que pretende refletir acerca de sua inserção em um processo de transformação das conexões locais que é muito anterior. Nossa proposta se baseia na ideia de que essa abordagem local pode auxiliar nas formulações sobre as transformações globais que ocorriam ao final do primeiro milênio antes de Cristo.

4.4.1 – A rede Campaniense A e B

Figura 20: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica Campaniense A e B.

Mantendo a metodologia de criação de todas as redes anteriores, obtivemos o grafo acima¹⁴⁶ considerando-se as 25 formas.

É importante lembrar neste momento que o índice máximo de similitude desta rede é 25, isto é, valor referente ao número total de formas consideradas. Como a matriz

¹⁴⁶ Para matriz dos índices de similitude da cultura material das cerâmicas Campanienses A e B, ver APÊNDICE G.

e a legenda indicam, o maior índice encontrado nesta rede é 19, obtido no encontro entre Itálica e Sevilha. Uma vez mais, a rede disposta de tal forma parece poluída, dificultando análises específicas. Entretanto, trata-se, evidentemente, de uma rede bastante densa, com uma diversidade de cores não vista até o momento. Os laços amarelos, que caracterizam as conexões fracas, quase “somem” no emaranhamento desenhado. A densidade dessa rede é 0,958, o que indica que não estão presentes todos os laços possíveis. Apesar disso, seu valor é bastante alto, beirando o valor máximo, que seria 1.

O primeiro tópico que chama atenção, conseqüentemente, é que o laço mais forte, que sempre foi identificado entre nós do litoral, pela primeira vez, se encontra no interior. Os segundos laços mais fortes são os de valor 18, encontrados entre essas duas localidades e Cádiz. O triângulo que se forma retoma o tópico do eixo do Guadalquivir (na figura 21a).

Figura 21a: grafo das redes dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica Campaniense A e B – Forças 18 e 19

Para que tenhamos ainda mais clareza de sua importância, adicionemos ao grafo os outros laços fortes (valores 12, 13 e 14) e temos este cenário:

Figura 21b: grafo das redes dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica Campaniense A e B – Forças 12, 13, 14, 18 e 19

Como pode ser visto, o núcleo dessa rede é o triângulo Itálica-Cádiz-Sevilha. Entretanto, adicionando os outros laços fortes, podemos visualizar que outras localidades são inseridas na rede, todas elas nas proximidades do vale do Guadalquivir — Coria del Río mais ao interior, Mesas de Asta nas proximidades de Cádiz, e Huelva na outra ponta da entrada para o *Lacus Ligustinus*. Aquele pedaço dessa rede local, que vinha se constituindo como eixo importante de articulação entre litoral e interior, torna-se, ao final do primeiro milênio, o grande eixo da rede. Esse recorte da rede mais ampla representa 10,43% do total das conexões possíveis.

As localidades do outro eixo que havíamos identificado, o do Guadiana, só fazem parte da rede quando incluimos os laços de força intermediária (valores 6 a 11). Considerando essas conexões, Castro Marim, Mértola e Algeciras, nós importantes nas outras redes, aparecem conectados às outras localidades. Os membros do núcleo mais forte também possuem inúmeros laços de índice intermediário. É possível afirmar, então, que não há mais uma separação visível entre 2 eixos articuladores. Agora, temos apenas

um eixo forte que articula os laços intermediários, que por sua vez representam 25,22% do total dos laços existentes.

Já os laços mais fracos (valores 1 a 5), representam a maioria das ligações nessa rede — 64,35%. Esses índices incluem os nós restantes, Baelo Claudia, Sanlúcar de Barrameda, Utrera, La Rinconada e Alcalá del Río. Como podemos observar abaixo, não é possível dizer onde estão concentrados tais laços, uma vez que eles estão distribuídos por todo o espaço analisado.

Figura 23: grafo da rede dos índices de similitude da cultura material – Cerâmica Campaniense

Essa compartimentação da rede de cerâmicas Campanienses A e B nos ajuda a entender cada uma de suas partes e como elas se constituem. Como sempre, os laços fracos fazem da rede uma rede conectada, enquanto os laços fortes indicam o eixo de articulação que merece mais destaque. Não à toa, os nós desse núcleo dominam também as principais categorias analíticas que temos utilizado.

Tabela 13: Categorias analíticas da rede de cerâmicas Campanienses A e B

Label	Degree	Weighted degree	Eccentricity	Closeness centrality	Harmonic closeness centrality	Betweenness centrality	Authority	Clustering	Triangles	Eigencentrality
Itálica	15	138	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Sevilla	15	136	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Cadiz	15	132	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Mesas de Asta	15	113	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Coria del Río	15	104	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Huelva	15	101	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Algeciras	15	85	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Castro Marim	15	83	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Mértola	15	75	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Osuna	15	72	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Útrera	14	49	2	0.9375	0.966667	0.0733	0.245622	0.989011	90	0.950632
La Rinconada	13	41	2	0.882353	0.933333	0	0.230689	1	78	0.892808
Baelo Claudia	15	40	1	1	1	0.4196	0.258354	0.952381	100	1
Alcala del rio	14	30	2	0.9375	0.966667	0.0733	0.245622	0.989011	90	0.950632
Dos Hermanas	13	24	2	0.882353	0.933333	0	0.230689	1	78	0.892808
Sanlúcar de Barrameda	11	15	2	0.789474	0.866667	0	0.19669	1	55	0.761244

Aqui fica evidente o quão pesados são aqueles nós, principalmente os que formam o triângulo nuclear. A centralidade de proximidade indica que os nós que possuem laços fortes e intermediários estão todos a menor distância do restante da rede, ainda que a diferença nos valores para o restante das localidades não nos permita indicar um centro separado do restante da rede. A centralidade de intermediação, por sua vez, apresenta um quadro parecido, com esse conjunto de nós com forças intermediárias e fortes possuindo papéis relevantes na mediação das relações entre os pares de nós aqui considerados. Entretanto, como os valores da intermediação são idênticos entre eles, não podemos dizer que há um ou mais nós específicos que centralizem a rede.

É possível verificarmos que em redes mais densas e (quase) toda conectada, é difícil que tenhamos um centro que domine todas as ações — como no caso da cerâmica de tipo Kuass. Com o espaço praticamente todo integrado, o que acaba diferenciando e indicando eixos articuladores mais ou menos fortes são os graus ponderados. Não obstante, precisamos verificar se esse quadro de integração a partir de um eixo específico se mantém quando dividimos o conjunto das cerâmicas campanienses.

4.4.2 – Rede da Campaniense A

As cerâmicas Campanienses A são de origem napolitana, e dominam o cenário mediterrânico entre os séculos II e I a.C. São também consideradas herdeiras diretas da produção ática, e fizeram bastante sucesso entre as comunidades do sudoeste peninsular. De fato, como anunciamos anteriormente, ela inclui um número maior de formas dentre o conjunto de campanienses considerado: 16 — quase o dobro da quantidade de formas da Campaniense B.

O grafo correspondente à sua matriz¹⁴⁷ é:

¹⁴⁷ Para consultar a matriz da rede cerâmica Campaniense A, ver APÊNDICE H.

Figura 24: grafo rede cerâmica Campaniense A

A densidade dessa rede é 0,758, valor menor que o da rede correspondente às duas campanienses juntas. Isso nos indica que há mais nós que não realizam contato entre si. Esse dado é relevante para comparar com o da rede da Campaniense B pois será um ótimo indicador de qual conjunto cerâmico gera mais contatos entre essas localidades, podendo sugerir em qual rede há mais práticas sociais comuns.

Chama nossa atenção no grafo as linhas de cor preta (índice 12), pois colocam em contato de mesma força Sevilla-Itálica-Cádiz. Diferentemente do que indicava a rede das cerâmicas Campanienses A e B juntas, quando o laço mais forte era exclusivamente entre as duas primeiras localidades, aqui o vínculo mais forte é entre as três. Para sermos mais exatos, os laços mais fortes são aqueles realizados por Itálica com Sevilla e com Cádiz, o que faz da primeira o nó mais importante desse primeiro eixo que se destaca. E, ainda considerando os laços mais fortes, se observamos as retas cinza (índice 11), roxo (índice 10) e azul escura (índice 9), encontramos a extensão desse eixo, que novamente concentra os nós mais próximos do Guadalquivir e do litoral, próximos à sua desembocadura.

Figura 25: grafo rede cerâmica Campaniense A – Índices 9 a 12

Da perspectiva litorânea temos os mesmos nós exercendo seu papel de relevância: Huelva sempre com laços fortes com Cádiz e localidades ao interior, neste caso Sevilla; Cádiz, desde o século IV a.C., com a cerâmica tipo Kuass, se apresenta como o nó litorâneo com os laços mais significativos. Já do lado interiorano, Itálica e Sevilla estabelecem os laços mais fortes, tanto entre si quanto com os outros dois do litoral. Mais interessante ainda é o fato de que todos os laços possíveis entre esses nós são fortes. Há a formação de um emaranhado importante, tanto porque todos os nós mais fortes estão concentrados entre essas quatro localidades, quanto pelo fato de que todos os possíveis nós entre elas estão entre os de maiores índices. Esse conjunto de conexões representa 6.59% do total desta rede.

Tomando agora como parâmetro os laços de índices intermediários (5 a 8), temos o seguinte quadro:

Figura 26: grafo rede cerâmica Campaniense A – Índices 5 a 8

Nesse recorte é possível observar que Itálica e Sevilha continuam mantendo laços intensos (índice 8) com localidades mais próximas do litoral, tal como Mesas de Asta e Algeciras. Além disso, Cádiz e Mesas de Asta apresentam índices importantes entre elas. São esses nós que dominam o cenário intermediário, com o acréscimo de Mértola e Coria del Río, que são incluídos quando consideramos os laços de índice 5 e 6. Chama atenção, entretanto, um nó em particular, Castro Marim. Localidade relevante em todos os outros cenários analisados, é interessante observar que ela não aparece em nenhum dos dois primeiros recortes na rede das Campanienses A, podendo indicar uma diminuição da relevância do eixo do Guadiana, ao menos quando se trata desse conjunto cerâmico.

Assim como o primeiro recorte, verificamos que os laços intermediários não representam grande parte das conexões existentes, pois são apenas 17,58% do total. Isso nos indica que a maioria dos laços que temos a partir das cerâmicas napolitanas são de laços que podemos entender como fracos. 81,32% das conexões que os nós dessa rede apresentam estão entre os índices 1 a 4.

Figura 27a: grafo da rede cerâmica Campaniense A – Índice 1

Figura 27b: grafo da rede cerâmica Campaniense A – índice 2

Figura 27c: grafo da rede cerâmica Campaniense A –Índice 3

Figura 27d: grafo da rede cerâmica Campaniense A –Índice 4

Como podemos observar, a maior parte dos contatos está nos índices 1 a 3, espalhando-se por todos os nós da rede. Com os laços mais fracos, todos as localidades se conectam ao emaranhado, em sua maioria realizando mais de uma conexão. A exceção é Dos Hermanas, que mantém relação somente com Mesas de Asta. Essas observações nos levam diretamente para o exame das categorias analíticas, porque o laço fraco entre essas duas localidades fará enorme diferença em uma das categorias mais importantes.

Tabela 14. Categorias analíticas da rede Campanienses A

Label	Degree	Weighted degree	Eccentricity	Closeness centrality	Harmonic closeness centrality	Betweenness centrality	Authority	Clustering	Triangles	Eigencentrality
Italica	14	79	2	0.9375	0.966667	1.849603	0.289427	0.835165	76	0.993335
Cadiz	14	76	2	0.9375	0.966667	1.849603	0.289427	0.835165	76	0.993335
Sevilla	14	71	2	0.9375	0.966667	1.849603	0.289427	0.835165	76	0.993335
Huelva	14	64	2	0.9375	0.966667	1.849603	0.289427	0.835165	76	0.993335
Mesas de Asta	15	56	1	1	1	15.849603	0.291218	0.72381	76	1
Algeciras	14	52	2	0.9375	0.966667	1.849603	0.289427	0.835165	76	0.993335
Mertola	12	41	2	0.833333	0.9	0.7	0.259122	0.909091	60	0.889158
Coria del Rio	12	39	2	0.833333	0.9	0.717857	0.257886	0.909091	60	0.884902
La Rinconada	12	30	2	0.833333	0.9	0.840079	0.256396	0.893939	59	0.879828
Castro Marim	11	23	2	0.789474	0.866667	0.2	0.244033	0.963636	53	0.837273
Alcala del rio	11	19	2	0.789474	0.866667	0.322222	0.242543	0.945455	52	0.832199
Osuna	9	16	2	0.714286	0.8	0.1	0.200104	0.972222	35	0.686745
Sanlúcar de Barrameda	11	15	2	0.789474	0.866667	0.572222	0.237952	0.909091	50	0.816593
Baelo Claudia	10	14	2	0.75	0.833333	0.45	0.218188	0.911111	41	0.748815
Utrera	8	8	2	0.681818	0.766667	0	0.183713	1	28	0.63037
Dos Hermanas	1	1	2	0.517241	0.533333	0	0.02375	0	0	0.081709

Como esperado, os nós com laços mais fortes possuem *degree weighted* maior. É o caso do “quadrado” formado por Itálica-Sevilha-Cádiz-Huelva destacado anteriormente. O peso dessas localidades, não só pelas conexões que estabelecem entre si, mas também pelos índices de similitude da cultura material que mantêm com os outros nós, fazem com que eles ocupem o topo da tabela, quando consideramos essa categoria analítica. É importante notarmos, também, que não há destaque para nenhuma das zonas (litoral e interior), uma vez que há uma intercalação entre localidades mais próximas do litoral e aquelas mais distantes, não nos permitindo dizer que os laços mais fortes se encontram mais próximos do mar ou mais distantes.

Se esse critério de análise parece de acordo com o observado nos grafos e na própria matriz, não podemos dizer o mesmo das centralidades, com ênfase na de intermediação (*betweenness centrality*). Mesas de Asta apresenta *closeness centrality* 1, indicando que ela é o nó que está mais próximo de todos os outros nós dessa rede. Mesas é a única localidade que está conectada a todos os outros entes da rede, em função de sua conexão exclusiva com Dos Hermanas. Isso faz dela uma localidade central pela qualidade de seus contatos, porque compartilha mais práticas sociais relacionadas à cultura material importada, e não necessariamente pelo índice que suas conexões têm.

Ainda mais chamativa é a discrepância entre o *betweenness centrality* de Mesas de Asta para o restante da rede. Essa intermediação muito alta é decorrência, como observamos, de esta localidade compartilhar com Dos Hermanas uma forma que nenhuma outra localidade compartilhava, segundo os bancos de dados consultados. Essa forma, como pode ser observada no Apêndice C, é a Lamb. 59, um pequeno lécito globular com uma asa vertical (MOREL, 1994, p. 362), não encontrada em nenhuma outra localidade que consideramos. Esse contato entre dois nós que não estão entre aqueles mais destacados pela quantidade de peças que possuem, ou mesmo pelas forças de seus laços, faz com que Mesas de Asta, nesse período marcado pela construção da hegemonia romana, seja o principal centro intermediador das práticas sociais identificadas a partir da cerâmica Campaninense A.

Essa constatação é importante, primeiro, pois destaca que a força das conexões nem sempre indicam os nós mais importantes da rede. Ela demonstra que é necessário observar o máximo de informações disponíveis. Segundo, ao verificarmos que uma forma em especial pode alterar a dinâmica de uma rede, é preciso analisar o impacto que essas formas têm quando são muito ou pouco compartilhadas. Nas redes analisadas anteriormente, chamamos atenção para alguns objetos que, por serem compartilhados por quase todas as localidades, eram responsáveis pela sua coesão. No caso da Campaninense A, não há uma única forma que seja mais compartilhada que todas as outras, e que, portanto, mereça destaque. Pelo contrário, é esse lécito, compartilhado apenas por dois nós, que chama nossa atenção.

4.4.3 – Cerâmica Campaniense B

Com relação à produção de verniz negro inspirado nas cerâmicas etruscas, temos um quadro bastante diferente. Apesar de contemporâneas e frutos do mesmo fenômeno de implementação de uma hegemonia sobre o Mediterrâneo Ocidental, o auge da presença da Campaniense B coincide com o período de diminuição da Campaniense A, “com as quais compartilha um mercado antes monopolizado pelo vasilhame napolitano” (PRINCIPAL; LACOMBA, 2013, p. 96). As produções campanienses B estão bastante associadas ao comércio de vinho, sendo encontradas em grande quantidade nos mesmos navios naufragados em que se identificavam ânforas de transporte de vinho. Foram consideradas 9 formas para a confecção do seguinte grafo¹⁴⁸:

Figura 28: grafo da rede cerâmica Campaniense B

¹⁴⁸ Para a matriz correspondente, ver APÊNDICE I.

Nessa matriz, o maior índice de similitude da cultura material possível entre dois nós era 9, valor atingido por Coria del Río e Sevilha. Outros valores altos também podem ser observados em um primeiro olhar menos criterioso. Por outro lado, identifica-se também que, nos bancos de dados consultados, Sanlúcar de Barrameda não apresenta exemplares dessas formas de Campaniense B, levando esta localidade a não estabelecer conexões nessa rede.

Observando especificamente o grafo, esta rede apresenta um cenário bastante diferente do da Campaniense A. Para delinear melhor as especificidades dela, como de praxe, começemos observando os laços mais fortes. As conexões azul-escuro (índice 9) e azul claro (índice 8) formam um triângulo, que até esse momento não havia aparecido. Do quadrado que representava o núcleo de laços fortes da Campaniense A, apenas Sevilha se mantém como localidade importante, com Coria del Río e Castro Marim aparecendo como novidades. Essa última, por sua vez, retorna a uma posição de relevância que não apresentava desde a rede “tipo Kuass”, quando figurava entre os nós com laços mais fortes. Castro Marim, por outro lado, mostra-se como a localidade litorânea mais proeminente, estabelecendo os vínculos mais fortes com as duas localidades interioranas mais importantes dessa rede.

Figura 29: grafo da rede cerâmica Campaniense B – Índices 7 a 9

Pra manter o padrão das análises anteriores, é possível acrescentar a esse núcleo inicial de índices 9 e 8, os laços de força 7, e considerá-los todos representantes dos laços fortes. Nesse caso, entrariam as linhas de cor verde escura, resultando no seguinte grafo, que apresenta 9,09% das conexões constatadas.

Os outros nós que temos observado como relevantes nesse período aparecem quando temos essa configuração de conexões. Itálica, Mesas de Asta e Cádiz já figuravam entre as localidades importantes, e aqui estabelecem vínculos fortes com o triângulo Coria de Río-Sevilha-Castro Marim, principalmente por intermédio das duas primeiras. A ausência mais notável aqui é Huelva, um dos quatro vértices que compunham o quadrado nuclear da rede formada pelas Campanienses A.

Esse grafo, que por ora analisamos, tem algumas simetrias bastante interessantes. Esses três nós que aparecem nesse grafo possuem conexões de índice 7 com Coria del Río e Sevilha, fazendo com que esses, por sua vez, tenham exatamente as mesmas conexões fortes. Efetivamente, eles apresentam rigorosamente as mesmas conexões e os mesmos valores nas categorias analíticas, que veremos mais adiante, pois são os dois únicos nós que possuem todas as formas de Campaniense B analisadas em seu repertório (ver Apêndice C). Esse fato provavelmente faz com que as práticas sociais que eles compartilham com o restante da rede seja idêntico para ambos.

Considerando as forças seguintes (índices 5 e 6), temos os mesmos nós participando da rede, com o acréscimo de Osuna, que na Campaniense A também figurava como nó pertencente à rede de laços intermediários. Os elos um pouco mais fracos (índices 3 e 4), colocam em cena localidades como Algeciras — detentora de muitas conexões dessa natureza —, Huelva, Mértola e Utrera.

Figura 30a: grafo da rede cerâmica Campaniense B – Índices 3 e 4

Figura 30b: grafos rede cerâmica Campaniense B –índices 5 e 6

As últimas localidades a serem incorporadas à rede, e o fazem pelos laços fracos, são La Rinconada, Alcalá del Río, Baelo Claudia e Dos Hermanas. Os laços de índices 1 e 2 representam 48,48% da rede. Como podemos observar no grafo a seguir, todos os nós apresentam ao menos uma conexão com esses índices, o que torna essas conexões as mais

frequentes dentro dessa rede — característica comum entre todas aquelas que analisamos até aqui. Entretanto, é importante notar que as duas localidades ao norte possuem apenas laços de índice 1, enquanto Baelo e Dos Hermanas têm quase todos os elos com índice 2.

Figura 31: grafo rede cerâmica Campaniense B – Índices 1 e 2

Essa coloração do grafo indica, principalmente, que as práticas sociais atreladas a esse vasilhame importado chegam com menos força às localidades mais ao norte. Não se trata, porém, de uma questão meramente geográfica, uma vez que Sevilha e Itálica estão a poucos quilômetros delas e têm índices muito diferentes. La Rinconada, como vimos ao longo das análises anteriores, sempre foi um nó importante na rede. De fundação tartéssica, mantém-se como povoamento permanente até meados do século I a.C. O sítio mais importante desta localidade é Cerro Macareno, que tem sido utilizado nos últimos anos para repensar a datação dos períodos de ocupação e de intercalação das culturas arqueológicas que marcaram esse território. Algumas escavações realizadas, nos anos 1980, por Manuel Pellicer Catalán (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2002, p. 220), fizeram com que ele propusesse seis horizontes culturais: o primeiro é o Bronze final, quando se ocupa pela primeira vez essa localidade, no século VIII a.C.; em seguida vemos o período orientalizante, marcado pela chegada das primeiras influências fenícias, datando dos séculos VII e VI a.C.; os quatro horizontes seguintes são apresentados por Manuel Pellicer como etapas do processo de iberização da cultura material, com o protoibérico

(séculos VI e V a.C.), ibéricos inicial (séculos V e IV a.C.), pleno (séculos IV e III a.C.) e final, ou ibero-romano (séculos III a I a.C.) (PELLICER CATALÁN, 1978, p. 371). Essa cronologia indica, portanto, que a ocupação de Cerro Macareno entra em declínio entre os séculos III e I a.C. Recentemente, autores como García Fernández e Ferrer Albelda (2002) têm proposto outra divisão temporal e outra nomenclatura, chamando a época que se segue ao orientalizante de “período turdetano”, como vimos nas discussões dos capítulos 1 e 3. Ainda assim, a base dessa organização temporal se deve aos primeiros trabalhos de Pellicer Catalán.

Enquanto a ocupação de La Rinconada entra em declínio no século III a.C. — e o sítio é completamente abandonado por volta do século I a.C., o que explicaria a pouca presença de cerâmica de origem itálica —, Alcalá del Río, contudo, não pode ser analisada da mesma forma. Apesar de não figurar como localidade nas outras redes que analisamos nesse capítulo, muito por conta da ausência de evidências arqueológicas reunidas nos bancos de dados consultados, a ocupação de Alcalá del Río remonta à mesma época de La Rinconada. Seu assentamento mais importante fora o de Ilipa, que em época romana era conhecida como Ilipa Magna, palco de uma importante batalha entre os exércitos cartaginês, comandado por Asdrúbal Giscão e Magão Barca, e romano, sob comando de Cipião Africano, no ano de 206 a.C. (Políbio, Histórias, X). A incorporação dessa localidade ao controle de Roma se dá a partir do século II a.C., e, paulatinamente, a cidade vai adotando elementos estrangeiros, mas sempre com uma forte permanência de aspectos turdetanos (GUTIÉRREZ et al, 2012, p. 700-701).

Temos, portanto, um centro urbano em processo de abandono e outro incorporado à nova hegemonia que se constituía. Diferentemente do que vimos na rede das Campanienses A, aqui, essas duas localidades figuram como agentes que pouco participam das práticas sociais associadas às cerâmicas que, por seu brilho e sua sonoridade, lembram objetos de metal¹⁴⁹. Seja porque se trata de uma moda que não agradava a população desses dois centros urbanos, seja porque os bancos de dados consultados possuem algum tipo de defasagem¹⁵⁰, a imagem que temos nesse momento é

¹⁴⁹ Ver 140-141 do capítulo 3, sobre as características da Campaniense B.

¹⁵⁰ Ainda que tenhamos verificado que não há registros de escavações arqueológicas em que novas cerâmicas campanienses tenham sido encontradas, não é possível descartar a possibilidade de novas peças aparecerem nos próximos anos.

de que se tratava de nós bastante isolados nessa rede e que não tinham qualquer centralidade.

Sobre esse aspecto, é preciso apresentar algumas considerações. Na tabela abaixo, temos mais uma vez uma situação sem um nó de destaque por conta de alguma de suas categorias de centralidade — de proximidade ou de intermediação. É interessante notar que temos oito localidades com os maiores valores de intermediação, o que significa que todas elas dividem o controle sobre informações que eventualmente circulassem dentro dessa rede. Além disso, esses nós, juntamente com Algeciras, apresentam uma proximidade muito grande com todos os outros nós da rede, alcançando-os mais facilmente do que Huelva, Mértola, e outros.

Tabela 15: Categorias analíticas da rede Campaniense B

Label	Degree	Weighted degree	Eccentricity	Closeness centrality	Harmonic closeness centrality	Betweenness centrality	Authority	Clustering	Triangles	Eigencentrality
Sevilla	14	65	1	1	1	0.583838	0.270566	0.934066	85	1
Coria del Rio	14	65	1	1	1	0.583838	0.270566	0.934066	85	1
Castro Marim	14	60	1	1	1	0.583838	0.270566	0.934066	85	1
Italica	14	59	1	1	1	0.583838	0.270566	0.934066	85	1
Cadiz	14	57	1	1	1	0.583838	0.270566	0.934066	85	1
Mesas de Asta	14	57	1	1	1	0.583838	0.270566	0.934066	85	1
Osuna	14	54	1	1	1	0.583838	0.270566	0.934066	85	1
Utrera	14	41	1	1	1	0.583838	0.270566	0.934066	85	1
Huelva	13	35	2	0.933333	0.964286	0.281818	0.255119	0.961538	75	0.942855
Mertola	13	35	2	0.933333	0.964286	0.281818	0.255119	0.961538	75	0.942855
Algeciras	14	33	1	1	1	0.583838	0.270566	0.934066	85	1
Baelo Claudia	12	22	2	0.875000	0.928571	0.090909	0.238421	0.984848	65	0.881104
Dos Hermanas	12	19	2	0.875000	0.928571	0.090909	0.238421	0.984848	65	0.881104
Alcala del rio	11	11	2	0.823529	0.892857	0	0.220554	1	55	0.81504
La Rinconada	11	11	2	0.823529	0.892857	0	0.220554	1	55	0.81504
Sanlúcar de Barrameda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

A categoria que nos auxilia a pensar nas localidades mais importantes dessa rede é, uma vez mais, o *weighted degree*, isto é, a quantidade de conexões que um nó possui, ponderando os pesos de cada um deles. Sevilha e Coria del Río, como destacamos anteriormente, têm índices exatamente iguais. Castro Marim aparece logo em seguida, precedida por Itálica e Cádiz, dois nós extremamente relevantes na rede das Campanienses A. Cádiz apresenta o mesmo índice que Mesas de Asta, em uma demonstração interessante de que, ao menos a partir da análise desse vasilhame, não

podemos considerar essa cidade litorânea como um nó proeminente no período em questão.

Ainda que não exista uma evidente divisão entre litoral e interior, no sentido de um ter mais laços fortes que o outro, fica mais fácil visualizar que Sevilha, Coria del Río e Itálica indicam um destaque maior do que Cádiz, Huelva e Castro Marim. Trata-se de uma tendência que vínhamos verificando anteriormente. É preciso agora, compararmos os grafos a partir de suas porcentagens para que possamos ter uma imagem melhor dos dois fenômenos de importação cerâmica que nos interessa.

4.4.4 – Comparação entre A e B

Diferentemente do que fizemos quando separamos as formas das cerâmicas gregas em dois grupos por conta da periodização, a divisão entre Campaniense A e Campaniense B se dá pelas regiões produtoras e pelas características de cada conjunto. Uma vez que são contemporâneas, tanto na produção quanto na exportação, sendo encontradas, em muitos casos, nos mesmos contextos arqueológicos, organizar a análise dessa maneira nos ajuda, especialmente, a entender qual o papel de cada um dos vasilhames quando se trata de estabelecer conexões entre as localidades que nos interessa.

Portanto, o que fizemos foi utilizar a mesma metodologia que adotamos quando comparamos grafos de redes distintas, que é a padronização dos índices por suas porcentagens. Para melhor visualizar essa comparação, atentemo-nos para a tabela presente no Apêndice J¹⁵¹.

Trata-se da sobreposição de duas matrizes, em que ambas apresentam os índices dos contatos entre os diferentes nós, tanto para a Campaniense A (valor à esquerda em cada célula) quanto para a Campaniense B (valor à direita na tabela)¹⁵². Dessa forma, podemos vislumbrar, a cada encontro dos nós, qual a porcentagem dos valores dos índices em relação ao índice máximo possível, tanto do primeiro quanto do segundo conjunto.

Em verde estão marcados os encontros em que as Campanienses A geram laços mais fortes que a B. Em amarelo, há a situação inversa, em que as Campanienses B

¹⁵¹ O tamanho da tabela nos impediu de colocá-la ao longo do texto. Optamos por disponibilizá-la no apêndice a fim de facilitar a leitura.

¹⁵² Para facilitar a leitura da tabela, optamos por ocultar a vertente oriental da matriz, que, de fato, espelha a vertente que podemos visualizar.

possuem porcentagens maiores. Vemos, então, que na maioria dos encontros entre esses nós os laços da Campaniense B são mais fortes que os da A¹⁵³. Essa interpretação dos dados nos permite dizer que, em comparação, as conexões da rede Campaniense B são, em geral, mais fortes que a da sua contemporânea. Em algumas circunstâncias, os laços são substancialmente mais fortes, com é o caso de Sevilha e Coria del Río — em que a Campaniense A gera uma conexão cuja porcentagem é 25% do total possível, ao passo que a Campaniense B gera um laço cuja força é a maior possível, representando 100% do índice. Em outras ocasiões, os índices são muito parecidos, como é o caso de Sevilha e Itálica.

De qualquer maneira, esses dados podem ser representados, também, em forma de grafo, e compará-los pode ajudar a complementar essa imagem que tentamos desvendar.

Figura 32a: grafo em porcentagem da rede dos índices de similitude da cultura material – Campaniense A

¹⁵³ Contabilizando, em 76 dos 120 encontros existentes, os índices da Campaniense B são maiores que os da A. Por sua vez, a Campaniense A gera 44 encontros em que seus índices são maiores.

**Figura 32b: grafo em porcentagem da redesdos índices de similitude da cultura material –
Campaniense B**

Com essas imagens fica mais fácil visualizar que os laços são mais fortes e distribuídos por mais nós. As linhas mais finas e mais claras indicam conexões mais fracas, enquanto as mais grossas e escuras indicam vínculos mais pesados. Se observamos atentamente Castro Marim e Osuna podemos ver que, no grafo da figura 32b, destes nós saem linhas mais grossas e de coloração verde mais escura. Coria del Río, por sua vez, faz com que a região central do grafo das Campanienses B seja ainda mais denso do que no grafo da figura 32a. A principal diferença em favor das Campanienses A fica por conta dos nós mais ao norte — La Rinconada e Alcalá del Río —, cujas conexões no grafo da figura 32a apresentam cores mais escuras, indicando laços mais fortes.

Esse resultado é interessante por vários motivos. Primeiro, porque indica a possibilidade de enxergarmos especificidades, como a relevância maior de Castro Marim em comparação a Cádiz no segundo caso, que nem sempre entra em nossas análises. Essa separação e a consequente análise sincrônica de ambos os vasilhames nos leva a acreditar que, dependendo do conjunto, as localidades litorâneas importantes no compartilhamento

das práticas sociais podem variar. Todavia, quando se trata do interior, há a manutenção de uma localidade que sempre figura entre as mais importantes, que é Sevilha. Seja estabelecendo vínculos fortes com Coria del Río, seja com Itálica, esse é o nó que mantém sua relevância, não importa a origem e as características da cerâmica importada.

Sevilha — a antiga Spal turdetana, agora, dos séculos II a.C. em diante, Hispalis romana — destaca-se nesse período como um importante porto de navegação do rio Guadalquivir. Ao final do primeiro milênio a.C., Hispalis se torna uma cidade ativa e dinâmica, muito em função de assumir seu caráter portuário e por exercer um protagonismo nas trocas comerciais nos primeiros séculos de domínio romano. Desde os primeiros momentos que se seguem às guerras entre Roma e Cartago, o espaço turdetano como um todo, especialmente as zonas dedicadas à produção agrícola e metalífera, entra no radar do poder romano. Hispalis assume, nesse contexto, um importante papel

“en los circuitos de salida de productos relevantes en los equilibrios mediterráneos de estos primeros momentos de la tardorrepublica, tales como el trigo o los metales. [...] No obstante, el protagonismo de la ciudad portuaria se consolidará al servir de punto de salida del aceite bético destinado a Roma, en especial entre los siglos I y III d.C. [...] Por ultimo, quedaría asimismo por valorar su función en la dinamización de los mercados regionales y las transacciones comerciales de carácter privado, no directamente gestionadas desde la Administración central” (BELTRÁN FORTES; RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, 2014, p. 144).

Assim, além de indicar que nessas redes que vislumbramos Sevilha (Hispalis) desempenha um importante papel de agente articulador e intermediador das trocas que porventura nelas existam, nossa análise relevantemente se diferencia do debate arqueológico contemporâneo.

Como vimos no capítulo 3, o conjunto das Campanienses A é tido como aquele que obteve mais “sucesso” dentre os conjuntos exportados, considerando-se, principalmente, a quantidade de formas que eram encontradas em assentamentos distintos no Mediterrâneo Ocidental. Contudo, se buscamos pensar o papel de aproximação das práticas sociais desempenhado por esses elementos da cultura material, importa-nos muito mais se as localidades em jogo estão consumindo produtos e práticas sociais comuns e o quão similares elas são entre si. Nesse sentido, a Campaniense B, apesar de ter se difundido em menor quantidade, tende a aproximar mais os agentes envolvidos nesse processo de integração, pois necessita de menos formas “de sucesso” para criar vínculos mais intensos.

Embora a divisão entre os dois conjuntos ofereça esse novo olhar para a documentação arqueológica, em especial quando analisada na sincronia, o exame do conjunto das campanienses como um todo é importante, especialmente se pretendemos compará-la com as redes anteriores. Para que isso possa ser feito, retomemos a tabela que apresenta a evolução da porcentagem das forças dos contatos, ao longo desse período que nos tem interessado.

Tabela 16: Comparação das porcentagens dos índices de similitude da cultura material entre alguns nós das redes formadas pelas cerâmicas gregas, “tipo Kuass” e campanienses.

Nós	Porcentagem do índice antes de 500 a.C.	Porcentagem do índice depois de 500 a.C.	Porcentagem do índice "tipo Kuass"	Porcentagem do índice Campanienses
Algeciras - Cádiz	6%	15%	35%	40%
Algeciras - Castro Marim	6%	15%	29%	16%
Algeciras - Huelva	6%	8%	29%	32%
Cádiz - Mesas	-	-	41%	56%
Cádiz-Castro Marim	6%	31%	41%	36%
Cádiz-La Rinconada	6%	23%	29%	20%
Cádiz-Sevilha	17%	8%	18%	72%
Castro Marim-La Rinconada	0%	31%	29%	8%
Huelva-Cádiz	28%	15%	24%	48%
Huelva-Castro Marim	6%	15%	29%	28%
Huelva-Itálica	-	-	24%	56%
Huelva-Sevilha	17%	0%	18%	52%
Itálica-Cádiz	-	-	24%	72%
Itálica-Castro Marim	-	-	24%	36%
Itálica-Mesas	-	-	24%	56%
Sevilha - Castro Marim	6%	8%	18%	40%
Sevilha-Itálica	-	-	18%	76%
Sevilha-Mesas	-	-	18%	56%

Em linhas gerais, o padrão predominante é o de intensificação dos índices, indicando, segundo nossa proposta, que as práticas sociais comuns têm se tornado cada vez mais intensas. Isso pode ser interpretado como um indício de que essas comunidades têm se aproximado ao longo do tempo, principalmente no que diz respeito às influências estrangeiras. Se esse movimento já podia ser sentido na passagem do século V a.C. com a presença mais efetiva de importações áticas, ele se intensifica no período de predomínio da cerâmica de produção gaditana inspirada na moda mediterrânica dos engobos escuros, e, por fim, com a chegada em massa das cerâmicas itálicas, atinge índices muito grandes de similitude. Trata-se de um efetivo processo de integração dessas comunidades às práticas associadas aos produtos ligados às tradições mediterrânicas.

O ponto fora da curva dentro de toda essa análise acaba sendo Castro-Marim. Suas altas porcentagens de integração com as cerâmicas gregas depois de 500 a.C. e do “tipo Kuass” não se mantêm com a presença da cerâmica itálica. Como podemos observar com

os destaques em verde na tabela, seus laços são os únicos que decaem com a aproximação do fim do milênio. Ainda que não se trate do desaparecimento dessa localidade, é importante notar como o seu movimento de se tornar um centro urbano litorâneo relevante, do ponto de vista da cultura material importada, é interrompido, mantendo-a como um nó que possui laços intermediários com as principais localidades desse espaço que nos interessa.

Apesar disso, em linhas gerais, a cerâmica itálica, que tradicionalmente é apresentada como índice de romanização dessas populações do sudoeste peninsular, se colocada nessa perspectiva diacrônica, parece ter um papel de intensificação das relações. Relações essas que, por sua vez, já existiam, já podiam ser sentidas, ainda que em graus menores. As cerâmicas campanienses não subvertem nenhum eixo de integração, nem mesmo criam formas alternativas de conectar litoral e interior. Pelo contrário, a rede que se forma com a presença das produções de origem itálica se apropria dos eixos preexistentes, dos mesmos canais de conexão. Esses laços são ampliados, intensificados e, na maioria dos casos, conectam mais comunidades com laços cada vez mais fortes. A grande transformação trazida pelo componente romano é apresentar as localidades interioranas mais fortemente conectadas que as do litoral. Ainda que na tabela anterior possamos ver que todos os laços entre os nós do litoral se intensificam ao longo do tempo, é possível observar, outrossim, que os contatos entre os nós interioranos se intensificam ainda mais, como é o caso de Sevilha-Itálica. Ao fim e ao cabo, o eixo do Guadalquivir se torna, com o desenrolar da segunda metade do primeiro milênio a.C., fortemente integrado, com os laços entre Sevilha-Cádiz, Sevilha-Mesas, Itálica-Cádiz, Itálica-Mesas de Asta, Huelva-Itálica e Huelva-Sevilha, crescendo consideravelmente em intensidade.

4.5 – Considerações Finais

Ao fim deste capítulo, fica mais evidente o peso da teoria das redes em nossa pesquisa. Tal como anunciamos na Introdução da tese, a inserção da linguagem e dos conceitos relativos a esse campo seria gradual, começando pelo campo semântico até chegarmos à aplicação metodológica *strito senso*. Nesse último passo que demos, buscamos seguir alguns nortes indicados por historiadores que outrora se aventuraram por essa seara, tal como Irad Malkin, Carl Knappett, Michael Sommer e, especialmente, Fiona Coward.

Um dos pontos que consideramos mais importantes de nosso capítulo foram as constantes convergências entre o que propúnhamos — baseado na produção daqueles pesquisadores — e o que a literatura arqueológica mais recente apresentava, ainda que por vias metodológicas distintas. Uma vez que determinados aspectos observados pela SNA apontavam para os mesmos parâmetros que uma série de pesquisadores observavam em suas análises, tínhamos a certeza de que o diálogo que propúnhamos coadunava com os debates recentes, e que, de alguma maneira, contribuíamos para tal. No entanto, como bem observou Irad Malkin, há uma série de apontamentos inéditos que identificamos ao longo de nossa escrita, e que é fruto da metodologia utilizada.

Parte essencial da metodologia empregada foi o conceito de similitude da cultura material e suas implicações para o reconhecimento de redes sociais. Adaptamos o conceito a partir das pesquisas da arqueóloga Fiona Coward, que buscava, entre outras coisas, apreender, mediante identificação e observação de redes sociais, as práticas sociais compartilhadas por diferentes grupos humanos com culturas materiais similares. Para ela, a cultura material é um elemento muito importante e não deve ser secundarizado, pois “é mais do que um reflexo passivo, ou um representante arqueológico, de relações sociais mais amplas, mas sim objetos materiais que, pelo contrário, constituem parte do processo de negociação e manutenção dessas relações” (COWARD, 2013, p. 250, tradução nossa).

Visto de outra forma, com pesquisas dessa natureza é possível analisarmos a vida social como um todo, uma vez que ela é constituída de práticas, de “modos rotinizados, ligados a espaços e tempos particulares, por meio dos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir conjuntamente no mundo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21 apud GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 82). No caso específico desta tese, as práticas sociais estão fortemente relacionadas a ritos funerários, comensalidade, armazenamento de alimentos e uso de óleos aromatizantes, de iluminação, entre outros. Sem que necessariamente entremos nos debates específicos sobre cada uma dessas práticas, aquilo que mais nos tem interessado são as redes que se formam a partir do compartilhamento daquilo que materializa algumas dessas práticas: os objetos cerâmicos. A opção pelas cerâmicas importadas se deu pois, além de se tratar de objetos que perpassavam vários agrupamentos humanos distintos, o ato de importar receber e fazer uso de vasilhames cerâmicos de povos distantes fora uma constante durante todo o período que nos interessa. Uma vez que as redes obtidas pela identificação

das similitudes materiais desses conjuntos forem intensamente analisadas, podemos partir para explicações mais específicas sobre as relações sociais que elas comportam.

A análise das cerâmicas gregas, que circularam entre os séculos VIII e V a.C. no sudoeste da península Ibérica, nos mostrou a existência de uma rede com dois eixos muito bem definidos, mas em estágios diferentes de desenvolvimento. Enquanto circulava naquele espaço o primeiro vasilhame, oriundo de olarias distintas do mundo cultural grego, pudemos notar que as práticas sociais (possíveis de serem captadas em conexões) indicavam alguns laços fracos entre a maioria das comunidades humanas, com o litoral se destacando pelo laço mais forte, entre Huelva e Cádiz. Podíamos perceber um eixo importante que se formava entre essas duas comunidades e algumas outras próximas à desembocadura do rio Guadiana. Com o conjunto padronizado oriundo das olarias áticas, entretanto, percebemos o surgimento de outro importante eixo articulador do litoral e do interior. Nesse segundo momento, Cádiz se mantém com ponto importante do litoral, e ganha a companhia de Castro Marim, que representaria a parte litorânea do eixo do rio Guadiana, então composto por uma série de comunidades humanas que habitavam, nesse período, as proximidades do vale deste rio. O templo de Cancho Roano faz as vezes da ponta norte desse eixo.

Essas transformações que ocorrem estão diretamente relacionadas às mudanças tanto no padrão de assentamento dos habitantes desse espaço na primeira metade do I milênio, quanto na organização política, econômica e social. A análise pormenorizada dessas duas redes nos ajuda a perceber como um olhar diferente para a importação de cerâmicas pode auxiliar na visualização das metamorfoses pelas quais passaram a população do sudoeste peninsular. Além disso, o acréscimo da visualização dos dois conjuntos unidos em uma única rede direciona nosso olhar para alguns padrões que puderam ser observados nas redes subsequentes, tais como a prevalência dos contatos mais fortes no litoral, e, especialmente, a existência de uma rede já consolidada por volta do século V a.C., com os laços fracos indicando que, em graus distintos, havia práticas sociais sendo compartilhadas por todas as comunidades que pudemos estudar.

Esse padrão é percebido com mais intensidade quando analisamos a cerâmica de tipo Kuass, que dominou o cenário peninsular por volta dos séculos IV e III a.C. A rede que obtivemos apresentava uma densidade de valor 1, representando que todos seus nós estabeleciam laços entre si. Esse é um forte indício de que, por tratar-se de uma cerâmica

local, ela apreende uma aproximação muito maior das práticas sociais entre os grupos humanos ali existentes. Outrossim, foi possível examinar uma rede composta de laços ainda mais fortes, com a zona litorânea mantendo os nós com vínculos mais fortes entre si, mas já sendo possível perceber que algumas localidades ao interior possuíam vínculos tão fortes quanto. A quantidade de laços de força intermediária não mais permitia identificar um ou dois eixos articuladores das duas zonas, mas apresentava sim um espaço em constante processo de integração.

Essa nossa análise propõe uma maneira diferente de organizar essas comunidades a partir das formas de cerâmica Kuass de seu repertório. A tese hegemônica é a de que se pode identificar um centro produtor e várias periferias que consumiam esses produtos fabricados nas proximidades da baía em frente à cidade de Gadir (Cádiz). Já a que foi aqui proposta evidencia que, ao menos quando se trata de similitude dessa cultura e das práticas a elas associadas, essa diferenciação não é tão visível e, na verdade, esconde uma série de inconsistências, como a ausência do chamado núcleo produtor de localidades que tinham vínculos intensos com nós muito centrais, como é o caso de Castro Marim e Coria del Río. Ademais, essa forma de observar a documentação arqueológica pela SNA permite tanto a comparação com o período anterior — indicando que aqueles laços entre litoral e interior tendem a se intensificar e se ramificar para outros nós, ficando percentualmente mais fortes — quanto com o posterior.

O período seguinte, caracterizado pelas cerâmicas importadas itálicas, que começam a chegar mais intensamente na passagem do século III para o II a.C., nos mostra uma rede quase tão densa quanto aquela observada a partir de uma produção local. Os laços entre os nós eram, portanto, mais abundantes do que quando prevaleciam as importações áticas. Além de estarem em maior quantidade, as conexões eram ainda mais fortes, indicando que conseguíamos visualizar um processo de aproximação das práticas sociais, dessas comunidades neste espaço. A integração cada vez mais intensa da vida social dessas comunidades, ao compararmos as redes diacronicamente, é fruto do trabalho morto que se acumulava e indicava padrões cada vez mais perceptíveis nos grafos que observávamos. Contudo, uma grande quebra no padrão das conexões é percebida quando da chegada das cerâmicas campanienses, qual seja, a existência de laços mais fortes entre comunidades mais ao interior do que entre aquelas do litoral.

Se a integração entre as zonas litorânea e interiorana é perceptível ao longo do tempo, inclusive com a sua intensificação também podendo ser observada, a chegada do conjunto cerâmico associado à presença romana ao final do primeiro milênio gera uma similaridade de cultura material muito mais intensa entre Sevilha e Itálica — a primeira, uma antiga fundação tartéssico-fenícia, e a segunda, uma fundação romana do século III a.C. — ambas distantes do litoral atlântico. Ainda que não estejamos indicando que o litoral seja menos importante que o interior, é evidente que esta última zona passa a ter um papel mais central na organização do referido espaço desde o fim das Guerras Púnicas.

São nesses termos que adentramos no debate da romanização. Afinal de contas, aproveitando a chistosa fala de um dos personagens do filme *A Vida de Brian*, do grupo de comédia britânico Monty Python, “what have the romans ever done for us?”. A esse questionamento subjaz outro: como devemos interpretar as transformações e as permanências examinadas até aqui?

García Vargas (1996) vê Cádiz como a responsável por catalisar a helenização do repertório cerâmico das comunidades deste espaço. Além disso, este autor, juntamente com outros pesquisadores, indica a antiga fundação fenícia como responsável pelos “primeiros impulsos de uma romanização efetiva das formas culturais” (GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2010, p. 130). Para esses especialistas,

“ya en el contexto de la II Guerra Púnica aparecen nuevos recipientes (cazuelas con tapadera, morteros y grandes platos de tradición centromediterránea) relacionados con nuevas formas de preparar los alimentos y, sobre todo, con la introducción de la fritura con aceite. Su presencia en Turdetania, sin embargo, es aún esporádica, por lo que parece tratarse de una moda que arraiga principalmente en los puertos púnicos, como Cádiz y, sólo desde fines del s. II a. C., en aquellos lugares donde la influencia púnico-gaditana, relacionada probablemente con la presencia física de comerciantes y artesanos, es más intensa, como las localidades ribereñas del Bajo Guadalquivir (Sevilla, Alcalá del Río, Itálica) o de la costa atlántica portuguesa (Castro Marim, Tavira, Faro, etc.)” (GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2010, p. 131).

É possível deduzir desse e de outros textos que a presença romana, tanto de migrantes itálicos quanto de cultura material originária dessa península, ocasiona um fenômeno completamente novo, com práticas sociais que, apesar de intermediadas por uma cidade local, Cádiz, modificam por completo a vida social daquelas comunidades. Trata-se, nessa perspectiva, de uma assimilação cultural completa, que incluía “não somente as técnicas e as formas cerâmicas, mas, seguramente, também as estruturas de

produção e os usos do vasilhame itálico” (GARCÍA FERNÁNDEZ; GARCÍA VARGAS, 2015, p. 362, tradução nossa). Respondendo, então, ao questionamento feito na comédia britânica mencionada, não há, pois, a menor possibilidade de se questionar que os romanos fizeram muito para as comunidades turdetanas.

Entretanto, como discutimos no capítulo 1 desta tese, há uma série de críticas a visões desse tipo, que isolam a presença romana do restante da história de determinados espaços. Wallace-Hadril (2014), como mencionamos, estimula que olhemos para além do crescimento do poderio romano, e chama atenção para a necessidade de se considerar, também, o surgimento de outras redes no Mediterrâneo, tais como a grega e a fenícia. Além disso, sobre expansão do domínio romano na bacia do Mediterrâneo, ele escreve que é tida como um conjunto de processos de troca de códigos dentro de um único fenômeno: o aumento do consumo e do luxo provocado pela expansão do modelo de viver em cidades (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 301). Esse autor atenta para a questão cronológica das diferentes etapas do consumo no mundo greco-romano: o final da república aparece como o momento do auge da importação dos produtos helênicos promovidos pelos *negotiatores* itálicos, seguido por um período em que Augusto procurara naturalizar e harmonizar a *ratio* grega com a *consuetudo* romana, que seria a marca da *romanitas*, evidenciada, entre outros espaços, nos banhos públicos. Assim, no início do Império, ficaria evidente que a *romanitas* gerara uma demanda interna nas províncias, e essa seria a revolução provocada pelos romanos: intensificar o consumo a patamares até então inimagináveis, provocando, com isso, alterações profundas na maneira de viver, falar e interagir das populações locais (WALLACE-HADRIL, 2008).

O argumento de Wallace-Hadril e de tantos outros historiadores é de que não há vantagem no uso da ideia de romanização, pois os palcos de expansão do poder romano não eram aquarelas em branco a serem preenchidas com as tintas itálicas, mas sim espaços com conhecimento e práticas sociais acumulados. A presença romana se dá a partir da transformação e da intensificação de estruturas prévias, e o contato com a realidade local acaba por modificar também as suas próprias estratégias de atuação.

A análise que trouxemos neste capítulo se aproxima muito mais da proposta de Mediterraneização de Ian Morris (2003). Para ele, a história *no* Mediterrâneo — o mar como palco de trocas comerciais e identitárias — e a história estática *do* Mediterrâneo — Horden e Purcell (1999) — deveria ser vista como um processo. Em sua proposta,

instituições, Estados e impérios não deixariam de existir com a interconexão do mar; o olhar para determinados espaços, e não para toda a bacia desse mar, seria um dos caminhos a seguir, podendo variar, inclusive, a escala de análise; e, com o acúmulo de estudos de unidades cada vez maiores, o uso de definições, tipologias e ferramentas quantitativas seria necessário. Dessa forma, o que defendemos aqui não é só a inutilidade do conceito de romanização, mas sim que, apesar de influenciarem enormemente nas transformações locais, as práticas sociais prévias, quando vistas na diacronia, formam estruturas bastante sólidas, que direcionam a expansão da hegemonia romana. A zona litorânea, fortemente influenciada por essa estrutura anterior, se mantém importante nos séculos II e I a.C., mas, por outro lado, é no interior, já integrado, que Roma atuará com mais intensidade, avivando as relações e as práticas sociais de várias das comunidades, especialmente daquelas localizadas nas margens do rio Guadalquivir (*Baetis* para os romanos). O rio se torna tão importante para as pretensões romanas que passa a dar o nome ao espaço em questão, passando de Turdetânia a Bética.

CONCLUSÃO

Stanley Milgram escreve que aquilo que o motivou a pesquisar a ideia de mundo pequeno era a sensação de que tudo estava conectado, de que todas as pessoas se conheciam. O que motivou a pesquisa da qual esta tese decorre foi algo muito parecido. Lendo Estrabão durante a iniciação científica e no mestrado, tínhamos a sensação de que a Turdetânia descrita no livro III da *Geografia* era um espaço amplamente conectado, tanto interna quanto externamente, com o restante do ecúmeno. Ao passarmos tantos anos analisando essa fonte, éramos provocados a estudar tais integrações.

A hipótese que tínhamos no início desta pesquisa era de que seria possível pensar essa integração como um processo e historicizá-la a partir da análise de fontes escritas e materiais. A partir dessa hipótese, passamos a defender a tese de que esse processo era contínuo, cumulativo e originado a partir do contato de povos distintos, participando tanto aqueles que já se encontravam naquele espaço quanto outros que eram atraídos para lá ao longo do tempo. Para testarmos a viabilidade de tal tese, optamos pelo aparato metodológico da teoria das redes, o qual, a partir da experiência de outras ciências, vem se mostrando bastante útil na tarefa de analisar a formação de redes, em especial as sociais, as quais indicam se um determinado conjunto de seres ou comunidades, ao participar dessa rede, estão mais ou menos conectados, e, principalmente, como essas conexões se dão ao longo do tempo.

Esse trajeto que planejamos demandava, a princípio, a delimitação da área a ser percorrida. E após minuciosa reflexão filosófico-geográfica, ponderamos os efeitos de sentido para o nosso estudo que as possíveis escolhas por termos como “região” e “paisagem” ocasionariam. Com isso, defendemos a opção pelo uso do conceito de “espaço” para balizar nossa análise, pensando na complexidade dos dados que a hipótese vislumbrada exigia. O espaço, como afirmamos no capítulo 1, é a principal categoria analítica que possibilita uma visão total da passagem do tempo e das ações humanas no processo de transformação de determinadas localidades. O debate sobre o que era aquilo de que falava Estrabão e aquilo que pretendíamos estudar era o primeiro e necessário passo a se dar em direção ao exame mais completo que poderíamos realizar.

O espaço da Turdetânia, era, até meados dos anos 1980, analisado pelo paradigma da iberização. Nessa lógica, todos os povos do território peninsular adotaram um mesmo

estilo de vida depois da crise do século VI a.C.: organizado a partir dos *oppida*, sob o controle de lideranças guerreiras, reagem à presença de estrangeiros que ocupavam todo o litoral desde o século VIII a.C. Diferentemente dos tartessos, que se “orientalizaram” com a presença de fenícios e gregos, os iberos teriam resistido a todas essas pressões externas, combatendo inclusive os romanos, defendendo seus territórios bravamente durante séculos, até sucumbirem à força imperial.

O paradigma da unidade cultural peninsular deu lugar à regionalização da análise da continuidade de ocupação dos distintos espaços que formavam a península Ibérica. A Sudoeste, teria havido uma continuação de ocupação do mesmo povo, desde o fim da era do Bronze, por todo o período do Ferro, com algumas alterações de padrões de assentamentos e nos grupos que estavam no poder. Nesse sentido, haveria pouca mudança entre tartessos e Turdetanos ao ponto de podermos separá-los em duas populações distintas, sem nenhum tipo de vínculos. Não só as análises arqueológicas indicariam a manutenção de uma mesma população, mas inclusive os indícios escritos, tal como a raiz *trt-* encontrada em diferentes línguas nas fontes escritas, mostrariam que se tratava de um espaço ocupado por uma mesma população que, a partir de uma série de influências externas, foi passando por algumas transformações.

Pudemos partir de algumas premissas relativamente bem constituídas para repensar alguns aspectos que considerávamos bastante relevantes. Por exemplo, a crise do século VI a.C. parece ser uma ideia bastante consolidada, inclusive sendo possível afirmar que ela é fruto de uma conjunção de fatores internos (desastres naturais, migração de povos, transformações sociopolíticas — com ênfase na transformação das elites que dominavam a partir de laços de parentesco para aquelas que se aproveitavam dos vínculos de dependência pessoal) e externos (a perda de influência de Tiro no contato entre extremo ocidente e extremo oriente do Mediterrâneo; a mudança do espaço de atuação dos fócios, que passam a buscar metais preciosos na região do vale do rio Ródano). Desse momento em diante, a história desse espaço parece ser de disputas por hegemonias: se para alguns autores Cádiz passa a exercer um papel central na organização da Turdetânia — papel esse que, antes da crise, parecia ter sido ocupado por Huelva —, para outros Cartago parece ter um interesse cada vez mais constante no que a população daquele espaço poderia oferecer. Essa disputa entre antigas fundações fenícias dá lugar, a partir do século III a.C., a uma disputa ainda maior, entre Cartago e Roma, que tem na península

Ibérica um dos seus capítulos decisivos. A disputa pela hegemonia, não só do sudoeste peninsular, mas de todo Mediterrâneo ocidental, é vendida por esta última potência bélica, que, do século II a.C. em diante, controlaria cada vez mais a população daquele espaço.

Dessa narrativa mais ampla, questionamos algumas partes ao longo desta tese. Cádiz aparentemente demonstra ter uma participação bastante ativa nesses movimentos históricos. Mas quais os principais papéis desempenhados por Cádiz nesse longo processo? Ela, de fato, era a principal localidade daquele espaço ao longo da segunda metade do primeiro milênio a.C.? Como pode ser interpretada essa grande crise que ocorre no século VI a.C. com o que diz respeito à relação entre as comunidades daquele espaço? Elas tenderam a se afastar umas das outras e se isolarem em busca de soluções individuais? Ou acabaram se aproximando ainda mais?

Levamos essas questões tanto para as fontes escritas quanto para a documentação arqueológica. Com as primeiras buscamos entender como o imaginário sobre esse espaço que aparecia nos textos em grego e latim, pois esperávamos conseguir, primeiramente, identificar quais elementos da história do sudoeste peninsular intervieram na construção da mentalidade greco-romana sobre o fim do mundo; ademais, pretendíamos reconhecer os olhares externos e os indícios de que as descrições desses estrangeiros forneceriam um entendimento mais amplo das influências mediterrânicas nas transformações locais. Já para as segundas pretendíamos dar um tratamento distinto, elevando o tom do uso da teoria das redes e aproveitando a capacidade de revelar graus de relacionamentos entre diferentes comunidades que compartilham dos mesmos materiais arqueológicos.

Levando em consideração a divisão temporal que apresentamos na Introdução, quando propúnhamos observar três momentos distintos, começemos por aquele que denominamos *middle ground*. Em um primeiro momento, entre os séculos VIII e V a.C., as fontes escritas parecem indicar apenas dois pontos de referência do extremo ocidente possíveis de serem reconhecidos: Cádiz e tartessos. O primeiro aparece como uma localidade importante do fim do mundo, como sendo a terra do gigante Gerião das lendas de Hércules. Já tartessos figura como um território delimitado, cuja pujança econômica e cujo contato com a outra extremidade do Mediterrâneo chamam bastante a atenção. Nesse mesmo período, os estudos arqueológicos valorizam a presença da cerâmica grega, dividida em duas ondas: a primeira entre os séculos VIII e VI a.C., a segunda entre o V e o IV a.C. Aquela marcada pela diversidade das formas cerâmicas e dos centros oleiros,

esta pela menor quantidade de formas e pela origem quase exclusiva dos produtos dos artesãos áticos, cuja técnica de tinta preta se destacava. Esses conjuntos, analisados pela perspectiva da *Social Network Analysis*, indicaram que as localidades que compartilhavam peças dessas cerâmicas importadas apresentavam alguns laços fracos, principalmente entre as comunidades interioranas, alguns poucos laços fortes entre localidades litorâneas, como Cádiz, Huelva e Castro Marim, e a possibilidade de percebermos o surgimento de um eixo de laços de força intermediária entre os nós do litoral e alguns mais próximos da desembocadura do rio Guadalquivir.

A principal e mais visível aproximação entre esses dois grupos de análises é a predominância do litoral sobre o interior. Se as fontes destacam apenas duas localidades específicas, Cádiz e tartessos, que, para muitos autores, teve em Huelva seu principal centro articulador, a análise da teoria das redes indica, além desses dois, a importante região da foz do Guadiana. Já a diferença entre essas duas visões é que, nas fontes arqueológicas, já é possível verificar os primeiros passos do processo de integração entre litoral e interior, que terá nos eixos formados pelos rios Guadalquivir e Guadiana os principais condutores desse processo. Mas, apesar de esse processo interno não ter sido captado pelo imaginário grego, é possível perceber que algumas informações, embora orientadas pelas lendas e por figuras de linguagem, já circulavam entre aqueles que se interessavam por imagens de outros cantos do globo.

O período seguinte, compreendido, aproximadamente, entre o final do século VI a.C. (resultante da crise) e II a.C., é marcado pela disputa entre hegemonias locais, mais especificamente entre Cádiz e Cartago. Nos périplos desse período podemos ver Cádiz sendo representada como um importante ponto de referência do ocidente Mediterrânico, descolada do restante do território sudoeste, e intensamente conectada à rede de cidades fenícias. Rede essa que, já com os primeiros escritores helenísticos do século III a.C., apresenta um caráter bastante ecumênico, além de informações muito mais precisas, tais como aquelas sobre extração de metais preciosos e intenso comércio de peixe, praticados por fenícios e púnicos. A principal fonte do final desse período, Políbio, apresenta uma Turdetânia já bastante integrada aos acontecimentos mediterrânicos, e é o responsável por difundir a ideia de que o extremo ocidente pertencia à rede fenício-púnica desde pelo menos o século IV a.C.

Portanto, se Cádiz aparenta ter um papel relevante nesse contexto, não é possível afirmar, contudo, pela análise das fontes escritas, que ela exercia algum tipo de hegemonia local. Ainda assim, há um conjunto de pesquisadores andaluzes que identificam, a partir da popularização da cerâmica local de tipo Kuass, que Cádiz tinha, após a crise do século VI a.C., uma hegemonia sobre o espaço econômico que ficou conhecido sob a alcunha de “Círculo do Estreito”. O fenômeno mediterrânico de regionalização das produções de cerâmicas de verniz negro teria influenciado as transformações do sudoeste da península Ibérica e colocado essa cidade de origem fenícia como a principal responsável pela “aculturação das populações indígenas”, num processo de “gaditanização”, em especial das práticas de comensalidade e de determinados ritos funerários. O sucesso da cerâmica de tipo Kuass — tanto pela importação direta da zona produtora da baía de Cádiz, quanto pela reprodução em larga escala que artesãos de localidades interioranas realizavam — é a principal evidência para que grande parte dos arqueólogos e historiadores contemporâneos reconheçam que houve uma helenização do repertório cerâmico das comunidades deste espaço.

Dois problemas surgem dessas abordagens. O primeiro está relacionado à própria noção de helenização. O debate sobre esse conceito tem integrado os Estudos Clássicos nas últimas décadas. Entre os críticos de seu uso, citamos no capítulo três Tamar Hodos, Pierre Rouillard e Michael Dietler, que convergem no sentido de valorizar a diversidade de povos e culturas que participam deste processo. Ao invés de se pensar em um movimento de mão única, de aculturação, em que um agente é ativo na imposição de determinados traços, à medida que os outros aceitam tais transformações passivamente, propõem-se maneiras alternativas de pensar a aproximação de povos locais a questões mais amplas, que envolvem povos diversos que habitam as margens do Mediterrâneo. A questão é metodológica: é tomar o Mediterrâneo como palco de disputas e o sudoeste da península como arena privilegiada, em que se pode observar a atuação não de um, mas de vários agentes.

Assim, discutindo metodologia, pudemos questionar também a proposta difusionista com a qual Villedary y Mariñas, seguida por outros pesquisadores, pensa a cerâmica de tipo Kuass. Afinal, se concordamos em considerar mais de um agente nas transformações estudadas, precisamos superar o modelo de centro e periferia, partindo para análises mais horizontais. Nesse sentido, a SNA pode contribuir enormemente.

Com ela, no capítulo quatro, pudemos notar que a cerâmica de tipo Kuass fornecia uma rede de similitude cultural bastante densa, com todos os nós considerados entrelaçados. Esse detalhe indica que, diferentemente das cerâmicas importadas de locais mais distantes, a análise do compartilhamento de objetos produzidos em localidades próximas capta melhor as práticas sociais em comum dos agentes da rede em questão. Além disso, pudemos identificar que os vínculos entre as comunidades daquele espaço eram, percentualmente, mais fortes, com destaque para os laços entre as localidades litorâneas. Os vínculos entre as zonas litorânea e interiorana também se intensificam, com destaque para comunidades localizadas na foz do Guadalquivir.

O modelo difusionista deixa escapar que outras comunidades podem pertencer a um núcleo de compartilhamento de práticas sociais muito mais amplo do que a baía de Cádiz. Dessa forma, podemos identificar um espaço cuja rede, que é a visualização dos contatos entre suas comunidades, passa por uma evidente intensificação dos seus laços. É possível perceber um constante processo de integração entre litoral e interior.

Ao juntarmos nessa análise aquilo que observávamos a respeito das fontes escritas, temos como convergência que Cádiz ocupa uma posição importante nessa rede local, embora não tenha nenhum tipo de hegemonia. Além disso, é possível alegarmos que a disputa de hegemonias entre Cádiz e Cartago, ao menos segundo as documentações consultadas, não se resolve nesse momento. A Turdetânia é, entre os séculos V e III a.C. um espaço em disputa, ou melhor, em integração a um processo que é múltiplo, sem que seja possível anunciar um único agente vencedor.

O agente externo que se torna hegemônico no século II a.C. é Roma. Após as guerras com Cartago ao longo do século III a.C., é possível perceber a construção da hegemonia romana sobre o Mediterrâneo Ocidental e sobre o sudoeste da península Ibérica. É nesse contexto que alguns pesquisadores identificam os primeiros passos da romanização da população desse espaço. Cádiz, assim como havia servido de base para a helenização da cultura material dos povos turdetanos, também atua, de acordo com alguns autores, como agente difusor dos elementos romanos, materializados pelas cerâmicas campanienses universais.

Quando se trabalha com a noção de romanização da cultura material, espera-se observar uma transformação tão intensa, a ponto de surgir algo novo, que seja digno de uma nova nomenclatura. Chamar o processo que se observa na Andaluzia ocidental nos

últimos dois séculos a.C. de romanização é assumir que Roma e seus aliados são os responsáveis diretos por todas as mudanças identificadas. Como vimos no capítulo três, grande parte do argumento para se falar de romanização é numérico: verifica-se o aumento da presença da cerâmica campaniense produzida por comunidades itálicas implicando automaticamente que há ali um processo de romanização. Além disso, observam-se mudanças substanciais nos hábitos alimentares das populações turdetanas. O problema de análises desse tipo, como indicamos anteriormente, é que o método quantitativo isolado não é suficiente para formar uma imagem completa do que a presença desses vasilhames representava. Ademais, os hábitos alimentares associados à cerâmica de tinta preta não são exclusivos dos produtores campanienses, muito menos dos romanos. O uso de formas envernizadas já era comum desde ao menos o século V a.C., e se populariza ao longo dos séculos, até a chegada dos produtos do Mediterrâneo central.

Ao horizontalizar a análise da presença desses dois conjuntos cerâmicos campanienses, A e B, sob a direção da SNA, identificamos redes que, comparativamente, eram mais densas que aquelas verificadas com as cerâmicas gregas, mas menos que a da rede tipo Kuass. Apesar disso, os laços entre as localidades se tornam ainda mais fortes, tanto se analisamos as formas Campanienses A quanto as B. A grande novidade dessas redes é que, pela primeira vez, os laços mais fortes se dão entre nós ao interior, nesse caso, entre Itálica e Sevilha. Ainda que o litoral mantenha uma importância substancial, a grande novidade trazida por aquela cultura material associada à expansão romana é integrar de maneira mais intensa as comunidades interioranas.

Isso posto, como as fontes escritas captam essa reestruturação? Políbio assegurava que a população turdetana havia adotado o estilo de vida ordeiro, que ele tanto apreciava. Estrabão, ao atualizar os dados polibianos, completa que os habitantes dessa parte do mundo haviam se tornado romanos. Entretanto, essa afirmação do escritor da *Geografia* vem acompanhada de uma análise muito mais profunda do referido espaço. Para ele, o grande diferencial da Turdetânia é o fato de ela ser dividida em duas zonas bastante distintas, mas que passaram por um processo de integração que, na época de Estrabão, era conduzido por Roma. São os romanos que levam o estilo de vida ordeiro para o

interior da Turdetânia, com a criação de colônias em cidades importantes, tais como Hispalis (Sevilha)¹⁵⁴.

Outro diferencial da Turdetânia é seu litoral, e, em especial, a presença de Cádiz nele. É muito comum que não se considere a importância dessa cidade nesse espaço, pois, por tratar-se de uma ilha, pouco interferiria nos assuntos continentais. Todavia, não há erro maior ao se analisar a *Geografia* de Estrabão do que desvincular Cádiz de Turdetânia. Nos dois momentos em que a ilha é descrita, nos capítulos 1 e 2 do livro três desta obra, ela é intimamente ligada aos desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais que marcam a descrição daquele espaço. O fato de Estrabão colocar Cádiz na sua análise indica que a zona litorânea tem certa autonomia em relação à atuação romana, uma vez que toda a história desta parte da Turdetânia é vinculada a gregos, fenícios e púnicos. Katherine Clarke (1999) examina os escritos de Estrabão identificando o choque de dois modelos: o romano e o da tradição grega. Para ela, enquanto o presente da descrição que este autor elabora é inteiramente romano, e é possível identificar um processo de integração interno e um externo, ambos conduzidos por Romana, ele (o presente) não pode ser apresentado sem que se considere o passado e todas as informações dele disponíveis. Ainda que Clarke, ao analisar a *Geografia* como um todo, denomine esse passado de “grego” — e aqui não negamos o peso da tradição escrita em grego na obra de Estrabão — optamos por chamá-lo de “mediterrânico”, se focarmos exclusivamente na Turdetânia. Colocar Cádiz na sua análise da Turdetânia torna evidente que Estrabão reconhece que a presença romana não descreve na totalidade a realidade daquele espaço.

As fontes latinas da mesma época, principalmente Tito Lívio e Plínio, o velho, veem, por sua vez, um espaço completamente integrado à hegemonia romana. O passado, grego, fenício ou mesmo cartaginês é esquecido ou apresentado como algo que pouco interferiu na real situação daquela população. Sobressaem os elementos administrativos de Roma e os feitos dos grandes generais. Aos olhos das populações latinas, a Turdetânia era plenamente romanizada.

Parece-nos que, em algumas das pesquisas recentes, o peso dos relatos desses autores latinos se sobrepõe aos das outras fontes. Temos a sensação de que parte da descrição de Estrabão, associada às informações fornecidas por Tito Lívio e Plínio, o

¹⁵⁴ Apesar de termos vistos que Hispalis é uma fundação fenício-turdetana, Estrabão (3.2.1) apresenta essa cidade como sendo uma colônia romana.

velho, e pela documentação arqueológica do período, cria esse entendimento de que a população da Turdetânia passou por um processo de romanização. Entretanto, propusemos nesta tese que, bastante influenciados por Wallace-Hadril e sua ideia de que a *romanitas* havia gerado uma demanda interna nas províncias, a presença romana na Turdetânia catalisou as trocas e o consumo das comunidades que habitavam esse espaço. E, como só se pode catalisar uma reação que já estava em andamento, podemos dizer que, apesar da grande influência romana nas transformações identificadas nos últimos dois séculos do primeiro milênio a.C., as práticas sociais já estabelecidas deram origem a sólidas estruturas sociais que conduziram a chegada e o estabelecimento da força estrangeira que se tornava hegemônica. Não se trata, portanto, de um processo conduzido livremente pelas lideranças romanas, mas sim de um momento do processo de integração cada vez mais intenso, que se construía pelo acúmulo de passados, fruto do trabalho morto de muitos povos que ali estiveram, e que tinham as origens mais diversas. Essa experiência acumulada no último milênio dava a sensação de que tudo estava mais conectado e de que o mundo era menor, mas ainda assim, um pequeno mundo romano.

FONTES

CICERO. **Pro Caelio, De Provinciis Consularibus, Pro Balbo**. Trad. R. Gardner. The Loeb Classical Library, Massachusetts: Harvard University Press, 1958.

DIO CASSIUS. **Roman History**. Trad. Herbert Foster. The Loeb Classical Library, Massachusetts: Harvard University Press, 1925.

DIODORUS SICULUS. **Library**. Trad. C. H. Oldfather. Vol. 4-8. Cambridge, Mass. Harvard University Press; London: William Heinemann, Ltd., 1989.

HERODOTUS, **Histories**. Trad. A. D. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

MANGAS, P.; PLÁCIDO, D. **Testimonia Hispaniae Antiqua IIA**. La Península Ibérica en los autores griegos: de Homero a Platón, Madrid: Editorial Complutense, 1998.

PINDAR. **Odes**, Trad. Diane Arnson SVARLIEN, 1990.

PLINY, THE ELDER. **Natural History**. Tradução: H.RACKHAM e W.H.S.Jones Cambridge : Harvard University Press, 1989.

POLÍBIO, **Histórias**. Trad. Mario da Gama Cury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

PSEUDO-ARISTÓTELES, In: **Aristotle: minor works**. Tradução de HETT, Walter S. Harvard (Loeb), 1963.

PSEUDO-SCYLAX. **Periplous**. Geographi Graeci minores. v. 1. MÜLLER, K. (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1855.

PSEUDO-SCYMNUS, **Circuit of the Earth**, Geographi Graeci minores. v. 1. MÜLLER, K. (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1855

STRABO. **The Geography**. Books III e IV. Londres: The LOEB Classical Library, 1960.

TITO LIVIO. **The History of Rome**. Trad. George A. M. Baker. London: Jones & Co, 1830.

REFERÊNCIAS

- ADROHER A. M. A; MARCOS, A. L. Las cerámicas de barniz negro: cerámicas áticas y protocampanienses. **Florentia iliberritana: Revista de estudios de antigüedad clásica** 6, 1995: 11-53.
- ALVAR, J., BLÁZQUEZ, J. M.; WAGNER, C. G. **Fenicios y cartagineses en el Mediterráneo**. Madrid: Cátedra, 1999.
- ANDREOTTI, G. C. Estrabón y el pasado turdetano: la recuperación del mito tartésico. **Geographia antiqua** 2, 1993, p. 13-32,
- ANDREOTTI, G. C. Estrabón e Iberia: nuevas perspectivas de estudio. Málaga: Universidad de Málaga, 1999.
- ANDREOTTI, G. C. Acerca de Estrabón y la Turdetania-Bética. In: ANDREOTTI, G. C.; MORET, P. **Invention D'une Géographie de la Péninsule Ibérique: L'époque impériale**. V. II. Madrid: CEDMA, 2006, p. 251-270.
- ANDREOTTI, G. C. Rome and Iberia: The Making of a Cultural Geography. In.: BIANCHETTI, S. **Brill's companion to ancient geography: the inhabited world in Greek and Roman tradition**. Leiden/Boston: Brill, 2015.
- ANDREOTTI, G. C. Strabo and the Invention of Turdetania. In: ANDREOTTI, G. C. (Org.) **Roman Turdetania**. Boston: BRILL, 2018, p. 1-12.
- ANSCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R.; SCHEICK, C. L. An archaeology of landscapes: perspectives and directions. **Journal of archaeological research**, 9.2, 2001, p. 157-211.
- ARIÈS, P. A história das mentalidades. In.: LE GOFF, J. (org.) **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 154-176.
- ARRUDA, A. M. Phoenician colonization on the Atlantic coast of the Iberian Peninsula. In. DIETLER, M. e LÓPEZ-RUIZ, C. **Colonial encounters in ancient Iberia: Phoenician, Greek, and indigenous relations**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.
- AUBET, M. E. From trading post to town in the Phoenician-Punic world. In: CUNLIFFE, B.; KEAY, S. **Social Complexity and the Development of Towns in Iberia: From the Copper Age to the Second Century AD**. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 47-66.
- AUBET, M. E. **The Phoenicians and the West: politics, colonies and trade**. Cambridge University Press, 2001.
- AUBET, M. E. Phoenician trade in the west: balance and perspectives. In: BIERLING, M. R.; GITIN, S. (Orgs.). **The Phoenicians in Spain: an archaeological review of the eighth-sixth centuries BCE: a collection of articles translated from Spanish**. Pennsylvania: Eisenbrauns, 2002, p. 97-112.

BALLESTER, J. P. La cerámica de barniz negro. In: CASASOLA, D. R.; LACOMBA, A. R. (Orgs.) **Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión**. Cádiz: Servicio de Publicaciones, 2008.

BARTON, A. H. Bringing society back in survey research and macro-methodology. **The American Behavioral Scientist**, 12.2, 1968, p. 1-9.

Beauvoir, S. **Pour une morale de l'ambiguïté**: suivi de Pyrrhus et Cinéas. Paris: Gallimard, 1963.

BELÉN, María et al. **Arqueología en Carmona (Sevilla)**: excavaciones en la Casa-Palacio del Marqués del Saltillo. Vol. 1. Junta de Andalucía, 1997.

BELTRÁN FORTES, J; RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O. Hispalis republicana y altoimperial a través de los datos arqueológicos. In: BELTRÁN FORTES, J.; RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O. (Orgs.): **Sevilla arqueológica: la ciudad en época protohistórica, antigua y andalusí**, Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2014, p. 140-181.

BERNAL CASASOLA, D. Nomenclatura y taxonomía de las cerámicas de imitación, In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. **Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la antigüedad** (s. VI aC-VI dC). Vol. 46. Barcelona: Edicions Universitat Barcelona, 2015.

BLÁZQUEZ, José María; LOMAS, Francisco. **Historia de España antigua**. Madrid: Cátedra, 1985.

BONET, Paloma Cabrera. Nuevos fragmentos de cerámica griega de Huelva. In: PICAZO, M.; SANMARTÍ, E. **Cerámiques gregues i helenístiques a la península ibèrica**. Barcelona: Disputació de Barcelona, 1985.

BONET, Paloma Cabrera. El comercio foceo en Huelva: cronología y fisionomía. **Huelva arqueológica**, n. 10, 1988, p. 41-100.

BONSOR, G. Les colonies agricoles préromaines de la Vallée du Bétis, **Revue d'Archeologie**, n. XXXV, 1899, p. 1-143.

BOSCH GIMPERA, P. **Etnología de la Península Ibérica**. Barcelona: Ed. Alpha, 1932

BOSHNAKOV, Konstantin. Pseudo-Skymnos (Semos von Delos?). **Klassische Philologie/Palinesia**, n. 82, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II**. California: University of California Press, 1995.

CELESTINO, S. P., LÓPEZ-RUIZ, C. **tartessos and the Phoenicians in Iberia**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CHILDE, G. The urban revolution. **Town Planning Review**, n. 21.1, 1950.

CHOULIARAKI, L., e FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis** (Critical Discourse Analysis EUP). Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

CIPRÉS, P. e CRUZ ANDREOTTI, G. El diseño de un espacio político: el ejemplo de la Península Ibérica. In: JIMÉNEZ, Aurelio Pérez (Org.) **Los límites de la tierra: el espacio geográfico en las culturas mediterráneas**. Madrid: Ediciones Clásicas, 1998, p. 107-132.

CLARKE, K. **Between Geography and History**: Hellenistic constructions of the roman World. Oxford: Oxford University Press, 1999.

COWARD, Fiona. Grounding the net: Social networks, material culture and geography in the Epipalaeolithic and Early Neolithic of the Near East (~ 21,000–6,000 cal BCE). In. KNAPPETT, Carl, (Org.) **Network analysis in archaeology**: New approaches to regional interaction. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 247-280.

COWARD, Fiona. Small worlds, material culture and ancient Near Eastern social networks. In. DUNBAR, Robin; GAMBLE, C.; GOWLETT, J. **Social brain, distributed mind**, Londres: British Academy, 2010, p. 449-79.

CRUZ ANDREOTTI, G. Rome and Iberia: The Making of a Cultural Geography. In.: BIANCHETTI, S. CATAUDELLA, M. e GEHRKE, H.J. (orgs.) **Brill's companion to ancient geography: the inhabited world in Greek and Roman tradition**. Boston: Brill, 2015, p. 274-297.

DIETLER, M. Rituals of commensality and the politics of state formation in the 'princely' societies of early Iron Age Europe. In: RUBY, P. (Org.) **Les Princes de la Protohistoire et l'émergence de l'État: Actes de la table Ronde internationale de Naples** Rome: École Française de Rome, 1994, p. 135–52.

DIETLER, M.; LÓPEZ-RUIZ, C. **Colonial encounters in ancient Iberia: Phoenician, Greek, and indigenous relations**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

DIETLER, M. **Archaeologies of colonialism: consumption, entanglement, and violence in ancient Mediterranean France**. California: University of California Press, 2015.

DILLER, Aubrey. The authors named Pausanias. In: American Philological Association , **Transactions and Proceedings of the American Philological Association**, Vol. 86. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1955.

DOMÍNGUEZ, A. J., e SÁNCHEZ, C. **Greek pottery from the Iberian peninsula: Archaic and Classical periods**. Boston: Brill, 2001.

DUECK, D. **Geography in classical antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DUECK, D. **Strabo of Amasia: a Greek man of letters in Augustan Rome**. Londres: Routledge, 2002.

ENCISO, María S. N., e MARTÍNEZ, J. C. Algunas consideraciones sobre la cerámica a la almagra del Neolítico andaluz. **Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada**, n. 5, 1980, p. 15-34.

ENGEL, A. **Una fortaleza ibérica en Osuna** (Excavaciones de 1903), Granada, 1999.

ESCACENA CARRASCO, J. L., e BELÉN, M. Pre-Roman Turdetania. **Journal of Roman archaeology** (supplementary series), n. 29, 1998, p. 23-38.

ESCACENA CARRASCO, J. L., e GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. **La Sevilla proto-histórica: Hispaniae Urbes**. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas, Sevilha: Universidad de Sevilla, 2012.

ESCACENA CARRASCO, J.L. **Contribución a la Carta Arqueológica del Guadalquivir: los Rebordes Ribereños del Aljarafe y Los Alcores**, Tesis de Licenciatura inédita. Sevilla, 1980.

ESCACENA CARRASCO, J.L. Antiguas vías de comunicación en el Bajo Guadalquivir. **Gades**, n. 9, 1982, p. 129-153.

ESCACENA CARRASCO, J.L. Problemas en torno a los orígenes del urbanismo a orillas del Guadalquivir. **Gades**, n. 11, 1983, p. 39-83.

ESCACENA CARRASCO, J.L. El poblamiento ibérico en el Bajo Guadalquivir, **Actas de las Primeras Jornadas sobre Mundo Ibérico**, Jaén, 1987, p. 273-297.

ESCACENA CARRASCO, J.L. Los turdetanos o la recuperación de la identidad perdida. In: AUBET, M. E. (Org.) **tartessos. Arqueología Protohistórica del Bajo Guadalquivir**. Sabadell: Editorial AUSA, 1989, p. 433-476.

ESCACENA CARRASCO, J.L. De la muerte de Tartesos. Evidencias en el registro poblacional, **Spal**, n. 2, 1993, p. 183-218.

ESCACENA CARRASCO, J.L. La etapa precolonial de Tartesos. Reflexiones sobre el Bronce que nunca existió, **Tartesos 25 años después, 1968-1993**. Jerez de la Frontera, 1995, p. 179-214.

ESCACENA CARRASCO, J.L. **La arqueología protohistórica del sur de la Península Ibérica**. Madrid: Síntesis. 2000

ESCACENA CARRASCO, J. J.; MORENO MEGÍAS, V. Cerámica de tipo Kuass procedente de Caura. ¿Testimonios de un nuevo centro de producción? **Archivo Español de Arqueología**, n. 87, 2014, p. 75-90.

FERRER ALBELDA, E. Fenicios y cartagineses en el tartessos postcolonial. In. BENDALA GALÁN, M.; BELÉN DEAMOS (Orgs.) **V Congreso de Historia de Carmona. Los orígenes de la ciudad: la Carmona Protohistórica**. Sevilha: Universidad de Sevilla, 2007.

FERRER ALBELDA, E. La bahía de Cádiz en el contexto del mundo púnico: aspectos étnicos y políticos. **SPAL**, n. 15, 2006, 267-280.

FERRER ALBELDA, E. Confusiones contemporáneas sobre geografía antigua. A propósito del Sinus Tartesii y del Lacus Ligustinus. **SPAL**, n. 21, 2012, 59-69.

FERRER ALBELDA, E.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. Turdetania y turdetanos: contribución a una problemática historiográfica y arqueológica. **Mainake** 24, p. 133-151, 2002.

FERRER ALBELDA, E.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; ESCACENA CARRASCO, J. El tráfico comercial de productos púnicos en el antiguo estuario del Guadalquivir. **Mainake**, n. 32 (1), p. 61-89, 2011.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. **El poblamiento turdetano en el Bajo Guadalquivir**. Tesis. Universidad de Sevilla, 2003.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. Living in the Far West: Tradition and Innovation in Turdetania between Late Iron Age and Romanisation. In DANIELISOVÁ, A.; FERNÁNDEZ-GÖTZ, F. **Persistent economic ways of living: Production, Distribution, and Consumption in Late Prehistory and Early History**. Budapest: Archaeolingua, 2015.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. Entre gaditanización y romanización: repertorios cerámicos, alimentación e integración cultural en Turdetania (siglos III-I aC). **SAGVNTVM Extra** 9 (2010): 115-134.).

GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. El peso de la tradición: imitación y adaptación de formas helenísticas en la cerámica común turdetana (siglos VI aC). In. GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. **Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la antigüedad** (s. VI aC-VI dC). Vol. 46. Barcelona: Edicions Universitat Barcelona, 2015, p. 205-238.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. Los turdetanos en la historiografía reciente: 25 años avances y desencuentros. **SPAL**, n. 11, 2002, p. 219-232.

GARCÍA-BELLIDO, A. Fenicios y cartagineses en Occidente. Madrid, 1942.

GARCÍA-BELLIDO, A. Los pueblos ibéricos, Historia de España Espasa, **Calpe**, n. I, 3, 1963, p. 373-666.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: COSTA, C., e CORRÊA. R. L. **Geografia: conceitos e temas**. São Paulo: Editora Bertrand, p. 49-76, 2000.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. In: BATISTA JR, J. L., et al (Org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, R.; RUIZ MATA, D. Prehistoria e Historia Antigua de Jerez. **Historia de Jerez de la Frontera**, n. 1, p. 15-188, 1999.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties, **American Journal of Sociology**, n. 78, p. 1360–80, 1973.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. **Politeia**, n. 3.1, p. 41-62, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista brasileira de história**, n. 24.48 p. 13-38, 2004.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. **Mare nostrum**, n. 1, p. 113-127, 2010

GUARINELLO, Norberto Luiz. **A história antiga contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013.

GUTIÉRREZ, Oliva Rodríguez; FLORES, A. F.; AZOGUE, A. R. **Ilipa (Alcalá del Río, Sevilla)**. Hispaniae urbes. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012.

HALEY, Evan W. **Baetica Felix**: people and prosperity in southern Spain from Caesar to Septimius Severus. Texas: University of Texas Press, 2003.

HANSEN, Mogens Herman. **Polis: an introduction to the ancient Greek city-state**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HIRATA, E. F. V. Monumentalidade e representações do poder de uma pólis colonial. In: FLORENZANO, M. B. e HIRATA, E. V. **Estudos sobre a cidade antiga**. São Paulo: EDUSP, 2009.

HODOS, Tamar. Stage settings for a connected scene. Globalization and material-culture studies in the early first-millennium BCE Mediterranean. **Archaeological Dialogues**, n. 21.1, p. 24-30, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colo. São Paulo: José Olympio, 1959.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUGUET, Esperança. El material más usado por los antiguos: la cerámica común y de cocina In: LACOMBA, A. R. (Org.) **Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano**. Museo Arqueológico Regional, Sección de Arqueología, Ilustre Colegio de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias de la Comunidad de Madrid, p. 291-330, 2013.

HUNTER, R. The prologue of the Periodos to Nicomedes (Pseudo-Scymnus). In HARDER, R et al. **Beyond the canon**. Vol. 11. Leuven: Peeters Publishers, 2006.

KEAY, S. Recent Archaeological Work in Roman Iberia (1990-2002). In: **The Journal of Roman Studies**, Vol. 93. 2003.

KEAY, S. Were the Iberians hellenised? In.: PRAG, J. R. W., e QUINN, J. C. (Orgs.), **The Hellenistic West**. Cambridge University Press, 2013: 300-319.

KNAPPETT, Carl. **An archaeology of interaction: network perspectives on material culture and society**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

KNAPPETT, Carl. **Network analysis in archaeology: New approaches to regional interaction**. Oxford University Press, 2013.

KNOKE, D., e YANG, S. **Social network analysis**, n. 154, Illinois:Sage, 2008.

KORMIKIARI, M. C. N. Novas abordagens do mundo colonial antigo: um estudo de caso em Arqueologia da Paisagem na Sardenha púnica. In: KORMIKIARI, M. C. N et al. **História antiga e medieval: viagens e viajantes, cultura, imaginário e espacialidade**. São Luís: Ed. UEMA, p. 279-292, 2012.

KYMÄLÄINEN, P., e LEHTINEN, A. A. Chora in current geographical thought: places of co-design and re-membling. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography** 92.3, p. 251-261, 2010.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.

LIÉBANA VILLAR, F. Los nombres de Tartesos. **Habis**, n. 26, p. 243-270, 1995.

LONIS, R. **La cité dans le monde grec**. Structures, fonctionnement, contradictions. Paris: Nathan Université, 93-108, 1994.

LUÍS, L. M. S. S. **As cerâmicas campanienses de Mértola**. MS thesis, Coimbra, 2000.

LUKERMANN, F. The concept of location in classical geography. **Annals of the Association of American Geographers**, n. 51.2, p. 194-210, 1961.

MALKIN, I. **A small Greek world: networks in the Ancient Mediterranean**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MALKIN, I. et al. **Greek and Roman networks in the Mediterranean**. Londres: Routledge, 2009.

MANGAS, P.; PLÁCIDO, D. **Testimonia Hispaniae Antiqua IIA**. La Península Ibérica en los autores griegos: de Homero a Platón, Madrid: Editorial Complutense, 1998.

MARCOS, A. L. e ADROHER, AUROUX, A. M. Las cerámicas de barniz negro: cerámicas áticas y protocampanienses. **Florentia iliberritana: Revista de estudios de antigüedad clásica**, n. 6, p. 11-53, 1995.

MATUTE, Oswaldo Arteaga. La liga púnica gaditana: aproximación a una visión histórica occidental, para su contrastación con el desarrollo de la hegemonía cartaginesa, en el mundo mediterráneo. In.: y Formentera, Museo Arqueológico de Ibiza (Org.). **Treballs del Museu Arqueologic d'Eivissa e Formentera** 33, p. 23-58, 1994.

- MELO NETO, J. C. **Tecendo a manhã**. Rio de Janeiro: Editora do autor, 1966.
- MIERSE, W. E. **Temples and sanctuaries from the early Iron Age Levant: Recovery after collapse**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2012.
- MIERSE, W. E. The architecture of the lost Temple of Hercules Gaditanus and its Levantine associations. **American journal of archaeology**, p. 545-575, 2004.
- MILGRAM, Stanley. Six degrees of separation. **Psychology Today** , n. 2, p. 60-64, 1967.
- MOMIGLIANO, Arnaldo; GAZQUEZ, José Martínez. **La historiografía griega**. Madrid: Crítica, 1984.
- MONEDERO, A. J. D. La presencia cartaginesa hasta la Segunda Guerra Púnica. In.: SANCHEZ-MORENO, E.; MONEDERO, A. J. D.; GÓMEZ-PANTOJA, J. **Historia de España: Protohistoria y Antigüedad de la Península Ibérica**, vol. 1, Madrid: Siléx, 2007: 403-428.
- MOREL, J-P. Les campaniennes A et B, deux aspects d'une 'globalisation' économique et culturelle des céramiques tardo-hellénistiques. In.: BILDE, Pia Guldager; LAWALL, M. (Org.) **Pottery, Peoples and Places: Study and Interpretation of Late Hellenistic Pottery**. Aarhus: Aarhus University Press, p. 323-335, 2014.
- MOREL, Jean-Paul. **Céramique campanienne**. Rome: Ecole française de Rome, 1994.
- MORENO MEGIAS, V. Formas que cambian, engobos que permanecen. Una visión diacrónica de las imitaciones de vajilla de tipo Kuass en el Valle del Guadalquivir. In. GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. **Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la antigüedad (s. VI aC-VI dC)**. Vol. 46. Barcelona: Edicions Universitat Barcelona, 2015.
- MORENO, L. A. G. Turdetanos, túrdulos y tartessios. Una hipótesis. **Gerión**. p. 289-294, 1989.
- NEWMAN, M. **Networks: an introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- NICOLET, C. **Space, geography, and politics in the early Roman empire**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.
- NIEMEYER, H. C. Die **Phönizier und die Mittelmeerwelt im Zeitalter Homeros**. Mainz: Jahrbuch des Römisch-Germanischen Zentralmuseums, p. 31: 3, 1994.
- OLARTE, Beatriz Risueño, and ADROHER, Andrés María. La cerámica de importación en el registro arqueológico. **Florentia Iliberritana**, n. 1 373-387, 1990.
- OLWIG, Kenneth R. Has 'geography' always been modern?: choros,(non) representation, performance, and the landscape. **Environment and Planning A**, n. 40.8, p.1843-1861, 2008.

OSBORNE, R. Urban sprawl: what is urbanization and why does it matter? **Proceedings-british academy**, vol. 126. Oxford: Oxford University Press, 2005.

PALAHNIUK, Chuck. **Fight Club: a novel**. Nova York: WW Norton & Company, 2005.

PARIS, P. Essais sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive. I- II. París: ERNEST LEROUX, 1903.

PELLICER CATALÁN, M. Historiografía tartésica. **Habis**, n. 7, 229-240, 1976a.

PELLICER CATALÁN, M. Problemática general de los inicios de la iberización en Andalucía Occidental. **Empúries: revista de món clàssic i antiguitat tardana**, n. 38, 1976b, p. 3-21.

PELLICER CATALÁN, M. Ensayo de periodización y cronología tartesia y turdetana. **Habis**, n. 10 e 11, p. 307-333 1980.

PRINCIPAL, Jordi; LACOMBA, A. R. El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina. La cerámica de barniz negro. In: LACOMBA, A. R. (Org.) **Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano**. Museo Arqueológico Regional, Sección de Arqueología, Ilustre Colegio de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias de la Comunidad de Madrid, p. 42-146, 2013.

PRONTERA, F. Strabone e la tradizione dela Geografia Ellenistica. In.: ANDREOTTI et al, **La invención de una geografía de la Península Ibérica II**. La época imperial. Madrid: CEDMA, 2007.

PURCELL, Nicholas; HORDEN, Peregrine. **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. Galáxia (São Paulo), São Paulo , n. 41, p. 31-47, Aug. 2019 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532019000200031&lng=en&nrm=iso. access on 10 Nov. 2019. Epub May 23, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019239035>

RIVERS, R., KNAPPETT, C., EVANS, T. What makes a site important? Centrality, gateways and gravity. In: KNAPPETT, Carl, (Org.). **Network analysis in archaeology: New approaches to regional interaction**. Oxford University Press, 2013 125-150, 2013.

ROMM, J. S. **The edges of the earth in ancient thought: geography, exploration, and fiction**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1992.

ROUILLARD, P. **Les céramiques grecques archaïques et classiques en Andalousie: acquis et approches**. Ceràmiques gregues i hellenístiques a la Península Ibèrica, p. 37-42, 1985.

ROUILLARD, Pierre. Greeks and the Iberian Peninsula: forms of exchange and settlements. In DIETLER, Michael, and Carolina LÓPEZ-RUIZ, Carolina. (Orgs.)

Colonial encounters in ancient Iberia: Phoenician, Greek, and indigenous relations. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

ROUSSO, H. Tempo e Argumento: entrevista. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História.** v. 1, n. 1, Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, p. 201–216, 2009.

RUIZ Mata, D. Informe sobre la campaña de excavaciones de 1987 realizada en el Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz). **Anuario arqueológico de Andalucía 1987**, 1990.

RUIZ MATA, Diego. Turdetanos: origen, territorio y delimitación del tiempo histórico. **Revista de estudios ibéricos**, n. 3, p. 153-222, 1998.

RUIZ MATA, Diego. Fenicios, tartesios y turdetanos, La Andalucía Ibero-Turdetana (Siglos VI-IV a.C.). **Huelva Arqueológica**, n. XIV, p. 325-367, 1997

RUIZ, Juan Antonio Martín. Cerámicas griegas en yacimientos fenicios de Andalucía. Verdolay, **Revista del Museo Arqueológico de Murcia**, n. 11, p. 111-119, 2008.

SÁEZ ROMERO, A. M. Imitaciones en las vajillas de mesa en la Bahía de Cádiz desde la transición tardoarcaica hasta la época tardopúnica. Actualización de los datos y nuevas propuestas. In: In. GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. **Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la antigüedad** (s. VI aC-VI dC). Vol. 46. Barcelona: Edicions Universitat Barcelona, p. 79-118, 2015.

SÁEZ ROMERO, A. M., RODRÍGUEZ, J. J. D., e SÁEZ ESPLIGARES, A. Nuevas aportaciones a la definición del Círculo del Estrecho: la cultura material a través de algunos centros alfareros (ss. VI-I aC). **Gerión**, n. 22.1, p. 31-59, 2004.

SALAZAR, G. P. Análisis de redes sociales: una introducción conceptual. In: GARCÍA PELAYO, M., SUÁREZ GÓMEZ, L. e GARZA, R. M. **Ensayos de comunicación, educación y tecnología: vertientes entrelazadas**, Ciudad del México: UPN, 2014

SANMARTÍ, Joan. Colonial relations and social change in Iberia (seventh to third centuries BC). In DIETLER, Michael; LÓPEZ-RUIZ, Carolina, (Orgs.) **Colonial encounters in ancient Iberia: Phoenician, Greek, and indigenous relations.** Chicago: University of Chicago Press, 2009.

SANTOS, M. **Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido.** Seleção de Textos 1, 1976.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec 4, 1988.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2004.

- SCHULTEN, A. (1925): **Fontes Hispaniae Antiquae**, II. Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1955): **Fontes Hispaniae Antiquae**, I. Avieno. Ora Maritima. Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1971): tartessos. Madrid (1a ed. 1945).
- SCOTT, J. **Social Network Analysis**. Londres: Illinois: SAGE. 2000.
- SHAFTON, B. **Greeks and Greek imports in the South of the Iberian Peninsula: The archaeological evidence**. Munique: Philipp von Zabern, 1982.
- SIMON, J. Chorography Reconsidered: An Alternative Approach to the Ptolemaic Definition. In: LILLEY, K., (Org). **Mapping medieval geographies: Geographical encounters in the latin west and beyond, 300–1600**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013..
- SOMMER, M. Networks of commerce and knowledge in the Iron Age: the case of the Phoenicians. **Mediterranean Historical Review**, n. 22.1, p. 97-111, 2007.
- SORÍA, Vincenzo; PALMA, M. F. A cerâmica de tipo Kuass em Mértola (Portugal). **As escavações da Biblioteca Municipal. Archivo Español de Arqueología**, n. 90, 2017.
- SOUSA, Elisa Rosa Barbosa. A cerâmica de tipo Kuass do Castelo de Castro Marim e de Faro. Dissertação, Faro, 2005.
- SUÁREZ, M.J. R.; GARCÍA VARGAS, E. Las imitaciones de vajilla de barniz negro itálico en el Bajo Guadalquivir. In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. **Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la antigüedad** (s. VI aC-VI dC). Vol. 46. Barcelona: Edicions Universitat Barcelona, 239-269, 2015.
- TARRADELL, M. Los fenicios en Occidente. Nuevas perspectivas. In: Harden, D. **Los fenicios**, Barcelona: 277, 1967.
- THOMPSON, Lloyd A. Strabo on civilization. **Platon**, n. 31.213, 1979.
- TORRES, P. S. Aventuras y desventuras de la arqueología poscolonial. **Revisión crítica de las principales aportaciones teóricas y el caso de la expansión colonial fenicia en la Península Ibérica**, 2012.
- VAN DOMMELEN, P. Insediamento rurale ed organizzazione agraria nella Sardegna centro-occidentale. BELLARD, Carlos Gómez, (Org.) **Ecohistoria del paisaje agrario: la agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo**, Vol. 95. Valencia: Universitat de València, p. 129-150, 2003
- VAN DOMMELEN, Peter. Colonial interactions and hybrid practices: Phoenician and Carthaginian settlement in the ancient Mediterranean. In: STEIN, Gil, (Org.) **The archaeology of colonial encounters: comparative perspectives**. Nova York: School of American Research Press, 2005.

VAN DOMMELEN, P. Insediamento rurale e produzione agraria nella Sardegna punica: la fattoria di Truncu 'e Molas. In: DEL VAIS, Carla. **EPI OINOPA PONTON. Studi sul Mediterraneo antico in ricordo di Giovanni Tore**. Oristano: S'Alvure, 501-516, 2012.

VENTURA MARTINEZ, J. J. **La cerámica campaniense en Andalucía occidental**. Diss. Tesis doctoral inédita, Universidad de Sevilla, 1990.

VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. N. **Las ceramicas gaditanas barnizadas de Tipo Kuass**. Tipología, producción y distribución. Diss. Universidad de Cádiz, 2001.

VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. N. La cerámica 'Tipo Kuass'. **Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión**. Sevilla: Servicio de Publicaciones, 2008.

VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. N. De colonia a ciudad. algunos apuntes sobre la situación y naturaleza de la ciudad de Gadir. **Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera**, n. 72, p. 485-501, 2014.

VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. N. El éxito de la vajilla helenística tipo Kuass; Resultado de la adopción de una moda estética o reflejo de transformaciones culinarias y comensales. In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E. **Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la antigüedad** (s. VI aC-VI dC). Vol. 46. Barcelona: Edicions Universitat Barcelona, 119-174, 2015.

VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. N.; SÁEZ ROMERO, A. The Red Slip Tableware of Punic and Early Roman Gadir/Gades (4th–1st cent. BC): An Update on the so-called 'Kuass Ware'. In: BRUORA, A. M.; LAFLI, E. (Orgs.) **Traditions and Innovations—Tracking the Development of Pottery from the Late Classical to the Early Imperial Period**. Proceedings of the 1st Conference of IARPotHP Berlin, 2013.

WALBANK, F. W. **Polybius, Rome and the Hellenistic world: Essays and reflections**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WALLACE-HADRILL, A. Afterword. In: Quinn, J. C.; VELLA, N. C. (Orgs.) **The Punic Mediterranean**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

WALLACE-HADRILL, A. **Rome's cultural revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WALSH, J., e ANTONACCIO, C. **Athenian Black Gloss Pottery: A View from the West**. Oxford: Oxford Journal of Archaeology, n. 33.1, 47-67, 2014.

WALSH, J. **Consumerism in the Ancient World: Imports and Identity Construction**. Routledge, 2013.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: Methods and applications**. Vol. 8. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H. Collective dynamics of ‘small-world’ networks, **Nature**, n. 393, p. 440–2, 1998.

WATTS, Duncan J. **Six degrees**: The science of a connected age. Nova York: WW Norton & Company, 2004.

WOOLF, G. **Tales of the barbarians: Ethnography and empire in the Roman west**. John Wiley & Sons, 2010.

YANGUAS, J. S. **Los pueblos de la España antigua**. Madrid: Historia 16, 1997.

APÊNDICE A — Planilha com as Formas e as Localidades dos conjuntos

FORMAS ANTES DE 500 a.C.																		FORMAS DEPOIS DE 500 a.C.												
	Amphora	Arphalos / Abastaron	Bowl	Closed Vase	Cup	Distb/Pate	Ionian CLP	Jar	Jug	Juglet	Kantharos	Krater / Dinos	Lamp / Askos	Oinoche	Oipe Vase	Open Skyphos	Transport amphora	Bowl	Cup	Plate	Fish plate	Kantharos	Krater / Askos	Lamp / Lekans	Lekythos	One-handle	Pelike	Skyphos	Stemless cup	
Castro Martin		sim																sim	sim	sim			sim						sim	sim
Merula																		sim												sim
Moura																		sim												sim
Alfaroque	sim																	sim												sim
Huelva	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim					sim		sim				sim	
Escacena del Campo	sim																													
Medellin		sim																												
Canebio Romano	sim	sim																sim	sim	sim	sim		sim	sim	sim		sim		sim	sim
La Riconada																		sim	sim	sim			sim						sim	
Sevilla		sim				sim												sim	sim						sim					sim
Coria del Rio		sim						sim										sim											sim	
Carmona										sim								sim	sim	sim	sim		sim						sim	
Cádiz		sim					sim								sim		sim	sim	sim	sim	sim		sim						sim	sim
Algeiras		sim																sim	sim	sim	sim		sim						sim	

APÊNDICE C — Planilhas com as Formas e as Localidades dos conjuntos cerâmicos campanienses

CAMPANIENSE A																		
	Lamb. 5, 5/7	Lamb. 6	Lamb. 8b, 8bc	Lamb. 25, 27 e Morel 113	Lamb. 27c	Lamb. 28	Lamb. 31	Lamb. 33a	Lamb. 33b	Lamb. 34	Lamb. 36	Lamb. 35	Morel 68 b-c	Lamb. 49a	Morel F-3421	Lamb. 39	Lamb. 1	Lamb. 2
Sevilla		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim				sim	sim
		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim				sim	sim
Italica	sim	sim	sim		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim				sim	sim
Cortá del Río	sim	sim			sim	sim	sim				sim						sim	sim
Dos Hermanas																sim		
Alcalá del río	sim		sim	sim													sim	
Osuna						sim		sim					sim	sim			sim	sim
La Rinconada	sim	sim		sim	sim												sim	
Utrera					sim												sim	sim
Cádiz	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim		sim	sim		sim	sim
Sanlúcar de Barrameda						sim	sim									sim	sim	sim
Mesas de Asta	sim	sim	sim		sim	sim	sim		sim		sim	sim				sim	sim	sim
Algeciras		sim		sim	sim	sim	sim		sim		sim	sim	sim				sim	sim
Baelo Claudia				sim		sim	sim				sim	sim	sim				sim	
Huelva	sim	sim	sim		sim	sim	sim				sim	sim	sim				sim	sim
Castro Marim	sim						sim	sim			sim	sim					sim	
Merroia	sim	sim					sim	sim	sim		sim						sim	sim

APÊNDICE D — Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas “tipo Kuass”.

	Doña Blanca	Cadiz	Mesas de Asta	Jerez de la Frontera	Sanlúcar de Barrameda	Vejer de La Frontera	Algeciras	Huelva	Coria del río	Las Cabezas	Sevilha	Italica	La Rinconada	Carmona	Castro Marim	Mertola
Doña Blanca	0	12	8	6	2	1	7	6	6	3	3	4	5	1	8	5
Cadiz	12	0	7	5	2	1	6	4	5	2	3	4	5	1	7	4
Mesas de Asta	8	7	0	5	2	1	6	5	6	3	3	4	5	1	5	3
Jerez de la Frontera	6	5	5	0	2	1	5	5	4	3	3	4	4	1	4	2
Sanlúcar de Barrameda	2	2	2	2	0	1	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2
Vejer de La Frontera	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Algeciras	7	6	6	5	2	1	0	5	4	3	3	4	5	1	5	3
Huelva	6	4	5	5	2	1	5	0	4	3	3	4	4	1	5	2
Coria del río	6	5	6	4	2	1	4	4	0	3	2	3	3	1	3	2
Las Cabezas	3	2	3	3	2	1	3	3	3	0	2	2	2	1	2	2
Sevilha	3	3	3	3	2	1	3	3	2	2	0	3	3	1	3	2
Italica	4	4	4	4	2	1	4	4	3	2	3	0	4	1	4	2
La Rinconada	5	5	5	4	2	1	5	4	3	2	3	4	0	1	5	3
Carmona	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1
Castro Marim	8	7	5	4	2	1	5	5	3	2	3	4	5	1	0	3
Mertola	5	4	3	2	2	1	3	2	2	2	2	2	3	1	3	0

APÊNDICE E — Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas “tipo Kuass” – Núcleo Produtor.

	Doña Blanca	Cadiz	Mesas de Asta	Jerez de la Frontera
Doña Blanca	0	12	8	6
Cadiz	12	0	7	5
Mesas de Asta	8	7	0	5
Jerez de la Frontera	6	5	5	0

APÊNDICE F — Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas “tipo Kuass”. – Porcentagem

	Doña Blanca	Cádiz	Mesas de Asta	Jerez de la Frontera	Sanlúcar de Barrameda	Véjer de La Frontera	Algeciras	Huelva	Coria del río	Las Cabezas de San Juan	Sevilha	Italica	La Rinconada	Carmona	Castro Marim	Mertola
Doña Blanca	0%	71%	47%	35%	12%	6%	41%	35%	35%	18%	18%	24%	29%	6%	47%	29%
Cádiz	71%	0%	41%	29%	12%	6%	35%	24%	29%	12%	18%	24%	29%	6%	41%	24%
Mesas de Asta	47%	41%	0%	29%	12%	6%	35%	29%	35%	18%	18%	24%	29%	6%	29%	18%
Jerez de la Frontera	35%	29%	29%	0%	12%	6%	29%	29%	24%	18%	18%	24%	24%	6%	24%	12%
Sanlúcar de Barrameda	12%	12%	12%	12%	0%	6%	12%	12%	12%	12%	12%	12%	12%	6%	12%	12%
Véjer de La Frontera	6%	6%	6%	6%	6%	0%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%
Algeciras	41%	35%	35%	29%	12%	6%	0%	29%	24%	18%	18%	24%	29%	6%	29%	18%
Huelva	35%	24%	29%	29%	12%	6%	29%	0%	24%	18%	18%	24%	24%	6%	29%	12%
Coria del río	35%	29%	35%	24%	12%	6%	24%	24%	0%	18%	12%	18%	18%	6%	18%	12%
Las Cabezas de San Juan	18%	12%	18%	18%	12%	6%	18%	18%	18%	0%	12%	12%	12%	6%	12%	12%
Sevilha	18%	18%	18%	18%	12%	6%	18%	18%	12%	12%	0%	18%	18%	6%	18%	12%
Italica	24%	24%	24%	24%	12%	6%	24%	24%	18%	12%	18%	0%	24%	6%	24%	12%
La Rinconada	29%	29%	29%	24%	12%	6%	29%	24%	18%	12%	18%	24%	0%	6%	29%	18%
Carmona	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	0%	6%	6%
Castro Marim	47%	41%	29%	24%	12%	6%	29%	29%	18%	12%	18%	24%	29%	6%	0%	18%
Mertola	29%	24%	18%	12%	12%	6%	18%	12%	12%	12%	12%	12%	18%	6%	18%	0%

APÊNDICE G — Matriz índices de similitude da cultura material das cerâmicas Campanienses A e B.

	Sevilla	Itálica	Coria del Río	Dos Hermanas	Alcala del Río	Osuna	La Rinco - nada	Utrera	Cádiz	Sanlúcar de Barrameda	Mesas de Asta	Algeciras	Baelo Claudia	Huelva	Castro Marim	Mertola
Sevilla	0	19	13	2	3	9	4	5	18	2	14	11	4	13	10	9
Itálica	19	0	12	2	4	9	5	5	18	2	14	11	4	14	9	10
Coria del Río	13	12	0	2	2	6	4	5	12	1	11	6	2	9	11	8
Dos Hermanas	2	2	2	0	1	2	0	1	2	0	3	1	4	1	2	1
Alcala del río	3	4	2	1	0	1	2	1	4	0	3	2	1	2	2	2
Osuna	9	9	6	2	1	0	1	4	8	1	6	5	3	7	6	4
La Rinco - nada	4	5	4	0	2	1	0	2	5	0	4	4	2	4	2	2
Utrera	5	5	5	1	1	4	2	0	5	0	5	4	2	3	4	3
Cádiz	18	18	12	2	4	8	5	5	0	2	14	10	4	12	9	9
Sanlúcar de Barrameda	2	2	1	0	0	1	0	0	2	0	1	1	1	2	1	1
Mesas de Asta	14	14	11	3	3	6	4	5	14	1	0	9	3	10	8	8
Algeciras	11	11	6	1	2	5	4	4	10	1	9	0	4	8	4	5
Baelo Claudia	4	4	2	4	1	3	2	2	4	1	3	4	0	3	2	1
Huelva	13	14	9	1	2	7	4	3	12	2	10	8	3	0	7	6
Castro Marim	10	9	11	2	2	6	2	4	9	1	8	4	2	7	0	6
Mertola	9	10	8	1	2	4	2	3	9	1	8	5	1	6	6	0

APÊNDICE H — Matriz rede cerâmica Campaniense A.

	Sevilla	Italica	Coria del Río	Dos Hermanas	Alcala del Río	Osuna	La Rinconada	Utrera	Cádiz	Sanlúcar de Barrameda	Mesas de Asta	Algeciras	Baelo Claudia	Huelva	Castro Marim	Mertola
Sevilla	0	12	4	0	2	3	3	1	11	2	7	8	2	9	2	5
Italica	12	0	5	0	3	3	4	1	12	2	8	8	2	10	3	6
Coria del Río	4	5	0	0	1	0	3	1	5	1	4	3	0	5	3	4
Dos Hermanas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Alcala del Río	2	3	1	0	0	0	2	0	3	0	2	1	1	2	1	1
Osuna	3	3	0	0	0	0	0	0	3	1	1	2	1	1	0	1
La Rinconada	3	4	3	0	2	0	0	1	4	0	3	3	1	3	1	2
Utrera	1	1	1	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0
Cádiz	11	12	5	0	3	3	4	1	0	2	8	7	2	9	3	6
Sanlúcar de Barrameda	2	2	1	0	0	1	0	0	2	0	1	1	1	2	1	1
Mesas de Asta	7	8	4	1	2	1	3	1	8	1	0	6	1	7	2	4
Algeciras	8	8	3	0	1	2	3	1	7	1	6	0	2	6	1	3
Baelo Claudia	2	2	0	0	1	1	1	0	2	1	1	2	0	1	0	0
Huelva	9	10	5	0	2	1	3	1	9	2	7	6	1	0	3	5
Castro Marim	2	3	3	0	1	0	1	0	3	1	2	1	0	3	0	3
Mertola	5	6	4	0	1	1	2	0	6	1	4	3	0	5	3	0

APÊNDICE I — Matriz rede cerâmica Campaniense B

	Sevilla	Italica	Coria del Río	Dos Hermanas	Alcala del río	Osuna	La Rinconada	Utrera	Cádiz	Sanlúcar de Barrameda	Mesas de Asta	Algeciras	Baelo Claudia	Huelva	Castro Marim	Mertola
Sevilla	0	7	9	2	1	6	1	4	7	0	7	3	2	4	8	4
Italica	7	0	7	2	1	6	1	4	6	0	6	3	2	4	6	4
Coria del Río	9	7	0	2	1	6	1	4	7	0	7	3	2	4	8	4
Dos Hermanas	2	2	2	0	1	2	0	1	2	0	2	1	0	1	2	1
Alcala del río	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1
Osuna	6	6	6	2	1	0	1	4	5	0	5	3	2	4	6	3
La Rinconada	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0
Utrera	4	4	4	1	1	4	1	0	4	0	4	3	2	2	4	3
Cádiz	7	6	7	2	1	5	1	4	0	0	6	3	2	3	6	4
Sanlúcar de Barrameda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mesas de Asta	7	6	7	2	1	5	1	4	6	0	0	3	2	3	6	4
Algeciras	3	3	3	1	1	3	1	3	3	0	3	0	2	2	3	2
Baelo Claudia	2	2	2	0	0	2	1	2	2	0	2	2	0	2	2	1
Huelva	4	4	4	1	0	4	1	2	3	0	3	2	2	0	4	1
Castro Marim	8	6	8	2	1	6	1	4	6	0	6	3	2	4	0	3
Mertola	4	4	4	1	1	3	0	3	4	0	4	2	1	1	3	0

APÊNDICE J — Matriz das porcentagens das redes das cerâmicas Campaniense A e Campaniense B

	Sevilla	Italica	Conia del Rio	Dos Hermanas	Alcala del rio	Osuna	La Rinconada	Utrera	Cadiz	Sanlúcar de Barrameda	Mesas de Asia	Algeciras	Baelo Claudia	Huelva	Castro Marín	Mértola															
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B															
Sevilla																															
Italica	75%	78%																													
Conia del Rio	25%	100%	31%	78%																											
Dos Hermanas	0%	22%	0%	22%																											
Alcala del rio	13%	11%	19%	11%	0%	11%																									
Osuna	19%	67%	19%	67%	0%	22%	0%	11%																							
La Rinconada	19%	11%	25%	11%	19%	11%	0%	0%	11%																						
Utrera	6%	44%	6%	44%	0%	11%	0%	11%	0%	44%	6%	11%																			
Cadiz	69%	78%	75%	67%	31%	78%	0%	22%	19%	11%	19%	56%	25%	11%	6%	44%															
Sanlúcar de Barrameda	13%	0%	13%	0%	6%	0%	0%	0%	0%	0%	6%	0%	0%	0%	13%	0%															
Mesas de Asia	44%	78%	50%	67%	25%	78%	6%	22%	13%	11%	6%	56%	19%	11%	6%	44%	50%	67%	6%	0%											
Algeciras	50%	33%	50%	33%	19%	33%	0%	11%	6%	11%	13%	33%	19%	11%	6%	33%	44%	33%	6%	0%	38%	33%									
Baelo Claudia	13%	22%	13%	22%	0%	22%	0%	0%	6%	0%	6%	22%	6%	11%	0%	22%	13%	22%	6%	0%	6%	22%	13%	22%							
Huelva	56%	44%	63%	44%	31%	44%	0%	11%	13%	0%	6%	44%	19%	11%	6%	22%	56%	33%	13%	0%	44%	33%	38%	22%	6%	22%					
Castro Marín	13%	89%	19%	67%	19%	89%	0%	22%	6%	11%	0%	67%	6%	11%	0%	44%	19%	67%	6%	0%	13%	67%	6%	33%	0%	22%	19%	44%			
Mértola	31%	44%	38%	44%	25%	44%	0%	11%	6%	11%	6%	33%	13%	0%	0%	33%	38%	44%	6%	0%	25%	44%	19%	22%	0%	11%	31%	11%	19%	33%	

ANEXOS

ANEXO A — Quadro com as dezessete Formas da cerâmica tipo Kuass”.

FORMA GENERAL	FORMA FUNCIONAL	USOS PROBABLES
FORMA I –plato moldurado–	plato	servicio de mesa/servicio ritual
FORMA II –plato de pescado–	plato	servicio de mesa
FORMA III –platito bajo–	plato	servicio de mesa/servicio ritual
FORMA IV –plato borde continuo–	plato	servicio de mesa
FORMA IV –plato borde cóncavo–	plato	servicio de mesa
FORMA VI –plato, otras formas–	plato	servicio de mesa
FORMA VII –bolsal–	vaso para beber	servicio de mesa
FORMA VIII –copa–	vaso para beber	servicio de mesa
F. IX {	TIPO IX-A –cuenco simple–	vaso para usos varios –semilíquidos–
	TIPO IX-B –cuenco ancho/bajo–	vaso para usos varios –semilíquidos–
	TIPO IX-C –pequeño cuenco–	vaso usos varios –cantidades reducidas–
FORMA X –bol–	vaso para usos varios –semilíquidos–	servicio de mesa
FORMA XI –salerito–	vaso usos varios –cantidades reducidas–	servicio de mesa/servicio ritual
FORMA XII –vaso acampanado–	¿vaso para beber/servir?	servicio de mesa/serv. suntuario-ritual
FORMA XIII –píxide–	¿vaso tipo suntuario?	servicio de mesa/serv. suntuario-ritual
FORMA XIV –"soporte"/¿tapadera?–	¿vaso auxiliar?	¿servicio de mesa/servicio suntuario?
FORMA XV –formas cerradas–	recipiente ritual/jarra para servir	servicio de mesa/serv. suntuario-ritual
FORMA XVI –lucerna abierta–	lámpara	servicio de iluminación
FORMA XVII –lucerna helenística–	lámpara	servicio de iluminación

Fonte: VILLEDARY Y MARÍÑAS, La cerámica “tipo Kuass”, 2008, p. 253.

ANEXO B — Mapa do núcleo de produção da “Cerâmica tipo Kuass”.

Fig. 2 Distribución de cerámica tipo Kuass en la zona nuclear de Gadir 1 Necrópolis púnica de Gadir (Cádiz, casco urbano). 2 Alfares de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). 3 Hornos de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). 4 Camposoto (San Fernando, Cádiz). 5 Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz). 6 Poblado de Las Cumbres (El Puerto de Santa María, Cádiz). 7 Cerro Naranja (Los Garcíagos, Jerez de la Frontera, Cádiz). 8 La Calerilla (Cortijo de la Torre, Jerez de la Frontera, Cádiz). 9 Mesas de Asta –hábitat– (Jerez de la Frontera, Cádiz). 10 Mesas de Asta –necrópolis– (Jerez de la Frontera, Cádiz). 11 Casco urbano de El Puerto de Santa María (Cádiz). 12 Factorías de salazones (El Puerto de Santa María-Rota, Cádiz). 13 Santuario de La Algaida (Sanlúcar de Barrameda, Cádiz). 14 Ébora (Sanlúcar de Barrameda, Cádiz) (sin escala).

Fonte: VILLEDARY Y MARIÑAS, La imitacion de producciones griegas en ambito fenicio 2014, p.

ANEXO C — Mapa do primeiro círculo de distribuição da cerâmica “tipo Kuass”.

Fig. 3 Distribución de cerámica tipo Kuass en la zona de influencia directa de Gadir o primer círculo 1 Convento de las Monjas Concepcionistas (Vejer de la Frontera, Cádiz). 2 Carteia (San Roque, Cádiz). 3 Cueva de Gorham (Peñón de Gibraltar, Cádiz). 4 Kuass (Arcila, Marruecos). 5 Lixus (Larache, Marruecos). 6 Zilil (Dchar Jdid, Marruecos). 7 Suiar (Marruecos). 8 Ceuta. 9 Sidi Abdselam del Behar (Marruecos). 10 Kudia Tebmain (Emsá, Marruecos). 11 Casco urbano de Huelva. 12 Niebla (Huelva). 13 La Tiñosa (Lepe, Huelva). 14 Castro Marim (Portugal). 15 Mértola (Portugal). 16 Ossonoba (Faro, Portugal). 17 Cerro da Rocha Branca (Silves, Portugal). 18 Miróbriga (Santiago do Cacém, Portugal) (sin escala).

Fonte: VILLEDARY Y MARIÑAS, La imitacion de producciones griegas en ambito fenicio 2014, p.

ANEXO D — Mapa segundo círculo de distribuição da cerâmica “tipo Kuass”.

Fig. 4 Segundo círculo de distribución de la cerámica tipo Kuass. Punto negro: cerámicas gaditanas. Punto gris: con dudas, posiblemente producciones locales. Asterisco: imitaciones locales propias del interior) 1 Caura (Coria del Río, Sevilla). 2 Las Cabezas de San Juan (Sevilla). 3 Spal (Sevilla, casco urbano). 4 Itálica (Santiponce, Sevilla). 5 Cerro Macareno (La Rinconada, Sevilla). 6 Carmo (Carmona, Sevilla)*. 7 Esperilla (Espera, Cádiz). 8 Salduba (El Torreón, Estepona, Málaga). 9 Cerro de la Tortuga (Teatinos, Málaga). 10 Malaka (Málaga, casco urbano). 11 Aratispi (Antequera, Málaga). 12 Cerro del Mar (Vélez-Málaga, Málaga). 13 Morro de Mezquitilla (Algarrobo, Málaga). 14 Sexi (Almuñécar, Granada). 15 Selambina (El Peñón, Salobreña, Granada). 16 Baños de Alhama (Granada). 17 Abdera (Cerro de Montecristo, Adra, Almería). 18 Ciavieja (El Ejido, Almería). 19 El Cerro del Castillo (Abla, Almería). 20 Baria –hábitat– (Villaricos, Cuevas de Almanzora, Almería). 21 Baria – necropolis – (Villaricos, Cuevas de Almanzora, Almería). 22 Cabecico de Parra (Cuevas de Almanzora, Almería). 23 Tagilit (Muela del Ajo, Tíjola, Almería). 24 Cerro del Santuario (Baza, Granada). 25 Qart Hadasht. (Cartagena, Murcia). 26 Los Nietos (La Loma de El Escorial, Cartagena, Murcia). 27 Cabecico del Tesoro (Verdolay, Murcia). 28 Russadir (Melilla). 29 Les Andalouses (Orán, Argelia) (sin escala).

Fonte: VILLEDARY Y MARIÑAS, La imitacion de producciones griegas en ambito fenicio, 2014, p.

ANEXO E — Mapa terceiro círculo de distribuição da cerâmica “tipo Kuass”.

Fig. 5 Distribución de la cerámica tipo Kuass por vía comercial. Punto negro: cerámicas gaditanas. Punto gris: con dudas, posiblemente producciones locales. Asterisco: imitaciones locales propias del interior) 1 Tossal de Manises/La Albufereta (Alicante). 2 La Serreta (Alcoy, Alicante). 3 La Illeta dels Banyets (Campello, Alicante). 4 La Covalta (Albaida, Valencia). 5 El Amarejo (Bonete, Albacete). 6 Bolbax (Cieza,

Fonte: VILLEDARY Y MARIÑAS, La imitacion de producciones griegas en ambito fenicio, 2014, p.